

CYNTHIA FRANCESKA CARDOSO

CAMINHOS PERCORRIDOS, PERCALÇOS ENCONTRADOS:

**Um estudo de caso a respeito do acesso aos benefícios e programas sociais
por povos indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Marta Silva Campos.

SÃO PAULO

2018

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocópia ou eletrônicos

Assinatura: _____

Data: _____

E-mail: _____

Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações com dados fornecidos pelo autor.

C268

Cardoso, Cynthia Franceska
Caminhos percorridos, percursos encontrados. Um estudo de caso a respeito do acesso aos benefícios e programas sociais por povos indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. /
CynthiaFranceska Cardoso. -- São Paulo: [s.n.], 2018.
218p ; 22x31 cm.

Orientador: Marta Silva Campos.
Tese (Doutorado em Serviço Social)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2018.

1. Políticas sociais. 2. Programas e benefícios sociais. 3. Povos indígenas. 4. Alto Rio Negro. I. Campos, Marta Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social. III. Título.

Cynthia Franceska Cardoso

Caminhos percorridos, percursos encontrados:

Um estudo de caso a respeito do acesso aos benefícios e programas sociais por povos indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Marta Silva Campos.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Marta Silva Campos (PUC-SP)

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP)

Profa. Dra. Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC-SP)

Prof. Dr. Bruno Simões Gonçalves (ABRAPSO)

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral (UEL)

À Manuela por despertar a minha essência.

AGRADECIMENTO

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por financiar o desenvolvimento do projeto.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar saúde para seguir a diante.

À minha filha amada por dar muito mais sentido a nossa existência passageira, por me ensinar a ser um ser humano melhor, por me esperar pacientemente e, principalmente, por seu sorriso.

Aos meus pais por compartilharem a minha caminhada, tornando-o muito mais tranquila e segura. À minha querida irmã, Carol, por sempre me apoiar e clarear os momentos mais nebulosos. À Maria, minha eterna gratidão.

Aos velhos amigos, em especial José Carlos Alencar e Michelli Mostafá, pela constante parceria. Aos novos amigos, Luiza Vasconcelos Pedrosa, Juarez Saraiva da Silva Jr. e Heloísa Sayumi Miyahara, pelo carinho e acolhimento nos momentos difíceis. A todos os meus amados amigos, sem os quais certamente este trabalho teria se desenvolvido de outra maneira – certamente não tão suave.

À Profa. Dra. Marta Campos pela orientação, paciência e compreensão durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

Às Profas. Dras. Carmen Junqueira, Lucia Helena Vitalli Rangel e Maria Carmelita Yazbek pelas preciosíssimas contribuições e orientações.

Ao Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, professor Dr. Ademir Alves da Silva, por apoiar o desenvolvimento do trabalho.

À Andrea, secretária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, sempre solícita e atenciosa.

A todos em São Gabriel da Cachoeira, em especial, Lenilda, Mônica, Rosângela e Débora, pelas conversas, companhia e trocas de conhecimento. Nivaldo, da FOIRN, por me apresentar alguns caminhos em São Gabriel. Domingos, da FUNAI, por auxiliar em meu processo de integração na cidade. Aos que trabalham com a população indígena e dispuseram o seu tempo com as inestimadas contribuições para esta pesquisa.

Aos que dedicam à vida em prol da equidade e da justiça social.

Sobretudo, aos indígenas, por me permitirem participar de suas vidas e incitar a nossa luta por uma sociedade mais justa e mais humana.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

CARDOSO, Cynthia Franceska. **Caminhos percorridos, percalços encontrados.** Um estudo de caso a respeito do acesso aos benefícios e programas sociais por povos indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

O objetivo deste trabalho foi mapear o caminho percorrido por indígenas para acessar benefícios e serviços sociais ofertados pelas políticas de Assistência e Previdência Social, em São Gabriel da Cachoeira (AM), bem como a qualidade desse acesso. O município possui uma extensão territorial de 109.184,9 km², está localizado no extremo noroeste do estado, faz fronteira a oeste com a Colômbia e ao norte com a Venezuela. Aproximadamente 95% dos habitantes são indígenas, pertencentes a mais de trinta povos falantes de, no mínimo, 23 línguas. Esta diversidade sociocultural e o isolamento geográfico estabelecem diversos desafios à execução das políticas sociais. Dois métodos foram utilizados nesta pesquisa: a *etnografia*, que exigiu uma longa permanência no local, a interação com os sujeitos envolvidos, a observação contínua e a transcrição minuciosa das informações coletadas; e a *investigação-ação-participação* (IAP), que propõe estudar determinados grupos por uma relação dialógica entre pesquisador e comunidade, na qual ambos são sujeitos ativos na construção da investigação e do conhecimento, pressupondo-se uma devolutiva à comunidade. No caso deste trabalho, houve a produção de um relatório denúncia sobre as diversas situações de violações de direitos sociais apuradas, encaminhado ao Ministério Público Federal do Amazonas. Os instrumentos utilizados foram o levantamento bibliográfico, a observação participante e não participante, as entrevistas estruturadas com perguntas abertas e as semiestruturadas, os relatórios de campo, a participação em eventos, a realização de reuniões, as conversas formais e informais, a tabulação das informações coletadas e a transformação em dados quantitativos e qualitativos, bem como sua análise. A amostra do universo foi de 130 pessoas. Destas, 43 eram usuários dos serviços, 54 usuários da Política de Previdência Social que não foram entrevistados, mas tiveram o atendimento observado, 22 eram técnicos e gestores dos serviços sociais e onze eram integrantes da sociedade civil organizada. O trabalho em campo durou quatro meses e nos levou a refletir sobre o acesso aos benefícios e serviços sociais por povos indígenas, que impõe desafios a toda sociedade, sobretudo ao movimento indígena, ao Estado e à comunidade científica.

Palavras chaves: Proteção social; benefícios e serviços sociais; povos indígenas.

ABSTRACT

CARDOSO, Cynthia Franceska. **Caminhos percorridos, percursos encontrados.** Um estudo de caso a respeito do acesso aos benefícios e programas sociais por povos indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

The objective of this work was to map the path taken by indigenous people to access the benefits and social services offered by the Social Assistance and Social Security policies, in São Gabriel da Cachoeira (AM). The municipality has a territorial extension of 109,184.9 km². Located in the extreme northwest of the state, it borders the west with Colombia and the north with Venezuela. Approximately 95% of the inhabitants are indigenous belonging to more than 30 indigenous group of at least 23 languages. This sociocultural diversity and geographic isolation set several challenges to the implementation of social policies. Two methods were used in this research: the *ethnography*, that required a long stay in the place, the interaction with the subjects, the continuous observation, and a detailed transcription of the information collected; also the *research-action-participation* (RAP), that proposes to study certain groups through a dialogical relationship between the researcher and the community, in which both are active subjects in the construction of research and knowledge, and that presupposes a devolution to the community. In the case of this work, there was a denunciation report on several situations of violations of social rights, later sent to the Federal Public Ministry of Amazonas. The instruments used included a bibliographical survey, participant and non-participant observation, structured interviews with open and semi-structured questions, field reports, participation in events, holding meetings, formal and informal conversations, tabulation of the information collected and the transformation into quantitative and qualitative data, as well as their analysis. The sample of the universe was 130 people. Of these, 43 were users of the services, 54 users of the Social Security Policy who were not interviewed, but had the attendance observed, 22 were technicians and managers of social services and 11 were members of organized civil society. Fieldwork lasted four months and has led us to reflect that access to social benefits and services by indigenous people poses challenges to every society, especially the indigenous movement, the state and the scientific community.

Keywords: Social protection; benefits and social services; indigenous people.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Benefícios requeridos por usuários entrevistados	98
GRÁFICO 2 – Benefícios requeridos por usuários / atendimento observado	99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Serra do Curicuriari	49
FIGURA 2 – Fluxograma de acesso aos benefícios sociais via Assistência Social	81
FIGURA 3 – Fluxograma de acesso aos documentos pessoais	93
FIGURA 4 – Fluxograma de acesso aos benefícios operacionalizados no INSS	94
FIGURA 5 – Acampamento nas pedras	107
FIGURA 6 – Acampamento nas pedras	107
FIGURA 7 – Frente da casa de apoio <i>Yanomami</i>	109
FIGURA 8 – Cozinha da casa de apoio <i>Yanomami</i>	111
FIGURA 9 – Sanitário da casa de apoio <i>Yanomami</i>	111
FIGURA 10 – Exterior da casa de apoio <i>Yanomami</i>	112
FIGURA 11 – Frente da casa de apoio Fortaleza	112
FIGURA 12 – Interior da casa de apoio Fortaleza	113
FIGURA 13 – Área externa da casa de apoio Fortaleza	113
FIGURA 14 – Frente da casa de apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana	114
FIGURA 15 – Área externa da casa de apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana	114
FIGURA 16 – Interior da casa de apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana	115
FIGURA 17 – Frente das casas de apoio Dabaru	115
FIGURA 18 – Interior da casa de apoio Dabaru	116

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Entrevistados por povo, idade e gênero	100
QUADRO 2 – Localização dos entrevistados por rio e povo	102
QUADRO 3 – Viagens à cidade por ano x número de pessoas	102
QUADRO 4 – Motivo principal da viagem	103
QUADRO 5 – Povo, trabalho remunerado e composição da renda familiar mensal	104

QUADRO 6 – Entrevistados por povo e local de hospedagem	107
QUADRO 7 – Entrevistados da sociedade civil	118
QUADRO 8 – Entrevistados do poder público	139

LISTA DE SIGLAS

AIS – Agente Indígena de Saúde

BEC – Batalhão de Engenharia de Construção

BIS –Brigada de Infantaria e Selva

CASAI – Casa de Saúde do Índio

CEAM – Companhia Energética do Amazonas

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CMS – Conselho Municipal de Saúde

CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena

COSAMA – Companhia de Saneamento do Amazonas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro Especializado de Referência de Assistência Social

DAEIRN – Departamento de Educação Indígena do Rio Negro

DAJIRN – Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro

DCN – Declaração de Nascido Vivo

DSEI-ARN – Distrito de Saúde Especial Indígena do Alto Rio Negro

ESF – Estratégia Saúde da Família

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

HGU – Hospital de Guarnição

IAP – Investigação Ação Participação

ICMBio – Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ISA – Instituto Sócio Ambiental

MPF – Ministério Público Federal

NASI – Núcleo de Atenção à Saúde Indígena

NDPPDS – Núcleo de Promoção e Proteção de Direitos Sociais

NPPDS – Núcleo de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PB – Polo Base

PBF – Programa Bolsa Família

PCN – Projeto Calha Norte

PSB – Proteção Social Básica

PSF – Programa Saúde da Família

RANI – Registro Administrativo Nacional do Indígena

RCN – Registro Civil de Nascimento

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEEAS - Secretaria Estadual de Assistência Social

SEIND – Secretaria Estadual dos Povos Indígenas

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação

SEMJEL – Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer

SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SESANI – Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena

SIASI – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena

SINASC – Sistema de Informações de Nascidos Vivos

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUSAM – Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas

TI – Terra Indígena

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UI – Unidade Integrada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 A DOMINAÇÃO E SUBJUGAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO	29
1.1 O Alto Rio Negro	30
1.2 Características dos povos e ocupação regional	32
1.2.1 Aruak	34
1.2.2 Tukano	34
1.2.3 Nadahup (Maku)	35
1.2.4 Yanomami.....	37
1.3 O início do contato com os europeus na região do rio Negro	37
1.4 A intensificação do contato nos séculos XVIII e XIX	41
1.5 Novos atores no século XX	45
2 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	51
2.1 A viagem até São Gabriel	51
2.2 Uma breve localização de São Gabriel da Cachoeira	56
2.3 A formação da sede municipal.....	57
2.4 Metodologia	59
2.4.1 A fase exploratória	60
2.4.2 A fase empírica	62
3 A OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL FACE A DEMANDA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	66
3.1 Proteção social brasileira aos povos indígenas	67
3.2 Mapeamento da estrutura de serviços	79
3.2.1 Caracterização dos serviços da Assistência Social	80
3.2.1.1 Proteção Social Básica.....	80
3.2.1.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	80
3.2.1.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	80
3.2.1.1.3 Equipe Volante	80
3.2.2.1 Proteção Social Especial.....	80
3.2.2.2. Proteção Social Especial de Média Complexidade	80
3.2.2.2.1 Proteção Social Especial de Alta Complexidade	79
3.3 A operacionalização da assistência social em São Gabriel da Cachoeira	82
3.3.1 Centro de Referência de Assistência Social (CREAS)	86

3.3.2 Programa Bolsa Família (PBF)	87
3.4 Caracterização dos benefícios previdenciários e assistenciais	89
3.4.1 Aposentadoria Rural por idade	90
3.4.2 Auxílio-doença.....	88
3.4.3 Pensão por morte.....	89
3.4.4 Salário Maternidade	89
3.4.5 Benefício de Prestação Continuada.....	89
3.5 A operacionalização da previdência social em São Gabriel da Cachoeira.....	90
3.6 Entrevistas com os usuários dos serviços sociais.....	98
3.6.1 O perfil dos entrevistados	96
3.6.2 Alimentação na cidade	103
3.6.3 Maiores problemas nas comunidades	115
3.7 A Sociedade Civil e o Poder Público	119
3.7.1 FOIRN	117
3.7.2 Departamento da Juventude Indígena do Rio Negro (DAJIRN)	125
3.7.3 Departamento de Mulheres	126
3.7.4 Departamento de Educação	127
3.7.5 Diocese São Gabriel da Cachoeira	127
3.7.6 Centro Juvenil Salesiano (CJS).....	134
3.7.7 <i>Kunhantai Uka Suri</i> (Casa da Menina Feliz)	135
3.7.8 Comunidade Boa Esperança: expressão da questão social indígena.....	136
3.8 Entrevistas com técnicos e gestores do poder público	140
3.8.1 Política de Educação	141
3.8.1.1 Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)	142
3.8.2 Coordenadoria Regional da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)	143
3.8.3 Escola Estadual Sagrada Família	146
3.8.4 Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-ARN)	147
3.8.5 Casa de Saúde do Índio	149
3.8.6 Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGU)	152
3.8.7 Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)	154
3.8.8 Secretário Municipal de Direitos Humanos	156
3.8.9 Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL).....	155
3.8.10 Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	159

3.8.10.1 Assessoria – FUNAI.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS.....	176
ANEXO A – Ata de Fundação da FOIRN, p. 1.....	185
ANEXO B – Ata de Fundação da FOIRN, p.2.....	186
ANEXO C – Ata de Fundação da FOIRN, p.3.....	187
ANEXO D – Ata de Fundação da FOIRN, p.4.....	188
ANEXO E – Ofício da Coordenação regional da FUNAI autorizando o acompanhamento das atividades na região do Parawari	189
ANEXO F – Questionário aplicado aos usuários do INSS	190
ANEXO G – Questionário para entrevistas com os usuários no Parawari	191
ANEXO H – Autorização da comunidade Boa Esperança	192
ANEXO I – Ginásio	193
ANEXO J – Feira Municipal.....	194
ANEXO K – Trecho da avenida principal	195
ANEXO L – “Cachoeiras” do rio Negro.....	196
ANEXO M – Antigo internato – atual Colégio Estadual São Gabriel.....	197
ANEXO N	198
ANEXO O	199
ANEXO P	200
ANEXO Q	201
ANEXO R	202
ANEXO S	203
ANEXO T.....	201
ANEXO U	205
ANEXO V	206
ANEXO X	207
ANEXO W	207
ANEXO Y	209
ANEXO Z.....	210

INTRODUÇÃO

Refletir a respeito das políticas sociais, especificamente as da Assistência e da Previdência Social, voltadas aos povos indígenas habitantes do território nacional, é um exercício que desenvolvemos desde a graduação. Um tema que nos é muito caro, primeiramente pela marginalização social a que são submetidos os povos indígenas, depois pelo debate, ainda, incipiente desse tema no Serviço Social brasileiro.

Deste modo, esta tese tem por desafio apresentar ao Serviço Social um campo pouco pesquisado, por nós assistentes sociais, mas que necessita de nossas reflexões a respeito do acesso dos povos indígenas brasileiros aos programas e benefícios sociais, uma vez que a influência destes no modo de vida da população indígena, muitas vezes, é dúbia no que tange a emancipação humana, equidade e justiça social.

A nebulosidade da Política Social que ampara e desampa os povos indígenas foi constatada na dissertação do mestrado, após exaustivo trabalho de campo, em sete aldeias do povo Guarani Mbya, localizadas em quatro municípios diferentes na região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo.

A pesquisa do mestrado nos mostrou que a proteção social estava restrita à transferência de renda por meio de programas e benefícios, como o Programa Bolsa Família, aposentadorias rurais e benefícios de prestação continuada. Um dos fatores constatados que contribuíam para a restrição da proteção social foi a condicionante do reconhecimento da terra. O fato das aldeias não serem reconhecidas como Terras Indígenas (TI's)¹ justificava não ser oferecido um atendimento diferenciado a essa população. De modo que eram “igualmente” tratados em relação aos não indígenas. Ao não reconhecer a autoidentificação do povo Guarani Mbya enquanto habitante originário daquele território, condicionando-o ao burocratismo governamental do reconhecimento

¹Embora, o art. 231 da Constituição Federal de 1988 reconheça que “a terra tradicionalmente ocupada pelos índios são as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”, o processo administrativo de demarcação de terra indígena é bastante moroso e pode levar anos para ser concluído. À época da pesquisa do mestrado as terras indígenas na região do Vale do Ribeira estavam na fase de estudo. São cinco as fases do processo administrativo para regularização das terras tradicionalmente ocupadas: “[...] **Em estudo:** realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena. **Delimitadas:** terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena. **Declaradas:** terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento. **Homologadas:** terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial. **Regularizadas:** terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União. [...]” (FUNAI. Terras Indígenas. **Portal Brasil**, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terrass-indigenas>>. Acesso em: 14 jan. 2014.)

da terra, impedia-se-lhes acessar o direito à vida, à dignidade, à saúde, à educação diferenciada, à assistência estatal, entre outros.

A negação do outro ou seu reconhecimento condicionado ao da terra, resultava na desproteção social por parte do Estado, fato que nos motivou a continuar o nosso estudo no doutorado – desta vez, em uma região, predominantemente indígena: em São Gabriel da Cachoeira, o município com a maior parte do seu território reconhecido como Terra Indígena e com maior número de indígenas no Brasil, tanto em área rural quanto urbana.

O município, conhecido geopoliticamente por “cabeça de cachorro”, está localizado no extremo noroeste do estado do Amazonas. Sua extensão territorial de 109.184,9 km² é uma das maiores do país. Faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela.

São Gabriel da Cachoeira tem, aproximadamente, 44.553 habitantes, dos quais 95% são indígenas. Esta população é formada por diferentes povos falantes de mais de 23 línguas pertencentes a quatro troncos linguísticos: Tukano Oriental, composto pelas línguas Tukano, Desana, Kubeo, Tuyuka, Pira-Tapuya, Miriti-Tapuya, Arapaso, Carapanã, Bará, Siriano, Makuna, Barasana; o Aruak, formado pelas línguas Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena, Tariana; o Nadahup, constituído pelas línguas Hupda, Yuhupde, Dow, Nadöb; e o Yanomami, composto pelas línguas Yanomam, Yanomami, Sanumá e Yanam.

A diversidade linguística foi reconhecida pela Lei Municipal n. 145 de 2002, a qual estabeleceu as línguas baniwa, tukano, e nheengatu², enquanto co-oficiais ao português.

Dessa forma, iniciamos o nosso projeto de doutorado em 2013, a partir da participação nas disciplinas e atividades programadas junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Neste espaço, foi ele projetado como um “estudo de caso” dos benefícios e serviços sociais, pertencentes às políticas da Previdência e da Assistência Social, acessados por diferentes povos indígenas da região do Alto Rio Negro – compreendendo as demais políticas sociais, como a saúde, a educação, a habitação, enquanto políticas de aproximação, inter-relacionadas com as políticas objetos da pesquisa.

O objetivo geral foi analisar os caminhos percorridos pela população indígena para acessar os serviços e benefícios sociais das políticas de Assistência e Previdência Social disponíveis na sede municipal, a fim de verificar se neste território, notadamente, reconhecido como território indígena, o acesso a estas políticas de alguma maneira era diferenciado e de que modo ocorria este acesso. Para isto, realizamos um mapeamento dos serviços sociais relacionados a estas políticas e também a

² Difundido e gramaticado pelos missionários, o nheengatu ou língua geral – o tupi da Amazônia – é uma deformação do tupi-guarani, idioma dos grupos tupinambá que ocupavam a costa durante a descoberta e de outros tupis interioranos. O tupi dominou várias regiões do Brasil nos primeiros séculos da colonização, sendo paulatinamente substituído pelo português, como vem ocorrendo agora na região do Rio Negro (RIBEIRO, 1995, p.245).

outras, como educação, direitos humanos, juventude, saúde e organizações não governamentais; e ainda, entrevistamos gestores e técnicos atuantes e usuários dessas políticas.

Partindo desses pressupostos, o presente texto estrutura-se da seguinte maneira: no primeiro capítulo, descrevemos a região do Alto Rio Negro. Em seguida apresentamos a ocupação da área e as características culturais gerais dos troncos linguísticos. Após essa introdução, discorremos a respeito da presença do colonizador e das transformações decorrentes desse contato, desde o século XVI até a década de 1970.

O segundo capítulo estruturou-se em duas partes. Primeira, a apresentação da formação sócio-histórica da sede municipal, a partir da década de 1970 e até a atualidade. Isto porque a contextualização histórica da formação social, política e econômica do município nos permitiu compreender a execução atual das políticas sociais acessadas por indígenas na sede do município de São Gabriel.

Na segunda parte apresentamos a metodologia utilizada. Optamos por utilizar dois métodos, a etnografia e a investigação ação participação (IAP). O primeiro, a etnografia, exigiu, entre outros, uma longa permanência no local, a interação com os sujeitos envolvidos na pesquisa e a observação contínua, cotidiana, bem como a transcrição minuciosa das informações coletadas. Estas informações foram transformadas, posteriormente, em dados quantitativos e qualitativos para melhor compreensão da realidade estudada.

O método IAP, por sua vez, propõe estudar determinados grupos por meio de uma relação dialógica entre o pesquisador e a comunidade. A partir desta relação, a pesquisa vai se delineando de acordo com o interesse de ambos os lados, em uma relação horizontal, por meio da qual se propõe e se sugere alguma intervenção na realidade estudada. Fruto da nossa intervenção, foi enviado um relatório de denúncia ao MPF do Amazonas apresentando as diversas situações de violações de direitos humanos encontradas durante a nossa permanência em São Gabriel da Cachoeira.

Os instrumentos utilizados foram o levantamento bibliográfico, a observação participante e não participante, as anotações (diário de campo), as entrevistas estruturadas com perguntas abertas e as semiestruturadas, assim como as devidas transcrições destas na íntegra, os relatórios de campo, a participação em eventos, a realização de reuniões, as conversas formais e informais, a tabulação das informações coletadas e a transformação em dados quantitativos e qualitativos, bem como a sua análise.

Esta análise foi realizada a partir de referências como B. Ribeiro (1995), Cabalzar e Ricardo (2006), Robin Wright (2005), Bruzzi (1977), Souza (2014), Ianni (1972; 1989; 1992), Santos

(1983), Couto e Yazbek (2010), Couto (2011), M. L. Silva (2011), Simões (2011), Martins (2002; 2014), entre outros autores.

O terceiro capítulo estrutura-se em duas partes. Na primeira, abordamos o processo de construção da proteção social brasileira – precisamente, as políticas sociais, da Assistência e Previdência Social, tangenciando a atenção dada à população indígena a partir do século XX, de modo que, a partir desta contextualização, pudemos também compreender a operacionalização das Políticas de Previdência e Assistência Social na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira.

Na segunda parte, apresentamos a fase empírica, a partir dos dados levantados durante o trabalho de campo, iniciado em finais de 2014 e que se estendeu até abril de 2015. Assim, buscamos expor a operacionalização dessas políticas e os caminhos percorridos para acessá-las, bem como a caracterização dos serviços e dos benefícios sociais acessados por indígenas na sede municipal. Posto isto, partimos, primeiramente, para as entrevistas com os usuários, com os integrantes da sociedade civil e técnicos e gestores do Poder Público. Do “nicho” da sociedade civil, destacamos, em um item a parte, a Comunidade Boa Esperança, uma comunidade indígena localizada a menos de 100 metros do lixão da cidade, por compreendê-la enquanto parte das expressões da questão social indígena brasileira.

Por fim, entendemos que todo o trabalho empreendido nesta pesquisa foi fruto da constante negação de direitos sociais aos povos indígenas brasileiros, a qual mantém a “velha máxima” da manutenção de uma estratificação social desumana, invisível aos olhos dos que negligenciam a humanidade no outro, mas bastante nítida aos olhares de outros, assim como nos resultados deste trabalho.

Resultados estes que nos incitam a continuar a pesquisa, o debate e o aprofundamento do tema no Serviço Social e na academia em geral, uma vez que o modo como estão sendo ofertadas as políticas inclusivas e protetivas termina por transformar a inclusão em manutenção da exclusão social e a proteção em desproteção.

1 A DOMINAÇÃO E SUBJUGAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO

Atentar para o modo como é ofertada, hoje, a proteção social dada aos povos indígenas, a partir de seu acesso aos benefícios e serviços sociais provenientes das políticas da Assistência e Previdência Social, nos leva a refletir sobre as expressões da questão social indígena, as quais também são consequências da colonização europeia no Brasil.

Assim, podemos compreender como foram desenvolvidas as relações sociais entre os colonizadores e os povos originários que, pautadas fundamentalmente na exploração dos recursos humanos e ambientais, fizeram do território um loco privilegiado para acumulação de riqueza, sem qualquer intenção de povoamento.

Dessa forma, no Brasil, as expressões da questão social podem ser compreendidas desde o estabelecimento de relações entre o capital mercantilista e os povos indígenas, as quais implicaram em profundas alterações nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais anteriores ao processo de invasão, resultando na dominação cultural e dizimação de povos.

Seminalmente, elas vão emergir com o tema indígena e, logo após, com o tema da formação nacional, ainda que não sejam compreendidas assim pelos nossos olhos de hoje. Mesmo no caso de sua convergência com a significação europeia, por ocasião da implantação do capitalismo industrial no continente, ela, porém, será fortemente condicionada por essas proposições histórico-estruturais [...] (WANDERLEY, 2013, p.72).

À vista disso, a atenção dada hoje pelo Estado brasileiro e pela sociedade civil aos povos originários é permeada historicamente por diferentes formas de exclusão, marginalização e injustiças sociais, o que influencia na maneira como a proteção social e, por conseguinte, as políticas sociais são operadas quando se trata de povos indígenas.

Como sabemos, as políticas sociais não são construídas por meio de uma atenção solidária do Estado. São elaboradas, sobretudo, mediante a pressão popular para o reconhecimento forçoso da existência das desigualdades sociais e, posteriormente para tomada de providências pelo Estado. Na região do rio Negro este processo não foi diferente.

Neste sentido, apresentar as culturas indígenas do noroeste do Amazonas exige a contextualização histórica da ocupação da região do Alto Rio Negro pré-colonial, tanto dos indígenas quanto dos europeus, notadamente, portugueses e espanhóis, sendo que estes últimos entraram em contato com a região do Baixo e Médio Rio Negro a partir do século XVII.

Esta retomada, ainda que não pretenda esgotar o tema da ocupação da região do Rio Negro, é imprescindível para compreendermos a complexa trama que desafia as políticas sociais atuais executadas na sede do município diante a diversidade linguística, cultural e étnica sem igual no Brasil.

Partindo desses pressupostos, o presente capítulo estrutura-se da seguinte maneira: inicialmente localizamos a região do Alto Rio Negro, em seguida apresentamos a ocupação da área e as características culturais gerais dos troncos linguísticos. Após essa introdução discorremos a respeito da presença do colonizador e das transformações decorrentes desse contato, desde o século XVI até a década de 1970.

As mudanças ocorridas a partir da década de 1970 que resultaram em um *boom* econômico e social, na sede municipal, serão aprofundadas no capítulo II.

1.1 O Alto Rio Negro

A região do Alto Rio Negro está localizada no noroeste do estado do Amazonas, na tríplice fronteira com a Colômbia e com a Venezuela. À enorme extensão territorial de aproximadamente 200.000 km² pertencem, parcialmente, as áreas territoriais dos municípios de Japurá, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro e, integralmente, de São Gabriel da Cachoeira (CABALZAR; RICARDO, 2006). Habitados por diversos povos, predominam na região as línguas: baniwa, tukano oriental e nheengatu. Também são falados o português e o espanhol. Embora os quatro municípios componham a região do Alto Rio Negro, restringimos a pesquisa à sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, universo da nossa pesquisa.

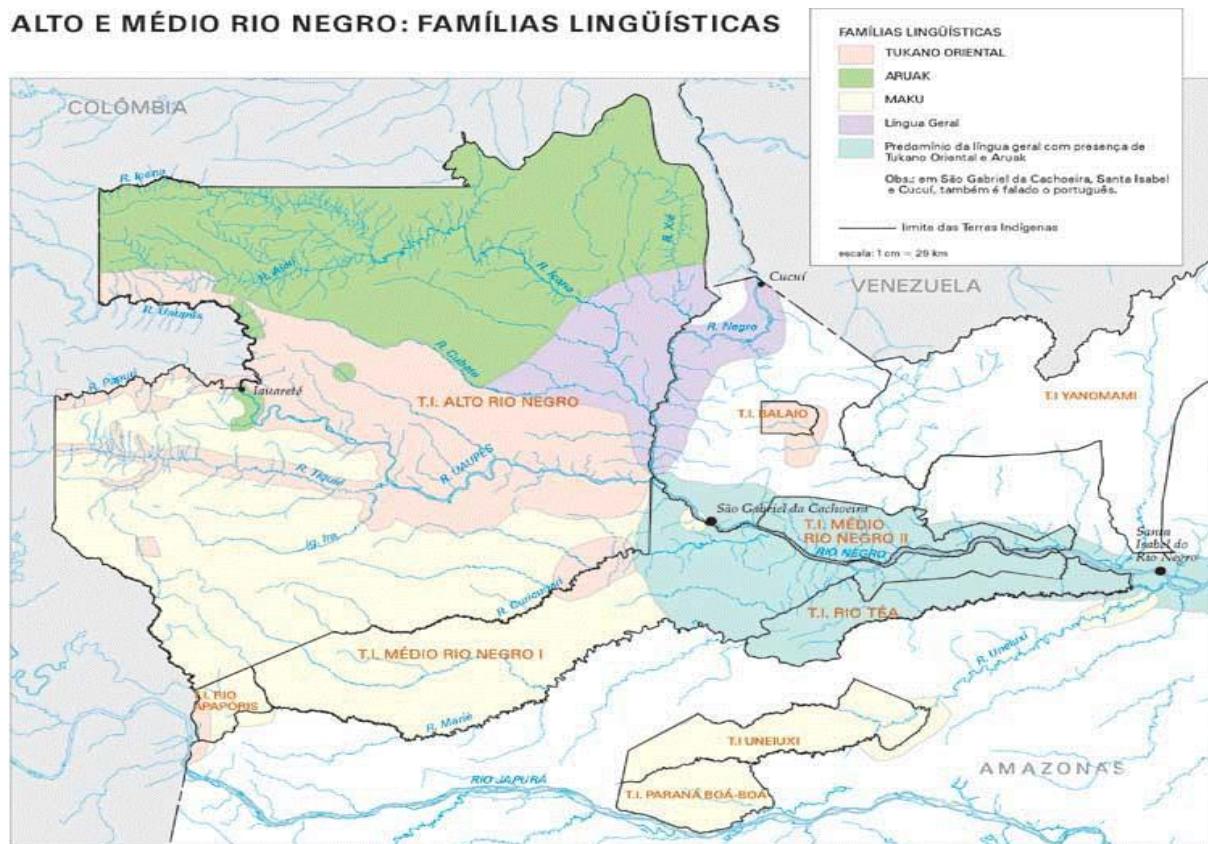
A bacia hidrográfica do Alto Rio Negro recebe águas de diversos rios e igarapés, como: Uaupés, Içana, Curicuriari, Marié, Padauiri, Cauaburi, Marauiá e Xié, que compõem a maior bacia de águas negras do mundo. A determinação da cor está ligada à acidez de suas águas, fator que influencia diretamente na produtividade da região, por ocasionar um solo arenoso e com poucos nutrientes (CABALZAR; RICARDO, 2006, p.6).

Embora tenha o *status* de maior rio de águas pretas do mundo, a extensão do rio Negro não é proporcional a sua produtividade. A cor de sua água, em razão da acidez, implica diretamente na qualidade dos nutrientes o que, por sua vez, reflete na vida aquática da região. Os peixes, por exemplo, se alimentam basicamente de fontes externas, como sementes, frutas, insetos, entre outros. Definindo as espécies de peixes que habitam as suas águas, estima-se que existam mais de setecentas, o que também confere ao corpo d'água o *status* de rio com a maior diversidade de peixes do mundo (GOULDING; CARVALHO; FERREIRA, 1988 APUD CABALZAR; RICARDO, 2006).

O emaranhado de rios, igarapés e igapós que formam a região do Alto Rio Negro é mais bem visualizado quando utilizamos um mapa hidrográfico e social. Por isso, apresentamos o mapa abaixo (CABALZAR; RICARDO, 2006) com os principais rios do Alto e Médio Rio Negro e a ocupação regional por famílias linguísticas.

As determinações naturais do ambiente implicam, entre outros fatores, na disposição dos grupos no território e em suas relações de trocas sociais e econômicas, uma vez que esses grupos buscam meios para garantir a sua sobrevivência física e cultural, entre eles “folhas de palmeiras para a cobertura das casas, madeira ou casca de árvore para as paredes das casas, tucum e tucumã para cestaria, cordas e fios, venenos de pesca e de caça, etc.”. (CABALZAR; RICARDO, 2006, p.61).

MAPA 1 – Alto e Médio Rio Negro: Famílias Linguísticas



Fonte: CABALZAR; RICARDO, 2006.

Na região do noroeste amazônico aparentemente existe uma enorme diversidade cultural; no entanto, quando analisamos “os mitos, os ritos, as práticas cotidianas, a cultura material que implicam no seu modo de ser e na sua origem, podemos compreender o quanto compartilham de características comuns” (RIBEIRO, B., 1995; CABALZAR; RICARDO, 2006).

As culturas são muito diferentes entre elas, por isso tem que ter cuidado no relacionamento com as pessoas aqui. Somos quatro famílias linguísticas. Quem não busca compreender isso, talvez vá olhar a todos como igual ou achar que há diferenças demais entre eles. Nós somos apenas quatro troncos linguísticos diferentes, em termos de macro organização dos povos indígenas. Você deve olhar as histórias de cada tronco, os princípios

lógicos deles se relacionarem com o mundo, mas os profissionais não sabem disso, por isso acabam não tratando bem as pessoas (André Baniwa, informação verbal)³.

Compreendemos, neste trabalho, que a área cultural do rio Negro está composta por quatro troncos linguísticos: Aruak, Tukano Oriental, Nadahup e Yanomami, embora Berta Ribeiro (1995) não considere o último tronco como pertencente a esta área. Cabalzar e Ricardo (2006) apresentam as quatro famílias linguísticas inclusas na região do rio Negro, considerando médio e alto curso do rio. Optamos por incluir o tronco Yanomami nesta macrorregião por que seus falantes compõem o corpo de sujeitos desta pesquisa, assim como os falantes dos outros três troncos – todos indígenas pertencentes a estas famílias linguísticas.

Os povos falantes desses troncos linguísticos habitavam diferentes locais na região e mantinham relações de troca e comércio com os povos do Alto Orinoco, a partir das quais estabeleceram caminhos e trilhas, que foram posteriormente utilizadas por europeus durante a exploração das suas riquezas naturais e humanas. As relações foram profundamente alteradas após o século XVII, a partir do contato com os europeus. Embora o contato tenha modificado as relações até então estabelecidas, os povos do rio Negro reinventaram o seu modo de ser e viver, preservando algumas características culturais, mesmo durante a opressão e a violência cometidas por colonizadores exploradores durante séculos (WRIGHT, 2005).

De acordo com Zucchi (apud WRIGHT, 2005), o processo de ocupação da região do Alto Rio Negro se deu a partir da “diáspora Aruak” a cerca de 3000 mil anos. Esse processo teria sido influenciado por alguns fatores como: desenvolvimento da agricultura, crescimento populacional, divisão e agregação de grupos, entre outros. O início da dispersão teria ocorrido com os povos falantes, dos troncos linguísticos Aruak e Tukano Oriental, sendo que o primeiro ocupou a região da bacia do rio Içana, que tem como seus maiores tributários os rios Aiari, Cuiari, Piraiauara e Cubate e o segundo povoou, predominantemente, o rio Uaupés e afluentes: Papuri, Querari e Tiquié. (CABALZAR; RICARDO, 2006).

Podemos perceber que a configuração hidrogeográfica dos troncos linguísticos no território não se deu por acaso. A dispersão e a ocupação dos povos nos principais afluentes do rio Negro, os rios Uaupés e Içana, envolveram, também, aspectos mitológicos, políticos e sociais.

1.2 Características dos povos e ocupação regional

A região do Alto Rio Negro é povoada por falantes de quatro troncos linguísticos: **Tukano Oriental**, composto pelas línguas Tukano, Desana, Kubeo, Tuyuka, Pira-Tapuya, Miriti-Tapuya,

³ Entrevista concedida por André Baniwa. Entrevista 27 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

Arapaso, Carapanã, Bará, Siriano, Makuna, Barasana; o **Aruak**, formado por Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena, Tariana; o **Nadahup**, constituído por Hupda, Yuhupde, Dow, Nadöb; e o **Yanomami**, composto apenas pela língua Yanomami.

Essas línguas, também, diferenciam os povos, os quais podem ter várias subdivisões, subgrupos, chamados de *sibs*, sendo que cada um é formado pelos descendentes de um mesmo avô antigo que se consideram irmãos próximos entre si. (CABALZAR; RICARDO, 2006).

Esses grupos étnicos estabelecem uma rede de relações de interdependência regional. A dependência recíproca se mantém por meio das dinâmicas sociais, políticas, comerciais e religiosas, a partir da contribuição de cada um com a sua especialidade, seja na produção e intercâmbio de artefatos, de conhecimentos, seja nas alianças a partir de casamentos ou de guerras. Neste intercâmbio cultural estão presentes não só as diferenças culturais, mas elementos comuns a todas as culturas, como os ritos de iniciação masculina com as flautas sagradas do Jurupari, o uso de substâncias alucinógenas como o caápi e paricá⁴, as festas religiosas, entre outros. Essa trama de relações pré-colonial abrangia desde o Orinoco até o baixo rio Negro, região na qual os Aruak eram fundamentais para promover a integração espacial (WRIGHT, 2005, p.16).

Os Tukano e os Aruak mantêm elementos culturais comuns quanto a sua organização social. São divididos em clãs patrilineares exogâmicos, constituídos mitologicamente por subgrupos organizados hierarquicamente, a partir da ordem de nascimento, sendo que os irmãos mais velhos estão hierarquicamente acima dos mais novos (WRIGHT, 2005). E ainda, compartilham de elementos rituais como a máscara da casca de árvore produzida pelos Kubeo, de alucinógenos como caapi e paricá e dos ritos de iniciação masculina que envolve o uso das flautas sagradas de Jurupari, além da habitação em maloca, local onde reproduziam o seu modo de ser e viver, e do uso dos trocanos (grandes tambores de madeira para comunicação). Esses elementos comuns remetem a uma relativa padronização cultural, no entanto as línguas são diferentes (NEVES, 2006).

Cada povo tem a sua expertise em determinada área. Os Baniwa e os Desana produzem os balaios, sendo que os primeiros também são conhecidos por fazer o ralo de mandioca, artefato imprescindível na região que tem a mandioca brava como alimento base, bem como os tipitis⁵ produzidos pelos Wanana. Os Tukano são os únicos a produzir os bancos rituais. Os Nadahup (Maku) são produtores de zarabatana, curare e dos aturás, grandes cestos cargueiros que carregam até 60 quilos de produtos. Os Bará e os Tuyuka são os construtores das canoas, artigo de primeira

⁴ Caapi – bebida extraída do cipó *Banisteria caapi*. Infusão de casca previamente socada num pilão especial, mal diluída em um pouco de água. Paricá – pó extraído da fruta do paricazeiro, torrada e socada, para ser aspirado pelas narinas por meio de um implemento especial, feito de ossos de pernas de aves, ou para ser insuflado, reciprocamente, quando tomado em cerimônia (RIBEIRO, B., 1995, pp.239-242).

⁵ Cesto cilíndrico provido de duas alças para estendê-lo e extrair, dessa forma, da polpa de mandioca-brava ralada nele introduzida, o veneno ácido hidrociânico que a planta contém (RIBEIRO, B., 1995, p.243).

necessidade em uma região na qual o transporte é exclusivamente aquático. Essa vasta cultura material compõe as relações de troca entre os povos do alto rio Negro.

As relações sociais têm por fundamento a exogamia, que estabelece o impedimento do casamento entre os povos de uma mesma língua, a partir do qual a mulher que casa vai para a aldeia do marido e os seus filhos aprenderão primeiramente a língua paterna. O impedimento do matrimônio entre povos de mesma língua gera alianças e trocas exteriores, fazendo com que as pessoas diretamente envolvidas nestas relações se autodenominem “irmãos”, embora não exista consanguinidade (WRIGHT, 2005).

Soma-se a isso o mito da origem do universo: o da canoa grande, cobra grande, que permeia praticamente todos os troncos linguísticos da região. Segundo a mitologia do Alto Rio Negro, a hierarquia entre os povos teria ocorrido a partir da criação do universo, simbolizado pela cobra, em que cada tronco linguístico ocupava uma parte da cobra-canoa. Os Aruak habitam predominantemente a região do rio Içana, início da cabeça da cobra, onde existe a cachoeira do Ipanoré, que para alguns povos é o umbigo do mundo, a origem do universo. Embora, mitologicamente, tenham sido os primeiros povos a descer da canoa, eles aceitaram os Tukano como povos da mais alta hierarquia, talvez por serem mais numerosos.

1.2.1 Aruak

Os povos falantes de línguas do tronco Aruak são os Baniwa, Kuripako, Wakuenai (estes três habitam principalmente a bacia do rio Içana), Warekena (rio Xié), Baré (predominantemente no Alto Rio Negro). Entre estes dois últimos é muito falado o nheengatu, reflexo da evangelização e colonização. Os Tariana, presentes no médio e baixo curso do rio Uaupés, se apropriaram da língua tukano após séculos de contato com os Tukano (RIBEIRO, B., 1995; CABALZAR; RICARDO, 2006).

Os Baniwa e os Kuripako habitam principalmente o rio Içana, tanto que este é conhecido localmente por “rio dos Baniwa”. Também ocupam seus afluentes Cuiari, Aiari, Cubate, bem como os igarapés e paranás, hidrografia que compõe a bacia do Içana. Estima-se que na bacia do Içana existam 140 sítios e povoados habitados por mais de 3 mil pessoas (CABALZAR E RICARDO, 2006, p.8). Além disso, estão no alto curso do rio Negro e nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos.

1.2.2 Tukano

O tronco linguístico Tukano Oriental é composto por mais de quinze línguas: Tukano, Desana, Kubeo, Tuyuka, Pira-Tapuya, Miriti-Tapuya, Arapaso, Carapanã, Bará, Siriano, Makuna, Barasana. “A definição Tukano Oriental é para diferenciá-los dos Tukanos Ocidentais, povos que habitam a região do rio Napo, nas fronteiras entre Colômbia, Equador e Peru” (CABALZAR; RICARDO, 2006, p.29).

Esses povos ocupam, principalmente, a calha do rio Uaupés, que nasce na Colômbia, e seus principais afluentes: o Tiquié, o Papuri, o Querari e o Cuduiari. É conhecido na região por “rio dos tukano”, embora também haja em suas margens povos Aruak – como os Tariana, também conhecidos como “Aruak tukanizados” (RIBEIRO, 1995) –, e muitos grupos falantes do tronco linguístico Nadahup. Os distritos Pari-Cachoeira, Iauareté e Taracuá formam o chamado “triângulo tukano”, desenhado hidrograficamente pelos rios Uaupés, Papuri e Tiquié. O percurso total do Uaupés, de 1.375 km, sendo 845 km em território nacional, faz com que este seja um dos maiores tributários do rio Negro.

Os Tukano ainda estão no rio Negro e nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

A língua tukano é mais utilizada na bacia do Uaupés, mesmo por povos de outros troncos, praticamente uma língua franca local, isto pelas relações sociais estabelecidas com outros povos, caso dos Nadahup, com os quais mantêm relações há muito tempo.

1.2.3 Nadahup (Maku)

Os indígenas habitantes do interior da floresta são chamados na literatura e regionalmente por Maku, embora chamá-los assim seja pejorativo, associando-os a selvagens: O termo “Maku” é bastante utilizado pelos autores referenciados neste trabalho, no entanto optamos por utilizar “Nadahup” para nos referirmos aos quatro povos que falam línguas desse tronco linguístico. Essa decisão está embasada em nossas pesquisas, durante as quais constatamos que, quando os próprios indígenas produzem a literatura ou discutem a respeito dos povos da região, eles não utilizam o termo “Maku” por significar “os que não são gente, os selvagens”. A palavra “Maku”, em aruak, significa “aquele que não tem fala” ou “aquele que não tem a nossa fala” (Ma = prefixo privativo / aku = fala). A adoção desse termo expressa a relação estabelecida entre estes e os demais povos – indígenas da floresta em oposição a indígenas do rio, como os povos Tukano e Aruak (RAMOS, 2013, p.21). Os Tukano os chamam de Peoná, “donos do caminho”, por transitarem pela floresta.

Quatro são os grupos que compõe o tronco linguístico Nadahup, em área brasileira, estabelecidos em diversos rios e igarapés, são elas: Hup (ou Hupda no plural), Yuhupde, Dow e

Nadob. Se somados os outros dois grupos da Colômbia, Kakwa e Nukak, são seis grupos que compõem o tronco linguístico Nadahup (RAMOS, 2013).

Os grupos pertencentes à família linguística Nadahup são conhecidos por serem exímios caçadores e coletores. A localização desses povos no interior da floresta e seu nomadismo – fato que mudou após a intervenção dos salesianos, como veremos mais adiante – os difere dos indígenas ribeirinhos que se estabelecem no mesmo local e vivem da agricultura e da pesca.

As diferentes relações que os grupos estabelecem com os recursos naturais da região terminam por estabelecer as relações sociais e especializá-los no manejo dos recursos naturais. Por exemplo, os Nadahup são os que mais dominam a técnica da caça e da coleta de frutos selvagens, bem como de materiais para artesanato e produção de veneno para caça e pesca. Isso os faz realizar intercâmbios com os Tukano Oriental e Aruak, que são especialistas na pescaria e na produção de beiju, farinha de mandioca, tabaco, especiarias, entre outros. Os Aruak também têm acesso a produtos industrializados, como roupas, sal, panelas, entre outros.

Além dessa dinâmica, que estabelece certa interdependência entre os povos e redistribui os produtos entre eles, há as alianças matrimoniais, que em sua maioria são definidas pela exogamia linguística e impedem indivíduos da mesma língua de se casar entre si, com exceção dos Nadahup, que não compartilham dessa interdição (CABALZAR; RICARDO, 2006).

Outra diferença cultural entre os povos com os *Nadahup* diz respeito ao tamanho da sua aldeia. Em geral, mantêm pequenos agrupamentos com cinco ou seis famílias no interior da mata, próximos de outros grupos, mas distante o suficiente para que possam caçar e coletar o suficiente para a subsistência dos moradores, dessa forma usando racionalmente os recursos naturais disponíveis em torno da aldeia. A localização desses grupos no interior da floresta fez com preservassem mais a sua cultura, sendo recente o seu contato com o não indígena (CABALZAR; RICARDO, 2006).

Os Nadahup, por formarem pequenos grupos, têm pequenas roças para a subsistência, um dos motivos que os levam a permanecer por períodos em outras aldeias realizando trocas ou trabalhando, para que a suas roças não se esgotem rapidamente.

Assim sendo, os Nadahup acabam por ser os que servem às outras tribos, em troca de comida e outros artefatos. São exímios caçadores e coletores e essa particularidade faz com que estabeleçam relações com diversos povos.

Antes da influência dos salesianos, os Nadahup eram nômades no território, uma vez que, não sendo agricultores, ficavam desimpedidos de habitar o mesmo local por um longo período de tempo. Porém, após o aldeamento forçado empregado pelos salesianos, por volta da década de 1970, se fixaram (CABALZAR; RICARDO, 2006; RAMOS, 2013). Os Nadahup eram, até então,

organizados em pequenos grupos que sobreviviam dos recursos naturais próximos do local onde se estabeleciam – visto que eram poucos, conseguiam o suficiente nos arredores.

No entanto, a partir do aldeamento forçado de vários grupos num mesmo local, essa economia utilizada até então já não servia mais, pois implicava em horas de caminhada para caçar e coletar frutos. O excesso de pessoas num mesmo local terminou por esgotar os recursos naturais dos aldeamentos e implicou em uma grave falta de alimentos para os Nadahup. Diante dessa situação, os salesianos decidiram doar algumas cabeças de gado para que se alimentassem – solução que não durou, por ser economicamente insustentável, e os deixou em situação de fome e miséria.

Os Nadahup até hoje são subestimados enquanto seres humanos e julgados como seres inferiores tanto por indígenas quanto por não indígenas. Embora isso se dê de modo relativamente velado, durante o período de campo foi possível notar algumas expressões que demonstram o rebaixamento deste povo: “se é Maku, não é gente”, “pro Maku qualquer coisa serve”.

1.2.4 Yanomami

Os Yanomami são considerados um dos maiores povos da região Amazônica, ocupando parte do território brasileiro e da Venezuela. Habitam a região ao norte do rio Negro e a Serra do Imeri; a leste, seu território alcança Roraima, através do rio Branco (CABALZAR; RICARDO, 2006, p.32). Convencionou-se agrupar as quatro línguas conhecidas (yanomam, yanomami, sanumá e yanam) em um só povo, a Yanomami, que quer dizer “gente”.

Historicamente são povos de pouco contato com a sociedade envolvente. Somente a partir da década de 1950, com a presença dos missionários evangélicos e católicos, é que se passou a ter maior contato, não apenas com os Yanomami, mas também com outros povos, como veremos mais adiante.

1.3 O início do contato com os europeus na região do rio Negro

Pensar a influência europeia, especialmente a ibérica, nos leva ao processo histórico de invasão e dominação do território nacional por tropas portuguesas, espanholas, holandesas, francesas e inglesas. Nenhuma delas com intuito de povoar, porém com a necessidade premente de explorar o território.

A tentativa de implantação da visão de mundo lusitana por meio da imposição dos seus hábitos e costumes, da língua e da religião, em extenso território, trouxe consequências à nossa visão de mundo influenciada pelas instituições, ideias e crenças ibéricas depositadas em nosso

território, forçosamente, de modo a promover, unicamente, o sucesso do empreendimento colonial (RIBEIRO, 2006).

O fato de termos recebido parte dessa herança através de uma nação ibérica é significativo, no que concerne à multiplicidade cultural já conhecida pela Espanha e Portugal, países que compõem uma zona fronteiriça, de transição, acostumados com a miscigenação e a subjugação como instrumentos de dominação territorial (HOLANDA, 2013).

No Brasil, a colonização portuguesa data do início do século XVI e trouxe transformações de ordem social, cultural, econômica, política, biológica e religiosa. A ocupação do território, inicialmente pela costa atlântica, foi justificada pela característica econômica mercantil extrafronteira, que envolvia o mercado mundial através da venda de produtos, como drogas do sertão, pau-brasil, cana de açúcar, metais preciosos, café, algodão, entre outros. Aos nativos do território brasileiro estava reservado o fatídico destino: ser mais uma colônia de Portugal, a enriquecer a Coroa até se esgotarem os recursos humanos e naturais da terra recém-invadida.

Os registros a respeito da região do rio Negro datam do período entre 1538 e 1541, quando europeus partiram do rio Orinoco, na Venezuela, em busca de “El Dorado”. No relato desta viagem foi registrada a existência do rio Uaupés, um dos maiores tributários do rio Negro (CALBAZAR; RICARDO, 2006, p.73).

As primeiras crônicas escritas acerca do rio Negro foram registradas em 1542 por Gaspar de Carvajal, frade e cronista da expedição liderada por Francisco Orellana, que relata ter visto um rio enorme de águas negras, daí o nome rio Negro (BRUZZI, 1977). Nos documentos dessas viagens exploratórias não havia referência à presença de indígenas.

Após o período exploratório foram iniciadas as buscas por mão de obra escrava no baixo e médio rio Negro, com vistas à implantação da empresa colonial na região. Os povos do alto curso do rio Negro entraram em contato com os objetos dos europeus a partir das trocas intertribais que praticavam com os povos do baixo e médio curso.

Cientes da presença de um enorme contingente de mão de obra no rio Negro, e com a falta desta no Maranhão e no Pará, decorrente da dizimação por escravização ou por doenças, sobretudo do povo Tupinambá, os colonizadores e missionários portugueses, a fim de obter força de trabalho para as fazendas e coleta das drogas do sertão, veem nos rios Negro e Amazonas a solução para angariar servos para seus negócios (CABALZAR; RICARDO, 2006, p.73).

Embora esse levantamento das riquezas naturais da região tenha se iniciado no século XVI, a exploração efetiva do meio ambiente e da população habitante ocorrerá em 1636, quando a Coroa portuguesa, a fim de defender seu território das invasões espanholas, holandesas e francesas, que já estavam ocorrendo no Maranhão e no Pará, decide enviar Pedro Teixeira para explorar o rio

Amazonas. Este explorador subiu o rio Amazonas e chegou à Quito, no Equador, a fim de verificar como estava o domínio jesuíta na região. Durante o seu retorno a Belém, planejava subir o curso do rio Negro para o apresamento de indígenas. Porém os jesuítas Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda, que retornaram de Quito com a expedição de Teixeira, atrapalharam seus planos, argumentando a falta de tempo para subir o rio Negro, pois deveriam voltar a capital para relatar como era a região e os habitantes de Quito. Por isto, a primeira incursão oficial não logrou êxito (CABALZAR; RICARDO, 2006, p.73).

Neste período, a Corte portuguesa, sabendo da existência de indígenas, potenciais escravos, e das riquezas naturais, as “drogas do sertão”, passou a financiar expedições de exploração na região com vistas a capturar mão de obra escrava e enviar o cacau, a pimenta, as madeiras e outros recursos naturais para Portugal.

A investida dos portugueses à Amazônia brasileira se deu em parceria com a Igreja Católica. Inicialmente, os responsáveis foram os missionários jesuítas, mas, ao longo dos séculos, outras ordens religiosas participaram desse processo de exploração: carmelitas, capuchinhos e mercedários. Os salesianos, que exerceram muita influência no alto rio Negro, assumem a região a partir do século XX, com a instalação de internatos, escolas e postos de saúde. Para tais ações contaram com o apoio do Exército, como veremos mais adiante.

Os colonos e os jesuítas foram elementos centrais do território e disputavam os indígenas por diversas razões. Aos colonos pobres, além de mão de obra barata, serviam para reproduzir. Aos jesuítas como força de trabalho, reproduziam o modo de subsistência, guerreavam nas expedições armadas, nas “guerras justas” realizadas para capturar mais indígenas: os operários da empresa colonial. Nessas disputas, os colonos invadiam as missões, a fim de saquear a “mercadoria” para escravizá-la, gerando conflitos com os jesuítas que, a certa altura, passaram a perceber que a exploração dos nativos por colonos estava atrapalhando seu domínio sobre eles.

Os jesuítas retiraram milhares de indígenas do seu território de origem, de forma a dominá-los e sacrificá-los em nome de um projeto político e econômico que rendeu mão de obra e riqueza à colônia e à Igreja. Nesta época pensava-se também em explorar o ouro que se falava existir na região. Para isso, os portugueses e os missionários contavam com a ajuda de lideranças indígenas, que foram sistematicamente cooptadas pela troca de objetos até então desconhecidos pelos indígenas.

Uma das maneiras de beneficiar e ampliar o domínio territorial português foi o cunhadismo⁶ dos indígenas que, segundo Darcy Ribeiro (2006), foi responsável pela expansão da dominação

⁶ “A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse,

territorial portuguesa. À medida que era oferecida uma mulher aos portugueses que chegavam à aldeia, uma enorme rede de parentesco era formada com os seus familiares. Dessa forma, o uso da mão de obra indígena e o domínio territorial eram facilitados. Como veremos mais adiante, tal forma de aliança entre indígenas e portugueses é reforçada em um dos parágrafos do “diretório pombalino”, no qual há o incentivo ao casamento entre indígenas e portugueses pela Coroa.

De acordo com Holanda (2013), o uso do trabalho escravo pelos portugueses vinha da carência da moral do trabalho (manual) entre os ibéricos, expressada na dificuldade de organização social e de solidariedade. Entre os portugueses e espanhóis, a moral do trabalho representou um fruto exótico, tornando precária a ideia de solidariedade. Foi o gosto da aventura que teve influência decisiva em nossa vida nacional. O português veio buscar a riqueza que custou ousadia, não a riqueza que custaria o seu trabalho, mas a partir da escravização de indígenas e negros.

Os jesuítas foram os primeiros apoiadores da empresa colonial portuguesa. Com o intuito de “salvar” as pobres almas e domesticar os “selvagens”, iniciaram os chamados aldeamentos, onde diversos povos e costumes eram misturados e obrigados a utilizar uma língua única: o nheengatu. Essa doutrinação foi à custa do sacrifício e da dizimação de diversos povos da região, que eram atraídos pela troca e/ou oferta de objetos.

Neste processo, vários povos perderam a sua língua em detrimento da obrigatoriedade do Nheengatu. O estabelecimento forçado da chamada língua geral teve dois principais objetivos: o primeiro era fazer com que os indígenas se comunicassem em uma língua que fosse inteligível por seus dominadores e o segundo, acabar com a riqueza cultural encontrada pelos religiosos quando da sua chegada. A imposição do nheengatu foi a maneira mais cruel de subjugar a cultura indígena do rio Negro.

Contudo, o tempo dos jesuítas não foi muito longo, pois um ajustamento ao Regimento das Missões (1686), em 1694, dividiu a Amazônia entre as ordens religiosas acabando por favorecer os carmelitas, que estabeleceram diversos aldeamentos para a doutrinação dos indígenas no rio Negro.

A fim de estabelecer seu poderio militar na região, a coroa funda o forte de São José do Rio Negro, a atual Manaus, em 1669.

O início das chamadas guerras justas e das tropas de resgate na região data de 1658. Estes termos foram forjados como justificativa portuguesa para a covardia e a atrocidade cometida contra os indígenas cooptados. O primeiro, “guerras justas”, era utilizado quando ocorria alguma defesa dos indígenas contra o ataque ou aproximação dos europeus, que usavam o canibalismo e as guerras intertribais – muitas destas estimuladas pelos próprios portugueses – com o pretexto de resgatar os

estabelecia, automaticamente, mil laços que o parentavam com todos os membros do grupo”. (RIBEIRO, D., P.73, 2006).

prisioneiros de guerra, que seriam mortos ou comidos. Dessa forma, poderiam os portugueses empreender guerras contra os indígenas “hostis”, capturá-los e torná-los escravos. Por sua vez, as “tropas de resgate” ocorriam a partir da negociação de portugueses com líderes indígenas, que forneciam escravos em troca de objetos e artigos europeus. Em 1688 foi promulgado o Regimento das Missões, que permitia a escravidão indígena em casos de resgate ou guerra justa e estabelecia o financiamento da coroa nas tropas de resgate.

1.4 A intensificação do contato nos séculos XVIII e XIX

As guerras justas e as tropas de resgate iniciadas no século XVII foram fortalecidas no século seguinte. Em 1723, o governador João da Maia da Gama declarou guerra justa contra os Manao, em virtude do domínio desse povo na região, sua resistência, seu enorme contingente populacional e sua suposta aproximação dos holandeses – fatores que atrapalhavam a realização do objetivo das tropas oficiais e o resgate de escravos indígenas na região do rio Negro. A guerra se estendeu por anos e resultou no extermínio e na fuga de milhares indígenas (CABALZAR; RICARDO, 2006, p.76).

Nessa época, foi iniciada a exploração do alto rio Negro e seus afluentes, até então ainda muito habitada. Para realizar este objetivo, os carmelitas foram os primeiros missionários a criar aldeamentos ao longo do curso do rio, chegando próximos à sede municipal de São Gabriel da Cachoeira. As tropas de resgate, oficiais e particulares, e as guerras justas somadas a uma epidemia de varíola, em 1740, dizimaram a região.

Desde então, a região e os povos do alto rio Negro continuaram a ser explorados por uma minoria não indígena, que até hoje impõe e rege a dinâmica social local. Aos indígenas não havia alternativa: ou desciam para as missões ou eram levados pelas tropas de resgate para trabalharem forçadamente nas vilas como uma forma de pagar o seu resgate.

Embora, as tropas de resgate tenham durado quase um século na região, foi só no final da década de 1740, após a proibição das tropas de resgate pela Coroa, que

o sistema de tropas de resgate começou a decair, não se sabe “se por causa das notícias sobre as atrocidades regularmente perpetradas pelos agentes envolvidos, ou por ter sido comprovado seu pouco sucesso em aumentar os cofres públicos, não se sabe (SWEET, 1974, p.610 apud WRIGHT, 2005, p.71).

Ainda que oprimidos, escravizados e subjugados por uma minoria, os povos indígenas não deixaram de resistir às violências cometidas contra eles. Muitas vezes fugindo para o interior das matas, para além das fronteiras de países como a Venezuela, outras vezes se rebelando contra os missionários e portugueses ou, ainda, criando as “confederações multiétnicas”: agrupamentos de diversos povos, comandados por “líderes carismáticos que eram chefes-pajés-guerreiros” (VIDAL,

1999, p.519 apud WRIGHT, 2005, p.48), organizados, por um período, para combater e resistir às sucessivas estratégias de escravização empregadas pelos colonizadores.

Essas formas de resistir e se reinventar dos indígenas em meio ao processo da colonização portuguesa é referido por Hill (1996b, p.157 apud WRIGHT, 2005, p.73) como etnogênese, ou seja: adaptação criativa a uma história geral de mudanças violentas – inclusive o colapso demográfico, o deslocamento forçado, a escravidão, as epidemias, e o recrutamento étnico – impostas durante a expansão histórica dos estados-nações coloniais nas Américas”.

Após meados do século XVIII, Mendonça Furtado, governador do Grão Pará e Maranhão, havia retornado de uma expedição pelo rio Negro, a fim de definir os limites do alto rio Negro. Durante essa viagem, vários indígenas que serviam à tropa oficial fugiram para a mata. Isso levou o governador a buscar por indígenas ao longo do rio, mas encontrou os aldeamentos vazios e acusou os missionários de não querer dividir os indígenas com o governo, de escondê-los da Coroa. Na realidade, tamanha tinha sido a violência dos últimos anos contra os habitantes da região que estes abandonaram as missões e fugiram para o interior da floresta.

Assim, o governador, irmão⁷ do Marquês de Pombal – influente funcionário da Coroa – denunciou a conduta dos missionários ao irmão, que, pressionado por esse fato, pelos relatos de maus-tratos sofridos pelos indígenas e pela disputa política e econômica da mão de obra local entre os missionários e a administração do Grão Pará, promulgou em 1758 o Diretório Pombalino.

O Diretório representava a política indigenista da época, todavia não visava apenas proteger os indígenas da escravização desenfreada, mas retirar o monopólio da administração dos aldeamentos das mãos dos missionários que o detinham desde o Regimento das Missões de 1686, o qual concedia-lhes a tutela dos indígenas capturados e designava-lhes a tarefa de integrá-los à sociedade não indígena, a partir da regulação do seu trabalho, na perspectiva de assimilá-los à sociedade colonial.

O gerenciamento dos antigos aldeamentos, formados por missionários, agora elevados à categoria de vilas ou povoados, passou a cargo do “diretor de índio”. Esta nova função deveria ser executada por colonos, civis ou militares, os novos responsáveis pelos indígenas. Aos missionários caberia somente à doutrinação religiosa, a catequese e a cooptação dos povos para locais mais próximos às beiras dos rios.

Segundo Almeida (1997), nos 95 parágrafos do Diretório estava o disposto pela Coroa a respeito da administração da vida do indígena, compreendendo o trabalho, a cultura, a língua e os costumes. Supostamente, a referida lei pretendia evitar a escravização e o isolamento a que eram

⁷ Em algumas bibliografias utilizadas consta que Mendonça Furtado era meio-irmão do Marquês de Pombal e em outras, irmão, não ficando claro o parentesco.

sujeitos até então, a partir de objetivos como: a transferência da responsabilidade dos missionários para o “diretor do índio” nomeado pelo governador do estado, um tutor; a delegação aos missionários apenas da cristianização dos nativos; a proibição do termo “negro” para se referir ao indígena; o incentivo ao matrimônio entre portugueses e nativos; a proibição das línguas indígenas e do nheengatu, que deveriam ser substituídas pela língua portuguesa; o estabelecimento de duas escolas nas povoações, uma para meninos aprenderem a ler, escrever e fazer contas e outra para meninas aprenderem a ler, escrever, fazer renda, costurar; outorgado direito dos indígenas ao serviço público, como a ser juízes ordinários, vereadores e principais; a imputação de sobrenomes dos portugueses para os indígenas, bem como estímulo ao uso de roupas; a mudança na arquitetura das malocas, que passassem a ter divisórias; a obrigatoriedade do trabalho nas labouras e a realização de plantações de mandioca, feijão, milho, arroz, algodão, tabaco; o pagamento de 1/10 de tributo ao Estado, na forma de dízimo, do que fosse produzido, vendido e/ou adquirido no armazém da povoação; a proibição da comercialização da sua produção sem o alvará do diretor.

Vale destacar aqui uma das mais importantes determinações desta lei: os descimentos, que tinham por objetivo aumentar o número de habitantes das povoações para, no mínimo, 150 indígenas, além dos europeus que tivessem interesse em coabitar o local. Nesses descimentos foi imprescindível o trabalho de convencimento dos missionários para que os nativos “descessem aos povoados”.

No entanto, o Diretório Pombalino não alcançou todos os seus objetivos e os indígenas continuaram a ser explorados. Nesta época, os descimentos foram intensificados a fim de levar mais mão de obra para o trabalho nas vilas e povoados coloniais. Ainda neste período, foram construídas fortalezas no rio Negro, como a de São Gabriel em 1763, uma vez que aquela era região de fronteira entre os dois impérios, Espanha e Portugal, estabelecida no Tratado de Madri em 1750. O aumento da presença militar e dos descimentos aprofundou a desgraça no território indígena (CABALZAR; RICARDO, 2006, p.80). Em 1798, a Coroa extinguiu o Diretório Pombalino e, com ele, o sistema de aldeamentos instituído. (ANDRELLO, 2006).

Esses dois primeiros séculos de exploração portuguesa, fundada em diversas formas de atrocidades e violências, implicaram no significativo decréscimo da população indígena do alto rio Negro, mesmo após o Diretório Pombalino e o regimento de 1788 que proibia a escravização dos nativos.

Com isso, o presidente da província do Pará enviou ao ouvidor do rio Negro um ofício que determinava a punição dos que maltratassem os indígenas – isto porque a falta de mão de obra para as construções na vila de São Jose do Rio Negro era sentida na capital. Neste período, houve a intensificação do extrativismo, que contou com o apoio dos missionários carmelitas, franciscanos e

capuchinhos, além dos militares e particulares, os comerciantes conhecidos como regatões (CABALZAR; RICARDO, 2006).

Os indígenas reagiram aos séculos de atrocidades que sucederam aos primeiros contatos com os colonizadores se revoltando. Destacamos, entre outras revoltas, a Cabanagem (1835-40): iniciada em Belém, foi uma revolta de indígenas e caboclos da região amazônica cansados da escravização e da miséria a que eram submetidos pelos comerciantes, fazendeiros, missionários e pela Coroa portuguesa. Embora tenha sacrificado à vida de muitos indígenas, a Cabanagem apresentou aos colonizadores o seu poder de resistência durante cinco anos.

O longo período de duração da revolta resultou em déficit populacional, o que levou o presidente da província, João Antônio de Miranda, a promover o reestabelecimento dos missionários no alto rio Negro, a fim de reocupar e garantir a proteção da fronteira. Para isso, os missionários formariam novos aldeamentos, a partir da arregimentação e doutrinação dos indígenas.

Então, em 1845, foi aprovado o Regimento das Missões, através do decreto nº 426. Este estabelecia as ações dos responsáveis pelos indígenas, à criação do cargo de diretor geral de índios na província e nos aldeamentos e a convocação de missionários capuchinhos, agora funcionários da coroa, responsáveis por catequizar e doutrinar, além de construir escolas, igrejas e promover o casamento entre indígenas e portugueses. O objetivo do regimento era assimilar, converter o indígena à sociedade portuguesa, a fim de garantir-lhe como mão de obra na construção das vilas e povoados.

Um século após o Diretório Pombalino, em meados do século XIX, o presidente da província do Amazonas, Tenreiro Aranha, estabeleceu uma nova política indigenista. Baseada no Diretório Pombalino, intentava angariar mão de obra indígena para a construção de casas e edifícios públicos na mais nova sede administrativa do império, a recém-criada Manaus, ou para a extração de recursos naturais. “A política oficial do governo classificava os povos nativos em índios da floresta (gentios), índios aldeados e índios “civilizados”” (WRIGHT, 2005, p.103).

Para sua execução, a política estabelecia o apresamento, o “descimento” dos “gentios” aos aldeamentos, fossem crianças ou adultos. Os “aldeados” seriam levados a Manaus na categoria de “trabalhadores”, embora o trabalho fosse obrigatório, com vistas a assimilá-los à sociedade envolvente. Essa responsabilidade foi destinada aos capuchinhos, diretores de índios e chefes de tribos do rio Negro, que sistematicamente esvaziaram as aldeias dos rios Uaupés, Içana e Xié. Não por acaso, o diretório também estabeleceu o aumento do número de missionários (CABALZAR; RICARDO, 2006; WRIGHT; 2005).

Nesse momento, a indústria da construção de barcos na Venezuela, a indústria de cordas e o comércio no Brasil eram prósperos, tornando a região do rio Negro em um centro econômico mais ativo; a população nativa, contudo, continuava na miséria (WRIGHT, 2005, p.101).

Embora o regimento estabelecesse a não violência contra o indígena, esta ainda ocorria, tanto pelos missionários quanto pelos regatões. Estes últimos eram comerciantes que exploravam a região vendendo de tudo e trocavam produtos com os locais, explorando os indígenas, violentando suas mulheres, servindo-lhes bebidas alcoólicas, em troca de algum produto nativo que os indígenas soubessem explorar. O advento da exploração da borracha, que será tratado adiante, fez com o que o regatão fosse uma das poucas formas, se não a única, de os seringueiros terem acesso a mercadorias no meio da floresta amazônica.

Nesse sentido, vale lembrar que o processo de colonização do Brasil, tanto na região Norte quanto no Sul do Brasil, além de suscitar movimentos de revolta, como o da Cabanagem, também provocou deslocamentos de povos inteiros para os interiores da floresta, e fugas para a Venezuela e Colômbia, a fim de se preservar e não se submeter aos missionários, diretores e comerciantes.

Esse contexto de escravização profunda foi propício para o surgimento de movimentos messiânicos e proféticos na região, como uma maneira de os indígenas resistirem à exploração e à degradação imposta pelos agentes colonizadores.

A presença e o crescimento dos movimentos preocuparam o governo e resultaram numa intervenção militar na região, pois havia nesse momento revoluções na Venezuela que poderiam influenciar os indígenas do rio Negro ou até mesmo a tentativa de invasão de outros países, como a França, Inglaterra e Estados Unidos (WRIGHT, 2005, p.143).

No entanto, a repressão e o contato com os invasores europeus “causaram um declínio geral do xamanismo e do profetismo no Uaupés” (WRIGHT, 2005, p.122). Esses fatos favoreceram a doutrinação dos capuchinhos, que durou de 1878 a 1888. Neste curto período, fundaram-se 14 missões pela região do rio Negro e seus afluentes, como nos rios Tiquié, Papuri, Querari, Coadeari, Uaupés (UGARTE, p. 180, 20-?). Isso também abriu precedentes para o aparecimento, no século seguinte, de missionários evangélicos no rio Içana, como veremos adiante.

1.5 Novos atores no século XX

No fim do século XIX, inicia-se o período da borracha, dando continuidade à exploração dos povos e da flora do alto rio Negro. Um dos mais devastadores para os indígenas da região, que contam com mais um novo explorador: o seringalista, figura que permanece até hoje escondido nos interiores da floresta Amazônica. “A presença dos “regatões” intensificou-se e a exploração do

trabalho indígena nos seringais, piaçabais e balatais se generalizou” (CABALZAR RICARDO, 2006, p.89).

Em 1904, a exploração da borracha e dos indígenas para o seu extrativismo ocorreu por meio da empresa *Peruvian Amazon Company*, de capital inglês e peruano, que atuava na Colômbia, no Peru e no Brasil. A sua inserção no rio Negro fez com que os nativos, mais uma vez, fossem submetidos à escravização em prol do capital estrangeiro. Inseridos em mais uma fase de terror, os indígenas do alto rio Negro foram vitimados pelas doenças e pelo trabalho forçado a que eram expostos. Estimou-se que mais de 60.000 indígenas da região foram levados para trabalhar nos seringais. A produção da borracha tornou Manaus na capital comercial da borracha (CABALZAR; RICARDO, 2006).

O apresamento e a escravização dos indígenas permanecem com o início do extrativismo da borracha, concomitantemente ao, da piaçaba, do cipó, entre outros recursos disponíveis na natureza. O *boom* ocorreu na I Guerra Mundial quando os norte-americanos vinham em busca da borracha para suprir as suas necessidades bélicas.

O extrativismo da borracha durou, aproximadamente, setenta anos, até a II Guerra Mundial. É neste período que duas empresas norte-americanas se instalaram no estado do Amazonas, uma em São Gabriel, a *Chicle Development Company* (“Companhia de Desenvolvimento do Chicle”) e outra em Manaus, a *Rubber Development Corporation* (RDC – “Corporação de Desenvolvimento da Borracha”). Ambas contaram com a mão de obra local para o extrativismo da balata e da borracha. Além do interesse na borracha, o governo norte-americano tinha interesse geopolítico no Noroeste Amazônico, por este ser uma rota alternativa para se chegar ao continente africano, em vista do contexto bélico da época. Contudo, devido a pressões internas dos que já lucravam há anos com o extrativismo da borracha, a companhia RDC não se manteve por muito tempo no Brasil (WRIGHT, 2005).

Paralelo à intensificação do extrativismo da borracha foi criado, por meio da Lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1.906, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o qual estabelecia entre as atribuições da secretaria a “imigração e colonização, catequese e civilização dos índios” (BRASIL, 1906).

Decorrente dessa lei, em 1910, é criado através da Lei n. 8.072, de 20 de junho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), destinado a localizar e integrar o indígena à sociedade nacional, para ser um trabalhador nacional. A lei cria o cargo de inspetor de índios, que tinha por finalidade ser um procurador do indígena e zelar por sua integridade. Os aldeamentos passam a ser chamados de povoações indígenas e neles deveria ser estimulada a construção de escolas para o ensino de ofícios ligados à agricultura.

Após a criação do SPI foi promulgado o Código Civil, em 1916, que considerava os indígenas incapazes, reservando-lhes a tutela do Estado. Na década seguinte, em 1928, o Decreto nº 5.484, de 27 de junho, pretendia regular a situação dos indígenas, estabelecendo algumas proteções, como o direito ao registro civil de nascimento a todos os indígenas; além de corroborar a tutela do Código Civil de 1916 aos não integrados, disponibilizava terras do Patrimônio Nacional ao Ministério da Agricultura para fins que o SPI julgasse necessário e também estabelecia que a sua proteção fosse responsabilidade do governo federal, entre outros.

Embora, o reconhecimento da região do alto rio Negro pelo SPI tenha sido iniciado em 1911, sua atuação efetiva só ocorreu no final da década seguinte, 1929, a partir da construção dos Postos Indígenas nos rios Uaupés, Papuri e Querari, que tinham por objetivo regular o tráfico de pessoas e a saída dos indígenas para trabalhar em outros países da fronteira. No entanto, a situação de exploração dos indígenas não mudou.

O auxílio dos salesianos para desenvolver parte do trabalho do SPI, em detrimento da falta de recursos financeiros e humanos, não alcançou os indígenas no rio Içana que continuaram esquecidos por esses órgãos. As ausências, tanto da Igreja Católica quanto do governo, foram propícias para a chegada dos missionários protestantes na região do Içana (WRIGHT, 2005).

Diante de mais uma onda exploratória da população do rio Negro, era a vez dos salesianos intervir e executar seu projeto “civilizador”. A princípio, a vinda dos salesianos ocorreu após uma visita do bispo do Amazonas, D. Frederico Costa, o qual, preocupado com a exploração sofrida pelos indígenas por seringalistas, enviou os missionários salesianos.

O período de expansão da missão salesiana foi de 1920 a 1980. Embora enfraquecida após a década de 80, ainda hoje os salesianos permanecem na região, ainda que não atuem com a mesma força. As ações realizadas no Alto Rio Negro foram diversas, desde o estabelecimento de povoados indígenas nas regiões de fronteiras (Querari, Taracuá, Iauaretê, Pari-Cachoeira, Maturacá) até a construção de escolas de internato nos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, hospitais e postos de saúde, pistas de pouso, estradas e, obviamente, igrejas e capelas (UGARTE, 20-?).

Essa proteção teria um alto custo aos indígenas que, em troca deveriam acatar a introdução das escolas, posteriormente dos internatos e, mais uma vez, a omissão da sua cultura. Elementos centrais da sua cultura, como a maloca, as flautas sagradas e o xamanismo seriam banidos, em nome da cristianização e da proteção oferecida pelos salesianos (WRIGHT, 2005).

Para prestar a assistência de saúde e educacional aos Nadahup, que até então eram povos mais dispersos no território, como vimos anteriormente, os salesianos resolveram estabelecê-los em aldeamentos maiores. Esta ação implicou em um grave problema de falta de alimentação aos

Nadahup que, dentro da sua dinâmica alimentar, viviam em pequenos grupos de no máximo cinco famílias, o que permitia-lhes usufruir dos recursos alimentares disponíveis numa área ideal. No entanto, o agrupamento gerou o esgotamento dos recursos alimentares, fazendo com que tivessem que caminhar longos períodos em busca de alimento, já que as áreas mais próximas das comunidades haviam sido exauridas.

Em mais uma tentativa mal planejada, os salesianos tentaram introduzir gados nas comunidades para suprir a falta de alimentação. A empreita fracassou, primeiramente por ser inviável sua manutenção econômica e por não ser da cultura Nadahup – povo tipicamente caçador e coletor – o corte do gado. Desta forma, as comunidades permaneceram em uma situação preocupante quanto à falta de recursos alimentares e, até hoje, os Nadahup têm grandes dificuldades alimentares.

A influência religiosa salesiana criou, também, os internatos para crianças indígenas que poderiam ter “as suas almas salvas”. Há correntes que estabelecem fases dessa influência: do salvacionismo, da catequização, da transmissão do conhecimento dos colonizadores ao indígena; embora diferentes, todas subjugam a visão de mundo do indígena.

A presença dos salesianos levou consigo a saúde ocidental e a educação dos internatos. Isto teve um preço bastante alto para os indígenas, iniciando pelo fim das malocas, da habitação coletiva, símbolo da sua tradição e à desestabilização do seu modo de vida. Além disso, os internatos representaram uma das formas mais veladas de violência cometida contra os povos, pois nesses recintos seus costumes e línguas eram proibidos, os meninos eram separados das meninas e uma rígida disciplina era estabelecida – afinal os “selvagens” deveriam ser civilizados, integrados ao Estado brasileiro.

Talvez o que não estivesse nos planos dos missionários era que, a partir da imposição desse sistema educacional, fossem formadas diversas lideranças indígenas que, após saírem dos internatos, passaram a reivindicar seus direitos e a participar dos movimentos indígenas organizados na região e nacionalmente. Constatamos isso em diversos depoimentos com lideranças indígenas, que relataram ter estudado nos internatos. (André Baniwa, Benedito, Paulo).

Nesse terreno, contudo, é que a ação missionária foi mais deletéria, deixando poucos vestígios e pouco espaço, ao menos entre as tribos que vivem em território brasileiro, para a manutenção dessas tradições. A própria destruição da maloca, centro ceremonial de um clã, contribuiu não só para afrouxar os laços de convívio entre clãs e tribos, como também para impossibilitar a realização dos ritos. (RIBEIRO, 1995, p. 23)

A respeito das missões na região do rio Negro, André Baniwa⁸:

⁸ Entrevista concedida por André Baniwa. Entrevista 27. [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

O rio negro sofreu muito contato com os missionários e patrões e não foi nada bom para valorizar a cultura. Essa desvalorização era muito cruel, tudo que era da cultura indígena era diabólica, tinham que deixar de falar nas suas línguas. Por isso somos mais de 30 etnias e temos apenas 18 línguas. Os missionários por muito tempo representaram o Estado, daí quando vêm os direitos indígenas, o estado assumindo não consegue sair das velhas práticas das missões que influenciaram até hoje com as velhas práticas das missões (informação verbal).

Quanto à presença da Igreja Católica, o bispo da diocese de São Gabriel da Cachoeira, Dom Edson:

É bom ressaltar que até 1990 o Estado estava ausente aqui. A educação e a saúde eram realizadas pela Igreja. É por isso que a Igreja investiu muito aqui na região, em construção de escolas, postos de saúde, hospitais. Veio muitos recursos do exterior. A maioria dos primeiros missionários salesianos que estiveram aqui trouxeram muitos recursos econômicos da Europa. Toda infraestrutura que existe aqui foi montada pela Igreja. Muitos dos grandes colégios, o São Gabriel aqui, em Barcelos, Santa Isabel, Taracuá, foram grandes prédios que os missionários construíram que hoje são as escolas estaduais comandadas pela Seduc. Estes prédios estão servindo para a educação que o Estado está realizando. Prédios que o setor da saúde do Estado agora está realizando. É por isso o povo tem gratidão e estima pelos missionários que deram a vida por eles e cuidaram daquilo que chama de desenvolvimento integral das pessoas, os valores espirituais eram também acompanhados pela prática social, o cuidar da saúde, da educação (informação verbal)⁹.

No fim do período da borracha, aproximadamente em 1940, inicia-se uma disputa religiosa por povos entre os missionários salesianos e evangélicos, que se acirrou com a chegada, na década de 1950, da missionária evangélica americana Sophie Muller.

Segundo Wrigth (2005), a influência dos movimentos proféticos messiânicos no século anterior pode ter facilitado a introdução da missionária evangélica. Sophie, uma jovem norte-americana, já vinha evangelizando indígenas na Colômbia e na Venezuela. Partindo da Venezuela resolveu descer o rio Içana e continuar seu trabalho de evangelização com os povos habitantes deste rio.

Um dos diferenciais da evangelização de Sophie era a conversão dos povos indígenas em sua própria língua: para isto traduziu o evangelho para diversos idiomas, às vezes em parte e, também, convencia os indígenas de que o melhor para eles era ficar apenas entre o próprio povo, insistindo no afastamento do não indígena; ainda, não os obrigava a trabalhar para ela, mas para a própria comunidade. Esta “nova” forma de doutrinar foi atraente para os povos da região, submetidos a séculos de negação de sua cultura e sua língua e ao contato forçado com os europeus.

⁹ Entrevista concedida por Dom Edson Taschetto Damian. Entrevista 23. [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

Estes fatos resultaram na conversão de grande parte dos Baniwa habitantes do Içana. Atualmente o rio é predominantemente evangélico, fruto de mais de seis décadas da evangelização da missão Novas Tribos¹⁰.

Segundo Wright (2005), o evangelismo provocou uma ruptura, mesmo depois de sucessivas investidas dos salesianos em tentar convencê-los ao catolicismo. O impacto danoso da ação dos missionários acabou por destruir diversos elementos culturais dos povos da região do rio Negro, tanto dos habitantes mais próximos aos rios quanto daqueles que vivem no interior da floresta. Assim como em séculos anteriores, os que sentiram mais rápido a subjugação cultural foram os moradores da beira do rio.

Durante mais de 40 anos de trabalho evangélico no Noroeste Amazônico, ela tinha traduzido o Novo Testamento em três línguas e trechos em oito outras, ensinando muitos de seus adeptos a ler e escrever em suas próprias línguas. Ela tinha treinado centenas de pastores indígenas e, direta ou indiretamente, implantou igrejas evangélicas em dezenas de comunidades pela região inteira. (WRIGHT, 2005, p.231).

A ausência dos salesianos no rio Içana antes da chegada missionária norte-americana, por vezes se dava por sua ocupação no Uaupés, onde construíram internatos, postos de saúde, e ainda, pelo difícil acesso ao Içana. Contudo, nessa disputa os católicos tentaram se aproximar, inclusive com apoio das Forças Armadas, para realizar campanhas de vacinação nas aldeias Baniwa e construir um internato, mas sem sucesso (WRIGHT, 2005).

Essa disputa por almas no Içana fez com que os missionários salesianos se unissem ao SPI e aos militares, alegando que a fronteira do país corria sério risco com a presença da missionária e com a entrada de estrangeiros. Obrigados a se pronunciar, os militares e o SPI passaram a atuar na região, implicando na fuga de Sophie, em 1953, para a Venezuela, país onde ficou até os fins dos seus dias. Nesta década e na seguinte foram empreendidas diversas ações de conversão dos Baniwa, tanto pelos católicos quanto dos protestantes. No entanto, nas décadas que se seguiram houve o fechamento de vários internatos por falta de recursos financeiros.

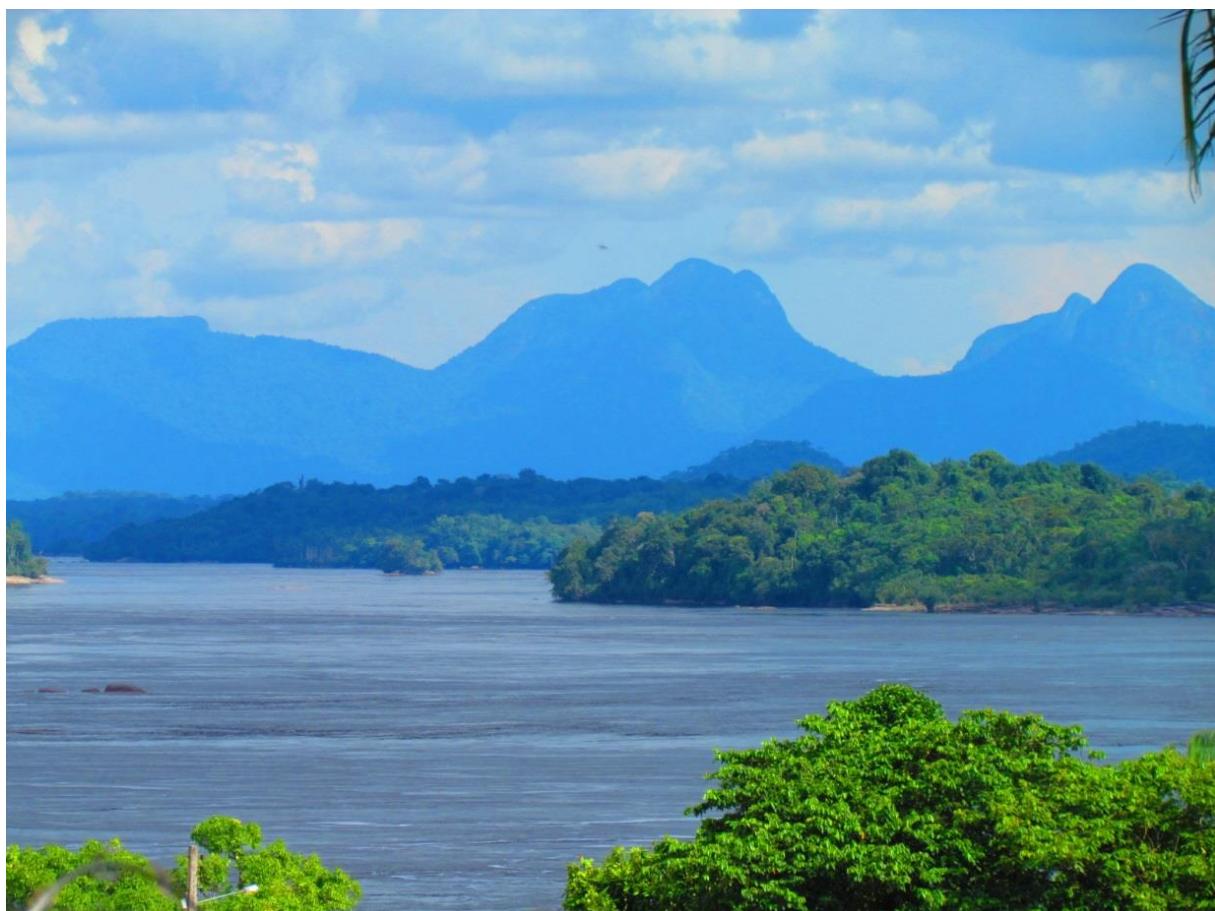
No capítulo seguinte, objetivamos expor o processo de crescimento populacional na sede municipal, a partir da década de 1970, bem como os motivos que levaram ao rápido desenvolvimento econômico na sede; a descoberta e exploração do ouro por empresas estrangeiras, sob a anuência do governo federal; a organização dos povos indígenas do rio Negro, que culminou na demarcação de terras indígenas da região; bem como parte dos dados da pesquisa de campo realizada em São Gabriel da Cachoeira.

¹⁰ Cabalzar e Ricardo (2006, p.8) constataram que na época da sua pesquisa havia quatro bases da missão Novas Tribos do Brasil ao longo do rio Içana.

2 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

É bela a situação de São Gabriel. Pela frente as serras de Curicuriari, Uanari, Cabari e Caranguejo; atrás a serra de São Gabriel. De todos os lados o belo e sublime do terrível: a morte e o abismo diante dos olhos. Sempre, dia e noite, o ronco ensurdecedor das cachoeiras. De fato, o rio Negro, que pouco acima forma uma grande baía, estreita-se de repente, formando uma apertada garganta, por onde precipita-se a enorme massa de água que vem desde o centro da Venezuela, recebendo tributários poderosos, como o Orenoco, o Içana, o Uaupés, cada um deles equivalente a um mundo. É incalculável aí a força da correnteza, que vem bater de encontro às pedras da fortaleza, formando uma catadupa e mais adiante um rebojo que é o terror dos pobres navegantes” (Carta Pastoral – Ceará – Fortaleza, pág. 26, 1909 apud JOBIM, 2002, p.44-45).

FIGURA 1 – Serra do Curicuriari



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2014.

2.1 A viagem até São Gabriel

Compreender as situações que delineiam a cidade de São Gabriel da Cachoeira é um exercício que exige um longo trabalho etnográfico, de observação sensível do cotidiano de quem vive ou está de passagem por ali. Dessa forma, buscamos neste capítulo expor os caminhos percorridos e as dificuldades encontradas por diferentes povos indígenas para acessar os serviços, programas e benefícios disponíveis nos diversos equipamentos públicos na cidade.

O acesso a São Gabriel se faz exclusivamente por via fluvial ou aérea. Por via fluvial dista a 1.061 quilômetros de Manaus. A rota aérea é de 856 quilômetros.

A duração da viagem por via fluvial varia conforme a potência do motor do barco e do período do ano (se é época de cheia ou vazante do rio), porque na região o regime das águas é determinante no deslocamento pelos rios.

Os barcos partem do Porto de São Raimundo e do Porto Geral, em Manaus, duas vezes por semana. Há dois tipos de embarcação: uma é escuna, que gasta entre 5 e 7 dias de viagem, é mais barata e transporta praticamente o triplo de pessoas do que o “expresso”. A outra, chamada regionalmente de “barco expresso”, gasta, em média, 36 horas para chegar à sede municipal, é mais rápida e mais cara – praticamente o dobro do valor da escuna.

O acesso aéreo é realizado apenas por uma companhia aérea ou taxi aéreo. Os voos da companhia aérea saem uma vez por semana do aeroporto de Manaus e duram aproximadamente duas horas. A opção do táxi aéreo é utilizada, geralmente, quando o passageiro tem alguma emergência, pelo alto custo da viagem. Também há balsas partindo de Manaus que levam algum material mais pesado, como veículos e móveis, por exemplo.

Apresentar, no início deste capítulo, essas formas restritas de acesso a São Gabriel é imprescindível para entendermos que as políticas sociais sofrem, antes de tudo, com as limitações geográficas, tendo em vista o isolamento do município do restante do país e os complicadores que resultam por parte destas determinações geográficas.

Saindo do rio Amazonas, entramos no rio Negro, em suas águas escuras que com a sua força rasgam a Floresta Amazônica. Em alguns trechos não conseguíamos enxergar as margens, tamanha a sua magnitude. Víamos algumas pedras em seu curso, responsáveis por afundar diversas embarcações – com sorte chegamos ao nosso destino final. O enorme volume sedutor das águas traiçoeiras do rio Negro nos encanta e nos assusta por seu estrondo constante e sua cor tão negra que não é possível ver as mãos na água. Respeita-se o rio, a sua força. Logo que entramos no barco expresso compreendemos o aviso que recebemos durante a nossa estada em Manaus: temer o rio Negro, que já tomou a vida de diversas pessoas. Esse mesmo rio, seus afluentes, igarapés, paranás, assim como a floresta que o cerca, servem a milhares de famílias sobreviventes das suas riquezas naturais.

A primeira parada do barco, no município de Barcelos, nos retira da inércia. Mais algumas horas e chegamos a Santa Isabel do Rio Negro. A última parada antes do fim da viagem, Japurá. A arquitetura destas cidades revela a presença dos missionários católicos. Ao atracar nos portos, do barco podemos ver as igrejas católicas, as cruzes e, próximo a algumas delas, os prédios dos internatos. Depois de um dia e meio de viagem chegamos ao Porto de Camanaus, São Gabriel da Cachoeira. Tudo começa a fazer sentido. Passamos a “ver” a literatura.

O complexo cultural do rio Negro nos desafiou logo no momento da chegada, ao desembarcarmos no porto de Camanaus, distante vinte quilômetros do centro da cidade. Assim que deixamos a embarcação¹¹ um indígena se ofereceu para transportar a bagagem por R\$5,00 até o táxi que nos levaria ao centro da cidade; ele falava uma das diversas línguas utilizadas no território¹², a qual não compreendemos. Contudo, conseguimos nos comunicar em espanhol.

Essa pluralidade étnico-linguística foi reconhecida oficialmente em 2002 por uma lei municipal¹³ que estabeleceu três línguas enquanto co-oficiais ao português, embora uma delas, o nheengatu, não seja propriamente uma língua de origem indígena. O português é falado, mas o tukano, o baniwa, o nheengatu e o espanhol predominam no dia a dia na cidade.

Bem-vindos a São Gabriel da Cachoeira, a este “cadinho cultural” (RIBEIRO, 1995) localizado no extremo Noroeste do Estado do Amazonas, na tríplice fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela. À nossa chegada Martins (2014) prenunciava,

Longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela, nestes estudos, o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos. Elas se estendem à sociedade inteira, em seus efeitos conservadores e bloqueadores de mudanças sociais em favor da humanização e da libertação do homem de suas carências mais dramáticas. A fronteira é, no fundo, exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário e o imaginário do poder que muito frequentemente se infiltra no pensamento acadêmico. (MARTINS, 2014, p.13-14).

Do hotel em que nos instalamos na avenida “principal” podíamos ver e ouvir o constante vai e vem dos táxis e moto táxis. Logo descobriríamos que estes eram os principais meios de transportes na cidade, onde havia só um ônibus para percorrer as poucas ruas pavimentadas, com duas opções de horários. Isto porque o condutor do ônibus também era motorista na Prefeitura Municipal. Assim, o transporte público não era uma opção.

O dia a dia na cidade nos permitiu, também, compreender a marcante presença do contato forçado e da exploração cometidos pelos não-indígenas ao longo dos últimos quatro séculos.

A modificação da paisagem ao longo dos anos se revela nos sinos da Catedral que soam para além do bairro da praia, ao lado dos antigos internatos, ambas as construções realizadas com a mão de obra escrava indígena. Os diversos cultos evangélicos são ouvidos enquanto se caminha nos bairros. A presença militar é lembrada nas rotineiras caminhadas dos soldados, em sua maioria indígenas, nas ruas principais entoando seus gritos de guerra. O comércio do ouro é feito em pequenos negócios locais. Muitas vezes, sorrateiramente, alguns não indígenas se valem do ouro

¹¹ Optamos por utilizar o barco “expresso” como meio de transporte por uma questão de logística e de tempo.

¹² O conceito de território utilizado neste texto parte de duas autoras: Gallois, quando define que “território remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial” (GALLOIS, 2004, p.39); e também Koga (2013), no que se refere à análise de territorial e a homogeneização das políticas sociais.

¹³ Mais adiante veremos esta lei.

vendido por indígenas a “preço de banana” e mandam aos ourives locais para confeccionar as suas “joias”. A diária feira municipal esbanja os itens necessários para a culinária regional: a mandioca brava, as pimentas, as formigas, as frutas e os peixes não faltam. Estão ali para encher a boca de quem quiser provar, assim como a famosa quinchapira servida em diversos lugares da feira. A cultura material, representada pelas cestarias, as máscaras, os bancos, as flautas, as redes de tucum, é vendida na feira aos poucos turistas ou aos que estão por ali de passagem.

Realizar a pesquisa de campo em uma cidade como São Gabriel da Cachoeira, em plena floresta Amazônica, além de ser um privilégio, é também um grande desafio. Privilégio por conhecer pessoas tão acolhedoras a quem está de passagem, abertas a partilhar as suas histórias de vida, a sua cultura riquíssima, mesmo diante das inúmeras dificuldades. Desafio por ser a pesquisadora, inevitavelmente, o outro, o estrangeiro, o de fora, mais uma a explorar as suas estratégias de sobrevivência diante a um rol de políticas sociais públicas homogeneizantes.

Aqui abrimos um parêntese a fim de apresentar Luiza, a nossa única referência pessoal na cidade, até então desconhecida. Brevemente, vamos falar da sua família, sem a qual, possivelmente, a pesquisa de campo não teria sido desenvolvida da maneira como ocorreu. Conhecer e conviver por quatro meses com essa família foi substancial em nossa trajetória acadêmica e pessoal.

Uns dias depois de chegarmos à cidade, contatamos Luiza Pedroza. Poucas horas depois encontramos com ela e o seu o bebê, Lorenzito. Fomos passear na praia do centro, ver o pôr do sol à beira do rio Negro. Depois do nosso encontro fomos convidados a ficar em sua casa durante o período do trabalho de campo. A princípio titubeamos, mas, algum tempo depois, entendemos que em São Gabriel é assim mesmo, a hospitalidade é genuína e, então, nos mudamos. Durante a nossa permanência na cidade várias pessoas ofereceram hospedagem em suas casas.

Luiza tinha 32 anos, indígena, filha de mãe tukano e pai cearense, trabalhava como esteticista. Com ela, aprendemos boa parte do vocabulário local, experimentamos cotidianamente a culinária regional, tomamos o primeiro banho no rio Negro e, também, era quebrávamos a solidão dos meses distante de casa. Quando insistíamos em ajudá-la com os afazeres domésticos, pois na época ela estava grávida, ou a não deixar o pequeno Lorenzito a brincar com a faca, a subir e a descer as escadas correndo, ela dizia: “Mana, a gente índio é bravo, vocês branco¹⁴ é que são frouxo”. Assim era Luiza.

O seu companheiro e pai das crianças, Juarez Silva, tinha 33 anos, branco, gaúcho, há uns oito anos foi embora do Rio Grande do Sul para trabalhar como enfermeiro em São Gabriel. Juarez trabalhou na Prefeitura de São Gabriel, como Secretário Municipal de Saúde e também na

¹⁴ O termo “branco” é bastante utilizado localmente para se referir ao não indígena.

Vigilância Sanitária. Quando o conhecemos, trabalhava no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-ARN), em um Polo Base (PB) localizado no alto curso do rio Içana com os Baniwa. Ele ficava vinte dias trabalhando nas aldeias e uma semana em casa. Quando estava em casa conversávamos bastante sobre a realidade dos indígenas em São Gabriel. Foi ele, também, quem nos apresentou a várias pessoas e à comunidade Boa Esperança¹⁵.

Assim, parece-nos imprescindível relatar, ainda que superficialmente, a importância dessa família para a realização da fase empírica da pesquisa. No entanto, a partir deste momento, fechando o nosso parêntese, retomamos a apresentação do capítulo. No capítulo I buscamos discorrer, desde o período pré-colonial até meados do século XX, a respeito da formação social, histórica e cultural, bem como da exploração dos povos e das riquezas naturais na região do Alto Rio Negro. Este segundo capítulo, por sua vez, estrutura-se da seguinte maneira: na primeira parte é feita a apresentação da formação sócio-histórica da sede municipal, a partir da década de 1970 até a atualidade. Essa contextualização nos permitirá compreender a execução atual das políticas sociais acessadas por indígenas na sede do município de São Gabriel; a segunda parte dedica-se à metodologia utilizada.

A diversidade sociocultural em São Gabriel nos direcionou a utilizar dois métodos de pesquisa para nos aproximar e conhecer a realidade no município. O primeiro, a etnografia, exigiu, entre outros, uma longa permanência no local, a interação com os sujeitos envolvidos na pesquisa e a observação contínua, cotidiana, bem como a transcrição minuciosa das informações coletadas. Estas informações foram transformadas, posteriormente, em dados quantitativos e qualitativos para melhor compreensão da realidade estudada.

O segundo método aplicado foi a investigação-ação-participação (IAP), que propõe estudar determinados grupos por meio de uma relação dialógica entre o pesquisador e a comunidade. Nesta troca, ambos se modificam e desenvolvem relações horizontais que vão tecendo a pesquisa. O pesquisador sai da posição de mero espectador e se torna ator, assim como os interlocutores, que passam a ter espaço neste processo, pois são sujeitos ativos na construção da investigação e do conhecimento. Contudo, é de responsabilidade do pesquisador propor uma devolutiva à comunidade, se esta consentir. Uma das maneiras que encontramos de propor uma ação imediata de participação foi a produção de um relatório denúncia encaminhado ao Ministério Público Federal do Amazonas, a nossa devolutiva da pesquisa.

Os instrumentos utilizados foram o levantamento bibliográfico, a observação participante e não participante, as anotações (diário de campo), as entrevistas estruturadas com perguntas abertas e

¹⁵ No capítulo seguinte apresentaremos a história da comunidade Boa Esperança.

as semiestruturadas, assim como suas devidas transcrições na íntegra, os relatórios de campo, a participação em eventos, a realização de reuniões, as conversas formais e informais, a tabulação das informações coletadas e a transformação em dados quantitativos e qualitativos, bem como sua análise.

2.2 Uma breve localização de São Gabriel da Cachoeira

O município conhecido por “cabeça de cachorro”, antigamente, por Uaupés, cuja extensão territorial é de 109.184,9 km², uma das maiores do país, está localizado no extremo noroeste do Estado do Amazonas e faz fronteira a oeste com a Colômbia e ao norte com a Venezuela. Administrativamente é dividido em seis distritos: Tunuí, Cucuí, Iauareté, São Joaquim, Içana e Taracuá (SANTOS, 1983).

Podemos, a partir de Martins (2014), compreender os diferentes elementos constituintes de um município localizado em região de fronteira,

[...] é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (MARTINS, p.10, 2014).

A maior parte do município (80%) é formada por sete Terras Indígenas (TIs)¹⁶: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Cué-Cué Marabitanas, Balaio, Yanomami e Rio Tea – habitadas por mais de 30 povos falantes de diferentes línguas.

Estima-se que esses grupos falem mais de 23 línguas pertencentes a quatro troncos linguísticos: Tukano Oriental composto pelas línguas Tukano, Desana, Kubeo, Tuyuka, Pira-Tapuya, Miriti-Tapuya, Arapaso, Carapanã, Bará, Siriano, Makuna, Barasana; o Aruak formado pelas línguas Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena, Tariana; o Nadahup constituído pelas línguas Hupda, Yuhupde, Dow, Nadöb; e o Yanomami composto apenas pela língua Yanomami.

Esta diversidade linguística e cultural foi reconhecida no município em novembro de 2002, com a promulgação da Lei Municipal n. 145 que reconheceu como idiomas cooficiais ao português as línguas baniwa, tukano e nheengatu. Reconhecer a diversidade etnolinguística e ter 95% dos 44.553¹⁷ moradores indígenas autodeclarados faz com que São Gabriel da Cachoeira se destaque

¹⁶ De acordo com dados da FUNAI (2017), atualmente há 462 terras indígenas regularizada em território nacional, sendo que 52% destas estão na Amazônia Legal.

¹⁷ Embora o IBGE (2017) apresente essa projeção quantitativa da população municipal, os dados da FUNAI e da FOIRN diferem bastante. De acordo com estas organizações existe no município mais de 700 comunidades falantes de 35 línguas totalizando, aproximadamente, 50.000 pessoas.

dentre outros municípios do país. Estima-se que metade dessa população viva na área rural, habitando as comunidades espalhadas pela malha hidroviária que desenha a geografia local.

Finda essa breve introdução, passamos à São Gabriel da Cachoeira (Uaupés)¹⁸ propriamente dita.

2.3 A formação da sede municipal

Como vimos no primeiro capítulo, o histórico de ocupação da região influenciou diretamente a atual configuração política, econômica e social do município. Santos (1983) aponta que foi a cidade que chegou a região do Alto Rio Negro, e de fato foi. O município foi criado em 1898 pela Lei Estadual n. 10, contudo a sede municipal só terá foro de cidade em 1938.

O processo de ocupação e transformação da antiga Uaupés ocorreu mais intensamente após a década de 1970, quando se iniciou a migração de pessoas, dos estados do Norte e Nordeste do país, em busca da exploração mineral, do extrativismo e do trabalho nas obras da Rodovia Perimetral Norte e da BR363. Em decorrência dessas obras, houve a instalação do 1º Batalhão de Engenharia de Construção¹⁹ (BEC) e da Brigada de Infantaria e Selva (BIS).

Neste período, também, os indígenas das comunidades do interior migraram à sede municipal em busca de melhores condições de vida, trabalho remunerado, saúde e educação, principalmente, em decorrência do fechamento dos internatos do interior. Ocorridos na década de 1970, esses fechamentos refletiram na mudança de diversas famílias do interior para a cidade, a fim de conseguir escolas para os filhos (CABALZAR; RICARDO, 2006). A migração de diferentes povos e o estabelecimento dos militares na sede municipal resultaram na implantação de diferentes equipamentos públicos e serviços para atender a recém-formada população urbana de São Gabriel da Cachoeira.

Dados do início da década de 1970 estimavam que a população urbana contasse com 785 habitantes. Com o *boom* populacional ocorrido neste período, os números passaram a 3.102 moradores na sede municipal em 1980. A cidade chegou a ter, por um período, quase 6.000 habitantes, em meados da década de 1980. Até então, o predomínio da ocupação territorial era na área rural do município, no interior²⁰ (SANTOS, 1983).

¹⁸ Uaupés era a antiga denominação da cidade, tomada do rio Uaupés, principal afluente do rio Negro, e que desemboca próximo a cidade.

¹⁹ O 1º BEC de São Gabriel da Cachoeira foi transferido da região Nordeste por decreto presidencial em 1973. Entre seus objetivos estava à implantação da Rodovia Perimetral Norte, um trecho entre os rios Solimões e Cucuí (SANTOS, 1983, p.36).

²⁰ O termo “interior” é bastante utilizado localmente para se referir às comunidades que residem nas regiões afastadas da sede municipal, embora pertencentes à área geográfica do município de São Gabriel da Cachoeira.

Essa migração, ocorrida mais intensamente no final da década de 1970, ainda hoje se reflete no quadro multiétnico na cidade pela presença de nordestinos, nortistas, sulistas, entre outros que contribuem para a diversidade cultural na sede.

O rápido crescimento demográfico tornou a cidade de São Gabriel da Cachoeira uma referência na região do Alto Rio Negro, por meio dos serviços, do comércio, da base missionária e de todo o suporte físico e humano para a construção das rodovias planejadas.

De acordo com Santos,

[...] o ano de 1973 marca o início do crescimento da cidade, que passa a sediar inúmeros empreendimentos oficiais na Região do Alto Rio Negro, em função da abertura de uma etapa da construção da Rodovia Perimetral Norte. É a partir dessa época que se instalam em São Gabriel várias entidades e se forma o quadro multiétnico da sua população, com a presença de migrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras, bem como contingentes militares e de indígenas, procedentes de todos os quadrantes do Alto Rio Negro (SANTOS, 1983, p. 2).

Além dos “atrativos” da década de 1970, na década de 1980 teve início o projeto Calha Norte²¹ que atraiu pessoas de vários estados do país em busca de trabalho na execução do projeto e no garimpo; e, também, os que foram trabalhar nos equipamentos públicos recém-criados, como unidades de saúde, Exército, escolas, entre outros.

Para executar o plano de segurança dos militares nas fronteiras da região norte do país foi elaborado o Projeto Calha Norte (PCN) que previa a construção de pistas de pouso, bases militares, escolas, postos de saúde, e da Rodovia Perimetral Norte, a qual nunca foi concluída. Não por acaso, esse projeto previa a redução das áreas indígenas, o desmembramento de territórios em ilhas e a adoção de colônias indígenas.

O projeto Calha Norte, de autoria militar, foi elaborado no período da redemocratização do Brasil, em 1985, iniciado em 1986 e até hoje está em vigor. Segundo seus idealizadores, o projeto visava assegurar a segurança e o desenvolvimento na região Norte do país, por aproximadamente 6,5 mil quilômetros, nas fronteiras com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

À época da década de 1980, a região era considerada uma área estratégica do país por ser região de fronteira com a Colômbia e com a Venezuela, fato também que implicou e justificou o estabelecimento da presença maciça das Forças Armadas na região.

Sob o pretexto da vulnerabilidade da região, ocupada majoritariamente por indígenas, foram propostos o aumento da presença militar no território, a ampliação da infraestrutura viária, maior produção de energia elétrica, ampliação da oferta de recursos sociais básicos, entre outros.

²¹ Os dados oficiais do Programa referem-se a ações militares e civis em 10.938 km de fronteira, abrangem 194 municípios, quase 9 milhões de brasileiros, 30% dos povos indígenas.

Essas propostas partiram unicamente dos militares, sem consulta pública aos povos impactados. À população indígena presente no território foi dada a redução das suas terras, tendo em vista que ficam em área de fronteira. Os indígenas do Alto Rio Negro tiveram suas terras reduzidas em 59,5%.

Nesta mesma região o projeto previa a presença militar em no mínimo 14% do território nacional, sempre sob o argumento da segurança e desenvolvimento dos confins pouco habitados do território nacional. Alguns povos, na região de São Gabriel da Cachoeira, quando classificados em indígenas aculturados, tiveram suas terras transformadas em “colônias indígenas”.

O PCN não atingiu seus objetivos, mas derramou muito sangue indígena na região. Um exemplo disto foi o genocídio do povo Yanomami, que teve seus territórios invadidos por garimpeiros e reduzidos em 76,4% por causa do incentivo ao garimpo na região— os garimpeiros, fazendo uso de violência e transmitindo doenças aos Yanomami, foram em parte responsáveis pela dizimação de mais de 2.000 pessoas Yanomami. Outro exemplo foi a cultura de dominação e aniquilação presente no Exército do 5º Batalhão de Fronteiras de São Gabriel da Cachoeira, que levou ao estupro de mulheres indígenas (QUEIROZ, 1994).

A história do rio Negro é repleta de novos atores, como vimos até aqui, e no início da década de 1980 não foi diferente. Entram em cena os garimpeiros e as empresas mineradoras. A partir da descoberta de ouro pelos Tukano, na Serra do Traíra, se iniciou uma busca desenfreada pelo minério que resultou num aumento substancial da população urbana de São Gabriel (CABALZAR; RICARDO, 2006).

A partir da década de 1980, os povos do alto Rio Negro viram as suas terras serem invadidas pela segurança nacional e por empresas mineradoras, como a Gold Amazon e a Paranapanema, ambas de capital privado. Nesta época, durante o auge do garimpo, surgiram rumores de que guerrilheiros colombianos, em parceria com a Missão Novas Tribos e indígenas estavam contrabandeando ouro para a Colômbia, além de praticar o tráfico de coca. Foi o momento ideal para os militares, que já estavam deixando o poder, reafirmarem a sua “serventia à nação”: juntamente com funcionários das mineradoras, ocuparam maciçamente a região das fronteiras.

A vinda das empresas mineradoras trouxe, além do garimpo, toda a mazela dele proveniente: alcoolismo, escravidão por dívidas, violência contra mulheres e crianças, doenças, contaminação do meio ambiente. A presença efetiva das mineradoras durante esse período ocorreu sob a anuência do governo e teve apenas tímidas ações da FUNAI²² e da Polícia Federal.

²² Cabe destacar que nesta época o presidente da FUNAI era o atual Senador do PMDB, Romero Jucá Filho, alvo de inúmeros escândalos políticos atuais.

Diante da opressão e da exploração vivenciadas pelos indígenas, estes, organizadamente, começaram a pressionar o Poder Executivo para a demarcação de seus territórios, uma vez que, um dos argumentos utilizados pelas mineradoras para explorar aqueles territórios era o de que as terras não eram reconhecidas pelo Poder Executivo enquanto território indígena e, por isso, elas poderiam explorar as regiões, já que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) expedia as permissões para as mineradoras (CABALZAR; RICARDO, 2006).

A ocupação da sede municipal por diversos atores foi propícia para o surgimento de diversas formas de resistência e organização política e social dos povos indígenas da região, que já sinalizavam seu potencial organizativo desde os séculos anteriores, a partir das confederações e assembleias pantribais (WRIGHT, 2005).

Inconformados com a sua situação, diversos povos indígenas da região se organizaram e realizaram uma Assembleia Geral, em 30 de abril de 1987²³, presidida pelo Sr. Benedito Fernandes Machado²⁴, na qual foram discutidas várias demandas, como a demarcação das terras indígenas em área contínua, a situação das comunidades, a constituição de uma sociedade federada indígena com vistas ao fortalecimento dos povos indígenas do Alto Rio Negro, a promoção da extração, da lavra, da lapidação e da comercialização de minérios, entre outros.

Importante desdobramento da assembleia foi a criação da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), que pleiteava espaço político, social, econômico e, sobretudo, a autodeterminação dos povos, com críticas ao Projeto Calha Norte, à atuação da Igreja Católica e às ausências das três esferas de poder: Municipal, Estadual e Federal.

Outro efeito importante da assembleia foi a pressão do movimento indígena e da sociedade civil em torno da discussão das Terras Indígenas (TIs), que culminou em sua homologação na década seguinte, em 1996. Somente no Governo Collor, depois de muita pressão da sociedade civil, do movimento indígena e indigenista, e de organizações estrangeiras, extinguiram-se as ilhas que foram criadas no meio do território Yanomami e a terra foi demarcada (QUEIROZ, 1994).

2.4 Metodologia

Desvendar o acesso dos indígenas de São Gabriel da Cachoeira às políticas sociais, sob a perspectiva dialética, nos faz refletir a respeito da contradição inerente entre o que está proposto nas políticas de Assistência e Previdência Social e os interesses políticos, econômicos e sociais

²³ Reuniram-se 450 indígenas dos povos: Tukano, Dessana, Tariana, Pira-Tapuia, Wanana, Arapaço, Tuyuca, Bará, Kubeu, Tanimuka, Makuna, Barasana, Karapanã, Baniwa, Kuripaco, Baré, Yanomami, Miriti-Tapuia, Werekena, Maku, Tatuyo, Siriano e Yuriti (ANEXO 1).

²⁴ Nessa época o Sr. Benedito já era assessor da Funai; tive o prazer de entrevistá-lo durante a pesquisa e foi ele quem forneceu uma cópia da ata de fundação da FOIRN.

construídos historicamente pela sociedade envolvente – assim como nos leva a ter em vista a transformação mútua entre o pesquisador e o sujeito. A partir de Williamson (2002) compreendemos a perspectiva dialética enquanto método:

El conocimiento es acción y fruto de la interrelación dinámica y permanente entre sujeto y objeto del conocimiento. Es el ser humano el que conoce actuando sobre el mundo y es el mundo el que actúa sobre el ser humano, en la medida en que ambos se relacionan en la existencia. Conocer es, entonces, un producto de la acción e interferencia mutua indivisible del ser humano y el mundo (WILLIAMSON, 2002, p.7).

A partir disto, buscamos conhecer os caminhos percorridos, a maneira como ocorria o acesso, a qualidade deste, bem como os povos indígenas usuários dos serviços e programas sociais disponíveis no município. E ainda, se as políticas sociais respeitavam às diferenças étnicas e se eram realizadas ações diferenciadas em busca da equidade e da justiça social.

Essa procura nos direcionou a estruturar o processo de investigação por meio da pesquisa qualitativa, constituída em duas fases, a exploratória e a empírica. A fim de melhor apresentá-las, estruturamos este item da seguinte maneira: primeiro, a apresentação da etapa exploratória e, em seguida, a pesquisa empírica.

2.4.1 A fase exploratória

A etapa denominada exploratória relaciona-se à participação em disciplinas e em eventos correlatos ao tema e, ainda, à pesquisa bibliográfica e documental que favoreceram a melhor compreensão do objeto de estudo.

A participação nas disciplinas direcionou o aprofundamento de alguns dos conceitos relacionados ao objeto e nos permitiu conhecer e refletir a respeito da construção das políticas sociais brasileiras. As disciplinas Política Social I e II, Assistência Social e Gestão II, Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social I, assim como a participação no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos: Lutas de Direitos Humanos e o Direito à Memória e em atividades programadas e eventos correlatos, contribuíram significativamente para a consolidação do projeto.

O apoio do referencial teórico partiu de autores de diversas áreas do conhecimento: Antropologia, Sociologia, Serviço Social, História, Ciências da Saúde e Educação.

A fundamentação, no tocante à região do Alto Rio Negro, resultou de autores como Berta Ribeiro, a respeito dos costumes e do modo de vida dos habitantes; Antônio Maria de Souza Santos, que pesquisou a urbanização em São Gabriel da Cachoeira; Maria Marta Azevedo, sobre os temas da ocupação humana e as políticas públicas. Robin Wright estudou os aspectos culturais, históricos, políticos e sociais; Aloísio Cabalzar e Beto Ricardo também realizaram uma discussão próxima à de

Wright, partiram de alguns aspectos contemporâneos das políticas públicas na sede municipal. Alcionílio Bruzzi fez uma minuciosa caracterização dos costumes e povos da região, ainda que com uma visão bastante etnocêntrica a respeito dos indígenas. Luís Donisete Grupioni apresentou a Política de Educação voltada aos indígenas; Luiza Garnelo abordou a Política de Saúde voltada aos povos indígenas; Elias Brasilino de Souza tratou dos temas da sustentabilidade e organização do movimento indígena no Rio Negro.

Os teóricos que sustentaram os temas correlatos ao objeto de pesquisa foram José de Souza Martins, a respeito das situações vivenciadas por populações habitantes em regiões de fronteira; Octavio Ianni compreendendo a questão indígena enquanto elemento fundante da questão social no Brasil; Berenice Couto e Carmelita Yazbek, a respeito da Política de Assistência Social brasileira; Elaine Behring, a respeito dos fundamentos da política social brasileira; Ivone Silva, com uma perspectiva muito próxima à de Ianni referente à particularidade da questão social no Brasil, em vista dos povos originários; Dirce Koga, a respeito da homogeneização da política social e território, entre outros autores.

Ainda nesta etapa exploratória, foram realizadas algumas conversas com as professoras Dra. Carmen Junqueira e Dra. Lucia Helena Vitalli Rangel, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC – SP, fundamentais para desenhar o quadro metodológico da pesquisa.

Quanto à coleta dos dados primários, parte desta foi realizada em bibliotecas virtuais, como na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Amazonas (UEAM), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Scielo, entre outros *sites* de pesquisa. Outra parte foi realizada *in loco*, como veremos adiante.

2.4.2 A fase empírica

Para esta fase do processo de investigação nos valemos de alguns recursos da etnografia e do método da investigação ação participação (IAP). O primeiro, a etnografia, exigiu, entre outros, uma longa permanência no local, a interação com os sujeitos envolvidos na pesquisa e a observação contínua, cotidiana, bem como a transcrição minuciosa das informações coletadas. Estas informações foram transformadas, posteriormente, em dados quantitativos e qualitativos para melhor compreensão da realidade estudada. O método IAP permitiu compreender os desafios colocados às políticas sociais, a partir das necessidades apontadas pelos próprios usuários no

decorrer das entrevistas, das conversas e das observações, para, então, propor ações aos envolvidos no projeto²⁵.

O trabalho de campo foi realizado em dois momentos²⁶. Primeiro, de novembro a dezembro de 2014, iniciado em Manaus e finalizado em São Gabriel da Cachoeira. Este primeiro momento durou quarenta e três dias. O segundo, entre os meses de janeiro e abril de 2015, totalizou setenta e cinco dias, se concentrou na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira.

O primeiro momento do trabalho de campo em Manaus durou onze dias. Nesta fase exploratória realizamos o levantamento das fontes primárias e secundárias no Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Também, conversamos informalmente com uma técnica do Departamento de Promoção dos Direitos Indígenas e Coordenadoria de Pesquisa da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas²⁷ (SEIND), dois professores dos Programas de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (PPGCS) e do Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da UFAM. Essas conversas, ainda que informais, nos revelaram algumas ações que estavam sendo desenvolvidas no município, assim como alguns conflitos de interesses entre os indígenas e a sociedade envolvente, os quais seriam observados durante a realização da pesquisa. Ainda, visitamos o Museu do Índio, com vistas a conhecer parte da cultura material produzida por povos do Alto Rio Negro.

No segundo momento da pesquisa, o qual se desenvolveu somente na sede municipal, continuamos a coletar informações relativas aos serviços disponíveis na sede, a realizar entrevistas, a participar de eventos e reuniões²⁸, a ter conversas formais e informais e a vivenciar o cotidiano na cidade.

²⁵ Cabe ressaltar aqui que um relatório de denúncia a respeito das violações de direitos constatadas durante a pesquisa de campo, fruto desta pesquisa, foi enviado ao MPF – AM.

²⁶ O trabalho de campo aconteceu em dois momentos porque as “épocas de festas e férias”, no fim do mês de dezembro de 2014 até meados de janeiro de 2015, dificultou a definição de agenda para as entrevistas. Assim, retornamos a São Paulo na véspera do Natal e regressamos a São Gabriel na segunda quinzena de janeiro.

²⁷ “A SEIND foi criada por meio do Decreto Governamental Lei n. 3.043, de julho de 2009. A missão da secretaria é formular e promover políticas públicas, por meio de ações integradas que garantam a autonomia, o etnodesenvolvimento e a sustentabilidade dos povos indígenas do Amazonas. Os eixos estratégicos de ação são: 1. Sustentabilidade econômica dos povos indígenas; 2. Gestão territorial e ambiental das terras indígenas; 3. Promoção dos Direitos Socioculturais dos Povos Indígenas; 4. Promoção e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais” (In: Amazonas Indígena - informativo SEIND, Edição n. 1, 2009).

²⁸ A participação em eventos como “Primeira Oficina de Construção de Fluxos para a Promoção do Registro Civil de Nascimento” promovida pela FUNAI – Brasília e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E no Seminário do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil no Território Brasileiro (PAIR), realizado pelo Departamento de Proteção Social Especial (DPSE), Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SEAS), em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria Municipal de Assistência Social, nos possibilitou conhecer diferentes atores das políticas sociais. Uma parceria entre a FUNAI e a SDH resultou na cartilha “Registro Civil de Nascimento para Povos Indígenas” distribuída no evento.

A amostra do universo da nossa pesquisa foi de 130 pessoas²⁹. Destas, 43 eram usuários dos serviços entrevistados, 54 usuários da Política de Previdência Social (que não foram entrevistados, mas tiveram o atendimento observado), 22 eram técnicos e gestores dos equipamentos públicos e onze eram integrantes da sociedade civil organizada. Com exceção dos técnicos e gestores dos serviços públicos e dos representantes da sociedade civil organizada, a escolha dos participantes da pesquisa empírica não foi previamente direcionada. Ao todo, conhecemos como ocorria o atendimento nos serviços públicos, a partir da perspectiva de quem recebia o atendimento. A visão de quem promovia o serviço a estes usuários foi possível compreender a partir das entrevistas realizadas com técnicos, gestores e representantes da sociedade civil organizada.

Entre os meses de novembro e abril, ocorre um fluxo migratório de centenas de indígenas que saem das comunidades do interior com destino à sede municipal, os quais, muitas vezes, ficam meses na cidade. Essa migração sazonal a São Gabriel da Cachoeira exige do poder público diversas ações, entre as quais aquelas relacionadas à saúde, muito embora, durante o trabalho de campo, tenhamos observado tímidas ações do poder público com relação à migração, fato que discutiremos mais adiante neste capítulo.

As entrevistas com os usuários ocorreram na segunda fase da pesquisa de campo, entre os meses de janeiro e março, em locais e regiões distintos. A escolha da amostra referente aos usuários das políticas de Assistência e Previdência Social se deu em razão da facilidade do acesso aos usuários, já que, após as entrevistas com os gestores do INSS e da FUNAI³⁰, da observação dos atendimentos realizados pela gerência na agência do INSS e do cotidiano vivenciado nos meses anteriores, foi aberto um espaço institucional para a realização das entrevistas. Essa abertura permitiu superarmos um obstáculo sentido durante o desenvolvimento do trabalho de campo, a língua, visto que não falamos os idiomas dos entrevistados³¹.

Ao restringir nossa amostra aos espaços institucionais do INSS e do DSEI-ARN, contamos com a colaboração de intérpretes para a realização das entrevistas e da observação. Desse modo, tanto a participação dos intérpretes quanto a abertura do espaço foi imprescindível para a realização do diálogo com os usuários. No espaço da agência do INSS, os próprios parentes acompanhantes dos usuários faziam a tradução, quando necessário. Das entrevistas, 20 foram realizadas na agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)³². Neste mesmo local realizamos, também, a observação não-participante do atendimento de 54 usuários dos serviços previdenciários.

²⁹ Destacamos que a publicação de todas as entrevistas neste trabalho foi autorizada pelos entrevistados.

³⁰ As conversas com os dois gestores ocorreram em dezembro de 2014. O acompanhamento das atividades foi permitido pela Coordenação da FUNAI local e do DSEI-ARN (Anexo 5).

³¹ A maioria dos entrevistados não dominava a língua portuguesa.

³² Sob a autorização verbal e acompanhamento da realização das entrevistas pela gerência local.

Nessa época do ano, uma equipe do DSEI-ARN composta por um médico cubano, do programa “Mais Médicos”, um enfermeiro e dois AIS, faz o monitoramento diário da saúde dos indígenas acampados na região do Parawari e dos alojados nas casas de apoio. A região sob a denominação de Parawari, também conhecida por “beiradão”³³, envolve as pedras e as praias no rio Negro – embora estes locais fossem próximos à cidade, o acesso se fazia exclusivamente por barco (Anexo 3).

Durante cinco dias, observamos e participamos do trabalho da equipe do DSEI³⁴-ARN e entrevistamos 23 pessoas na região do Parawari e nas Casas de Apoio³⁵ Fortaleza e Irmãos da Igreja Presbiteriana. As entrevistas foram estruturadas com 22 perguntas abertas (Anexos 6 e 7) que tinham por objetivo conhecer o usuário dos serviços sociais: quem era, onde morava, a que povo pertencia, a língua, a idade, o gênero, do que se alimentava na comunidade, durante a viagem a São Gabriel da Cachoeira e enquanto estava na cidade, quais caminhos percorria para acessar os direitos sociais, quantas vezes ao ano e por que ia à cidade, onde ficava hospedado enquanto estava na cidade, a composição da renda familiar, o que achava dos serviços públicos oferecidos, quais os maiores problemas na sua comunidade e a quais serviços sociais tinha acesso.

Quando havia dificuldade no diálogo com os entrevistados, os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) traduziam o conteúdo das perguntas para a língua do entrevistado. Cada um dos dois AIS que participavam da equipe de saúde falava uma das três línguas: tukano, baniwa ou nheengatu.

A fase empírica da pesquisa será apresentada no terceiro capítulo, a partir das informações coletadas, bem como a sistematização dos dados. Estruturamos o capítulo com uma breve apresentação das Políticas de Assistência e Previdência Social, as quais compõe o objeto desta pesquisa. Em seguida, caracterizamos os serviços e benefícios acessados por indígenas na sede municipal relacionados a essas políticas. No momento seguinte, apresentamos a operacionalização destas políticas, os caminhos percorridos e os percalços encontrados para acessá-las. Por fim, apresentamos as entrevistas realizadas com os usuários, técnicos e gestores dos serviços sociais, bem como com os integrantes da sociedade civil organizada.

³³ O termo “beiradão”, na Amazônia, é bastante utilizado, significando a margem dos rios com sítios habitados por moradores ribeirinhos (SANTOS, 1983, p. 83).

³⁴ O Programa Mais Médicos (PMM) foi criado julho de 2013, por meio da medida provisória n. 621, com vistas a prover a atenção básica em regiões do Brasil com falta ou ausência de médicos, decorrente do isolamento geográfico ou da dificuldade de acesso a determinadas regiões do país.

³⁵ O tema das casas de apoio será discutido mais adiante.

3 A OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL FACE A DEMANDA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Compreender o alcance e a operacionalização das políticas de Previdência e Assistência Social, hoje, especificamente no que se refere à cobertura dada à população indígena, nos remete a conhecer o processo de formação dessas políticas para, então, entender em que momento e de que modo os indígenas passaram a ser reconhecidos por elas como público demandante de atenção.

Para abordar a proteção social no Brasil, é necessário fazer um resgate histórico, político e social da atenção dada às expressões da questão social indígena, para além do enfoque usual sobre as correlações de forças resultantes do processo de industrialização capitalista. Aproximamo-nos de Ianni (1972; 1989; 1992) e Couto (2010), no tocante ao estudo da questão social brasileira desde o período da colonização, quando a empresa colonial empregou livremente a exploração da mão de obra escrava – primeiramente a indígena e depois a negra – com o fim de gerar lucro para a Coroa. Amparamo-nos, ainda, em autores do Serviço Social, principalmente Berenice Rojas Couto (2010), Carlos Simões (2011) e Maria Lucia Lopes da Silva (2011), além de Ademir Alves da Silva e Maria Carmelita Yazbek (2011), para compreender o processo de formação da proteção social brasileira.

Este capítulo tem por objetivo apresentar iniciativas das políticas de Previdência e Assistência Social junto às populações indígenas, ao longo dos séculos XX e XXI. Nesta parte do trabalho, estão expostos os dados quantitativos e qualitativos – levantados durante a fase empírica da pesquisa, a partir de entrevistas com os usuários, gestores e técnicos, além de representantes do movimento indígena –, referentes aos caminhos percorridos por essas populações para acessar os benefícios sociais.

Abordamos o processo de formação da proteção social brasileira, com a construção das políticas de Previdência e de Assistência Social, que se deu de forma concomitante, correlacionando-as com legislações referentes ao processo histórico de reconhecimento da proteção social dada ao trabalhador urbano, ao rural e, por fim, ao indígena – este último incluído na categoria de trabalhador rural, a partir do Estatuto do Índio, em 1973.

Apresentamos a operacionalização da política de Previdência Social na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, a partir dos dados quantitativos e qualitativos levantados durante o trabalho de campo. Desse modo, mostramos os caminhos percorridos por essa população para acessar os benefícios previdenciários a que tem direito. Para isso, expomos na íntegra as entrevistas realizadas com representantes do movimento indígena e das políticas de saúde e educação. Ainda que tenham gerado dados qualitativos, as entrevistas referentes às duas últimas políticas não foram aprofundadas por entendermos que não são o foco central, mas se aproximam do objeto da pesquisa

– políticas de Previdência e Assistência Social –, e, ainda, por contarem com vasta bibliografia produzida nas últimas décadas.

Revelar a operacionalização das políticas sociais em São Gabriel da Cachoeira, em especial as da Previdência e Assistência Social, bem como algumas correlatas, nos conduz a investigar seu processo de construção, além de apreender a sua execução no cotidiano profissional de diversos técnicos e gestores diariamente em contato com a população indígena usuária dos serviços sociais.

O desafio, neste capítulo, é articular a construção histórica, política e social das políticas-alvo deste trabalho com o universo da pesquisa, vivenciado e sentido durante os meses em que desenvolvemos o trabalho de campo.

3.1 Proteção social brasileira aos povos indígenas

Conforme vimos no capítulo 1, em 1758 foi promulgado o Diretório Pombalino, o qual estabelecia, entre outros artigos, a integração dos indígenas à sociedade envolvente, com os objetivos, entre outros, de cristianizá-los, “civilizá-los”, torná-los “produtivos” ao Império. Este último objetivo seria alcançado tanto a partir da obrigatoriedade do trabalho na lavoura, sobre o qual era cobrado um tributo conforme a quantidade de insumos produzidos ou comercializados, quanto no serviço público ou para terceiros, como os fazendeiros, missionários e outros. Essa era a política indigenista de proteção da época, por mais estranho que possa parecer. O Diretório Pombalino, no contexto da sua promulgação, pretendia proteger os indígenas da escravidão desenfreada praticada tanto por funcionários da Coroa quanto por missionários, fazendeiros e extrativistas.

Ainda recuperando referências do capítulo 1, tangentes à proteção do indígena que importam para a articulação pretendida neste capítulo, foi criado, por meio da Lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio – não especificamente como uma previdência, mas um tipo de proteção. Dentre as suas atribuições, no art. 2 constavam a “imigração e colonização, catequese e civilização dos índios” (BRASIL, 1906). A partir dessa lei foi instituído, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) (Lei n. 8.072, de 20 de junho de 1910), subordinado a esse Ministério, com vistas, também, a encontrar e integrar os indígenas à sociedade nacional para serem trabalhadores agrícolas.

Com relação à proteção social advinda do trabalho, os indígenas foram incorporados à legislação brasileira somente após a metade do século XX, no Estatuto do Índio (Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973). No Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963) o

indígena não era mencionado, embora após o Estatuto do Índio tenha sido incorporado a essa categoria, na qual permanece até hoje.

É essencial apontarmos, ainda, que a proteção social destinada aos indígenas é pouco debatida no Serviço Social, fato que nos levou a realizar uma extensa pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir do levantamento das legislações publicadas durante os séculos XX e XXI. Parte dos textos das legislações apresentadas não traz uma análise jurídica, visto que extrapolaria a nossa área de conhecimento, mas nos fornece suporte histórico e político sobre os momentos em que foram publicadas, bem como algumas alterações decorrentes das mudanças nesses textos, pertinentes ao tema do desenvolvimento histórico da previdência social no Brasil.

Fechando a retomada de informações que julgamos relevantes, retornamos ao início das medidas de proteção e assistência aos trabalhadores no Brasil, promulgada por meio do Decreto n. 9.912-A, de 26 de março de 1888, com a Reforma dos Correios do Império, que regulou as aposentadorias e o direito a licença por motivo de agravos na saúde dos servidores. Nesse mesmo ano, a partir da Lei n. 3.397, de 24 de novembro, foram instituídas as caixas de socorro para os trabalhadores das estradas de ferro do Império (BRASIL, 1888).

Embora, historicamente, algumas medidas de proteção social tenham sido criadas no fim do século XIX, a construção de um sistema de proteção social brasileiro situa-se entre as décadas de 1920 e 1940. Nesse momento o Brasil estava em processo de mudança política, econômica e social, do modelo de desenvolvimento agroexportador para o urbano industrial.

A Lei Eloy Chaves (Decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923) é considerada a precursora da previdência social, com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os empregados das empresas ferroviárias (SILVA, 2011). Segundo Simões (2011), as legislações anteriores não passavam de letra morta, uma vez que somente após a sua promulgação outros setores foram incorporados às CAPs. Essa lei garantia as aposentadorias por idade, tempo de serviço (contribuição) e invalidez, além de medicamentos a baixo custo, pensão por morte aos herdeiros, atendimento médico a dependentes e beneficiários e, também, a estabilidade no trabalho após dez anos de serviços prestados à empresa. Os fundos que mantinham as CAPs eram provenientes da arrecadação dos empregados, da empresa, de doações de terceiros, juros dos fundos, taxas angariadas do funcionamento das estradas, entre outras fontes (BRASIL, 1923).

Em 1926, o Decreto n. 5.109 estendeu as CAPs aos trabalhadores dos setores portuários, marítimos e outros vinculados à infraestrutura dos serviços públicos. Os trabalhadores de diferentes empresas passaram a ter assegurados os benefícios básicos e as pensões. As CAPs eram separadas por segmento, embora a arrecadação final ficasse na Caixa Geral.

Na Era Vargas (1930-1945) as CAPs foram transformadas em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que passaram a assegurar aos empregados, agora por categoria profissional, aposentadorias, pensões, auxílio-doença e funeral e assistência médica, que variavam de instituto para instituto.

Esse período foi palco de grandes mudanças relativas ao papel do Estado e às suas atribuições em diversas áreas, como saúde, educação, previdência, trabalho. A proteção social oferecida era submetida aos princípios centralizadores do Estado, numa perspectiva assistencialista com vistas a amenizar as tensões entre trabalhadores, Estado e empregadores (Silva et al., 2011).

Podemos dizer que o sistema de proteção social sempre esteve atrelado a interesses econômicos, o que influencia diretamente na efetividade da proteção social enquanto estratégia de redução da desigualdade social. Das políticas de proteção social, a da Assistência Social foi fortemente marcada por seu caráter clientelista, do favor, da benesse, qualidades que interferiram no desenvolvimento e na atenção dada pelo Estado a essa política e aos seus usuários. Couto (2010) aponta que

O perfil das políticas sociais do período de 1937 a 1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias. Também era composto por traços paternalistas, baseava-se na legislação trabalhista oferecida como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo na classe trabalhadora (COUTO, 2010, p. 104).

Indícios de assistência à população de baixa renda surgiram a partir da criação da Legião da Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, por meio da coordenação da então primeira dama, Darcy Vargas (Couto, 2010). Um ano depois da criação da LBA, em 1º de maio de 1943, foi promulgado o Decreto-Lei n. 5.452, que estabeleceu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (SIMÕES, 2011, p. 149).

Ainda, sob o governo autoritário de Vargas foi elaborada a Lei Orgânica de Serviços Sociais do Brasil, por meio do Decreto-lei n. 7.526, de 1945, que previa unificar a administração e o regime jurídico previdenciário, bem como uniformizar os benefícios dos trabalhadores. Foi fruto, sobretudo, da organização dos trabalhadores e da pressão dos sindicatos, que pleiteavam igualar os benefícios. Embora essa lei tenha sido produzida durante o Estado Novo, somente no final do segundo governo Vargas foi editado o Decreto n. 35.448, de 1954, que instituiu o Regulamento Geral dos IAPs, a partir do qual os benefícios básicos foram unificados (SIMÕES, 2011, p. 151).

O início da redemocratização no país ocorreu no governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950). Como parte desse processo, foi promulgada a Constituição de 1946, a qual restabeleceu alguns direitos sociais, como a liberdade de associação sindical, além de promover outros novos, como a Previdência Social e o direito à greve, e manteve a exclusão de parte da população do

direito ao voto. Embora tenham sido sinalizados na Constituição benefícios à classe trabalhadora, na prática isso não ocorria, e os trabalhadores organizados eram reprimidos e suas vozes, silenciadas.

Cabe salientar que, durante esse mandato, em 1948, foi implantado o Plano Salte, que, segundo Couto (2010), teria sido uma primeira tentativa de resolver a questão social no Brasil, por meio de políticas na área da saúde, alimentação, transporte e energia. Contudo, esse foi mais um dos planos de Dutra que não se efetivaram. O desgaste nas relações entre o governo Dutra e a classe trabalhadora influenciou a retomada do poder por Getúlio Vargas (1951-1954), desta vez por meio do voto direto.

Após o suicídio de Vargas, houve um governo de transição (1954-1956), no qual foram governantes Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. Durante esse período, em 1955, surgiu o primeiro movimento de trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas.

O governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), conhecido pelo slogan “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”, era pautado no desenvolvimentismo, subsidiado por capital internacional, com grandes investimentos na indústria de base, e visava recuperar a economia brasileira em crise desde Vargas. No governo JK, a questão social não foi priorizada. Antes mesmo do governo JK, os movimentos populares de camponeses, junto a outros setores da sociedade civil, tinham passado a se sindicalizar e a exigir maior atenção do governo brasileiro.

Apesar do Regulamento Geral dos IAPs ter sido criado em 1954, a unificação dos institutos ocorreria nos anos finais do governo JK, a partir da publicação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) (Lei n. 3.807, de 1960), que pretendia unificar os IAPs. O objetivo principal não foi alcançado na íntegra – uma vez que a unificação não alcançou todos os trabalhadores, como os rurais, os empregados domésticos e os servidores públicos –, mas impulsionou a elaboração de outras legislações que vieram, posterior e gradualmente, a uniformizar os benefícios (SIMÕES, 2011; SILVA, 2011; COUTO, 2010).

Em 1961, assumiu a presidência Jânio Quadros, para renunciar ao cargo poucos meses depois, dando lugar ao vice-presidente João Goulart, o Jango. O governo de Jango foi marcado pela efervescência de diversos movimentos sociais, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que influenciaria a formação da Central Única dos Trabalhadores, na década de 1980. Também foi instituído em seu governo o 13º salário e o salário-família. Contudo, esses benefícios sociais estavam restritos ao trabalhador urbano, mesmo que a maioria dos trabalhadores fosse rural (COUTO, 2010).

Parte do seu mandato se deu sob o regime parlamentarista, pois os setores militares e conservadores da época, além de dificultarem a sua posse, diminuíram os poderes do Executivo,

visto que os ideais de Jango se aproximavam aos anseios das camadas populares. As reformas de base propostas pelo então presidente previam mudanças nas estruturas política, econômica e social, com a intenção de diminuir a desigualdade social e aumentar o desenvolvimento do país.

Contudo, o parlamentarismo limitava, consideravelmente, o poder do Executivo. Somente após a restauração do regime presidencialista Jango teve um pouco mais de autonomia, o que não durou muito tempo, em virtude do longo período de desgaste político gerado por conflitos com setores políticos e militares conservadores que não coincidiam com os ideais propostos nas reformas de base.

Os princípios da reforma agrária, defendidos por Jango e por esses setores, embora não tenham sido concretizados, suscitarão maior organização dos trabalhadores rurais, influenciando diretamente na edição do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 (Lei n. 4.214, de março de 1963) (BRASIL, 1963).

Principalmente, desde a segunda metade dos anos 1950 ocorreram muitas manifestações populares contra a carestia, o desemprego, a inflação e o arrocho salarial e pela ampliação dos direitos sociais. As greves de trabalhadores urbanos pipocaram por todo o país. Os trabalhadores rurais realizaram grandes manifestações em defesa da reforma agrária e direitos sociais, por meio das ligas camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais (SILVA, 2011, p. 178).

Dentre os artigos do Estatuto do Trabalhador Rural, está a definição do exercício do trabalho rural, no artigo 2º, que se relaciona ao nosso tema: “Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro”. Ainda, no mesmo texto, foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), com vistas a prestar assistência médico-social ao trabalhador rural.

O Estatuto do Trabalhador Rural, além de ser um marco nos direitos sociais dos trabalhadores rurais, acenava para o fato de que a previdência garantida até então, prioritariamente, aos trabalhadores urbanos estava em processo de mudança. Mesmo sem a menção à população indígena em seu texto, prenunciava sua inclusão na previdência. Dez anos depois, na edição do Estatuto do Índio (Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973), esses trabalhadores seriam reconhecidos como passíveis de receber proteção previdenciária.

No entanto, embora o Estatuto do Índio tenha representado um avanço referente à cobertura previdenciária a essa população, os anos seguintes, cunhados pelo regime ditatorial, terminaram por dificultar a execução do mesmo.

Em síntese, durante os anos de 1930 a 1964, quanto aos direitos sociais,

[...] foram restritos quase exclusivamente a área trabalhista, voltada para a pequena parcela de trabalhadores urbanos [...] que, por intermédio, de suas organizações, conseguiram, em consonância com o projeto de desenvolvimento da época, garantir alguns

direitos trabalhistas, que foram concedidos, na época, tão somente como benefícios sociais. [...] Configurou-se, assim, um sistema de proteção social formulado a partir do poder Executivo e orientado por uma política voltada ao trabalho urbano-industrial. Dessa forma, as políticas sociais podem ser caracterizadas como políticas de recorte seletivo, dirigindo-se a um grupo específico, e fragmentadas, pois responderam de maneira insuficiente à demanda. (Couto, 2010, pp. 116-117).

O processo político e econômico em que se desenvolveram as políticas sociais desse período nos mostra que estas estavam restritas a uma minoria urbana. Desse modo, os trabalhadores rurais continuaram a constituir uma maioria silenciada e tratada como minoria não passível de atenção.

O desgaste sofrido durante o governo Jango foi parte do cenário construído pelos militares e conservadores da época que propiciou o golpe militar de 1964, estabelecendo um novo período ditatorial, com início no governo do Marechal Castelo Branco e indo até o ano de 1967.

Após o golpe militar de 1964 foi instaurado no Brasil um período de repressão, violência, perseguição política, ao mesmo tempo em que os governos vendiam a ideia do país voltado ao desenvolvimento, buscando o fim da inflação, do arrocho salarial, sob o perigo iminente do comunismo, do qual a nação estaria a salvo com o controle do governo militar. Sob esses princípios, os ditadores se mantiveram no poder por 21 anos (Couto, 2010).

No longo período da ditadura militar (1964-1985), diversas leis, atos e decretos foram editados, alterando e criando novas estruturas e responsabilidades ministeriais, bem como complementando as legislações trabalhistas vigentes. Os novos textos que “promoviam” as políticas sociais nessa época iam de encontro ao caráter assistencialista do governo militar, a fim de enfraquecer a organização da classe trabalhadora, que mostrava a sua força e a resistência ao regime.

Silva (2011) relembra que, nesse período,

[...] houve um aprofundamento da função das políticas sociais, inclusive da previdência social, como instrumento de controle político do Estado sobre a sociedade. O acesso aos benefícios ficou basicamente limitado aos trabalhadores assalariados, os seus valores foram reduzidos e o processamento administrativo destes benefícios ocorria desprovido da visão de direito, mais um forte recorte de benesse. Isso se deu sobremaneira em relação aos trabalhadores rurais, cuja organização política havia se fortalecido no contexto das lutas pela reforma agrária que antecederam o golpe militar. Com isso, o campo constituía um dos focos de resistência política ao governo dos militares, que foi amortecido por meio de medidas assistencialistas e conservadoras. A previdência social voltada ao setor, no período, foi marcada por essa visão, com a finalidade de controle político (SILVA, 2011, p. 186).

No governo Costa e Silva (1967-1969), nessa conjuntura centralizadora, repressiva, integracionista, foi extinto o SPI e estabelecida a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967) (BRASIL, 1967). Dentre as finalidades da Fundação estavam garantir a posse permanente das terras habitadas, bem como o usufruto dos recursos naturais, promover a educação de base e a assistência médico-sanitária, zelar pelo patrimônio indígena.

Cabe destacar que, nesse período, a pedido da Câmara de Deputados, o Ministro do Interior, ao qual o SPI era subordinado, determinou a instauração de uma comissão de inquérito para investigar as denúncias contra o SPI. Como resultado da investigação, foi produzido o chamado “Relatório Figueiredo”, onde constam diversas violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas brasileiros³⁶. O SPI foi alvo de inúmeras denúncias de abusos, maus tratos, violência, trabalho escravo contra os povos indígenas brasileiros, principalmente os do Norte do país, inclusive na região do Rio Negro.

Entre as legislações da época, foi promulgada a Constituição Federal de 1967. Nela, os indígenas são mencionados em três artigos (arts. 4º, 8º e 186º), referentes à posse da terra e seu usufruto, incluindo esta enquanto bem da União, assim como é atribuído à União o poder de legislar sobre a integração dos indígenas a sociedade. Nessa fase, foi criado também o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) (Decreto-lei n. 72, de 22 de novembro de 1966), que unificou os institutos de aposentadorias e pensões e universalizou a previdência social como política pública (SIMÕES, 2011).

Ainda durante o governo Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, foi baixado o Ato Institucional n. 5 (AI-5), considerado uma das medidas mais graves do período ditatorial. Por meio do AI-5 o Executivo obteve o poder de fechar o Congresso Nacional, intervir nos municípios e estados, “vigiar” qualquer cidadão considerado contra o regime, bem como suspender seus direitos políticos por dez anos, além de cassar parlamentares (BRASIL, 1968). Também foi nesse período que movimento estudantil se organizou e enfrentou energicamente o governo militar.

O Estatuto do Índio, vigente até hoje³⁷, conforme veremos logo adiante, foi promulgado no governo de Emílio Médici (1969-1974). Embora a FUNAI, como vimos, tenha sido criada no conturbado período político nacional do governo anterior, após denúncias de corrupção, má gestão administrativa, violações e atrocidades cometidas contra os indígenas, o governo Médici trouxe, na promulgação do Estatuto do Índio, uma proteção aos povos originários. Em sua gestão houve, também, uma nova ampliação da previdência: “Em 1971, a natureza pública da previdência social resultou na ampliação do atendimento aos rurais; em 1972, incluiu os domésticos e os autônomos, depois os idosos e portadores de deficiência, criando ainda o salário-maternidade” (SIMÕES, 2011, p. 153).

³⁶ O relatório encontra-se disponibilizado na íntegra na página do Museu do Índio: <[³⁷ Tramita na Câmara Federal, desde o início da década de 1990, o Estatuto das Sociedades Indígenas, de autoria do então Deputado Federal Aloísio Mercadante \(PT\). Parado e modificado diversas vezes, em virtude dos interesses do capital privado, como as mineradoras e hidrelétricas, representa mais uma negativa dos poderes públicos nacionais aos direitos dos povos originários, indo de encontro à integração lenta e gradual, mascaradamente forçosa, dos indígenas à sociedade envolvente.](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=/>>. Acessado em: 13 de outubro de 2015.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Nesse período, o Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado, passando a vigorar a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 (Lei do Trabalho Rural) (BRASIL, 1973), a qual regulava as relações trabalhistas dos trabalhadores rurais. Foi sancionada também a Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971, que estabeleceu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), prevendo as aposentadorias por idade e invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social (BRASIL, 1971).

Nessa lei, o trabalhador rural passa a ser definido como:

“pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie; produtor, proprietário ou não, que sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mutua dependência e colaboração” (BRASIL, 1971).

O Estatuto do Índio (Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973), publicado depois do fechamento do SPI e da criação da FUNAI, intencionava, por suposto, a preservação da cultura indígena, embora, também, almejasse integrar essa população à sociedade nacional. O caráter integracionista dessa legislação é nítido em seus artigos, embora tenha sido somente a partir desse Estatuto que os direitos previdenciários foram legitimamente expressos, ao serem concedidos à população indígena os mesmos direitos que tinham os demais trabalhadores, conforme observamos nos seguintes artigos:

Art. 14. Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social.

Parágrafo único. É permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio.

Art. 15. Será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizado com os índios de que trata o artigo 4º, I.

Art. 16. Os contratos de trabalho ou de locação de serviços realizados com indígenas em processo de integração ou habitantes de parques ou colônias agrícolas dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio, obedecendo, quando necessário, a normas próprias.

§ 1º Será estimulada a realização de contratos por equipe, ou a domicílio, sob a orientação do órgão competente, de modo a favorecer a continuidade da via comunitária.

§ 2º Em qualquer caso de prestação de serviços por indígenas não integrados, o órgão de proteção ao índio exercerá permanente fiscalização das condições de trabalho, denunciando os abusos e providenciando a aplicação das sanções cabíveis.

§ 3º O órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso, aos seus quadros, de índios integrados, estimulando a sua especialização indigenista.

Art. 54º Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultada à comunhão nacional.

Parágrafo único. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse destinados.

Art. 55º O regime geral da previdência social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas.

Nota-se que, ao mesmo tempo em que estabelece a igualdade entre os trabalhadores, dispõe que sejam tratados de modo diferente quanto ao respeito aos costumes e a cultura de cada povo.

No ano seguinte à promulgação do Estatuto Índio, em 1974, “[...] o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) foi desmembrado criando o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) (Lei n. 6.036, de 1974, e Lei n. 6.062, de 1974)” (SIMÕES, 2011, p. 154).

Nesse mesmo ano, a previdência social já se fazia presente em São Gabriel da Cachoeira: “O representante do FUNRURAL chegou a São Gabriel da Cachoeira em 1974, quando então começou a funcionar diretamente no município o sistema de aposentadorias para trabalhadores rurais e assistência médica aos mesmos” (SANTOS, 1983, p. 37). Contudo, somente quatro décadas depois, em 2014, a Previdência se estabeleceu oficialmente, a partir da construção da Agência do INSS em São Gabriel da Cachoeira.

Nas próximas duas décadas a previdência social continuou passando por mudanças em suas estruturas ministeriais, resultando no Ministério da Previdência Social (MPS), por meio das leis n. 10.683/1983 e n. 8.422/1992 (SIMÕES, 2011, p. 154).

Em relação à previdência social, a Constituição Federal de 1988 a define enquanto política da Seguridade Social, apresentando “ao debate o redimensionamento dessa política, ampliando direitos, universalizando a sua cobertura, tornando equânime os regimes urbano e rural e atribuindo ao Estado a competência de organizar a seguridade” (YAZBEK, 2011, p. 117)

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) originou-se após a Constituição Federal de 1988, em 2 de julho de 1990, por meio do Decreto n. 99.350 de 27 de junho de 1990, ainda vinculado ao MTPS. Dentre as suas atribuições, estão

[...] promover a arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e demais receitas destinadas a previdência social; gerir os recursos do Fundo da Previdência e Assistência Social (FPAS); conceder e manter os benefícios e serviços previdenciários; executar as atividades e programas relacionados com empregos, apoio ao trabalhador desempregado, identificação profissional, segurança e saúde do trabalhador. Também lhe competia elaborar a proposta orçamentária do FPAS, verificar sua execução orçamentária, elaborar, analisar e encaminhar demonstrativos e relatórios de prestação de contas, assim como supervisionar, coordenar e controlar as atividades de sua execução orçamentária e financeira (SIMÕES, 2011, p. 155).

Em 1991, por meio da publicação das leis n. 8.212 (Lei Orgânica da Seguridade Social) e n. 8.213 (Planos de Benefícios da Previdência Social) (BRASIL, 1991), a Previdência Social igualou os regimes urbano e rural, que passaram a compor um regime único, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), e também classificou os trabalhadores rurais em três categorias: empregado rural, trabalhador contribuinte individual e segurado especial. Interessa-nos a categoria “segurado especial”, na qual futuramente seriam incluídos os indígenas – então não expressos claramente no texto –, ainda que naquele momento pudessem usufruir da previdência enquanto trabalhadores rurais.

Para os trabalhadores rurais que, por produzirem para sua própria subsistência, em regime de economia familiar, não sendo contribuintes diretos da Previdência Social, salvo quando comercializem a produção, foi criada a categoria de segurados especiais, que lhes assegura os benefícios previdenciários. Essa medida se aplicará também à população indígena, pois, isto porque conforme assinala Silva (2011),

A cobertura de acidente do trabalho e outros direitos previdenciários, por serem dependentes do trabalho assalariado formal pouco presente no campo, demorou a ser conquistada por todas as categorias de trabalhadores rurais (meeiros, parceiros, arrendatários, entre outros), além dos poucos assalariados existentes no campo. Somente nas décadas de 1980 e 1990, mediante a articulação das lutas dos movimentos sociais urbanos e rurais, dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores urbanos foram asseguradas na Constituição Federal de 1988 e em legislação infraconstitucional, as mais significativas reivindicações dos trabalhadores rurais referentes à previdência social, como a participação no custeio da seguridade de forma diferenciada. Em função disso, houve uma grande ampliação da cobertura previdenciária ao segmento. (SILVA, 2010)

No entanto, tão logo foram elaboradas as leis que a asseguram a previdência enquanto política de Estado, as mudanças na política econômica brasileira pautada na redução do papel do Estado, nas desregulamentações e na flexibilização do trabalho, nas privatizações, na abertura do Estado para reformas estruturais nas áreas sociais, como saúde, previdência e educação, resultaram em retrocessos nos recém-criados direitos sociais.

Assim, embora a Previdência reconhecesse o indígena enquanto segurado especial, essa qualidade era garantida ao indígena aldeado, e não ao residente em contexto urbano (Instrução Normativa INSS, n. 20 de 2007)³⁸. De forma que a Instrução Normativa (IN) n. 45, de 6 de agosto de 2010³⁹, (BRASIL, 2010), expedida pela presidência do INSS, definiu quem são os segurados especiais, dentre eles o indígena, e descreve em quais atividades será exercida essa qualidade de segurado previdenciário. Constam na IN n. 45 artigos relevantes para compreender que estes fazem parte do cotidiano desenvolvido na Agência da Previdência Social em São Gabriel da Cachoeira, conforme apresentaremos no fluxograma de atendimento da Previdência mais adiante. A fim de isentar os indígenas de parte do processo burocrático requerido a outros trabalhadores rurais, o Art. 134 abre uma exceção:

Art. 7, § 3º Enquadra-se como segurado especial o índio reconhecido pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, inclusive o artesão que utilize matéria-prima proveniente de extrativismo vegetal, desde que atendidos os demais requisitos constantes no inciso V do § 4º deste artigo, independentemente do local onde resida ou exerça suas atividades, sendo irrelevante a definição de indígena aldeado, indígena não-aldeado, índio

³⁸ Cabe frisar que ações promovidas pelo MPF contra o INSS e a FUNAI derrubaram esse pré-requisito, ao reconhecer que o indígena habitante da cidade não deixa de ser indígena, contanto que produza na agricultura, ou seja, pescador artesanal ou, ainda, artesão, em regime individual ou familiar para a sua manutenção e ou da família. Passa o indígena a ser reconhecido mediante o exercício do trabalho na agricultura ou no artesanato, embora não necessariamente deva residir em aldeia.

³⁹ Alterada, parcialmente, pela IN n. 61, de 23 de novembro de 2012. No que se refere ao segurado especial indígena, não foram observadas alterações substanciais para o trâmite burocrático realizado no INSS.

em vias de integração, índio isolado ou índio integrado, desde que exerce a atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar e faça dessas atividades o principal meio de vida e de sustento.

Art. 134. Salvo nas situações previstas no § 2º deste artigo, a entrevista é elemento indispensável à comprovação do exercício da atividade rural e da forma como essa atividade foi exercida, inclusive para confirmação dos dados contidos em declarações sindicais e de autoridades, com vistas ao reconhecimento ou não da atividade e do período pleiteado, sendo obrigatória a sua realização, independente dos documentos apresentados.

§ 2º A entrevista, conforme modelo constante no Anexo XIII, desta IN, é obrigatória em todas as categorias de trabalhador rural, podendo ser dispensada:

I - para o indígena;

§ 3º Para subsidiar a instrução do processo do indígena, pode-se emitir ofício à FUNAI, para fins de apuração da veracidade das informações prestadas, quando:

I - ocorrer dúvida fundada, em razão de divergências entre a documentação apresentada, emitida pela FUNAI, e as informações constantes no CNIS ou em outras bases de dados a que o INSS tenha acesso;

II - houver indícios de irregularidades na documentação apresentada; ou

III - houver a necessidade de maiores esclarecimentos no que se refere à documentação apresentada ou à condição de indígena, bem como a categoria de trabalhador rural do requerente ou membro do grupo familiar, declarada pela FUNAI, conforme Anexo I, desta IN.

§ 5º: I - benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social, considerado o valor de cada benefício quando receber mais de um ou benefícios concedidos aos segurados qualificados como segurado especial (NR)

§ 7º: I - os filhos maiores de 16 (dezesseis) anos, cujo pai e mãe perderam a condição de segurados especiais, por motivo do exercício de outra atividade remunerada, salvo se comprovarem o exercício da atividade rural individualmente; e (NR)

O indígena, então, tem assegurado seu direito à previdência social, reconhecido como segurado especial, independentemente de se encontrar em contexto urbano ou rural, desde que de algum modo exerce atividades para sua sobrevivência utilizando produtos do meio ambiente em que vive ou em que vive a sua família. Ao migrar definitivamente a cidade e deixar de exercer essas atividades, torna-se segurado obrigatório da Previdência se vier a exercer atividade remunerada distinta da do segurado especial. Desse modo, assim como qualquer outro cidadão brasileiro, possui o direito a se inscrever na Previdência na categoria de contribuinte individual, avulso, dependendo apenas do trabalho exercido no momento em que pleitear o benefício.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica da Seguridade Social (1991) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), a Assistência teve seu espaço reconhecido enquanto política pública destinada às necessidades básicas do cidadão que dela necessitar, sem exigir contribuição prévia para acessá-la. O primeiro artigo da LOAS estabelece: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

A 1ª Política Nacional de Assistência Social estabelecida na LOAS foi aprovada somente em 1998, concomitantemente ao Programa Comunidade Solidária, instituído pela Medida Provisória n.

183, no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (Silva, et al. 2011). Essa medida corroborava os princípios norteadores do sistema político e econômico neoliberal, que claramente pretendia esvaziar o debate recém-criado de direitos aos marginalizados socialmente pelo próprio sistema.

O que concerne ao nosso tema, a LOAS não abordava explicitamente a população indígena, embora tratasse da criança, da velhice, da pessoa com deficiência, entre outros segmentos populacionais. Explicitamente, a Assistência Social aborda essa população nos preceitos da PNAS de 2004, dentre os quais estava tornar “visível os invisíveis, os excluídos das estatísticas [...]”, atuar com os segmentos de maiores riscos sociais, utilizar como indicador complementar a variável especificidade regional, ajustar o piso básico variável conforme o estado ou a região e, por fim, financiar de modo diferenciado ações em regiões específicas, com particularidades específicas, como a população indígena.

Nesse mesmo ano, o Brasil tornou-se signatário da Convenção n. 169 (Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004), Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), embora esta tenha sido adotada por outros países desde 1989. O artigo 2º estabeleceu: “Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade”. Além de incumbir os governos a promover a participação dos indígenas em assuntos relacionados aos seus interesses, também garante a autodeterminação enquanto grupo étnico, o reconhecimento e a proteção dos valores e costumes dos povos, ao aplicar a legislação nacional.

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 (aprovada pela Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e publicada no DOU de 28 de outubro de 2004) estabelece as diretrizes para a efetivação da Assistência Social. Em 2005 foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) (Resolução CNAS n. 130, de 15 de julho de 2005). Em 2006, foi aprovada Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS). Ambas orientam sobre como operacionalizar, efetivar a política de assistência social, bem como as atribuições de cada ente da federação.

A partir dessas normas foi criado o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), estruturado em duas proteções sociais: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, esta última dividida em duas modalidades – de Média Complexidade e de Alta Complexidade. Cada proteção tem seus programas e serviços, contudo abordaremos somente os que foram levantados durante o

trabalho de campo na sede municipal. Dessa forma, apresentamos, primeiramente, a estrutura de serviços públicos, os programas da proteção social básica (PSB).

3.2 Mapeamento da estrutura de serviços

A estrutura de equipamentos sociais, tanto na esfera pública quanto na privada, que mapeamos, a partir das entrevistas com os técnicos e gestores e das observações realizadas durante o trabalho de campo, foi a seguinte: Segurança Nacional – Exército, Aeronáutica e Marinha, Hospital de Guarnição (em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado); Justiça – Polícias Federal, Estadual (Militar e Civil) e Municipal, Defensoria Pública Estadual e Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; Meio Ambiente – ICMBio e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR); Secretaria Municipal do Interior (SEMINT) – responsável pelas Casas de Apoio; Saúde – Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI – ARN)/Casa de Saúde do Índio (CASAI), Secretaria Municipal de Saúde/Clínica de Especialidade Odontológica, Estratégia de Saúde da Família (ESF)/Programa Saúde da Família (PSF); Assistência Social – Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)/Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)/Equipe Volante (EV), Programa Bolsa Família (PBF) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)/Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Educação – Instituto Federal do Amazonas (IFAM), com cursos de graduação e profissionalizantes, um polo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com atividades pontuais, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com cursos de graduação, Escola Estadual Sagrada Família, Coordenadoria Regional da Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Secretaria Municipal do Amazonas, Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL). Conselhos – Conselho Tutelar (CT), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI). Coordenadoria Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Cartório (Ofício do Judicial e Anexos)⁴⁰, Centro Missionário Salesiano “Centro Juvenil”, Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes; Receita Federal e Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas.

E ainda, agências dos bancos do Brasil e Bradesco; a Caixa Econômica Federal oferece o saque dos benefícios e conta corrente, poupança na lotérica, mas o saque do Fundo de Garantia por

⁴⁰ No Cartório são tratados diversos assuntos, desde certidões de nascimento, casamento, óbitos, interdições e tutelas, notas, registro de imóveis, títulos, entre outros (Informação verbal obtida durante o evento “1ª Oficina de Construção de Fluxos de Acesso ao Registro Civil de Nascimento”, realizada entre os dias 25 e 28 de novembro de 2015, em São Gabriel da Cachoeira). Cabe destacar que esse cartório está localizado dentro do prédio do Tribunal de Justiça.

Tempo de Serviço (FGTS) somente na agência em Manaus. Há também uma agência dos Correios e uma Rádio Municipal.

3.2.1 Caracterização dos serviços da Assistência Social

3.2.1.1 Proteção Social Básica

3.2.1.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Este serviço está inserido na PSB. É oferecido, exclusivamente, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). O objetivo do PAIF é realizar ações preventivas junto às famílias, a fim de evitar a ruptura de vínculos sociais e familiares, além de inserir os usuários em programas de transferência de renda. Essas ações ocorrem a partir de eventos informativos a respeito de direitos sociais, atendimento social, visitas domiciliares, entre outros. O perfil do público usuário do serviço são as famílias em situação de vulnerabilidade social.

3.2.1.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV é um trabalho complementar ao PAIF e ao Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Podemos compreendê-lo enquanto uma extensão do PAIF e do PAEFI, a partir de suas atividades, das quais podem participar desde crianças até idosos, pessoas com deficiência e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Assim como no PAIF, busca prevenir situações de ruptura de vínculos familiares e sociais, a partir de oficinas lúdicas, palestras informativas, entre outras atividades. Este serviço, por ser complementar ao PAIF, não é exclusivo do CRAS e pode ser ofertado em entidades assistenciais, desde que certificadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

3.2.1.1.3 Equipe Volante

É um serviço itinerante do CRAS, destinado a ofertar serviços de assistência social a famílias que residam em áreas de difícil acesso. Essa oferta parte da busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em alguns locais, são fornecidas lanchas para o acesso da equipe. Em São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, foi cedida uma lancha, embora não fosse utilizada porque não era adequada aos rios da região.

3.2.2.1 Proteção Social Especial

3.2.2.2 Proteção Social Especial de Média Complexidade

Como vimos, a proteção social especial é dividida em média e alta complexidade. No que se refere à média complexidade, entrevistamos duas técnicas do Centro de Referência Especializado

de Assistência Social (CREAS). Este equipamento é voltado ao atendimento de pessoas que estão em risco social e tiveram seus direitos violados. Este público pode ser de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, idosos, pessoas com deficiência, trabalho infantil. A fim de restabelecer os vínculos familiares ou comunitários possivelmente rompidos, oferece o serviço Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), acompanha adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, orienta os usuários a respeito dos seus direitos, promove ações de reinserção social.

3.2.1.2.1 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Em relação ao serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, embora não tenhamos entrevistado a técnica responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional, entrevistamos uma assistente social, responsável por um projeto do SCFV desenvolvido no mesmo espaço em que havia o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Por esta razão este serviço também está aqui exposto.

O Serviço de Acolhimento Institucional oferece acolhimento a pessoas e/ou famílias em situação de abandono, risco ou violação de direitos. Em princípio, o serviço é protetivo e preventivo, até que exista mudança na situação; caso contrário, a criança, o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência ou a mulher vítima de violência permanece acolhido (a) na instituição.

Atualmente, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possui 240 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e 574 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CRAS) que atendem comunidades indígenas, embora somente 21 CRAS sejam localizados em comunidades indígenas. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos atende atualmente 9.142 pessoas que se declaram indígenas. Importa destacar que a presença do CRAS em comunidade indígena está condicionada ao reconhecimento da terra como Terra Indígena (TI). No CadÚnico constam 149.243 famílias (BRASIL, 2017).

Em 2017, o Ministério do Desenvolvimento Agrário publicou um material de orientação a respeito do trabalho a ser desenvolvido por técnicos da Proteção Social Básica com populações indígenas, especificamente, no Serviço de proteção e atendimento Integral à Família (PAIF). O público-alvo são famílias indígenas em processo de retirada dos seus territórios de origem para dar lugar a empreendimentos; as que vivam em moradias precárias; as que estão em processo de retomada de territórios, entre outras situações.

Após essa breve exposição da formação das políticas de assistência e previdência social, apresentaremos a caracterização dos benefícios sociais concedidos à população indígena operacionalizados pelo INSS. No item seguinte, expomos os locais das entrevistas, bem como os

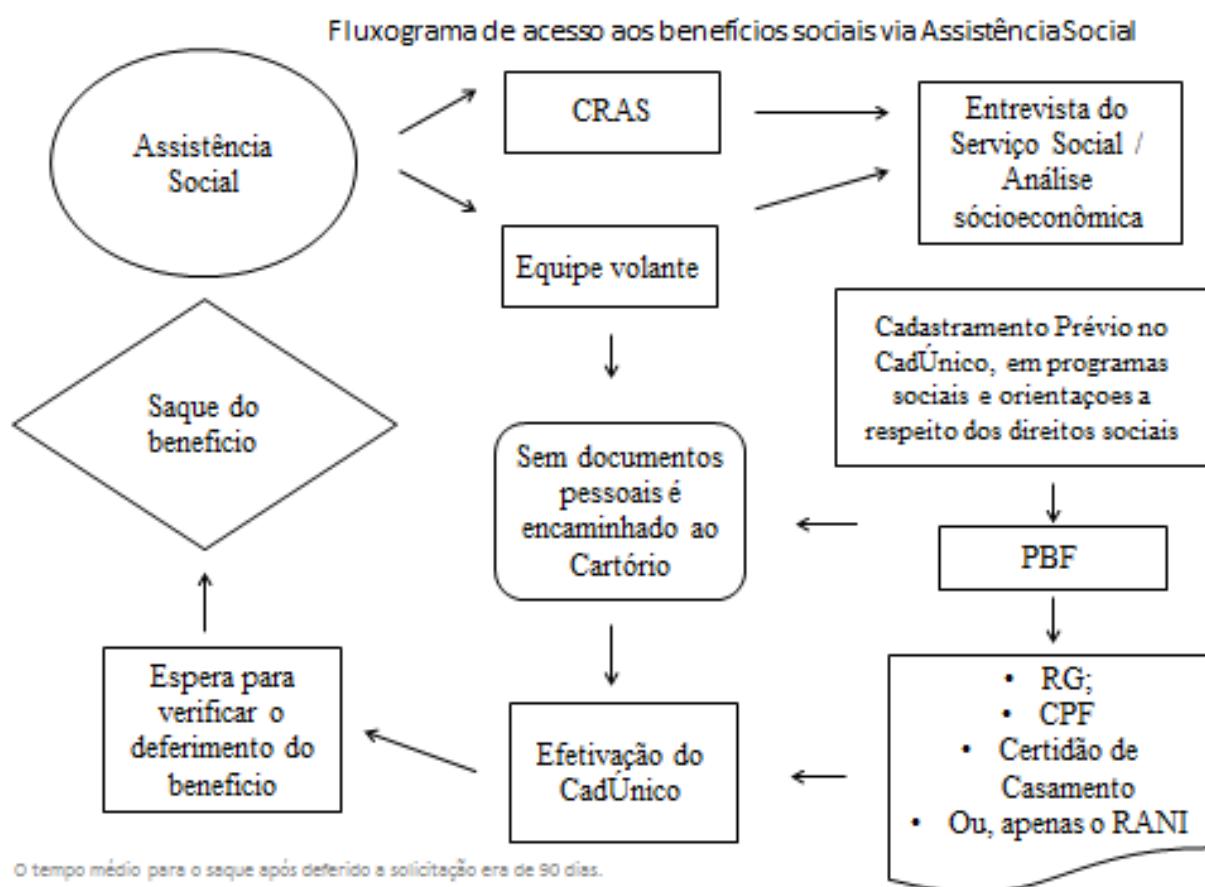
entrevistados. Em seguida, a caracterização dos benefícios sociais e operacionalização destes. Por fim, a exposição das entrevistas realizadas com os usuários, técnicos e gestores das políticas sociais.

3.3 A operacionalização da assistência social em São Gabriel da Cachoeira

Em São Gabriel da Cachoeira, a execução e a fiscalização da política é realizada por meio de órgãos representantes do Estado e da sociedade civil organizada. As instituições presentes são a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), o serviço de acolhimento institucional, o Centro Juvenil Salesiano e o Conselho Municipal de Assistência Social.

O fluxograma de acesso aos benefícios sociais, por meio da Assistência Social é o seguinte:

FIGURA 2 – Fluxograma de acesso aos benefícios sociais via Assistência Social



Fonte: Elaborado pela autora.

A equipe da SEMAS é composta por três assistentes sociais – que estão lotadas no CRAS, CREAS e Equipe Volante – e por duas psicólogas, uma atuando no CRAS e na Secretaria de Assistência Social, e outra, no CREAS.

Na perspectiva de conhecer o funcionamento do SUAS, foram realizadas entrevistas com os executores da política, observadas e analisadas as demandas provenientes da dinâmica social instaurada na busca por benefícios sociais pertencentes à Assistência Social.

A psicóloga da Secretaria de Assistência Social e do CRAS, Cintia Luana, não indígena, funcionária efetiva, também presidente do CMDCA, relatou⁴¹ que os desafios postos ao município hoje apontam para a falta de habitação por causa da migração, tendo em vista que muitas famílias moradoras das comunidades do interior vão à cidade para acompanhar os filhos que buscam estudar.

As entrevistas realizadas com a equipe do CRAS forneceram um panorama do funcionamento da proteção social básica ofertada no município.

Oslânia F. Rodrigues⁴², do povo *baré*, coordenadora do CRAS há um ano, funcionária efetiva, diz que a demanda indígena no equipamento é de aproximadamente 98%, sendo poucos os não-indígenas que buscam o atendimento. A equipe do CRAS tem apenas duas funcionárias efetivas (coordenadora e cozinheira), três técnicas comissionadas (duas assistentes sociais – uma da equipe volante – e uma psicóloga), dois monitores do PETI, um monitor do ProJovem, três monitores do CCI e uma auxiliar de serviços gerais.

A coordenação é responsável por todos os programas desenvolvidos, como o PETI, o Centro de Convivência do Idoso (CCI), o ProJovem e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A partir destes programas são oferecidas oficinas de artesanato para todas as idades, inclusive os idosos que usufruem do serviço de convivência. Durante as férias era oferecida a “colônia de férias”, com atividades lúdicas e de lazer para as crianças que vinham das comunidades do interior e para as da cidade, mas neste ano não será oferecida essa atividade porque haverá concurso público. Segundo Oslânia, são atendidas, aproximadamente, 150 pessoas nas atividades do CRAS.

A respeito do maior desafio no município, Oslânia afirma: “Às vezes a gente tenta ajudar e tem dificuldade. Nós precisamos é de mais oficina, porém não temos capacitação para dividir o conhecimento com o público”. Quanto à diversidade dos povos no cotidiano de trabalho, segundo a coordenadora do CRAS, é possível facilitar o desenvolvimento das ações por meio das oficinas, ofertadas aos diferentes grupos etários, e o fato de alguns funcionários falarem algumas línguas facilita o trabalho com os diversos grupos étnicos.

⁴¹ Entrevista concedida por Cintia Luana. Entrevista 01 [nov. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo .mp3 (20 min.).

⁴² Entrevista concedida por Oslânia F. Rodrigues. Entrevista 03. [nov. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo .mp3 (20 min.).

A respeito das ações executadas pelo CRAS: “O CRAS faz todo tipo de ação com o CMDCA, CREAS, SEMAS, passeatas, oficinas e eventos”. As parcerias realizadas com a FUNAI, DSEI, FOIRN, ISA, Exército (Mulheres Guerreiras)⁴³ tornam possível a execução da Política de Assistência Social, pois quando a ação é muito distante da sede do município é o Exército quem fornece à logística – nas palavras de Oslânia Rodrigues, “o ponto positivo é tentar trabalhar com o que se tem e o negativo sempre tem, mas buscam-se parcerias”.

A equipe do PAIF é composta por uma assistente social, uma psicóloga, um auxiliar administrativo e oito orientadores sociais que compõem a equipe do SCFV. Ainda há dois motoristas que são compartilhados com a administração municipal e a coordenadora. Além da coordenadora do CRAS, foram entrevistadas duas assistentes sociais, por meio de entrevista aberta e estruturada⁴⁴.

A assistente social Edirlene de A. Nascimento⁴⁵, não indígena, exerce essa função no CRAS há sete anos, funcionária contratada, é presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e também é responsável pelo setor da Habitação e pelo Pronatec, que desenvolve cursos por meio de parceria com o IFAM, a partir das demandas dos alunos e professores. Os cursos oferecidos pelo CRAS eram: cuidador de idoso e infantil, AutoCAD (informática), agricultura familiar, logística, inglês, espanhol, mecânico de motores de popa e vendedor.

Segundo a assistente social, entre as expressões da questão social no município estão a dificuldade de acesso tanto à renda quanto das comunidades do interior aos serviços e programas sociais ofertados na cidade:

Antigamente os indígenas iam à cidade para vender os produtos das aldeias, agora vêm à cidade para acesso a programas, serviços e benefícios da Assistência Social, como o BPC e os de transferência de renda como o Bolsa Família e o ProJovem; da Previdência Social: o Auxílio Maternidade, o Seguro Defeso, e a Aposentadoria rural; e da Educação a matrícula escolar e o registro civil de nascimento.

A falta de habitação é demanda mais latente para o CRAS, há muita procura por habitação, resultado da intensa migração dos jovens do interior para a cidade em busca de educação e de novas oportunidades de vida. Alguns pais acompanham os filhos nesse movimento migratório numa tentativa de evitar o rompimento dos vínculos familiares, pois muitos jovens viajam sozinhos para dar continuidade ao estudo. Por outro lado, podem estar fragilizando a permanência na terra indígena, a partir do esvaziamento das comunidades. Tem também a necessidade da construção de 500 casas no bairro Teotônio Ferreira, um assentamento rural, para sanar a demanda real atual da falta de habitação faz parte do reflexo da migração.

Até o momento da entrevista estava prevista a construção de 50 casas no bairro Teotônio Ferreira, por meio do programa do governo federal, Minha Casa Minha Vida.

⁴³ Esposas dos militares que promovem ações junto com o poder público e também de maneira independente.

⁴⁴ Informação verbal.

⁴⁵ Entrevista concedida por Edirlene de A. Nascimento. Entrevista 04 [nov. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo. mp3 (50 min.).

A diversidade cultural é compreendida dentro dos princípios da Política de Assistência Social, respeitando as famílias. A questão da diversidade cultural expressa nas 23 línguas é trabalhada pelos orientadores, muitos deles falam outras línguas, além do português. Existem situações em que os indígenas não entendem o que são os benefícios sociais, mas com a presença dos orientadores e do auxiliar administrativo bilíngue facilita a comunicação e o conteúdo transmitido.

Alguns serviços ofertados exigem contrapartidas dos usuários, como a participação em oficinas. No entanto, o conteúdo das oficinas não é diferenciado, os temas mais abordados são os benefícios do INSS, a importância da família, a exploração sexual, a terceira idade e o alcoolismo entre menores.

O alcoolismo é trabalhado em situações individuais, pontuais, percebidas durante o acompanhamento familiar. E também com os adolescentes, em palestras nas escolas e nos encaminhamentos à saúde no CAPS, que encaminha à Fazenda da Esperança, uma comunidade terapêutica da Igreja Católica.

Os programas federais como os da habitação, os benefícios eventuais: cesta básica, kit bebê e auxílio construção são ofertados no CRAS. Também são atendidas as demandas do judiciário, como orientação e encaminhamento a respeito da guarda e do Benefício de Prestação Continuada e seguros da Previdência Social.

As medidas socioeducativas são atendidas pelo Centro Juvenil Salesiano. O programa Jovem Cidadão é administrado e executado pela Secretaria Municipal de Educação, que recebe os jovens encaminhados pelo CRAS. A Assistência Social e a Diocese têm um convênio para a execução do projeto Uka Suri, um abrigo para meninas vítimas de violência, maus tratos, exploração sexual e abandono, coordenado pelas irmãs salesianas.

Embora existam parcerias e convênios para o funcionamento da rede socioassistencial, os encaminhamentos entre diferentes setores não tem acompanhamento e, tampouco, contrarreferência. A rede não é articulada, falta entendimento sobre o que é a Política de Assistência Social.

O ponto positivo do CRAS no bairro é o espaço físico grande, que permite desenvolver as oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O negativo é a falta de acessibilidade por falta de rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida e internet.

Os parceiros são a SEMEC, o Estado, o DSEI, INSS, FUNAI, FOIRN, no entanto possuem um olhar segmentado. O CRAS recebe poucos encaminhamentos da FUNAI, fica mais restrito aos usuários que irão ao INSS.

Segundo os relatos das técnicas compunham as ações do cotidiano profissional: acolhimento, visitas domiciliares, entrevistas individuais, encaminhamento e acompanhamento familiar. As oficinas são promovidas pela coordenação, por causa da sobrecarga de trabalho das técnicas.

A Equipe Volante do CRAS era composta por uma assistente social, Rosiane Miranda⁴⁶, não indígena, funcionária contratada, há um ano na função, a qual foi entrevistada, e por um educador social indígena, bilíngue.

Segundo Rosiane, as ações realizadas pela equipe volante eram a busca ativa, o preenchimento da ficha social, orientações dadas aos usuários a respeito do cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, encaminhamentos ao INSS, emissão de atestado de carência e da declaração de pobreza, a partir da visita domiciliar e, também, a articulação com a rede de serviços. Faziam parte das ações, ainda, a busca ativa pontual em comunidades, por meio de mutirões para o Cadastro Único ou para fins de INSS, além do atendimento de casos isolados em

⁴⁶ Entrevista concedida por Rosiane Miranda. Entrevista 05 [nov. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo. mp3 (30 min).

comunidades do interior, demandas espontâneas e a investigação de denúncias anônimas sobre situações de vulnerabilidade extrema.

Para a assistente social, o maior desafio da questão social indígena é a falta de assistência aos idosos, pois não há programa voltado a esta população, acolhimento ou assistência familiar. No CRAS são ofertadas apenas oficinas de artesanato e dança para idosos com vínculos fragilizados. Segundo Rosiane, há muitos idosos morando sozinhos sem cuidados familiares, sem convivência familiar ou social.

Quanto aos aspectos positivos e negativos da presença da equipe volante nas comunidades relatou,

Os aspectos positivos apontados foram o acesso e a promoção da informação a respeito dos benefícios sociais. Os pontos negativos são recursos humanos insuficientes e poucos recursos materiais – por exemplo, chegou uma lancha pelo MDS, no entanto ela não é própria para o rio.

Dentre as pessoas que trabalham com a Proteção Social Especial de Média Complexidade, foram entrevistadas uma assistente social e uma psicóloga do CREAS.

3.3.1 Centro de Referência de Assistência Social (CREAS)

A equipe é composta por uma coordenadora, uma psicóloga, uma educadora, uma assistente social e uma auxiliar de serviços gerais. A advogada do CREAS também fica no departamento do jurídico da prefeitura e supostamente prioriza os atendimentos do CREAS.

Da equipe do CREAS entrevistamos conjuntamente a psicóloga, Naira Maria Medeiros Marques e a assistente social, Patrícia Costa Braga⁴⁷, ambas não indígenas e funcionárias contratadas. Patrícia estava havia dois anos na Assistência Social, trabalhava desde 2007 com a população indígena, na saúde municipal e na CASAI em São Gabriel. Naira havia chegado há pouco tempo a cidade. Segundo Patrícia:

No CREAS as ações desenvolvidas têm por foco a violação dos direitos da criança e adolescentes, da mulher, do idoso e da pessoa com deficiência. A maior demanda é a violência contra crianças e adolescentes e mulheres. Quando há ocorrência encaminhamos ao Conselho Tutelar e à delegacia de polícia. O acompanhamento dos casos é feito pela assistente social, a psicóloga e a educação. Aproximadamente de sete a 10 crianças participam das oficinas lúdicas, são acompanhadas e têm reforço eventual. Atendimentos individuais e grupais. Eventos de prevenção às drogas e a violência. O dia 18 de maio é comemorado e em junho fazemos campanha contra as drogas. Os calendários anuais faz o que faz pertinente ao CREAS. Eventos como palestras e caminhada. O esporte também inclui os programas sociais. As oficinas têm por público as crianças. Visita domiciliar, atendimento individual e grupal, emissão de relatórios e parecer técnico quando necessário. A instalação do CREAS desmistificou o tabu; com a divulgação, as pessoas estão se sentindo mais à vontade para relatar abusos e situações de violação de direitos contra a mulher e a criança, está mais acessível.

⁴⁷ Entrevista concedida por Patrícia Braga. Entrevista 31 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (40 min).

Os maiores desafios, segundo as técnicas, são a negligência dos pais, o abandono e os conflitos familiares. Quanto às diferenças linguísticas, relataram que não têm muita dificuldade quando estão acompanhadas de algum conselheiro tutelar, porque a maioria fala a língua; já nos interiores a dificuldade é maior porque nem sempre as pessoas da equipe sabem a língua da comunidade. Apontaram, também, a dificuldade geográfica, como, por exemplo, na implantação do CREAS, em que o prédio não era próprio; a falta de infraestrutura e de profissionais nas comunidades; a mudança constante dos profissionais por não haver concurso público; a falta de informação aos usuários sobre o programa Bolsa Família, que deveria ser temporário, mas a população desconhece os objetivos do programa.

De acordo com as técnicas, parte das ações do CREAS é realizada em parceria com a SEMAS, o CT, a delegacia de polícia civil, o poder judiciário, as secretarias municipais de educação, de saúde, de esporte e o CMDCA.

3.3.2 Programa Bolsa Família (PBF)

O gestor do Programa Bolsa Família, Kaio de Oliveira Melo⁴⁸, não indígena, é graduado em Análise de Sistemas e estava na função desde janeiro de 2015. Havia oito anos trabalhava com o CadÚnico. Trabalhou em Manaus, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e está na gestão do Bolsa Família. Ficou por dois anos na coordenação das condicionalidades do programa Bolsa Família na Educação do município.

A equipe do Bolsa Família é composta por dois entrevistadores volantes, uma assistente social volante e uma assistente social no CRAS, seis digitadores, um gestor e um acompanhante de condicionalidades da educação centralizado no prédio do PBF.

Segundo o gestor, a cobertura do CadÚnico é de aproximadamente 10.000 famílias, divididas em uma proporção de cerca de metade das famílias do interior e a outra metade, da cidade. E ainda, o acompanhamento das famílias é feito de acordo com o estabelecido pelo MDS, envolvendo as três políticas: a Assistência Social é realizada pelo CRAS; a da Saúde, pelos relatórios semestrais do PSF e do Polo Base (que envia semestralmente as informações para o SUSWeb, sistema independente do SUAS, mas que converge as informações das comunidades do interior com as da prefeitura), que monitoram a pesagem e a vacinação, no início e no final do ano; e a Educação, que acompanha a frequência, a partir do preenchimento bimestral do formulário que indica se houve evasão escolar, sob a responsabilidade dos professores. Periodicamente os representantes do Bolsa Família das respectivas secretarias se reúnem para acompanhar os casos.

⁴⁸ Entrevista concedida por Kaio de Oliveira Melo. Entrevista 29 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (40 min).

Ainda que tenha relatado que segue as diretrizes do MDS, no que se refere à participação dos beneficiários do programa em oficinas isto não ocorre, uma vez que a longa distância das comunidades a sede municipal inviabiliza o cumprimento desta condicionalidade. Esta condicionalidade fica restrita aos moradores da cidade.

A diversidade de povos e línguas, segundo o gestor do Bolsa Família, é trabalhada com facilidade porque 90% do RH é regional e não trabalham apenas o programa, mas também o aspecto étnico, cultural:

Busca-se passar a informação de forma clara para que eles possam a assimilar. Muitas vezes a gente passa um grande conteúdo, mas, pela diversidade de etnia, nem sempre chegamos aonde queríamos. Há parcerias com os agentes comunitários, com as lideranças. Se for saúde, a gente vê com o Polo Base as dificuldades que tem encontrado, a partir da demanda.

O primeiro trimestre é o acompanhamento da educação, nossa maior dificuldade é na educação. Oficinas com os pais, professores, líderes e gestores passando essas informações que o acompanhamento na educação é “ai, vou levar meu filho à escola porque senão vou perder o Bolsa Família”. Mas não é isso. Ou seja, qual o sentido real do Bolsa Família: não é amenizar a pobreza. De que forma, amenizamos. Não é com um estalar de dedos, ou seja, é com o passar do tempo, ou seja, o aluno que foi à escola, se formou, se tornou um médico, um juiz, então já não saiu da pobreza, já é um passo dado. É nesta forma que estamos passando nas oficinas. A conscientização de que a escola não é obrigação, é algo bom para ele no futuro.

No segundo trimestre as ações são voltadas à capacitação do agente comunitário de saúde da sede, na mesma forma na educação dos professores. Na semana passada foi a capacitação dos professores e agora para o segundo trimestre vai ser para a saúde, do agente comunitário, saber o que ele tem que fazer na casa da pessoa, o acompanhamento e a orientação quando eles estiverem lá na casa das famílias, que ele tem que saber que a pesagem é para o Bolsa Família, mas não só isso. A pesagem foi uma forma de encontrar dados: por que está doente, como está a família, se está havendo baixa de peso. Nós temos que conversar com as pessoas que vão fazer essas idas às casas das pessoas para assim capacitá-los, aí sim os teremos um acompanhamento mais qualificado e mais correto. Em seguida, acompanhamento por bairro no decorrer do último trimestre. O acompanhamento e a orientação que tem que ser feito para investigar que temos que conversar com as pessoas que estão à frente. No terceiro trimestre acompanhar a equipe volante CRAS fará o levantamento por bairro.

Embora, o responsável pelo PBF tenha relatado que a diversidade cultural e linguística fosse trabalhada com facilidade, nenhuma das ações por ele apresentada consideravam esses aspectos de modo mais aprofundado. As ações por ele consideradas diferenciadas eram restritas a presença de funcionários falantes de alguma das línguas co-oficiais ao português.

Segundo o gestor, o preenchimento do campo etnia/povo no formulário do Cadúnico é feito porque é uma norma e uma forma de fazer levantamento por povo:

Nós temos um total de famílias cadastradas e temos outras que são as beneficiadas: que é um sistema longo. E aí temos que ter essas famílias por etnias, porque são informações que tanto saúde, educação e o município precisam saber: qual etnia está sendo atendida pelo Bolsa Família, qual não está e porquê da diferença de atendimento, qual a dificuldade por etnia. Ultimamente tem tido bastante cadastro dos Hupdeh e Yuhupdeh que têm atendimento mínimo nos programas sociais, principalmente o Bolsa Família. Estamos tentando verificar por que estão com o cadastro baixo, se a logística, falta de informação, envolvimento com a sociedade envolvente, falta de documentos, falta do CRAS, perda de documentos. Isso estamos buscando. Isto está na educação, que tem o cadastro mais

detalhado. No estadual é mais complicado. O estado, agora, depois da descentralização, vai ficar responsável por sua própria frequência.

O primeiro passo é o CRAS, que passa pelo assistente social, que vai fazer a avaliação social e lá ela vai passar pelo cadastrador do CadÚnico. Lá é feita a entrevista e é encaminhado para o Bolsa Família, e encaminhado para o CadÚnico, após avaliação social ou juntamente com a equipe volante, que também faz avaliação e a atualização de cadastro, a situação educacional, de moradia, tudo isso. As pessoas que estão aqui porque passam lá e fazem análise social e vêm para cá ou a equipe volante e a atualização que garante a comprovação dos dados da família no sistema. Isso é necessário para o beneficiário não ter nenhum problema com o benefício. Para o cadastro, basta ter documentos pessoais do RF ou a RANI, caso não tenha a certidão. Se ele chegar aqui sem documentos, normalmente se o usuário já foi atendido pela equipe volante ou pelo CRAS ele já vai para o setor do CadÚnico com os documentos pessoais, como CPF, RG, certidão de nascimento e casamento.

Além das ações programadas, de acordo com Kaio, a equipe faz a busca ativa nas comunidades, analisa os fatores de suspensão dos benefícios, articula com a educação, a saúde e o CRAS, para que cada um faça as suas próprias buscas:

Embora existam algumas brechas, como o saque dos benefícios a cada seis meses para as famílias que moram distante da cidade, falta ver as diferenças regionais, porque a logística exigida na região é muito diferente. Há comunidades que ficam a uma semana de barco até a cidade. A gente passa para a SEAS que a nossa logística é muito diferenciada. Nós temos essa dificuldade no momento.

Os pontos positivos do acesso ao programa, segundo o gestor, é que os usuários têm o benefício e podem utilizá-lo da forma correta, conseguem ver que é um complemento que pode ajudar na saúde e na educação e até mesmo na parte administrativa do lar.

Os pontos negativos é que os usuários pensam que é uma transferência de renda eterna, que não precisam mais se preocupar. Por isso é que tem o acompanhamento da saúde e da educação, pois se não for feito um acompanhamento, isso poderá ter implicações no futuro.

As entrevistas com os gestores e técnicos dos serviços públicos da política de Assistência Social nos permitiram perceber que há um desencontro entre o que está na política e o que é desenvolvido no cotidiano do trabalho profissional. Em parte, por dificuldades na gestão da própria política e, também, por falta de capacitação dos profissionais, por relações precárias de trabalho que não permitem o estabelecimento de vínculos ao local de trabalho, as quais geram bastante rotatividade de trabalhadores da Assistência Social e, por conseguinte, a não continuidade e manutenção do planejamento de ações profissionais, assim como a fragilidade nas relações estabelecidas entre usuários e técnicos.

Esse desencontro entre o que está posto na política e a execução não ocorre apenas na esfera da Assistência Social, nas entrevistas que seguem perceberemos que isso é recorrente nas falas dos gestores e técnicos.

3.4 Caracterização dos benefícios previdenciários e assistenciais

A caracterização dos benefícios elencados neste texto será apenas a dos levantados durante o trabalho de campo em São Gabriel da Cachoeira, ainda que os indígenas tenham direito a todos os benefícios⁴⁹ disponíveis aos outros trabalhadores do RGPS, como salário-maternidade, auxílio-reclusão, auxílio-doença e por acidente, aposentadoria por idade e por invalidez, seguro defeso, entre outros. Esse recorte em nada prejudica a abordagem do assunto, uma vez que a maioria dos indígenas inscritos no RGPS estão na qualidade de segurado especial – salvo os trabalhadores que têm ocupações como professores, agentes indígenas de saúde, merendeiras, auxiliares de limpeza, que, como é sabido, não representam majoritariamente os indígenas.

Importa, ainda, destacar que, enquanto gozar desta qualidade, o valor do benefício, independentemente de qual seja, é um salário mínimo, e para acessá-lo é necessária a emissão de uma certidão de exercício de atividade rural expedida pela FUNAI.

3.4.1 Aposentadoria Rural por idade

Atualmente⁵⁰, o trabalhador rural, na qualidade de segurado especial, para se aposentar por idade, deve ter, no mínimo, 60 anos, para o sexo masculino, e 55 anos, para o sexo feminino. Ao segurado especial que viva em regime de economia familiar, caso dos indígenas, a contribuição não é compulsória, como vimos anteriormente. No entanto, deve estar exercendo atividade rural no momento em que requisitar a aposentadoria.

3.4.2 Auxílio-doença

Quando o segurado, especial ou não, for considerado incapaz para o desenvolvimento das suas atividades laborais, em razão de algum acidente ou doença incapacitante, é concedido o auxílio-doença, mediante a realização de uma perícia, com posterior emissão de laudo médico, realizada pelo médico perito do INSS.

3.4.3 Pensão por morte

A pensão por morte é devida aos dependentes do segurado, especial ou não, desde o momento em que ocorreu o falecimento. Para receber este benefício, não é exigida carência, desde que o segurado tenha, no momento do falecimento, a qualidade de segurado do RGPS, mesmo que

⁴⁹ Para ver os demais benefícios disponíveis consultar SIMÕES (2011). Atualizados no site da previdência social.

⁵⁰ Em virtude da não aprovação da atual Reforma da Previdência Social, esta não será abordada neste trabalho. No entanto, até o momento, segundo consta, entre as propostas apresentadas pelo atual Chefe do Executivo, o(a) trabalhador(a) rural em vias de aposentadoria por idade, sofreria um aumento na idade, equivalente ao do trabalhador urbano, entre outras medidas que afetariam diretamente os trabalhadores rurais e, por conseguinte, os indígenas. As reformas da previdência nos anos de 1998, 2003 e 2005 não se referiram diretamente ao nosso tema, embora possamos apontar, por exemplo, que a de 1998 igualou para todos os regimes da previdência a substituição do tempo de serviço para tempo de contribuição.

quando da morte não estivesse contribuindo. Os dependentes podem usufruir da pensão temporária ou vitaliciamente. É concedida aos filhos até 21 anos ou inválido e ao(à) viúvo(a) até o seu falecimento. Do(a) companheiro(a) em regime de união estável é exigida a comprovação da união, por meio de documentos bancários, além de outros, variados, que comprovem a relação. Isto é exigido de todos os segurados, inclusive dos indígenas. Esta exigência é alvo de inúmeras críticas, vistas as dificuldades encontradas pelos(as) companheiros(as) em documentar o convívio. Uma das razões é a dificuldade de acessar os documentos exigidos. Importa destacar que “inexistindo dependentes presumidos, tem direto a pensão os pais e, na falta destes, os irmãos menores de 21 anos de idade ou inválidos, enquanto durar a invalidez” (SIMÕES, 2011, p. 169).

3.4.4 Salário-maternidade

Em nossa pesquisa de campo, constatamos que o salário-maternidade está entre os benefícios mais requisitados por indígenas à Previdência Social em São Gabriel. Para acessá-lo, a segurada especial, rural ou indígena deve comprovar no mínimo dez meses de trabalho. No caso da mulher indígena, a FUNAI é quem comprovará, conforme mencionamos anteriormente.

3.4.5 Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Embora este benefício pertença à política de Assistência Social, é operado no âmbito da Previdência e executado por meio do INSS. Por esta razão o inserimos aqui.

O BPC é destinado a idosos, com 65 anos ou mais, e a pessoas com deficiência que não possuem meios para prover a sua subsistência e a da sua família. Por ser um benefício assistencial, não exige contribuição prévia, como nos previdenciários. No entanto, para recebê-lo, além da idade e/ou da deficiência, é exigido que a renda *per capita* familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

Por seu caráter assistencial, não oferece 13º salário nem é transmitido aos dependentes, encerrando o fornecimento do benefício no falecimento do segurado ou na mudança do perfil atrelado à renda *per capita* familiar. Todavia, se algum membro da família for beneficiário do BPC, este não pode ser calculado na composição da renda familiar. Também, o beneficiário não pode receber outro benefício da Seguridade Social e deixará de ser beneficiária quando retornar ao trabalho.

Quando o BPC for para a pessoa com deficiência, esta será avaliada por um técnico do Serviço Social e do médico perito do INSS. Em São Gabriel da Cachoeira, a avaliação é realizada

somente uma vez por mês, pois os técnicos que realizam a perícia social e médica estão lotados em Manaus e vão a São Gabriel pontualmente para realizar a avaliação.

Para solicitar o benefício em uma agência do INSS, o beneficiário deve estar cadastrado no CadÚnico, geralmente, realizado no CRAS, e possuir algum documento de identificação pessoal, como RG, CTPS, além do CPF.

3.5 A operacionalização da previdência social em São Gabriel da Cachoeira

A Previdência Social prenunciava o seu estabelecimento em São Gabriel da Cachoeira desde a década de 1970, com a presença do representante do FUNRURAL (SANTOS, 1983). Contudo, somente em fevereiro de 2014 o Instituto Nacional do Seguro Social se fez presente, a partir da construção de um prédio próprio na sede municipal. Estabeleceu ali uma grande estrutura física e material, mas deixou a desejar no investimento em recursos humanos.

Segundo, a gerente da agência do INSS, Mônica Lima, a equipe é composta por apenas uma servidora efetiva, a gerente, que, além de administrar a agência, também atende o público e realiza os processos administrativos para fins dos benefícios. Além da gerente, há dois vigilantes e uma auxiliar de serviços gerais, contratados por uma empresa terceirizada, além de uma estagiária, em meio período⁵¹.

Essa estrutura da Previdência Social em São Gabriel da Cachoeira opera todos os benefícios previdenciários e o assistencial, o BPC. Durante o levantamento de dados da pesquisa de campo, os seguintes benefícios eram acessados e/ou pleiteados: aposentadoria rural por idade, pensão por morte, salário-maternidade⁵² e benefício de prestação continuada (BPC) para a pessoa com deficiência, embora o seguro defeso e a aposentadoria por idade tenham sido apontados durante a entrevista com a gerência.

Para acessar qualquer dos benefícios sociais, o indígena requerente, deve, em primeiro lugar, dirigir-se à agência do INSS e fazer a solicitação. No momento em que foi realizada a pesquisa de campo, os atendimentos não eram agendados, a demanda era espontânea. Isto porque, a partir da criação da agência na cidade, o fluxo de pessoas do interior e de cidades próximas em busca dos

⁵¹Entrevista concedida por Mônica Lima. Entrevista 11 [dez. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo .mp3 (30 min).

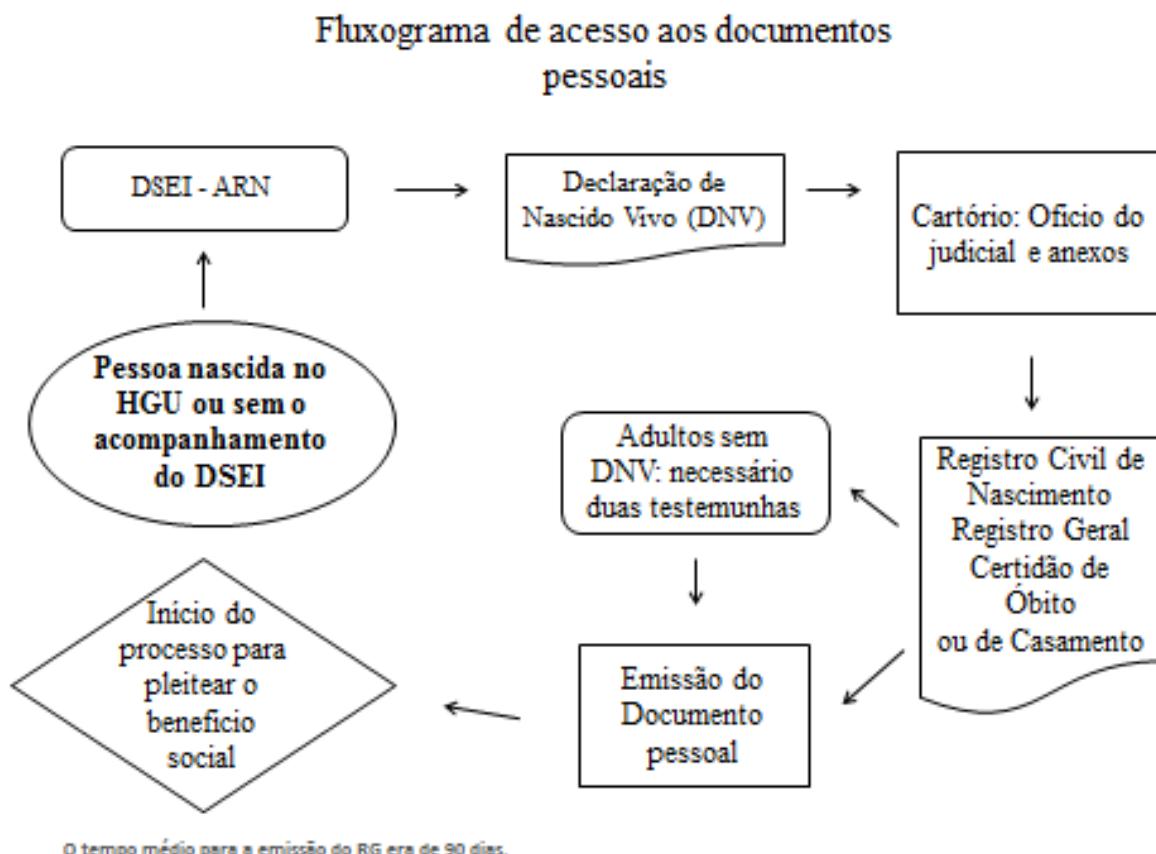
⁵² Importa destacarmos que a idade mínima para ser filiar ao RGPS é 16 anos, salvo na qualidade de aprendiz, aos 14 anos. Atualmente, em virtude da crescente procura pelo salário-maternidade, têm sido geradas ações para que o INSS reconheça que, no caso específico dos indígenas, as atividades de trabalho rurais são iniciadas antes dessa idade, sob diversos aspectos culturais, como o da socialização e transmissão de conhecimento às meninas, o que ocorre desde muito cedo e adquire caráter de atividade de produção e manutenção da economia familiar, muitas vezes – a depender do povo, da etnia –, antes da idade estabelecida na Constituição Federal. Contudo, as ações civis públicas movidas pelo MPF contra as decisões do INSS têm ganhado as causas em favor da adolescente indígena, que passa a ser reconhecida como segurada especial, por exercício de trabalho rural.

benefícios aumentou substancialmente. Assim, se houvesse agendamento, as pessoas que gastavam dias de viagem para chegar à cidade aguardariam mais tempo, dificultando ainda mais o acesso à previdência. Uma das medidas tomadas pela gerência local, em vista do grande número de pessoas atendidas diariamente, foi atender em horário “extra” os povos do tronco Nadahup, de contato recente. Estes enfrentam dificuldades maiores no relacionamento exigido pela burocracia estatal, desde a falta de documentos pessoais até a dificuldade em se comunicar na língua portuguesa.

De acordo com a gerente da agência do INSS, o cadastro nacional de informações sociais (CNIS) era realizado na própria agência. Em princípio seria uma atribuição da FUNAI realizar o cadastro; no entanto, por falta de pessoal e pela internet de pouco alcance em São Gabriel da Cachoeira, era realizado no INSS que, supostamente, teria maior suporte. Relembrando que a única servidora efetiva do quadro era a própria gerente.

No caso de São Gabriel da Cachoeira, não ocorriam entraves no momento da solicitação do benefício ao INSS, mas a partir de quando era necessária a emissão de documentos pessoais como RG e Registro Civil de Nascimento (RCN). Entre os documentos exigidos para acessá-los estavam RG, CPF e a certidão de trabalho rural expedida pela FUNAI. A apresentação da RANI era facultativa. Assim, o indígena que não possuía documentos pessoais, mas demandava os benefícios previdenciários e assistenciais, percorria o seguinte caminho descrito na Figura 3 a seguir.

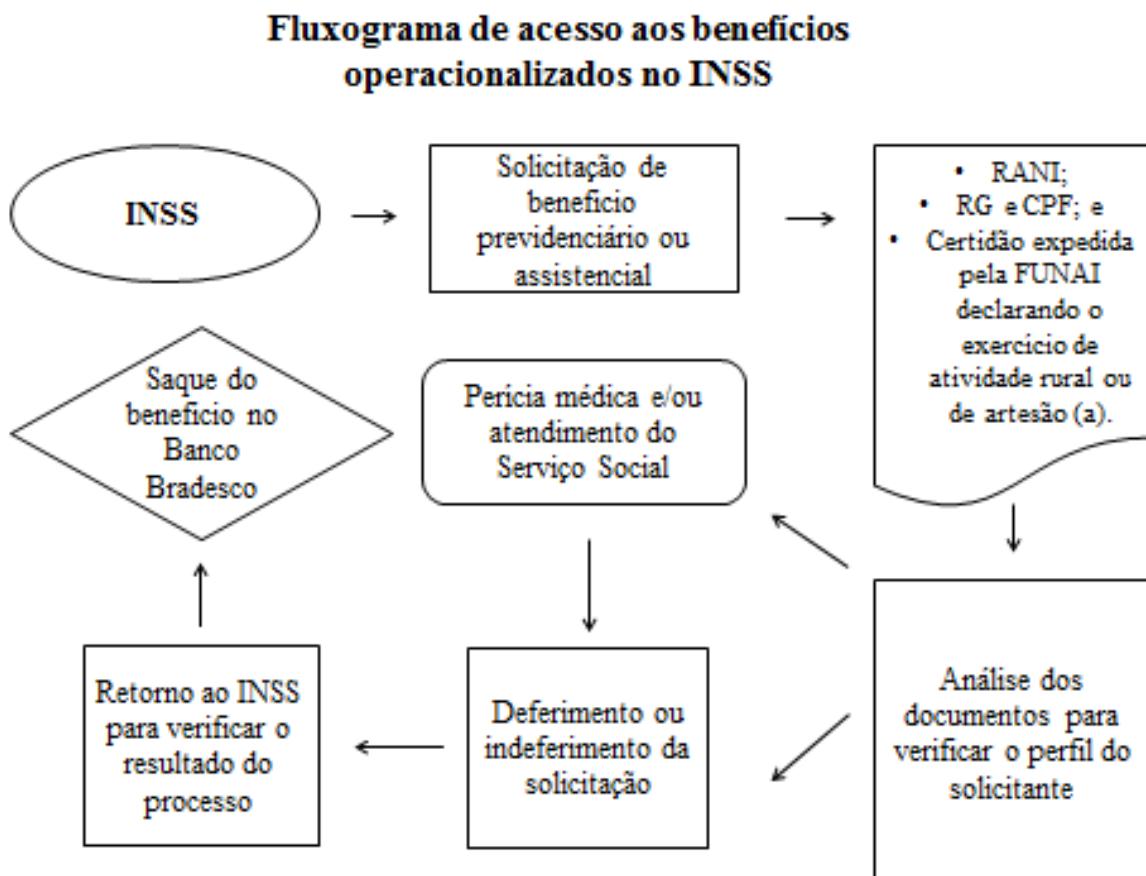
FIGURA 3 – Fluxograma de acesso aos documentos pessoais



Fonte: Elaborado pela autora.

O requerente que possuísse os documentos pessoais no ato da solicitação ou que já tivesse percorrido o caminho para acesso aos mesmos, teria um fluxo de atendimento na agência de acordo com o descrito na Figura 4 a seguir.

FIGURA 4 – Fluxograma de acesso aos benefícios operacionalizados no INSS



Fonte: Elaborado pela autora.

Compreender a Previdência Social enquanto política social acessada por povos indígenas nos permitiu visualizar que as dificuldades da operacionalização da política de previdência social enfrentadas por indígenas são resultantes do processo histórico de exclusão social desta população na Previdência. Isto é evidenciado a partir do momento em que estão são incluídos na categoria trabalhador rural, subdividida em segurado especial, e considerando que o respeito às especificidades culturais conforme o disposto nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 não é efetivamente cumprido.

A inclusão dos indígenas, publicada recentemente (IN n. 45/INSS), em 2010, é fruto de muita luta dos movimentos indígenas, em conjunto com o MPF, para que o governo reconheça, de fato, as suas particularidades enquanto povos originários que se relacionam com o meio ambiente de modo muito distinto dos trabalhadores urbanos. Ainda há resistência por parte da FUNAI e do INSS em reconhecer o direito desses povos. No entanto, na condição de trabalhadores rurais, por exemplo, em casos em que a FUNAI nega a certidão de exercício do trabalho rural ao indígena não aldeado e o INSS nega reconhecer que o trabalho do indígena se inicia antes dos 16 anos de idade,

conforme o regime previdenciário reconhece, a realidade é que muito antes desta idade os adolescentes já participam da reprodução do regime de economia familiar. As chances de serem reconhecidos enquanto aprendizes terminam por simplesmente ajustá-los às normas vigentes, o que é muito distante da equidade presumida na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica da Seguridade Social.

Quanto à Previdência Social em São Gabriel da Cachoeira, não observamos resistência em permitir o acesso dos indígenas ao serviço. Muito pelo contrário, a gerência local buscava se articular com a rede de serviços sociais para facilitar e agilizar o acesso dos indígenas que tinham alguma dificuldade em compreender os seus direitos e os trâmites burocráticos. Buscava também estabelecer parcerias com a equipe do CRAS, da CASAI, a Diocese, entre outros atores. Em algumas ocasiões, presenciamos diferentes denúncias realizadas pela gerente da agência à Polícia Civil e à Defensoria Pública Estadual, a respeito de situações que violavam os direitos dos indígenas, como a apropriação indevida de cartões bancários por terceiros, retenção de cartões por comerciantes, realização de empréstimos consignados em nome dos aposentados, pagamento de valores divergentes por funcionários do Banco Bradesco.

Em relação a essas situações quando questionamos a gerência sobre os aspectos positivos e negativos do estabelecimento do INSS no município, obtivemos a resposta de que “o ponto positivo foi em relação à melhoria do bem-estar da população pelo recurso advindo da Previdência. Os pontos negativos são os atravessadores, os comerciantes que ficam com os cartões dos aposentados”. A gerência ainda complementou, referindo-se à importância do estabelecimento da agência na cidade: “O INSS vem trazer muita benfeitoria, principalmente no que se refere ao acesso, pois antes tinham que ir a Manaus para acessar os benefícios previdenciários”.

Neste ponto, discordamos da gerente, pois o modo como foi estabelecida a agência, sem um planejamento conjunto com os órgãos que seriam requisitados, como a Prefeitura Municipal, a CASAI, a FUNAI, o Cartório, o DSEI, a FOIRN, conselhos de direitos, implica uma longa permanência dos indígenas na cidade à mercê da sorte. Isso porque muitos não têm documentos pessoais e, podem esperar até noventa dias para a emissão dos documentos. Somente depois de vencida essa etapa é que iniciarão o processo para requerer os benefícios (FIGURA 3).

A ausência de um planejamento local entre os atores, de divulgação e de esclarecimento aos interessados a respeito dos direitos sociais, bem como a carência de capacitação aos operadores das políticas, referente às particularidades e direitos dos usuários dos serviços e, ainda, da legislação legitimadora do seu cotidiano profissional, tornam políticas inclusivas em meios de manutenção da exclusão social. Yazbek (2011) resume: “De um modo geral, a sociedade e os usuários das políticas sociais desconhecem seus direitos (civis, políticos e sociais), as formas como estes se estruturam e

os procedimentos para exercê-los. Em consequência, esses direitos não são usufruídos” (YAZBEK, 2011, p. 129).

Quando os direitos sociais, alguns destes concretizados por meio do acesso a benefícios, que, via de regra, transferem renda aos requerentes, não são por eles conhecidos ou são ignorados por quem deveria conhecê-los, isso resulta numa reprodução da desigualdade social mantenedora dos excluídos socialmente. Exclusão social, enquanto fenômeno social produzido a partir de “diversas situações socioeconômicas e culturais de indivíduos ou famílias, que induzem à violação de direitos de seus membros [...]”; não somente por falta de renda, mas outras variáveis de exclusão” (SIMÕES, 2011, p. 357).

Alguns aposentados ficavam meses sem ir sacar o benefício na cidade, haja vista a distância entre as comunidades do interior e a sede municipal; quando realizavam o saque, não sabiam o que fazer com o montante de dinheiro. Muitas vezes eram enganados pelos comerciantes locais a respeito dos valores dos produtos: se estes fossem vendidos a não indígenas, teriam outro valor. Ainda, havia falta de esclarecimento sobre o BPC ser diferente da aposentadoria, não servindo à família do segurado após o seu falecimento. Ou, também, o salário-maternidade, que, dependendo dos costumes do povo, poderia ser concedido à puérpera na condição de aprendiz, e não somente ao completar os 16 anos de idade.

Em São Gabriel da Cachoeira, percebemos que, assim como em diversos lugares do país, a execução da política social, a sua operacionalização, depende diretamente da vontade pessoal do agente público que está na “ponta”, quem de certa forma realiza o acolhimento do demandante da política. No INSS isto foi positivo, embora houvesse dificuldade por parte da gestora em compreender os usuários e suas particularidades. Isso não nos surpreende, uma vez que ela não recebeu nenhuma capacitação para lidar com os desafios postos no cotidiano desse trabalho.

Quando perguntamos à gerente como era trabalhada a diversidade cultural e linguística no dia a dia profissional, sua resposta foi: “No início foi bem difícil a comunicação, por causa da diferença de línguas, mas a comunidade traz um intérprete que facilita o diálogo”. A dificuldade avaliada por ela foi a da língua, mas, a nosso ver, esta era apenas a ponta do *iceberg*. Outros fatores dificultam a compreensão do indígena a respeito do impacto em seu modo de vida, a partir do momento em que ele, por exemplo, fosse aposentado ou recebesse o BPC, ou o salário-maternidade.

Obviamente, isso não é um problema da Previdência, somente; ocorre na maioria dos serviços que não são especializados, implicando a homogeneização do tratamento dado aos usuários. Essa homogeneização ocorre desde o enquadramento legal, quando concede o direito aos benefícios previdenciários e assistenciais, sem preparar nem os agentes promotor e operador desses benefícios, nem os próprios beneficiários, que, por desconhecer seus direitos sociais, terminam por

esperar, por exemplo, mais de noventa dias em situações desumanas na sede municipal. De acordo com a gerente da agência do INSS, o maior desafio da questão social indígena na região do Rio Negro é que

O poder público não sabe dos problemas dos indígenas. A FUNAI não dá apoio para o indígena. O poder, o governo invadiu com o Bolsa Família e com os benefícios da Previdência Social sem planejar as consequências do acesso indígena aos benefícios sociais. Uma delas é a apropriação indevida por comerciantes dos cartões dos aposentados (informação verbal)⁵³.

Essas dificuldades, no nosso entendimento, ocorrem por ter sido negado aos indígenas, sistematicamente, ao longo do tempo, o direito à vida, ao reconhecimento dos seus costumes, da sua cultura, do seu modo de viver, uma vez que as políticas sociais, de modo geral, os tratam como iguais.

A partir de Ianni (2002) nos aproximamos da ideia da inclusão que exclui, pois, embora os indígenas participem das políticas sociais ainda são excluídos por um ranço racista, etnocêntrico, assimilador e integracionista sob um Estado que os condiciona a homogeneização via política social.

3.6 Entrevistas com os usuários dos serviços sociais

3.6.1 O perfil dos entrevistados

Uma breve exposição da localização hidrográfica das comunidades será apresentada para melhor compreensão da localização e da dificuldade de acesso dos moradores das comunidades que residem fora da sede municipal nas comunidades do interior. Embora essa apresentação tenha sido referenciada no capítulo anterior, cabe, pela magnitude hidrográfica da região, retomar neste capítulo os principais rios habitados pelos entrevistados.

Os entrevistados pertenciam aos povos Baniwa, Baré, Tariana e Kuripako, da família linguística *Aruak*; aos povos Pira-tapuia, Dessana, Tukano, Tuyuka, da família *Tukano Oriental*; ao povo Yanomami, da família *Yanomami*; e aos povos Hupda e Yuhupde, da família *Nadahup*, de recente contato.

Dos 43 entrevistados, 30 eram do sexo feminino e 13 eram do sexo masculino. Dessa forma, o perfil dos entrevistados era predominantemente feminino e jovem. A idade das mulheres variava entre 18 e 55 anos. Entre os homens, ia de 20 a 54 anos.

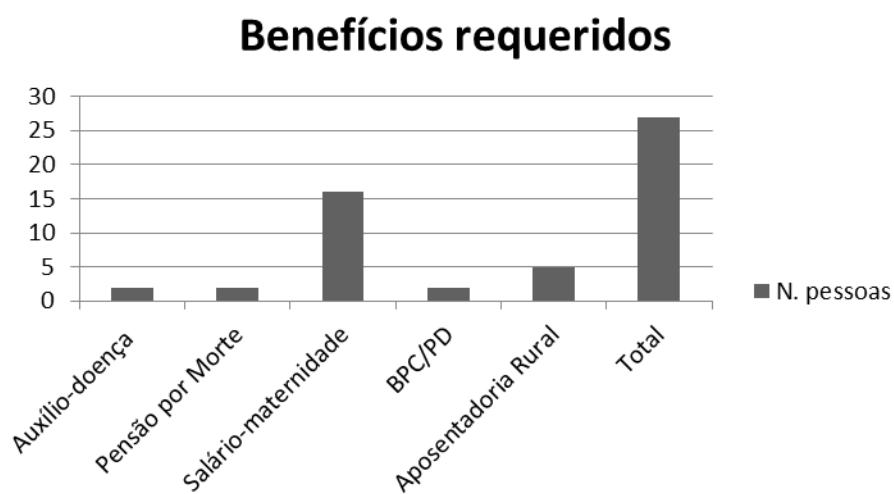
Importa frisar que o predomínio do gênero feminino nos resultados não foi reflexo de um direcionamento de gênero na escolha dos participantes, posto que esta foi aleatória, a partir da disposição do entrevistado em colaborar com a pesquisa, independentemente do gênero. Deste

⁵³ Id. 2014.

modo, a preponderância do gênero feminino entre os entrevistados está relacionada, estritamente, ao motivo da viagem à cidade, como veremos mais adiante. Sinaliza, inclusive, o benefício a ser pleiteado. Não por acaso, o mais requisitado era o salário-maternidade, pertencente à Política da Previdência Social. Das 30 entrevistadas, 16 solicitaram este benefício.

O Gráfico 1 mostra os benefícios previdenciários ou assistenciais mais almejados pelos entrevistados.

GRÁFICO 1 – Benefícios requeridos por usuários entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora.

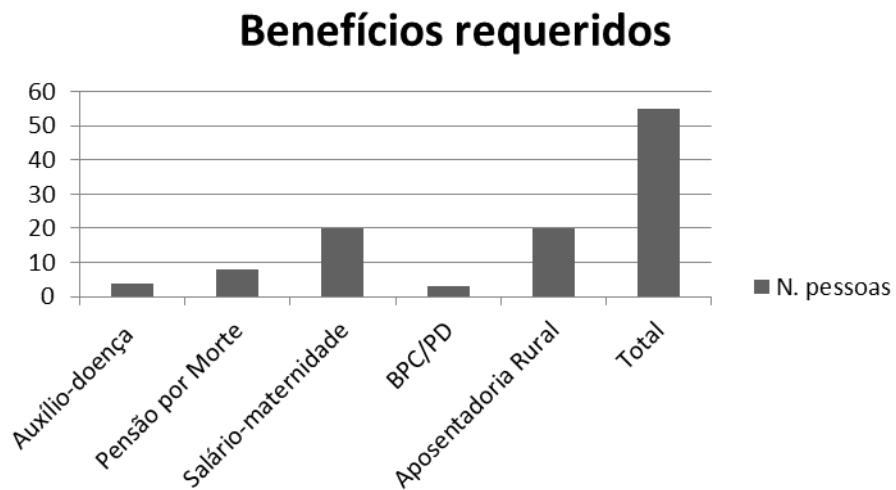
Nestes dados referentes aos usuários entrevistados, percebemos que o salário-maternidade foi o benefício mais solicitado, seguido da aposentadoria rural. Durante a observação dos 55 atendimentos, dados próximos a esses foram levantados. Salientamos que os dados dos entrevistados e dos observados não foram sistematizados conjuntamente porque somente a observação não permitiu saber se a previdência social era a única política social buscada por aquela pessoa; por outro lado, evidenciou que os benefícios salário-maternidade e aposentadoria rural eram os mais procurados.

Conforme veremos no gráfico 2, a seguir, diferentemente dos entrevistados na agência, os dados quantitativos dos atendimentos, alvo apenas da observação não-participante, alternavam entre solicitar informações a respeito do processo em andamento e iniciar o pedido dos benefícios ora referidos.

Dos atendimentos observados, 20 estavam relacionados à aposentadoria rural por idade, quatro ao auxílio-doença, oito à pensão por morte, 20 ao salário-maternidade, três ao BPC para Pessoa com Deficiência. Confirmado os nossos dados, segundo, a gerente da agência do INSS,

“em média são atendidas 1.000 pessoas por mês, a maioria para requerer o salário-maternidade ou a aposentadoria rural”.

GRÁFICO 2 – Benefícios requeridos / atendimento observado⁵⁴



Fonte: Elaborada pela autora.

O quadro 3 apresenta a idade e o gênero dos entrevistados. A partir deste quadro podemos observar o predomínio do gênero feminino, com idade entre 20 e 40 anos. Os homens mais jovens, em sua maioria acompanhavam os pais a passeio ou para pilotar o barco, ou, ainda, acompanhavam os avós para auxiliar nos trâmites burocráticos para fins de aposentadoria ou pensão por morte.

⁵⁴ Esse gráfico é referente aos atendimentos observados.

QUADRO 1 – Entrevistados por povo, idade e gênero

Povo	Idade	Gênero
Baniwa	22	F
	28	F
	29	M
	34	F
	35	F
	37	F
	48	F
Baré	18	F
	31	M
	43	M
	55	F
Kuripako	22	F
	38	F
Tariana	34	F
	42	F
Hupda	18	F
	20	F
	23	F
	24	M
	25	M
	25	F
	29	M
	36	M
	36	M
	38	F
	43	M
Yuhupdeh	49	F
	54	M
Arara	25	F
Tukano	29	F
	33	F
	34	M
	40	M
Dessana	33	F
	36	F
	50	F
Piratapuia	30	F
Tuyuka	21	F
	20	M
	23	F
Yanomami	28	F
	29	F
	49	F
TOTAL	M	13
	F	30

Fonte: Elaborada pela autora.

Os povos da família linguística *Aruak* habitam historicamente a região dos rios Cuiari, alto Içana, Aiari, Negro, médio Uaupés e Papuri. Os povos do tronco *Tukano Oriental* habitam a região conhecida por triângulo tukano, entre Pari-Cachoeira, Iauaretê e Taracuá, na região do médio rio Uaupés, Tiquié, Curicuriari, igarapé Castanho e, ainda, em comunidades na Estrada de Camanaus.

O povo da língua *Yanomami* habita as regiões dos rios Maia e Maturacá. E, por fim, os povos da família *Nadahup*, como os Hupda, habitantes dos rios Negro, Papuri, Tiquié e Uaupés, e os Yuhupde do igarapé Castanho habitam o interior da floresta, notadamente, a região do triângulo tukano.

No rio Uaupés, embora seja predominantemente habitado por povos do tronco linguístico Tukano Oriental, como os Dessana, também há a presença de povos pertencentes aos troncos linguísticos Nadahup, como os Hupda, e do Aruak, como os Tariana. Esse rio nasce na Colômbia e tem como principais tributários: Tiquié (aproximadamente 350m km de extensão), Papuri (280 km de extensão, com 59 cachoeiras em seu percurso), Querari e Curicuriari, correndo estes dois últimos por terras colombianas. Em território brasileiro estima-se que a extensão do rio Uaupés chegue a 650 km (JOBIM, 2001).

Da família Tukano Oriental, entrevistamos 12 pessoas. Destas, três eram Dessana, habitantes de comunidades localizadas nos rios Curicuriari e médio curso do Uaupés; uma era Pira-tapuia, habitante de uma comunidade na estrada de Camanaus; quatro eram Tukano, no rio Tiquié e três eram Tuyuka do rio Tiquié e igarapé Castanho.

Do tronco Nadahup entrevistamos 13 pessoas. Destas, 11 eram Hupda habitantes de comunidades nos rios Negro, Papuri, Tiquié e Uaupés, e duas eram Yuhupde moradoras de comunidades no igarapé Castanho.

O rio Içana⁵⁵, um dos principais afluentes do Negro, conhecido por rio dos Baniwa, é habitado, predominantemente, por povos Aruak, como os Baniwa, Baré, Kuripako, Tariana. A presença desses grupos também ocorre em seus principais afluentes, o Aiari e o Cuiari.

Pertencentes a esses povos, entrevistamos sete pessoas Baniwa, moradoras de comunidades nos rios Içana, Cuiari e Aiari; quatro Baré, habitantes nos rios Içana e Negro; dois Kuripako, que residiam no alto curso do Içana; e dois Tariana, no médio curso do rio Uaupés e Papuri.

Embora o predomínio linguístico no Içana seja Aruak, entrevistamos uma pessoa do tronco linguístico *Pano*, do povo Arara, que vivia em uma comunidade neste rio.

Do povo Yanomami, entrevistamos três pessoas moradoras de comunidades nos rios Maturacá e Maiá Cauaburis.

O quadro a seguir apresenta a sistematização dos dados de localização, povo e tronco linguístico dos entrevistados.

⁵⁵ Içana quer dizer laço, em referência as inúmeras voltas que o rio dá desde a sua foz na Colômbia, por isso é um dos rios mais difíceis de navegar (JOBIM, 2001).

QUADRO 2 – Localização dos entrevistados por rio e povo

Povo	Rio	Entrevistados
Baniwa	Içana, Cuiari, Aiari,	7
Baré	Içana e Negro	4
Kuripako	Alto Içana	2
Tariana	Médio Uaupés e Papuri	2
	TOTAL	15
Hupda	Negro, Papuri, Tiquié e Uaupés	11
Yuhupde	Igarapé Castanho	2
	TOTAL	13
Arara	Içana	1
Dessana	Curicuriari e médio Uaupés	3
Piratapuia	Estrada de Camanaus	1
Tukano	Tiquié	4
Tuyuka	Tiquié e igarapé Castanho	3
	TOTAL	12
Yanomami	Maturacá e Maiá Cauaburis	3
	TOTAL	43

Fonte: Elaborada pela autora.

A duração da viagem de ida à cidade pelos rios e igarapés, em meio às perigosas cachoeiras da região, variava entre poucas horas e oito dias; a viagem de retorno, muitas vezes, levava até 15 dias. Dos entrevistados, 21 demoravam entre cinco e oito dias para chegar à cidade; 19 gastavam entre um e quatro dias; apenas três moravam a menos de cinco horas da sede.

A frequência com que ocorre essa dinâmica para 17 dos entrevistados é de duas vezes ao ano, durante as férias; para 11 pessoas ocorre uma vez ao ano; para 10 acontece mais de três vezes ao ano; para três era a primeira ou a segunda vez que iam à cidade; e uma pessoa estava de mudança para a cidade.

QUADRO 3 – Viagens à cidade por ano x número de pessoas

Quantas vezes ao ano vêm à cidade?	Pessoas
Duas vezes, nas férias	17
Duas vezes, nas férias, ou mais	1
Estão mudando para a cidade	1
Mensal	4
Primeira ou segunda vez	3
Semanalmente	3
Três a quatro vezes	3
Uma vez	11
TOTAL	43

Fonte:

Elaborada

pela

autora.

Entre os principais motivos geradores desse fluxo de pessoas, nessa época do ano, estão a busca por direitos e benefícios sociais – documentos pessoais, aposentadoria rural ou por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença, salário-maternidade, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), serviços de saúde, educação e trabalho – e também a venda de produtos, como: farinha, beiju, cestarias, artesanatos, carne moqueada, entre outros artigos.

QUADRO 4 – Motivo principal da viagem

Motivo	Nº de pessoas
Aposentadorias	6
Auxílio-doença	2
Pensão por Morte	2
Salário-maternidade	16
BPC	2
Documentos pessoais	2
Educação	3
Acompanhante	1
Trabalho	1
Passeio	4
Bolsa Família ⁵⁶	2
Comprar alimento	2

Fonte: Elaborada pela autora.

A composição da renda familiar foi investigada a partir do trabalho remunerado exercido tanto pelo entrevistado quanto por alguém que compusesse seu núcleo familiar.

Quanto ao exercício do trabalho assalariado pelo entrevistado ou por algum familiar, dos 43 entrevistados, somente nove dispunham de recursos financeiros provenientes do próprio trabalho ou da aposentadoria de algum membro da família. Destes nove, seis eram professores, um era agente de saúde, um era caseiro em uma chácara próxima à cidade e um estava desempregado. A renda familiar dos sete assalariados variava entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.500,00. A renda dos outros dois era proveniente de um salário mínimo, fruto da Aposentadoria Rural.

Das 34 pessoas que não possuíam ofício remunerado, 16 tinham a renda familiar mensal proveniente do programa Bolsa Família (variando de R\$ 100,00 a R\$ 700,00)⁵⁷ e 18 não possuíam renda alguma.

⁵⁶ Estes entrevistados foram à cidade para sacar o benefício na lotérica.

⁵⁷ Conforme cálculo das variáveis do PBF.

QUADRO 5 – Povo, trabalho remunerado e composição da renda familiar mensal

Povo	Pessoas	Trabalho Remunerado	Renda Familiar	Total
Baniwa	1	Professora	1.100,00 + 400,00* ⁵⁸	1.500,00
	1	Professor	1.200,00	200,00
	5	Não	0	0
Baré	3	Não	0	0
	1	Professor	1.100,00	1.100,00
Kuripako	2	Não	0	0
Tukano	1	Professor	1.100,00 + 122,00*	1.222,00
	1	Não	**	*
	1	Não	380,00*	80
	1	Agente de Saúde	700+ 500,0*	1.200,00
Tuyuka	1	Não	130,00*	130,00
	2	Não	0	0
Pira-tapuia	1	Não	200,00*	200,00
Tariana	1	Não	600,00*	600,00
	1	Não	400,00*	400,00
Dessana	1	Não	600,00*	600,00
	1	Não	300,00*	300,00
	1	Não	200,00*	200,00
Yuhupdeh	1	Aposentadoria da esposa	788,00*	788,00
	1	Não	**	*
Hupda	3	Não	0	0
	2	Não	**	*
	1	Não	200,00*	200,00
	1	Não	369,00*	369,00
	1	Não	100,00*	100,00
	1	Pai professor	1.100,00 + 350,00 (BF)	1.450,00
	1	Professor	1.100,00	1.100,00
	1	Caseira num sítio	788,00 + 200,00 (BF)	988,00
Yanomami	1	Não	600,00 (BF)	600,00
	1	Não	306,00 (BF)	306,00
	1	Não	700,00(BF)	700,00
Arara	1	Não	0	0

Fonte: Elaborada pela autora.

3.6.2 Alimentação na cidade

⁵⁸ *Composição referente ao valor do benefício recebido pelo Programa Bolsa Família.

** Referente à única renda proveniente do Programa Bolsa Família, no entanto não declarou o valor.

Durante a viagem de ida à cidade os entrevistados que levam mais de um dia de viagem para chegar à sede se alimentavam, basicamente, de farinha de mandioca, beiju⁵⁹, chibé⁶⁰, peixe moqueado⁶¹ (ou pescado durante a viagem), arroz, frango, feijão e café.

Alguns produtos tradicionais, como o beiju, tanto serviam como alimento durante a viagem e a permanência na cidade, quanto eram uma alternativa para obter recursos financeiros com sua venda na feira municipal. Assim, os entrevistados adquiriam meios para comprar alimentos no comércio local. Outras fontes de recursos financeiros para obter produtos e alimentos eram a aposentadoria, o salário ou o benefício do Programa Bolsa Família de algum membro da família.

No tempo em que permaneciam na sede municipal à espera da resolução dos trâmites burocráticos para o acesso aos direitos e aos benefícios sociais, a maioria dos entrevistados, independentemente do povo, consumia alimentos como frango, feijão, sardinha, charque, peixe, farinha, pimenta, beiju, chibé, açaí, bolacha, doces, pipoca, pão, banana, suco, lanche, café, refrigerante, e também comprava marmitas. Isto quando havia recursos financeiros para comprar alimentos; caso contrário, passava dias sem comer, como era o caso de famílias inteiras que relataram essa condição. Alguns traziam farinha de mandioca da comunidade para fazer o beiju e vendê-lo na feira municipal, a fim de obter algum recurso financeiro para pagar os gastos durante a estada na cidade; os que não levavam alimentos tradicionais se alimentavam de produtos adquiridos no comércio local.

Na comunidade a alimentação, de acordo com os 15 entrevistados da família Aruak, é composta pelos produtos cultivados – abacaxi, cubiu, banana, maniva⁶², macaxeira⁶³, cana de açúcar, batata-doce, mandioca, açaí, cupuaçu, ingá, cará, abiu, mamão, abacate e pimenta – e também pela caça do macaco, porco-do-mato, paca, cotia, anta, veado, ave-do-mato, mutum, jacaré e jabuti, além da pesca do tucunaré, aracu, traíra, piraíba, mandi, pacu, jacundá, surubim, piranha, jacu e acará.

Os 11 entrevistados pertencentes à família Tukano Oriental cultivavam, em suas comunidades, abacaxi, banana, cará, batata-doce, pimenta, cubiu, maniva, macaxeira, açaí, mandioca, pupunha⁶⁴, cupuaçu, cana-de-açúcar e açaí. Caçavam porco do mato, paca, cotia, anta,

⁵⁹ Espécie de panqueca feita de massa de mandioca ou de tapioca (RIBEIRO, 1995, p.239).

⁶⁰ Bebida consumida depois das refeições e durante as viagens. Mistura-se farinha de mandioca com água fria (RIBEIRO, 1995, p. 240).

⁶¹ Alimento (carne, peixe etc.) assado numa grelha de varas de madeira, chamada moquéum em nheengatu, sob a qual se acende o fogo (RIBEIRO, 1995, p. 242).

⁶² Planta de raiz de onde se extrai a farinha de mandioca, a tapioca, a manicuera, o tucupi (RIBEIRO, 1995, p. 241).

⁶³ Mandioca doce (RIBEIRO, 1995, p. 241).

⁶⁴ Fruta de uma palmeira largamente cultivada, muito oleosa e nutritiva, que se come cozida. No Uaupés, fazem com essa fruta uma bebida fermentada (RIBEIRO, 1995, p. 242).

jacaré e macaco. Pescavam traíra, tucunaré, pacu, acará, bodó, aracu, piaba, trovão, piraíba, surubim e tambacu. Alguns criavam galinhas.

Os 11 entrevistados Hupda⁶⁵ declararam cultivar, em suas comunidades, ingá, açaí, mandioca, macaxeira, maniva, abacaxi, cana, abiu, banana, pimenta, taioba (folha), melancia, batata, caju, cará, batata-doce, cupuaçu, laranja e pupunha, além de consumir ipadú. Quanto à caça, embora bastante limitada pela escassez, relataram caçar porco-do-mato, cotia, paca, arara, macaco, onça, veado, caititu, anta, mutum, tatu, inambu (nhambu); informaram pescar tucunaré, aracu, pacu, acara, traíra, piaba, tucunaré e mandi. Alguns criavam galinhas. Os dois entrevistados do povo Yuhupde plantavam a maniva, da qual extraíam o tucupi⁶⁶, banana, cana-de-açúcar, pupunha, batata-doce, cucura, cupiúba e açaí. Relataram caçar paca, porco-do-mato, anta, cachorro-do-mato e cotia, e pescar tucunaré, acará, traíra, surubim, aracu, piranha e mandubim.

Os três entrevistados do povo *Yanomami* informaram semear, basicamente, maniva, abacaxi, banana, pupunha, cará e milho. Disseram caçar porco-do-mato, caititu, fiapo, mutum, cujubim (ave), paca e veado, e pescar aracu, pacu, traíra, acará e caranguejo.

Na comunidade da única entrevistada do povo Arara, a alimentação era composta, principalmente, por mandioca, banana, cana-de-açúcar e pimenta. Os homens eram responsáveis pela caça e pesca; no entanto, a entrevistada não especificou quais animais consumiam.

As viagens desses povos para a sede municipal incluem, geralmente, toda a família: filhos, sogros, avós, cunhados, sobrinhos, entre outros membros. Calcula-se, a partir das 43 entrevistas, que, aproximadamente, 188 pessoas, no total, acompanhavam os entrevistados na viagem. De todos esses “viajantes”, 20 estavam na cidade havia mais de um mês; 11 havia mais de uma semana; e 12, menos de uma semana.

Enquanto os entrevistados e seus acompanhantes permaneciam na sede municipal, acampavam na região do Parawari, nas praias, nas pedras ou se hospedavam nas casas de apoio⁶⁷, nas casas de parentes ou de amigos, salvo as exceções, como um entrevistado que estava alugando um quarto, e de outros dois, que estavam nas chamadas casa de trânsito⁶⁸.

⁶⁵ Os povos pertencentes ao tronco *nadahup* são tradicionalmente coletores, com alta mobilidade espacial. Possivelmente por isso o cultivo de alimentos tem pouca variedade.

⁶⁶ Ácido hidrociânico venenoso extraído da mandioca brava (RIBEIRO, 1995, p. 243).

⁶⁷ As “casas de apoio” são como o próprio nome sugere locais de apoio para os indígenas habitantes das comunidades do interior, onde se hospedam gratuitamente, enquanto estão na cidade para resolver qualquer questão pessoal pelo tempo que precisar.

⁶⁸ Alguns indígenas moradores das comunidades na área rural do município possuem casas na cidade, as quais são utilizadas para quando viajam a sede municipal. Estas residências são nominadas localmente por “casa de trânsito”. Pode-se dizer que estas casas representam o início do estabelecimento do fluxo migratório das comunidades do interior para a cidade.

Podemos compreender melhor o local onde se estabeleciam enquanto estavam na cidade, a partir do Quadro 8, abaixo:

QUADRO 6 – Entrevistados por povo e local de hospedagem

Povo	Acampamento	Pessoas
Yanomami	Alugando um quarto	1
	Casa de Apoio Yanomami	2
Hupda	Parawari	11
Yuhupdeh	Casa da Farinha	1
	Parawari	1
Dessana	Parawari	1
	Mora próximo à sede	1
	Casa de parentes	1
Tuyuka	Parawari	1
	Casa de parentes e/ou amigos	2
Tukano	Casa de Apoio Fortaleza	2
	Parawari	2
Pira-tapuia	Mora próximo à sede	1
Baniwa	Na canoa, Parawari	2
	Casa de parentes	2
	Casa dos Irmãos da Igr. Presbiteriana	3
Tariana	Casa de transito de parentes	1
	Casa de parentes	1
Baré	Casa de trânsito própria	1
	Casa dos Irmãos da igr. Presbiteriana	1
	Casa de parentes	2
Kuripako	Casa dos Irmãos da igr. Presbiteriana	2
Arara	Casa dos Irmãos da igr. Presbiteriana	1
Total		43

Fonte: Elaborada pela autora.

Convém apresentar algumas imagens dos locais onde se hospedavam, a fim de ilustrar os acampamentos, tanto pela insalubridade do local, quanto pelo perigo iminente para as pessoas que ficavam acampadas nas pedras no meio do rio, e que frequentemente iam à área continental para se suprir de alimentos e produtos.

FIGURA 5 – Acampamento nas pedras



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 6 – Acampamento nas pedras



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

As casas de apoio são prédios que fornecem alojamento aos indígenas do interior que não têm onde ficar durante a estada na cidade. Há sete prédios nominados localmente por Casas de Apoio, cinco dos quais são de responsabilidade da Secretaria Municipal do Interior –Fortaleza, Yanomami, Dabaru (três prédios) –, além de dois prédios que constituem a Casa de Apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana, sob a responsabilidade da Igreja Presbiteriana, na figura do Pastor Kim.

É importante ressaltar que o alojamento nestas casas ocorria notadamente por predomínio linguístico. Desse modo, a Casa de Apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana era majoritariamente ocupada por povos Aruak; a Dabaru e a Fortaleza, por povos do tronco Tukano Oriental, em sua maioria falantes do nheengatu ou tukano; e a Yanomami, apenas por Yanomami.

Na região do Parawari, nas pedras e no “beiradão”⁶⁹, prevaleciam Hupda e Yuhupde. Contudo, também observamos Tukano, Baniwa e Tuyuka acampados nesta área.

A maioria dos entrevistados que preferia ficar em outro local, que não fosse nas Casas de Apoio municipais, queixou-se da falta de segurança, do excesso de pessoas e do consumo de bebidas alcoólicas no interior das Casas. Observamos que somente na Casa de Apoio dos Irmãos da

⁶⁹ O termo “beiradão”, na Amazônia, é bastante utilizado significando a margem dos rios com sítios habitados por moradores ribeirinhos (SANTOS, 1983, p. 83).

Igreja Presbiteriana havia um responsável no local, o qual recebia e orientava os indígenas que chegavam à cidade, e também colaborava com a limpeza do ambiente, assim como os próprios alojados. Nesta casa os alojados custeavam parte das despesas de energia elétrica. Nas outras casas não havia um responsável no local.

A disposição linguística nas casas de apoio facilitava o trabalho da equipe de saúde, que dispunha de funcionários bilíngues de acordo com a região de atuação para facilitar e melhorar o atendimento.

Visitamos as Casas de Apoio Dabaru e Yanomami na companhia de Juarez, enfermeiro do DSEI-ARN e nosso acolhedor em São Gabriel da Cachoeira. Nestas duas casas conversamos informalmente com as pessoas alojadas, sobre o que achavam da estrutura, por que estavam ali, havia quanto tempo, o que pensavam dos serviços sociais oferecidos na cidade, entre outros assuntos afins. Na Casa de Apoio Dabaru, muitos dos alojados estavam acompanhando os parentes internados na Casa de Saúde do Índio (CASAI), que ficava em frente à Casa de Apoio. Também com Juarez fomos à Casa de Apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana, visita em que conversamos informalmente com o responsável local.

Em todas as Casas, com exceção da Casa de Apoio da Igreja Presbiteriana, as condições de ocupação eram insalubres, sem estrutura mínima de habitabilidade. Não possuíam saneamento (água potável, sanitários, rede de coleta de esgoto) nem eletricidade (somente “gatos”, faltava iluminação), além de não existir um ambiente para o preparo de alimentos, local adequado para repouso, tampouco para socializar.

Essas Casas eram, também, um território propício para situações que colocavam em risco a vida dos indígenas alojados, como o consumo livre e excessivo de bebidas alcoólicas, a entrada de terceiros no interior dos ambientes, a fim de obter vantagens sobre os indígenas. A título de exemplo, temos o caso de uma pessoa que transitou livremente nas Casas de Apoio e fez empréstimos em nome dos aposentados.

A inospitalidade das Casas de Apoio era fruto da ausência do poder público – FUNAI, Prefeitura, Companhia Energética do Amazonas (CEAM), Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) – refletida na falta da manutenção predial e do controle e da fiscalização dos entes públicos responsáveis diretos ou indiretos pelo funcionamento do equipamento.

A fim de ilustrar a habitabilidade nesses locais apresentamos algumas imagens das casas na seguinte ordem: Figuras de 5 a 8, correspondendo à Casa Yanomami; Figuras de 9 a 11, à Casa Fortaleza; Figuras de 12 a 14, Irmãos da Igreja Presbiteriana; Figuras 15 e 16, Dabaru.

FIGURA 7 – Frente da casa de apoio Yanomami



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 8 – Cozinha da casa de apoio Yanomami



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 9 – Sanitário da casa de apoio Yanomami



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 10 – Exterior da casa de apoio Yanomami



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 11 – Frente da casa de apoio Fortaleza



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 12 – Interior da Casa de Apoio Fortaleza



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 13 – Área externa da casa de apoio Fortaleza



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 14 – Frente da casa de apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 15 – Área externa da casa de apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana



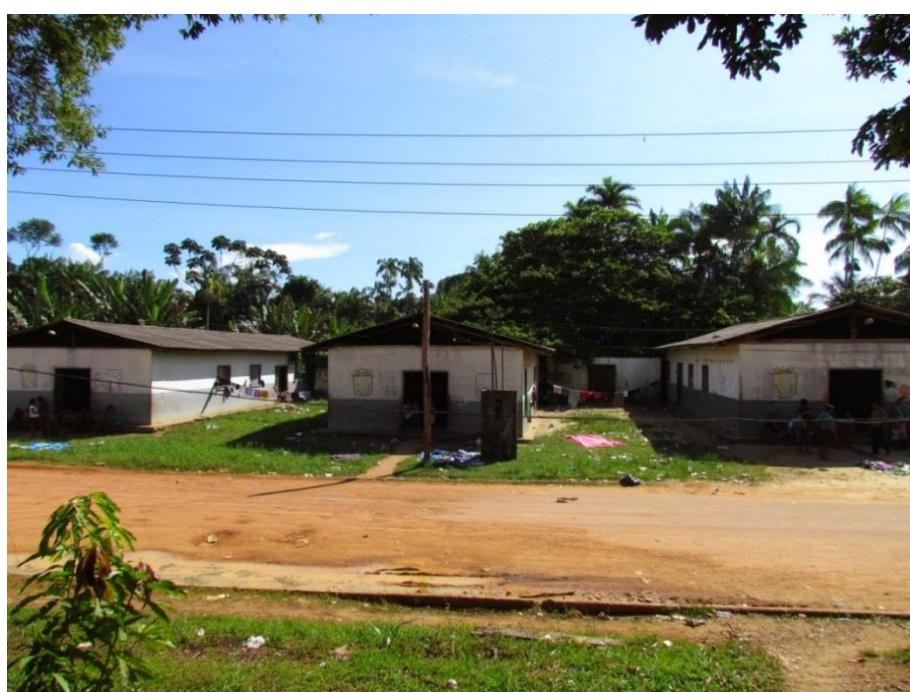
Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 16 – Interior da casa de apoio dos Irmãos da Igreja Presbiteriana



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 17 – Frente das casas de apoio Dabaru



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

FIGURA 18 – Interior da casa de apoio Dabaru



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

3.6.3 Maiores problemas nas comunidades

Em relação aos serviços sociais que chegavam às comunidades, apenas os de saúde e educação foram mencionados, além do barco PAI. A saúde era ofertada pela equipe do DSEI-ARN, por meio das visitas dos técnicos e auxiliares do PB.

Os recursos físicos e humanos da Política de Saúde no interior, segundo os usuários, eram precários: em alguns PB não havia medicamentos e radiofonia⁷⁰ ou estavam em péssimo estado de

⁷⁰ A radiofonia é o único meio de comunicação na maioria das comunidades.

conservação; havia poucos profissionais da Odontologia e da Medicina atuando nas comunidades, e, quando o faziam, a rapidez no atendimento prestado, possivelmente, prejudicava as avaliações.

Isso porque o trabalho executado pela equipe de saúde era pontual, ficava pouco tempo nas comunidades e demorava a realizar a visita e, quando ela ocorria, recebiam pouca atenção, pelo fato do atendimento ser rápido. Dez dos entrevistados disseram que a comunidade não recebia visita da equipe de saúde, principalmente, por causa da distância e da dificuldade de acesso por causa da cheia do rio e das cachoeiras. Desse modo, o atendimento era realizado em outra comunidade, normalmente maior em número de pessoas.

A educação, representada pelas séries do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, em escolas municipais, era acessada por meio das salas de extensão ou de escolas na própria comunidade ou nas proximidades. Em povoados onde não havia escola ou sala de extensão, os alunos se deslocavam para comunidades onde houvesse educação formal. Somente três dos entrevistados relataram não ter escola na comunidade.

De acordo com os moradores, a política de educação não era muito diferente da de saúde. A respeito dos recursos físicos e humanos, oito dos usuários relataram que a maioria das escolas foi construída pelos moradores, com recursos da comunidade. Além disso, o material utilizado não era resistente ao clima da região, expondo aos alunos e aos materiais às chuvas. Ainda, foi mencionada a falta de alojamento para alunos e professores provenientes de outras comunidades, que, quando iam à escola não tinham onde dormir e se abrigavam nas casas dos moradores.

Entre os maiores problemas apontados durante as entrevistas estavam a falta de apoio do poder público, especificamente da prefeitura e da FUNAI, a escassez de alimentos, a dificuldade de acesso a documentação pessoal, água potável, saúde, educação, assistência e previdência social. O alcoolismo e a ausência da oferta de tratamento para a doença no interior também foram expostos como estando entre os maiores problemas. Por fim, a ausência de uma solução e/ou orientação quanto ao destino do lixo produzido nas comunidades, que geralmente ficava nas próprias comunidades.

3.7 A Sociedade Civil⁷¹ e o Poder Público

Estruturamos este item da seguinte maneira: primeiramente, apresentamos as entrevistas realizadas com representantes da sociedade civil. No segundo momento, expomos os diálogos estabelecidos com os técnicos, gestores e servidores atuantes nas três esferas do poder público: municipal, estadual e federal.

⁷¹ Sociedade civil é compreendida aqui como um grupo organizado de pessoas que representam interesses coletivos frente ao poder público.

As entrevistas realizadas com 11 representantes da sociedade civil e do movimento indígena buscaram desenhar um panorama para compreender, a partir do ponto de vista destes integrantes, como ocorria o acesso dos indígenas de São Gabriel da Cachoeira às políticas sociais. Para isto, utilizamos um roteiro semiestruturado que permitiu estabelecer um diálogo fluido, durante o qual o entrevistado pudesse expor o mais livremente a sua opinião a respeito dos assuntos abordados. Partimos de temas relacionados aos desafios postos aos povos indígenas na atual conjuntura política e social, a atuação institucional, a abordagem da diversidade cultural étnico-linguística no cotidiano institucional, a importância de organizações representativas e a representatividade quantitativa da instituição.

A fim de sistematizar os entrevistados por equipamento, função e cargo, elaboramos o Quadro 7, a seguir.

QUADRO 7 – Entrevistados da sociedade civil

Equipamento	Função	Cargo
Serviço de acolhimento institucional	Técnica	Assistente Social
Centro Missionário Salesiano “Centro Juvenil”	Técnica	Assistente Social
Diocese de São Gabriel	Bispo	N/A
Comunidade Boa Esperança	Capitão	N/A
FOIRN	Gestor	Presidente
DAJIRN - Departamento da Juventude Indígena do Rio Negro	Gestora	Coordenadora
Departamento de Mulheres -FOIRN	Gestora	Coordenadora
Departamento de Educação – FOIRN	Gestor	Diretor
Rádio Municipal e Radiofonista - FOIRN	Radialista	N/A

Fonte: Elaborada pela autora

As entrevistas que seguem estão organizadas na seguinte ordem: primeiro, os representantes da FOIRN que permitiram vislumbrar o panorama político e social em São Gabriel da Cachoeira, a organização e a importância do movimento indígena na atualidade; segundo, representando a atuação da Igreja Católica, o bispo e as técnicas de dois equipamentos ligados à Igreja; por fim, o líder da Comunidade Boa Esperança. Optamos por colocar essa última entrevista em um item à parte, posto que, por meio dela, compreendemos a realidade vivenciada pelos moradores dessa comunidade, num um retrato fidedigno do descaso do poder público para com os povos indígenas brasileiros.

3.7.1 FOIRN

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) foi criada em 1987, conforme vimos no capítulo 2, resultado da organização dos diversos povos indígenas habitantes da região do rio Negro, no noroeste do Amazonas.

Entre os objetivos da Federação, estão a orientação a respeito dos direitos sociais dos indígenas e o apoio às ações articuladas entre diferentes entes públicos e do terceiro setor. Os recursos para o funcionamento da FOIRN são provenientes da esfera pública e privada – esta última conta com a colaboração de organizações estrangeiras e nacionais.

Atualmente, a FOIRN representa, aproximadamente, 750 comunidades, organizadas em 93 associações indígenas de base. Está dividida internamente em cinco coordenadorias por calhas de rios: Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), área de maioria falante do nheengatu; Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié e Uaupés (COITUA); Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX); Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco (CABC) e, por fim, a Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (COIDI) (Nivaldo da Silva, informação verbal)⁷².

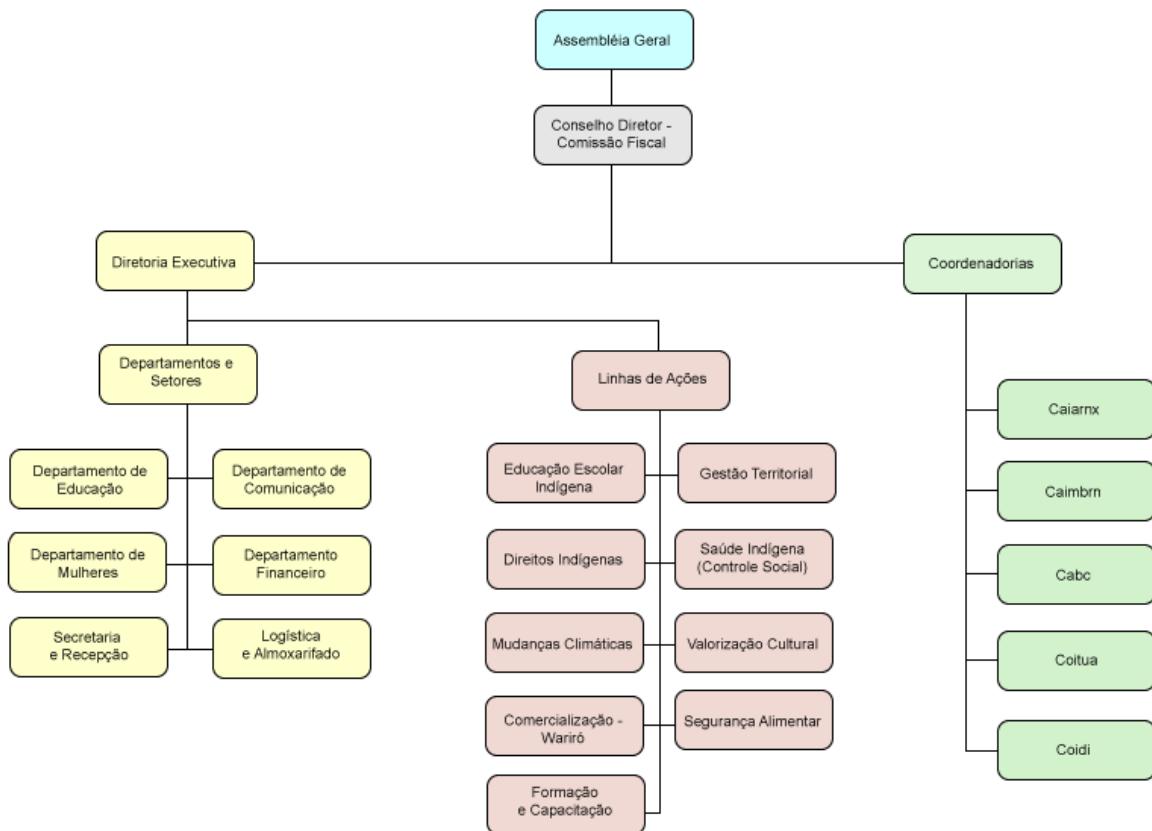
Além da estruturação por calhas de rio, a Federação está dividida por Departamentos, como os da Educação, das Mulheres, da Juventude⁷³, de Comunicação e Radiofonia, Financeiro, Logística e Almoxarifado, Secretaria, além da diretoria executiva e do conselho diretor.

De toda esta estrutura, entrevistamos a representante geral, na figura da presidente institucional, os responsáveis pelos departamentos de Educação, Mulheres, Juventude e Radiofonia.

⁷² Entrevista concedida por Nivaldo da Silva. Entrevista 02 [dez. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo. mp3 (90 min). Nivaldo da Silva é radialista na Rádio Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Radiofonista na FOIRN.

⁷³ O Departamento de Juventude não está no organograma disponível no site da FOIRN. No entanto, o departamento estava estruturado na época da pesquisa, conforme apresentaremos no decorrer das entrevistas.

FIGURA 17 – Organograma organizacional



Fonte: FOIRN, disponível em: <http://www.foirn.org.br/category/sobre-foirn/quem-somos/>

A então presidente da Federação, Almerinda Ramos⁷⁴, do povo Tariana, exercia a função desde 2013 e continuou até 2016. De acordo com a presidente, as ações atuais da FOIRN na sede do município são: a orientação a respeito dos direitos, tanto na cidade quanto no interior, e o apoio a seminários da DAJIRN, em parceria com a SEIND. Em anos anteriores, apoiou uma ação no Parawari, em parceria com a FUNAI, DSEI e SEMAS, junto à população que fica alojada na região do beiradão e nas pedras do rio Negro. Em relação à atuação da FOIRNA atuação da FOIRN na cidade, diz a presidente que,

Com a população da cidade, trabalhamos orientando quais são os direitos naquilo que eles buscam saber, tanto os moradores da cidade como os da comunidade. Para promover oficinas e assembleias. As nossas reuniões são abertas; os que têm interesse que vêm aqui para saber, a gente vai informando. Projeto específico para trabalhar na cidade não temos. No Departamento de Juventude a gente articula para trabalhar com os jovens indígenas, e outro através da SEIND e do CETAM⁷⁵, com curso de informática específico para indígenas.

⁷⁴ Entrevista concedida por Almerinda Ramos. Entrevista 28. [abril. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo. mp3 (20 min).

⁷⁵ Centro de Educação Tecnológica do Amazonas.

Atualmente tem projetos-piloto⁷⁶, o manejo pesqueiro no rio Uaupés e Tiquié; pimenta baniwa, rio Içana; piaçava, rio Xié; e pesca esportiva, em Santa Isabel. A princípio era pensado nas localidades, onde hoje comunidades que tinham escassez de peixe foi criada a estação de piscicultura em Pari-Cachoeira e Iauaretê.

No interior ocorrem projetos de manejo pesqueiro, nos rios Uaupés e Tiquié; pimenta baniwa, no rio Içana; piaçaba, no rio Negro e Xié; pesca esportiva, em Santa Isabel do Rio Negro; escola modelo Paamali e a estação de piscicultura, em Pari-Cachoeira.

Na escola Paamali tem três estações, mas que parou um pouco por falta de recursos. Se não tiver vontade de trabalhar, não segue. A escola Paamali, como é uma escola, ainda continua. Em visita a gente percebeu que mesmo sem recurso eles conseguem manter a alimentação com frutas naturais para criar os peixes. Em Iauareté, como é grande, praticamente uma cidade, está tendo escassez de peixes. Por isso foi pensado lá, mas o projeto está parado. Estamos pensando em alavancar esse projeto, ver quais os materiais necessários para a gente poder levantar novamente. As únicas parcerias são o ISA, a FUNAI, o Horizonte 3000, Aliança pelo Clima, embaixada da Noruega e o Rain Forest. Agora temos um representante da Aliança pelo Clima que virá com projeto de plainadeira trabalhar com madeira. Mas imagina se acabar esse apoio, de onde vamos tirar?⁷⁷

São projetos trienais, daí apresentamos novas propostas. Em anos anteriores, a gente conseguiu, através do Ministério da Cultura, a oca que atearam fogo. Mandamos um ofício para o delegado investigar, mas ele simplesmente disse que nós mesmos teríamos que investigar.

Almerinda relatou que os desafios para a execução das políticas sociais dependem estritamente da “boa vontade” do poder público: “Atualmente o movimento indígena está em descrédito pelos próprios parentes, após a gestão de Pedro Garcia⁷⁸”.

Entre as maiores dificuldades, segundo a presidente, está a falta de apoio financeiro dos governos municipal, estadual e federal, uma vez que os órgãos públicos estabelecidos na sede deixam a desejar pelos mesmos motivos que no interior.

Quando questionada sobre as possíveis causas da falta de acesso dos indígenas às políticas sociais, comentou: “por causa da má vontade do poder público, tem muita dificuldade para chegar recursos públicos em terras demarcadas. Primeiro fazem o projeto-piloto para depois ver a política pública”.

Quanto ao posicionamento da FOIRN com relação à situação da comunidade Boa Esperança, ela diz:

Fomos notificados pelo MPF para ver a situação da comunidade (Anexos 16 a 20). O prefeito respondeu que já havia sido visto outro terreno para mudar o lixão de lugar. Nós respondemos que isto não é verdade. Ainda não recebemos novamente. Ajudamos a comunidade politicamente, como articuladores. Fora isso ainda tem a questão da falta de merenda e da saúde, que nós acompanhamos.

Então, o grande empecilho é esse, do poder público não atender nossas demandas, que nosso povo encaminha para cá. A gente faz o nosso papel de cobrar as instituições, mas a gente não tem respostas. A gente tem que trabalhar com os projetos-piloto para que

⁷⁶ Os projetos pilotos mencionados em diversas entrevistas, principalmente, por representantes da sociedade civil, são projetos temporários, pontuais, que a partir da demanda apresentada pela comunidade é testada a viabilidade de transformá-los em permanente, se verificada a sua viabilidade o projeto poderá ser implantado enquanto parte de uma política pública.

⁷⁷ As parcerias colaboraram com o desenvolvimento das atividades e na manutenção da Federação.

⁷⁸ Pedro Garcia, indígena do povo Tariana, foi Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira pelo Partido dos Trabalhadores (PT), juntamente com André Baniwa, vice-prefeito, pelo Partido Verde (PV), entre os anos de 2009 a 2012.

depois as políticas públicas possam abraçar esses projetos e ver se vale a pena. Porque a gente desde o início da fundação da Federação tem lutado pela demarcação e conseguimos. Hoje, a gente tem essa área demarcada e tem outra área que ainda está em fase demarcação. Saiu a portaria da terra Marabitan Cué-Cué, mas aqui a gente tem outro empecilho no rio Negro. Hoje, a gente tem essa dificuldade dentro da terra demarcada, de chegar o recurso do governo para atender a demanda e dar qualidade de vida, que ao invés de melhorar, piora. Você indo às comunidades, você vai e fica triste. Você quer ajudar como pessoa, mas não consegue. Eu gostaria muito de construir uma escola decente que o nosso povo precisa, mas de onde vamos tirar um recurso? Nós somos apenas uma ONG. Trabalhamos com os recursos da Cooperação Austríaca, que são os financiadores que apoiam a Federação, justamente porque a gente tenta lutar pelos nossos direitos e manter a nossa cultura viva, cuidando da natureza, porque sobrevivemos dos recursos da natureza.

A FOIRN, enquanto ONG, representante da população indígena, não tem apoio financeiro dos governos municipal, estadual e federal. A partir da ajuda dos financiadores e assessoria do ISA, trabalhamos esses anos buscando meios para conseguir recursos com os governos. Depende muito da boa vontade do poder público, esse é um grande empecilho.

Há alguns anos o movimento indígena conseguiu colocar um indígena no governo municipal para que ele pudesse contribuir com o fortalecimento e atender as demandas e as necessidades da população, mas infelizmente a gente teve decepção como povo, como eleitor, o nosso parente infelizmente não contribuiu. Isso faz com que a população não tenha mais confiança no próprio parente.

Para levantarmos novamente a autoestima do povo, temos que mostrar nosso trabalho com dedicação, articulação e pessoas competentes que possam ajudar as necessidades. Hoje, temos essas parcerias no papel, mas na prática não é o que acontece. A luta é colocar em prática as parcerias. A gente não consegue alavancar, os organismos se reúnem e falam que somos parceiros, mas morre no discurso. Esse é meu ponto de vista enquanto representante.

No início da nossa gestão, que coincidiu com a gestão do atual prefeito, entregamos nas mãos dele as necessidades prioritárias para que ele atendesse, mas até hoje nenhuma resposta, não se vê nem um resultado sequer, deixa muito a desejar. Entra e sai governo municipal e a gente tenta buscar uma pessoa que tenha sensibilidade e coração para ajudar as pessoas.

Você vê no beiradão e nos barracões como está o nosso povo. No Parawari muitas famílias estão doentes, sem condições de comer, tomando água do rio. Então cadê o nosso governo?

No início do ano passado a gente tentou articular, fui lá e fiz visita e trouxe para a diretoria e começamos a articular com a FUNAI e o DSEI. Conseguimos trazer a SEMAS e trabalhar em uma ação conjunta. Isso foi por causa dos recursos do governo federal que chega para cá, como o INSS.

As instituições não estão preparadas para receber o povo em massa, ficam aqui ao léu. Se a gente juntasse instituições que organizassem as necessidades: o que precisam os que vão descer? como vamos atender? Eles descem, ficam nos barracões e são consumidos pela bebida. As mães e os filhos ficam jogados, praticamente.

Gostaria muito que cada instituição tivesse um recurso destinado para ajudar essa população; aqui dentro da FOIRN não temos.

Nós convocamos o prefeito para reuniões para passar as necessidades, mas o prefeito não atende e não comparece às reuniões. Se ele não vem, vamos nós para lá. Marcávamos reunião e na véspera o prefeito desmarca. Sempre essa desculpa. A gente não consegue sentar com o prefeito para saber quais as justificativas do porquê não acontece. As únicas coisas que temos até agora são os botes.

Tem várias denúncias feitas ao MPF que a gente responde dizendo que não está sendo feito. Ele está cheio de processo para responder. Nós pressionamos, cobrando e denunciando ao MPF sobre a má gestão. Recentemente a Câmara de Vereadores está fazendo uma abertura de CPI⁷⁹. Falamos com o secretário de Meio Ambiente, que nos atendeu muito bem e até marcou outra reunião. Ele tem a boa vontade de ajudar, mas tem o prefeito que é o chefe maior... Então, a proposta do secretário, se não for de gosto do prefeito, não vai acontecer nada. A equipe de vereadores disse que vai compartilhar o que está acontecendo na investigação.

⁷⁹ Comissão Parlamentar de Inquérito.

Há um jogo político entre o governo municipal. Eu acredito que há uma cúpula de pessoas que não estão nem aí para a população e entre eles fazem coisas que não deveriam. Por exemplo, o prefeito pode não gostar da nossa atuação e pode mandar alguém incendiar. Primeiro foi queimada a palhoça, depois soubemos que foi a mando do prefeito. Daí veio o incêndio à maloca e achamos que também pode ser ele. A gente imagina que, quando denunciamos, é a gestão que denunciamos, e não o prefeito; a gente quer melhoria. Então, para atingir a gente, como não consegue nos matar, ele faz isso para atingir a gente. Sofremos risco de morte.

Conforme vimos no organograma institucional da FOIRN, existem, internamente, além da diretoria e do conselho fiscal, os departamentos e as coordenações. Sendo assim, entrevistamos quatro integrantes dos departamentos de Juventude, Mulheres, Educação e Comunicação.

3.7.2 Departamento da Juventude Indígena do Rio Negro (DAJIRN)

Adelina de Assis, do povo Dessana, era a coordenadora do DAJIRN, indígena do povo Tukano. Vivia na cidade desde 2011, e antes desse período morava na comunidade no interior com a sua família. Há alguns anos atua no movimento da juventude indígena regional, influenciada por seu tio, Álvaro Tukano, liderança do movimento indígena rio-negrino.

O DAJIRN, segundo Adelina, nasceu em 2008, em consequência da migração de jovens das comunidades do interior à cidade em busca de emprego e educação. E também, principalmente, por causa do aumento do alcoolismo e do suicídio entre os jovens. Nas palavras dela,

“O DAJIRN luta pelos direitos dos jovens, é um espaço para fortalecer e mostrar a cultura, para os jovens mostrarem o que pensam e sentem, não há um espaço de lazer pela prefeitura. Os jovens são capazes de lutar pelos direitos e têm direito a voz. Temos o papel de mostrar aos jovens que a realidade na sede do município é diferente da apresentada pela mídia (Informação verbal).

Entre as ações do departamento, estavam eventos e palestras sobre as DSTs e o consumo bebida alcóolica, além do apoio a cinco grupos de dança e teatro dos jovens.

Em 2014, em conjunto com o Poder Judiciário, o DAJIRN fez uma pesquisa e apurou que crianças a partir de nove ou dez anos de idade já consumiam bebidas alcóolicas. Resultou da pesquisa uma campanha de conscientização a respeito do consumo de álcool, a manutenção das escolas abertas aos finais de semana para a realização de atividades livres destinadas a crianças e adolescentes, e, a proibição, pactuada com a Associação de Comerciantes, de vender bebidas alcóolicas para menores de idade. De acordo com Adelina, desde o início da campanha, em maio de 2014, foi possível perceber a redução na frequência de afogamentos e suicídios.

A atuação do departamento abrange os municípios de Barcelos, Santa Izabel e São Gabriel da Cachoeira. Os parceiros mais atuantes eram o DSEI, Educação, Exército Brasileiro, Conselho Tutelar, ISA e algumas lideranças indígenas e setores da prefeitura.

O maior desafio da questão social indígena na região do Rio Negro:

O diálogo com a prefeitura é difícil. O primeiro passo foi do movimento indígena, que exigiu a saúde e a educação. Parte do primeiro grupo que constituiu a FOIRN pertenceu ao internato. É um desafio articular com a prefeitura a saúde e a educação indígena. O Exército, hoje, é um braço forte das ações, diferente de antes. O atual desafio da DAJIRN é realizar uma nova assembleia para reunir os jovens do Rio Negro outra vez.

A diversidade de povos, línguas, cultura no departamento: “Somos todos diferentes, mas com os mesmos objetivos, a luta pelos direitos. A FOIRN é quem junta toda a diversidade”.

A promoção e execução da política indigenista no município: “A única oportunidade é o emprego, porém restrito à área da educação. No ano passado foi discutida a necessidade de outras áreas, como enfermagem e psicologia”.

Aspectos positivos e negativos do trabalho no departamento: “O aspecto positivo é desenvolvido na união para construir propostas e o plano de trabalho. E não conseguir passar a informação a todos que desejam é o aspecto negativo do trabalho”.

A importância da FOIRN: “A importância dos líderes é mostrar ao governo as dificuldades das comunidades. A FOIRN é o pai, a voz do movimento indígena, pois apresenta o que os povos precisam; sem a FOIRN seríamos esquecidos”.

3.7.3 Departamento de Mulheres

O Departamento de Mulheres foi criado em 2002. Desde 2013, Rosilda Maria Cordeiro da Silva, do povo Tukano, ocupava o cargo de coordenadora. Há pouco tempo morava em São Gabriel da Cachoeira, e antes da mudança vivia na comunidade de Taracuá, no rio Uaupés, na qual presidiu durante dez anos a Associação de Mulheres de Taracuá.

A área de atuação do departamento é nos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. A equipe de trabalho era composta somente pela vice-coordenadora e a coordenadora, segundo quem “as ações promovidas pelo departamento são incentivar a produção do artesanato, visitar as comunidades, ver as dificuldades, o que precisamos melhorar e incentivar. Mas falta recurso para realizar o que gostaríamos”.

Quanto ao maior desafio da questão social indígena na região do Rio Negro, ela afirma que é “o ensino da língua indígena e da garantia da educação escolar diferenciada. Por causa da vinda dos brancos acabou dificultando o ensino indígena, a educação é melhor nos interiores”.

A diversidade de povos, línguas e cultura no departamento: “Através dos diretores conhecemos as pessoas e os diferentes povos em eventos como assembleia, encontros”.

Aspectos positivos e negativos do trabalho no departamento: “O ponto negativo é a falta de recurso próprio para o departamento. E o positivo é tentar ajudar nas produções e aumentar a renda familiar”.

A importância da FOIRN:

A FOIRN vem desde 1987 e deu muito apoio à demarcação da terra. Também, foi onde as mulheres conseguiram espaço, tudo isso começou lá atrás. Não foi fácil para quem iniciou o movimento indígena, foi uma luta muito forte porque o governo não dá apoio ao fortalecimento da política indígena no Alto Rio Negro; os estrangeiros são quem mais apoia. O Departamento de Mulheres foi fundado em 2002, mas não foi fácil também, foi uma luta conseguir um espaço só para as mulheres.

3.7.4 Departamento de Educação

Segundo Ivo Fernandes Fontoura, do povo Tariana, o Departamento de Educação, que tinha apenas o coordenador como equipe, a área de abrangência

São 93 associações de base, vinculadas à FOIRN, criadas para o desenvolvimento de projetos. Esta é a força do indigenismo. Ultimamente tem sido discutido bastante a respeito da sustentabilidade para poder manter as comunidades com a sua própria produtividade e depender menos dos benefícios sociais e do trabalho assalariado, porque estava ocorrendo um movimento forte de migração das comunidades para a sede do município.

Entre as ações do departamento estavam o controle social da Política de Educação, por meio do acompanhamento da execução desta, da participação em eventos, da transmissão de informações para as comunidades e das comunidades para a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM).

Segundo Ivo, durante as viagens às comunidades, ele levantava as demandas, intermediava ações com o poder público, divulgava cursos, como o da Licenciatura Intercultural de Políticas Educacionais de Desenvolvimento Sustentável⁸⁰, promovido pela UFAM.

Tendo em vista promover maior qualidade à educação escolar indígena na região do rio Negro, de acordo com Ivo, foi assinado, em 2009, um Termo de Pactuação do Território Etnoeducacional do Rio Negro. Para a execução do termo foram criados três polos: o Baniwa, em Tunuí-Cachoeira, na região do rio Içana; o Polo Nheengatu, em Cucuí; e o Polo Nheengatu, em Santa Isabel do Rio Negro. Segundo o coordenador,

A entrada nas comunidades é justamente para falar sobre as diferenças culturais, o fortalecimento da diversidade e do respeito, e divulgar isto para o branco. A criação das escolas-piloto, com novas formas de trabalhar, metodologias e processos próprios de aprendizagem, foi para a valorização e manutenção das línguas e culturas. A forma como era feito o Ensino Médio antes não avançava, não dava mais resultados, por isto foram

⁸⁰ “O objetivo do curso é promover a formação de professores pesquisadores com uma preparação prática, teórica e metodológica, por meio do pensamento crítico e reflexivo para atuarem nas escolas da região do Rio Negro, respeitando a diversidade cultural e linguística [...] currículo bilíngue, [...] a partir da gestão do conhecimento e de tecnologias sociais tradicionais indígenas e não-indígenas, intercultural, compreender a realidade educativa local e nacional e o contexto sóciopolítico que a determina e discutir a gestão territorial de suas comunidades e das Terras Indígenas do alto rio Negro”. Disponível em: <http://www.ensinosuperiorindigena.ufam.edu.br/o-curso>. Acesso em: 16 mai. de 2016.

transformadas em modelo de política, o conteúdo foi criado conforme o interesse dos alunos.

A representatividade do Departamento de Educação na esfera do controle social ocorria através da participação no FUNDEB e no Conselho Municipal de Merenda Escolar. Também havia representação da FOIRN, por outros integrantes da Federação, no Conselho Municipal de Educação e no Conselho Estadual de Educação.

O maior desafio da questão social indígena na região do Rio Negro: “Existe a resistência com o poder público nas discussões que o movimento indígena traz; acha que o movimento está contra. Não entende que o movimento tem o papel de discutir as demandas levantadas”.

A promoção e execução da política indigenista no município:

Começou há pouco tempo. A população indígena antes não tinha acesso a essa discussão. Porque antes era só a aposentadoria que entrava nas comunidades; hoje, não, já tem o Bolsa Família e os benefícios do INSS. Criou-se uma dependência dos benefícios, as pessoas não querem mais trabalhar na roça e no artesanato. Por outro lado, a FOIRN ajuda a desenvolver atividades de desenvolvimento sustentável.

Aspectos positivos e negativos do trabalho do Departamento:

Pontos positivos, o resultado, por exemplo, da criação das escolas-piloto. O departamento tem discutido com o movimento indígena e apresenta as propostas para as instituições públicas. Isso é um avanço. Os negativos é que, de um tempo para cá, a questão da educação está um pouco parada. Por causa disso, em junho, foram realizados seminários internos de educação escolar indígena. Ao todo, foram 12 seminários em cada região. A partir das demandas levantadas foi feita uma relação do que foi produzido e enviado para a SEMEC. O acompanhamento direto dos encaminhamentos parou um pouco, acharam que após o seminário as coisas aconteceriam, mas não foi assim.

A importância da FOIRN:

É importante porque ajuda a discutir os direitos da população. Antes tinha invasão dos garimpeiros, junto a isso o Exército criou as colônias indígenas e ao mesmo tempo foi criada a FOIRN para mostrar que os indígenas têm formas próprias de conduzir o que é pensado coletivamente. Como a FOIRN atua em nível nacional, também leva a discussão a Brasília. O próprio DSEI e a educação indígena são frutos da discussão do movimento indígena, de querer melhorar as políticas públicas na região do Rio Negro.

Do Departamento de Comunicação, entrevistamos Nivaldo da Silva, do povo Baré, que exercia a função de radiofonista na FOIRN e de radialista na Rádio Municipal. Ele disse que

O setor de comunicação é diferente dos outros departamentos que têm um coordenador de política pública, porque acompanha a diretoria e faz os registros dos eventos. A partir desse acompanhamento produzimos um relatório e publicamos um informativo semanal e depois o *waiuri* (informativo mensal). A missão do departamento é divulgar o trabalho realizado pela Federação.

O maior desafio da questão social indígena na região do Rio Negro:

O maior desafio é a individualidade, cada um para si. Tiro isto pela FOIRN, pelos parceiros como ISA, ICMBio, FUNAI. Quando se trata de política pública, deveria ser um pensamento só para que pudéssemos crescer, mas cada um leva seus trabalhos individualmente, é tipo uma competição. Sem parceria não se atinge os objetivos. Cada um tenta fazer o melhor, mas individualmente. Hoje era para o prefeito trabalhar para todos, mas está limitado à prefeitura e isolado. Em véspera de campanha estão todos agitando,

mas depois esquecem. Quando a FOIRN, em 2004, fez convênio com o DSEI não faltava nada, mas depois que acabou o convênio, porque a FOIRN interferia no trabalho, piorou.

A diversidade de povos, línguas e culturas:

A diversidade é trabalhada nas coordenações. Os diretores ficam na FOIRN e as coordenações ficam na base para desenvolver os trabalhos. A FOIRN é dividida em cinco coordenações por regiões: Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), área de maioria falante do nheengatu; Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié e Uaupés (COITUA); Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX); Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco (CABC); por fim, Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (COIDI).⁸¹.

A promoção e execução da política indigenista no município:

Depende muito do gestor, há quatro anos funcionava muito bem. A prefeitura tinha muita divulgação e informação, e pensava que todos mereciam atenção. Hoje, é um trabalho muito camouflado, sem divulgação. Antes tinha muita parceria, não era só a FUNAI, era com o Exército, também. Hoje, não. Pouquíssimas vezes vem o barco PAI para São Gabriel, e quando vem, não avisa as comunidades antes e condiciona as famílias a situações vexatórias na cidade. Na última vez que estiveram aqui, vieram às comunidades e não avisaram antes.

Aspectos positivos e negativos do trabalho do departamento:

Os pontos positivos da FOIRN é que já lutou muito pela educação. Está construindo e lutando para um espaço universitário, em parceria com a UFAM e o IFAM. Na busca por uma educação de qualidade, temos, hoje, seis alunos cursando medicina em Cuba.

Os aspectos negativos foram esses que falei antes. O descaso da prefeitura e a falta de articulação entre o poder público.

A importância da FOIRN:

A importância da FOIRN é tanto para o movimento indígena quanto para sociedade. Há 27 anos vem lutando, sendo um parceiro forte da população indígena porque procura compreender os povos sem diferença de raças, busca integrar, é um braço para outras instituições, ajuda realmente.

Hoje, podemos dizer que o DSEI faz um trabalho bom, mas não ótimo. Há dez anos não tinha nem Polo Base, equipe em área, era só o atendimento no HGU. Depois do DSEI veio à rádiofonia e as voadeiras. Está melhorando, já temos dentista, enfermeiros, médicos.

3.7.5 Diocese São Gabriel da Cachoeira

Conforme vimos no capítulo 1, a atuação dos missionários salesianos se deu, marcadamente, a partir do início do século XX. Ainda hoje, a atuação da Igreja Católica em São Gabriel da Cachoeira é presente. Não somente nas políticas de Saúde e Educação, como foi em algumas épocas, mas na qualidade de parceira, a partir de instituições da sociedade civil, como a Fazenda Boa Esperança, os projetos Mamãe Margarida e *Kunhantai Uka Suri* e o serviço de acolhimento institucional Didinho – estes dois últimos articulados com a Política de Assistência Social. Ainda, há a evangelização dos indígenas e não-indígenas habitantes dos municípios de São Gabriel da

⁸¹ Entrevista concedida por Nivaldo Silva. Entrevista 02 [dez. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo .mp3 (90 min).

Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, e a articulação com a rede de serviços sociais, bem como a participação representativa em defesa dos direitos dos povos indígenas.

Atuação da diocese com os povos indígenas nos foi relatada pelo Bispo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, Dom Edson⁸²:

A diocese possui uma área gigantesca. O trabalho abrange cerca de 295.000 km², toda a bacia do rio Negro, nos três municípios, dez paróquias, com um ou dois padres, conforme as dimensões. A igreja acompanha aproximadamente 500 comunidades, que recebem visitas quatro vezes ao ano dos padres.

Procuro acompanhar as atividades para apoiar o trabalho dos padres e das comunidades que perseveram muito unidas. É um trabalho que exige muito esforço, muito gasto, muita saúde, coluna de ferro para andar dias nas voadeiras, arrastá-las em cimas das pedras e prosseguir a viagem. Portanto, é um trabalho que exige muito esforço e também muitos gastos econômicos.

Para ir até Pari Cachoeira são gastos 400 litros de combustível e praticamente dois dias de viagem. Por exemplo, de São Gabriel da Cachoeira a Pari-Cachoeira gastamos R\$ 4.000,00 em combustível, por isso quando vamos às visitas procuramos ficar mais tempo, duas semanas.

É bom constatar que 100% das aldeias foi evangelizada pela Igreja Católica, com a exceção do rio Içana que foi evangelizado por uma missionária americana, Sofia Muller, que fundou a Igreja Batista da Bíblia. Era uma líder carismática que traduziu parte dos evangelhos nas línguas Baniwa e Kuripako e conseguiu transmitir um espírito cristão que persistente até hoje, então, lá tem a presença evangélica.

Em 2011, nasceu dentro da Diocese o Fórum Interinstitucional Pedro Yamaguchi Ferreira⁸³, que reúne todas as instituições municipais, estaduais e federais, ONGs com ações concretas, como o ISA, e também o IFAM, trabalho feito em parceria com o Exército e a FOIRN. Precisamos dar as mãos para poder trabalhar. O professor Elias Brasilino, que está à frente do Fórum, é o diretor do IFAM. Fazemos muitas coisas em parceria, cada um com as instituições para se buscar a parceria que precisa nessa região.

A Diocese criou o Centro Mamãe Margarida, que é a única instituição que atende as pessoas com deficiência, em parceria com a prefeitura, onde acompanha mais de 60 pessoas de todas as idades que frequentam diariamente o Centro e são acompanhadas em suas casas. A Fazenda Esperança, que acolhe homens jovens dependentes do álcool e das drogas há dois anos e meio, por causa do alcoolismo, que é uma grande questão. Também, a *Kunhantai Uka Suri*, que tem dupla função: acolher crianças que estão em risco de vida porque a família é muito pobre e abandonaram ou são ameaçadas ou violentadas, e acolher mais de 300 meninas para ajudar no reforço escolar e participar das oficinas de artesanato, corte e costura, bordado e crochê, além de várias formas de artesanato, tem um papel social relevante prestado pela Uka Suri.

Os desafios para trabalhar com povos indígenas:

Um desafio que é cultural e religioso. Estamos fazendo um grande esforço para preservar os valores culturais dos povos indígenas. E dentro deste princípio que norteia a ação, que é o seguinte: a boa-nova da cultura indígena acolhe a boa-nova de Jesus. É uma

⁸² Entrevista concedida por Dom Edson Taschetto Damian. Entrevista 23. [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

⁸³ O Fórum Interinstitucional “Pedro Yamaguchi” nasceu em fevereiro de 2011, a partir da iniciativa da sociedade civil, representadas pela FOIRN, Diocese de São Gabriel e ISA e, por representantes do poder público, Prefeitura e Câmara Municipal de São Gabriel, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM – São Gabriel), Exército, FUNAI, Ministério Público, Poder Judiciário e Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Dentre os objetivos do Fórum estão a articulação desses atores em defesa e promoção dos direitos humanos dos povos indígenas da região, por meio de ações conjuntas. O Fórum recebeu esse nome porque um dos idealizadores da ampliação da cidadania em São Gabriel, o advogado Pedro Yamaguchi, que buscou em parceria com a Diocese de São Gabriel a implantação de uma unidade da Defensoria Pública Estadual no município, faleceu afogado no rio Negro enquanto estava na cidade.

inspiração quem vem do Concílio do Vaticano II, que foi um novo vento de renovação da igreja e que instaurou uma nova primavera para Igreja. Esse concílio teve a iniciativa do agora santo João XXIII. Para a nossa alegria, o papa Francisco é alguém muito semelhante a ele, nas atitudes, nos gestos e nessa abertura da Igreja. O Vaticano II disse uma coisa importante, que Deus colocou em todas as culturas valores humanos que são chamados de *semina verbum* – em português, “a semente da palavra de Deus no coração de todos os povos”. Antes da chegada dos missionários católicos, os indígenas viviam esses valores e imagens que ele colocou em todas as pessoas.

Deus colocou em todas as culturas a semente de Deus, todos os povos têm a manifestação de Deus. A catequese inculcada indígena que a gente está fazendo há uns dois anos procura saber quais são os valores culturais que os povos ainda preservam, que as comunidades ainda preservam. Um deles é benzimento. Em todas as comunidades tem seu pajé, seus benzedores. Há benzeimentos especiais em relação à vida. Desde que a mulher indígena fica grávida, é acompanhada pela oração do pajé. Quando a criança nasce, o pajé e o benzedor têm todo um ritual, e nesse ritual ele dá um nome indígena e esse nome faz com que essa criança seja integrada dentro daquela etnia, daquela cultura. Então, nós estamos valorizando que, no momento em que a criança é batizada na Igreja, também recebe aquele nome que recebeu do pajé, do benzedor. Assim como o nome indígena integra a pessoa na comunidade, o batismo da Igreja Católica insere o indígena na sociedade não indígena. Assim, quando é batizada na Igreja, também recebe um nome que a integra dentro de um povo maior, que é a Igreja Católica, o povo de Deus. Tanto assim que, quando essa criança que recebeu o nome do batismo, do benzimento, quando recebe a crisma, que é a reafirmação da fé, no momento em que é crismada é chamada pelo nome indígena e pelo nome português registrado no Cartório Civil. Estamos até insistindo para que os pais, quando for ao cartório registrar os nomes indígenas, que registrem os dois nomes: o indígena e o português. É uma forma de valorizar a cultura, isto é um aspecto.

Tem outros, por exemplo, os indígenas têm a famosa quinhapira. É um prato com peixe que preparam, mas que significa um encontro de famílias onde partilham os alimentos. Quando um padre visita ou o bispo, logo depois da celebração religiosa, do batismo, da crisma, da eucaristia, as mães vão às casas e trazem alimentos que preparam e colocam para todos, e tudo é partilhado entre todos. Uma forma de partilha dos bens, de comunhão fraterna, por isso associamos a quinhapira à eucaristia. Eles também têm o trabalho comunitário, o *ayuri* (mutirão), onde um dia por semana todas as comunidades têm seu trabalho comunitário. Além disso, quando uma família passa por necessidades, quando alguém adoece, não consegue fazer a roça, limpar a plantação, então várias pessoas se unem e dão dias de trabalho gratuito, isto é uma forma de trabalho comunitário, então *ayuri*, isto é profundamente cristão.

As relações de parentesco, o casamento interétnico, é mais uma sabedoria dos povos indígenas. Para evitar casamentos entre parentes próximos, casam com pessoas de outras etnias, isto cria toda uma relação de parentesco, onde um índio é parente de outro onde esses casamentos interétnicos aproximam um povo indígena de outro povo indígena.

Além disso, a riqueza cultural através da língua. A criança aprende primeiro a língua materna com a mãe, e se é menino aprende com o pai a língua do pai, vai à escola e aprende outra língua. Isso estabelece um clima de comunhão entre as diferentes culturas. A Igreja sempre pregou a fraternidade, a comunhão. Esses povos vivem esses valores há muito tempo. Na catequese procuramos ver os valores que vivem e iluminar com o Evangelho e dizer: “Olha, Jesus também valoriza a cultura de vocês”. Relacionamos esses valores culturais com a palavra de Deus, tanto no Antigo como Novo Testamento.

Claro que no início a Igreja não tinha essa sensibilidade, tinha que ensinar o catecismo e tinha que simplesmente decorar aquelas verdades universais. Agora são as mesmas verdades, mas colocadas dentro do coração e da cultura, e as pessoas entendem mais. E dizem: “Que bom que nós já antes da chegada dos evangelizadores vivíamos humanamente e Deus nos queria felizes, vivendo esses valores que agora são iluminados e esclarecidos e alguns aperfeiçoados pela luz do Evangelho”.

Além disso, cada comunidade tem as suas lideranças locais. O cristianismo não se mantém porque o padre vai à comunidade quatro vezes por ano e fica uma manhã e uma tarde. O Evangelho se mantém porque todas as comunidades têm seus catequistas que preparam para a primeira eucaristia, para os sacramentos em geral. Além disso, é muito bonito todas as comunidades se reunirem de manhã para fazer a oração em comum. O catequista lê o evangelho do dia, lê na língua deles, eles cantam, faz orações. Aí tomam

mingau, beiju, as refeições matinais são feitas juntas. Depois as crianças vão às aulas, os pais vão trabalhar e os menores ficam com os avós. Faz missa na língua deles e explica. Isto é feito todo dia, são valores da CEBS⁸⁴ que dificilmente se vive na cidade, mas na aldeia vivem assim. A igreja reforça esse modo de viver, que é muito bonito.

É claro que os padres quando visitam a comunidade, todos se reúnem, então ele tem a possibilidade de encontrar com o professor e saber qual é o trabalho que ele realiza. Onde estão presentes os polos-base a gente visita também. Os médicos cubanos também visitam. A gente apoia essas pessoas que desenvolvem trabalhos em lugares tão distantes, na educação, na saúde, a gente apoia também.

É bom ressaltar que até 1990 o Estado estava ausente aqui. A educação e a saúde eram realizadas pela Igreja. É por isso que a Igreja investiu muito aqui na região, em construção de escolas, postos de saúde, hospitais. Veio muitos recursos do exterior. A maioria dos primeiros missionários salesianos que estiveram aqui trouxeram muitos recursos econômicos da Europa.

Toda a infraestrutura que existe aqui foi montada pela Igreja. Muitos dos grandes colégios, o São Gabriel aqui, em Barcelos, Santa Isabel, Taracuá, foram grandes prédios que os missionários construíram que hoje são as escolas estaduais comandadas pela SEDUC. Estes prédios estão servindo para a educação que o Estado está realizando. Prédios que o setor da saúde, que o Estado, agora está realizando.

É por isso, o povo tem gratidão e estima pelos missionários que deram a vida por eles e cuidaram daquilo que chama de desenvolvimento integral das pessoas; os valores espirituais eram também acompanhados pela prática social, o cuidar da saúde, da educação. E a Igreja teve um papel decisivo aqui, na luta pela homologação e pela demarcação das terras indígenas.

A ditadura militar queria apenas demarcar aquelas pequenas áreas habitadas pelos indígenas, que foram as aldeias e roças, e o restante seriam colônias agrícolas para trazer colonos de outros estados para povoar, diante das experiências que estavam acontecendo no Mato Grosso e Rondônia. Rondônia há 40 anos, os colonos destruíram toda a floresta. O CIMI e a Igreja conseguiram reunir as lideranças indígenas e lutar contra esse projeto e lutar pela homologação e pela demarcação. Por isso que 90% das terras aqui do município são áreas indígenas homologadas. Salvo engano, em 1992, FHC veio aqui para assinar esse decreto da homologação das terras indígenas.

A Igreja teve um papel decisivo na luta pela demarcação e homologação das terras indígenas. O CIMI e a Igreja Católica lutaram muito para a homologação concedida em 1992, por Fernando Henrique Cardoso.

O que causa a situação de pobreza e o desrespeito aos direitos básicos dos moradores de SGC?

Essa região tem uma característica diferente de toda a Amazônia. O rio Negro é chamado o rio da fome, porque tem pouco peixe. A água é escura e ácida. E também o leito e os afluentes do rio Negro têm muita pedra que impede a procriação natural dos peixes. Então, há épocas do ano quando o rio Negro enche muito, os peixes, que não são muitos, se espalham nos igapós, adentram nas florestas, aí é que não tem peixe nem mesmo para a alimentação diária. Então, a alimentação aqui é muito pobre e a alimentação muito pobre gera muitas doenças.

Basta ir à CASAI e ver: vômito, diarreia pneumonia, tuberculose, que são doenças da subnutrição, isso é muito frequente. O problema do alcoolismo existe, também, entre os povos indígenas, mas aqui é assustador.

As pessoas que trabalham na área da saúde, a grande doutora Luiza Garnelo, o psiquiatra Maximiliano, eles têm escrito muito. E nós também da Igreja, que construímos a Fazenda da Esperança, é porque vemos que não dá para viver assim. É possível que em cada família indígena tenha uma pessoa que seja alcoólatra, dependente ou que bebe demais. E nesse sentido o comércio aqui é sem escrúpulo. Escutei uma vez alguém dizer: se quer ficar rico, abre um comércio de bebidas em São Gabriel da Cachoeira. Veja, aqui os comerciantes se mantêm à custa da fragilidade dos índios. As autoridades deveriam fazer mais. Um grande mutirão para conscientizar a população toda de que os indígenas não devem ir nesse caminho. Os responsáveis pelas instituições públicas deveriam trabalhar

⁸⁴ Comunidades Eclesiais de Base.

mais em relação a isso porque o que se percebe é o aumento do consumo do álcool. E a idade cada vez mais nova.

Estou contente porque tem uma equipe do Conselho Nacional de Segurança Alimentar que está fazendo uma pesquisa. Pessoas muito sérias que estão fazendo uma pesquisa sobre segurança alimentar nas comunidades de São Gabriel. Deve ser muito divulgada porque devemos ajudar o povo a melhorar a alimentação.

Outro problema é das famílias que vêm à cidade e deixam os filhos soltos porque estão acostumados na aldeia, onde vão para roça e se afastam, mas as crianças estão ali na aldeia com os idosos e outras pessoas que cuidam deles. Isto não tem na cidade, então as crianças são facilmente vítimas do abuso e da exploração sexual. E também vão se perdendo.

Agora estão em fase de acabamento da primeira escola em tempo integral. A gente está fazendo uma campanha para que acolham as crianças das famílias mais pobres que ficam desprotegidas aqui na nossa cidade.

Estou contente porque a escola vai receber o nome de “CEI Pedro Yamaguchi Ferreira”. Centro de Estudos Integral, que está sendo construída, será muito importante, pois os alunos ficarão durante todo o dia na escola, enquanto os pais estão nas roças. O Centro leva o nome de um jovem advogado voluntário que trabalhou aqui na diocese por três meses. Foi ele que deu início para a instalação da Defensoria Pública no município, morreu afogado no rio, mas deixou a marca de serviço voluntário, de alegria no meio dos povos indígenas, que é lembrado até hoje.

O que é necessário para cumprir os direitos dos povos em SGC?

As instituições públicas aqui devem ser mais sérias no cumprimento das suas funções. Vejo muitas instituições onde as pessoas são bastantes displicentes, ausentes durante muito tempo das suas funções. Basta lembrar que há uns 15 dias uma embarcação da Polícia Militar estava⁸⁵ aí, o comandante, o subcomandante, agentes da Polícia Federal, duas senhoras, e, para complicar ainda mais, retiraram um preso da cadeia para ser o prático (piloto) do barco. Ficaram andando por aí pela ilha do Sol, na ilha da Juíza, com muita cerveja que o pessoal percebeu. Quando entardeceu, ao invés de vir em direção à praia, resolveram ir em direção à cachoeira e o barco virou e alagou, morreu o agente da Polícia Federal, pai de família, a esposa em Manaus, com crianças pequenas. Eu me pergunto: pessoas que estão aqui para cuidar da segurança do povo, não cuida nem da segurança pessoal deles, colocam em risco a vida deles, então que consciência eles têm do dever que deveria prestar aqui?

Então, a gente sabe que o tráfico de drogas existe, as pessoas conhecem, a Polícia Militar sabe quem é, alguns recebem até propina para que essas coisas continuem acontecendo. Então, essas pessoas que têm cargo importante na comunidade deveriam ter mais responsabilidade e cumprir com honestidade e responsabilidade, os cargos e as funções que ocupam. O próprio DSEI, graças a Deus, chegou uma senhora aqui como interventora que viu que havia desvios com remédio e combustíveis que precisam para todo esse transporte e demitiu muitas pessoas de seus cargos – inclusive se expondo a riscos, a ameaças.

Há poucos dias ela me dizia: mesmo com menos dinheiro, que estamos recebendo agora, dá para fazer tudo, e até melhor. Então, quantas pessoas morreram que eram para ser transferidas para cá e não foram sob a alegação de que não havia combustível? Era desviado para outras coisas? Graças a Deus que vêm pessoas competentes e colocam a situação no lugar, porque é uma instituição federal, então é possível de vez em quando fazer isso aqui.

E a gente está aqui acompanhando isso, procurando ir a encontros, reuniões. No Fórum esses assuntos vêm à tona, cada um vai levantando aspectos e fazendo exigências. A gente se reúne periodicamente, principalmente após essas mortes que aconteceram aqui, nas épocas de férias que as drogas estão soltas.

⁸⁵ Esse episódio ocorreu durante o nosso trabalho de campo. Abordamos esse assunto neste capítulo, quando apresentamos o descaso do poder público para com os indígenas, uma vez que, quando ocorreram mortes de indígenas, não havia médico legista para emitir o atestado de óbito, mas após a morte do agente da Polícia Federal foi enviado um médico legista de Manaus para apurar a causa da morte.

Foi uma iniciativa que nasceu na Igreja. Depois da morte do advogado, o pai dele, o deputado federal Paulo Teixeira, veio aqui querendo dar continuidade à presença e ação do filho. Daí, pensamos o que poderia ser feito e criamos o Fórum, que exigiu a criação da Defensoria Pública, que o advogado fazia as vezes enquanto esteve aqui.

O INSS, lutamos e conseguimos, ele chegou aqui. Dia 7 de fevereiro de 2014 foi inaugurada a agência. No hospital faltava mamógrafo, tomógrafo e ultrassom, e emendas parlamentares trouxeram esse material, tudo fruto do Fórum Interinstitucional. Esse é o papel do Fórum, buscar o que precisa para atender as necessidades imediatas. Agora tem um estudo para água potável nas casas. Não tem nada de estrutura, rede de esgoto, vai tudo para o rio negro, está em estudo isso. Construção de pequenas hidrelétricas, com tantas cachoeiras que tem aqui para tirar esse monstrengos que tem aqui, a CEAM, essa termoelétrica na cidade, que polui, altamente poluidora e, além disso, gasta milhões em combustível. Está em estudo, também, essas pequenas hidrelétricas.

3.7.6 Centro Juvenil Salesiano (CJS)

Há 20 anos os missionários salesianos desenvolvem trabalhos com os jovens na sede de São Gabriel da Cachoeira, por meio do Centro Juvenil Salesiano, há um ano sob a responsabilidade de Débora Santos Nascimento⁸⁶, assistente social, não indígena.

O desenvolvimento das atividades do Centro recebia apoio da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), do Fundo de Promoção Social (na figura da primeira-dama) e da Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia, sediada em Manaus, os quais enviavam recursos financeiros para o pagamento dos recursos humanos das oficinas; esporadicamente, o Centro recebia recursos estrangeiros.

Débora, nos relatou que objetivo do Centro é oferecer cursos profissionalizantes aos jovens e adolescentes, além de ser um espaço de convivência comunitária, uma das poucas opções de lazer no município voltada a esse público.

A faixa etária para participação nos cursos era entre 12 e 25 anos. Os cursos eram oferecidos no período diurno, com opções como padaria, marcenaria, informática e música. À noite havia um espaço aberto ao público, chamado “oratório”, para um momento de reflexão e atividades de lazer e diversão, como hip-hop, *street dance*, capoeira, bilhar, futsal, pebolim. Nos cursos estavam inscritos 300 jovens e adolescentes, mas ao todo eram atendidas, em média, 600 pessoas por mês.

As atividades do Serviço Social envolviam o acompanhamento dos adolescentes e jovens do projeto, assim como das respectivas famílias, a partir de visitas domiciliares acompanhadas pelo padre administrador do Centro. Segundo a responsável, Débora Nascimento,

O perfil são jovens de famílias de baixa renda. Aproximadamente, 80% estudam, 10% concluem o Ensino Médio e não dão continuidade às atividades, e os outros 10% têm evasão escolar.

⁸⁶ Entrevista concedida por Débora Santos Nascimento. Entrevista 22 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (25 min).

Estimulamos os alunos a retomar os estudos, porque muitos adolescentes são vítimas de exploração sexual, alguns estão envolvidos com assalto. A maioria das famílias vive dos benefícios sociais e são numerosas, quase todas possuem alguém com problemas relacionados ao consumo excessivo do álcool.

Os jovens não trabalham, só estudam, até mesmo os mais velhos. Isto porque falta oportunidade de trabalho na cidade, só tem o comércio e as casas das famílias. Muitos estão se tornando dependentes do álcool e das drogas. A única oportunidade de lazer é o Centro Juvenil.

A maioria do público é indígena, tem pouquíssimos brancos, salvo quando tem cursos de inglês e informática, daí tem a presença dos filhos dos brancos. Ano passado, por exemplo, a maioria dos alunos era filhos de militares no curso de inglês: dos 25 alunos, apenas quatro eram indígenas. Os que eram indígenas desistiram por falta de interesse ou por não conseguir acompanhar.

A diversidade cultural no Centro Juvenil:

A diversidade existe, mas entre eles percebe-se que eles perderam o interesse na cultura, não gostam de ser indígenas. O jovem não sabe a língua da sua etnia, os pais não transmitiram. O belo é o que está no outro. Não conseguem ver a beleza na própria cultura. Se fizermos um curso de artesanato não vai ninguém. Trabalho com palestras, conversas, com os instrutores para estimular e promover a cultura.

Desafio às políticas sociais no município:

A formação dos professores e a questão de proporcionar oportunidades para os jovens. Não há nada, nem trabalho, nem lazer e um estudo melhor. Poucos têm a oportunidade de ir para outras cidades estudar, daí nos serviços da cidade, com a pouca oferta de emprego, ficam as pessoas de fora, que tiveram um estudo melhor, e os daqui ficam com o que aparece. O maior desafio é o da distribuição desigual da renda.

3.7.7 *Kunhantai Uka Suri* (Casa da Menina Feliz)

Na esfera da Proteção Social Básica, o projeto *Kunhantai Uka Suri* (Casa da Menina Feliz), em nheengatu, foi criado em 2004 pelas irmãs salesianas. Esse projeto estruturou-se fisicamente após a doação de um terreno pela Diocese de São Gabriel da Cachoeira para a construção de prédios, que, além do projeto, comportariam o Didinho, Serviço de Acolhimento Institucional, da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade de Abrigo Institucional, destinado às crianças e adolescentes com idade entre 0 e 17 anos e 11 meses. Entrevistamos a Irmã Maria de Lourdes de Jesus⁸⁷, também era assistente social e responsável pelo projeto.

Segundo a Irmã Maria de Lourdes, os recursos que financiavam o projeto eram provenientes da SEAS e da Inspetoria Santa Teresinha. Já a responsabilidade pelo projeto era da Casa Irmã Inês Penha, organização da sociedade civil (OSC), uma extensão da Inspetoria Santa Teresinha.

O *Kunhantai Uka Suri* pertencente à esfera da Proteção Social Básica, conforme a tipificação do Sistema Único de Assistência Social, desenvolvia ações com vistas a promover o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a partir de atividades socioculturais e educativas. O público-alvo eram meninas, com idade entre 7 e 18 anos, em situação de

⁸⁷ Entrevista concedida por Maria de Lourdes de Jesus. Entrevista 20 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (25 min).

vulnerabilidade e risco social, bem como as suas famílias. Em sua maioria, os usuários do projeto eram de baixa renda e sobreviviam de benefícios assistenciais, como BPC e/ou Bolsa Família. Os demandantes do projeto eram, em sua maioria, indígenas, tendo em vista o predomínio da população indígena no município.

A fim de atingir o objetivo do projeto, eram oferecidas oficinas de informática, tecelagem, bordado, flauta, violão, artes manuais, costura, artes lúdicas e reforço escolar, no período de contraturno escolar. Também, era realizado o acompanhamento familiar, por meio de visitas domiciliares e da articulação com a rede de serviços sociais. Em média, participavam das atividades 300 meninas.

Outros atores, como o Conselho Tutelar, o Poder Judiciário e o Exército Brasileiro executavam ações em conjunto. Cabe frisar que este último atuava como voluntário.

Quantos às dificuldades para a execução da Política de Assistência Social, a assistente social relatou:

Temos uma realidade muito difícil porque, quando precisamos de assistência, não há. Tem muito a acolhida, mas não o cumprimento. O CMAS não tem transparência, não sabemos dos recursos existentes. As dificuldades existem, mas as razões são desconhecidas. A parceria existe, mas existe os entraves, que não sei quais são. Como alcançar? Um trabalho muito grande para alcançar e fazer, é muito difícil. Tentamos resgatar a cultura através da dança, palestra, algumas oficinas, está ainda no começo.

3.7.8 Comunidade Boa Esperança: expressão da questão social indígena

A partir de Martins (2014) nos aproximamos do que apreendemos enquanto conhecemos a comunidade Boa Esperança:

Dentre as muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é. A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem a visibilidade que em outros perdura apenas na discussão teórica e filosófica (MARTINS, 2014, p. 10).

Conhecer a comunidade Boa Esperança é um tanto incômodo quando nos defrontamos, por acaso, com uma realidade tão cruel e desumana. Chegamos a esse local “por acaso”, pois não sabíamos da existência da comunidade antes de chegarmos a campo, à sede municipal. Conhecemos a comunidade a convite do Juarez, que propôs que conhecêssemos o lixão do município, pois lá havia crianças e adultos indígenas que sobreviviam de materiais retirados do local. Até então, não sabíamos que encontraríamos a comunidade próxima ao lixão.

Então, fomos conhecer o lixão de São Gabriel da Cachoeira⁸⁸. Foram realizadas duas visitas à comunidade antes de conseguirmos conversar com o capitão de lá. Após conseguirmos

⁸⁸ O termo lixão é empregado no texto, no lugar de aterro controlado ou aterro sanitário, pois o lixo depositado e o local onde é despejado não recebem qualquer tratamento de efluentes líquidos. Dessa forma, os moradores do entorno e o meio ambiente, solo e lençol freático, são diretamente contaminados com chorume (líquido que escorre do lixo).

autorização do capitão⁸⁹, realizamos mais três visitas à comunidade, para conhecer minimamente o cotidiano dos moradores da Boa Esperança. No decorrer das visitas, entrevistamos o capitão e alguns moradores. E, ainda, observamos o atendimento da equipe de saúde do DSEI-ARN e o cotidiano escolar dos alunos. Foi quando soubemos que antigo polo-base na comunidade passou a armazenar os materiais escolares, por isso o atendimento da equipe de saúde era realizado no centro comunitário, assim como aulas da escola.

A formação da comunidade ocorreu em 1982, quando o capitão da comunidade, o senhor Nelson Freitas Ramos, e a sua família vieram do Distrito de Iauaretê em busca de melhores condições de vida. Após a mudança do capitão para a comunidade, seus parentes vieram para visitas e acabaram ficando, na perspectiva de ter uma qualidade de vida melhor.

Segundo o senhor Nelson, quando chegaram ao local, era uma grande fazenda, do senhor Arimatéia, já falecido, onde existia criação de gado. O capitão, senhor Nelson, relembrou que trabalhou como vaqueiro para o dono da fazenda. Depois começou a cuidar do lugar, fazer a roça e a construir casas para outros familiares, que, assim como ele, não tinham lugar para morar. O lixão, na época (entre as décadas de 1980 e 1990), era próximo ao porto de Camanaus, mas após algum tempo o Exército proibiu a permanência do lixão, porque a área era militar, e a prefeitura teve que mudá-lo de lugar. Em 2000, a prefeitura, sob o argumento de que seria temporário, começou a depositar o lixo da cidade em um terreno em frente à comunidade. Todavia, o depósito do lixo permanece (ao menos permanecia, até março de 2015, fim do trabalho de campo).

A comunidade Boa Esperança conseguiu o direito à propriedade da terra por usucapião, porque a terra não é reconhecida como Terra Indígena. Essa comunidade está localizada na estrada do Cucuí, no quilômetro 7, nos arredores da cidade de São Gabriel da Cachoeira, e é considerada área rural, por isso é atendida pela equipe do DSEI-ARN. Na época do trabalho de campo, viviam ali 17 famílias, predominantemente do povo Tukano, e há uma família Baré.

Na comunidade, os moradores sobreviviam, basicamente, da pesca no igarapé e dos cultivos de mandioca, cana-de-açúcar, cará, abacaxi, banana e macaxeira. Importa frisar que a roça e o igarapé ficam próximos ao lixão; contudo, não havia monitoramento da qualidade do solo ou da água por instituições públicas.

Segundo o capitão, senhor Nelson, dificilmente as famílias coletavam alimentos no lixão porque, além dos cultivos e da pesca, recebiam doações de carnes, prestes a vencer, de alguns mercados locais e, ainda, eram beneficiárias de programas como Bolsa Família, aposentadorias e BPC.

⁸⁹ Nome dado regionalmente à liderança comunitária que geralmente faz a mediação com os não indígenas e representa os interesses coletivos.

Essas famílias complementavam a renda familiar realizando a coleta de materiais recicláveis (alumínio, bateria, cobre, latinha, entre outros) do lixão, os quais eram comprados a cada três meses por um “patrão”. Eventualmente, quando necessitavam de dinheiro ou alimento, o “patrão” adiantava o pagamento ou eles compravam fiado no comércio. Era com o dinheiro da venda do material reciclável que quitavam as dívidas acumuladas com o “patrão” e os comerciantes. Situação que pode ser sintetizada nas palavras de Santos (1983): “Explorados por missionários, regatões, seringalistas, etc., se aclimataram a protecionismos e paternalismos, cuja configuração mais típica é o patrão” (SANTOS, 1983, p. 10).

A fim de organizar a coleta e os coletores, a comunidade e um padre, da Igreja Católica, criaram a Associação Ektina (“povo alegre, povo unido”). Entretanto, a Ektina não estava ativa até março de 2015, por falta de suporte e orientação aos associados, mas já tinha uma dívida de R\$ 1.600,00. À época da pesquisa, estava agendada uma reunião com o Secretário Municipal de Meio Ambiente e os associados; no entanto, esta não ocorreu.

A presença e a ausência do poder público nessa comunidade são vexatórias. É um retrato da atenção dada à questão social indígena pelo poder público brasileiro, no que diz respeito tanto a investimento quanto a fiscalização. Ao mesmo tempo, não há fiscalização das ações do próprio poder público nas três esferas de poder. Havia investimento de recursos públicos da área da saúde (estrutura do polo-base) e da educação (escola municipal) na comunidade localizada a menos de 100 metros do lixão. Dessa forma, o descaso e o desrespeito do Estado para com a comunidade é claramente apresentado na comunidade Boa Esperança.

No final do ano de 2014, a SEMEC começou a construir um prédio para a escola, mas em março de 2015 a obra parou sem previsão para o término.

A construção do prédio para a escola municipal, que seria abastecida com água proveniente de um poço artesiano, foi interrompida, de acordo com o senhor Nelson, porque do local onde seria instalado o poço da escola em construção, que estava sendo perfurado, começou a sair uma água preta. Destacamos que, durante as visitas à comunidade, vimos um caminhão do Exército Brasileiro depositando lixo no local, assim como carros de terceiros que paravam e despejavam algum material.

A Escola Municipal Boa Esperança, embora não tivesse estrutura física própria e adequada, promovia a educação desde a pré-escola até a 5^a série do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 5º ao 9º ano.

A antiga sala de atendimento do polo-base foi cedida pelo DSEI-ARN para guardar os materiais escolares; também era o local onde estudavam os alunos da pré-escola durante o dia, e no período noturno abrigava a turma dos alunos da EJA do 4º ao 6º ano.

O prédio do Centro Comunitário, durante o dia estudavam os alunos do 1º até o 5º ano do Ensino Fundamental, com idade entre 6 e 13 anos. Ao todo eram 27 crianças. Durante a noite, estudavam 17 alunos do 6º ao 8º ano da EJA, a partir dos 15 anos de idade.

A EJA preenchia a lacuna do acesso ao Ensino Médio, posto que, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, os alunos deveriam procurar vagas nas escolas da cidade, embora não encontrassem vagas e tampouco transporte escolar.

Diante deste cenário, a SEMEC iniciou a EJA na comunidade. No entanto, a idade para ingressar era a partir dos 15 anos, de maneira que os alunos a partir do 5º ano ficavam sem estudar até completar a idade mínima.

De acordo com o senhor Nelson, a ausência da estrutura predial adequada implicava, também, a interrupção das aulas quando chovia, porque as paredes eram abertas, molhando as pessoas e os materiais didáticos – estes últimos faltavam frequentemente (Anexo 25).

Quanto ao saneamento, não havia água tratada, sanitários, sistema de esgoto; apenas fossa. A água utilizada na escola “provisória” para lavar as mãos e as louças era proveniente do igarapé, e para o consumo era a água da chuva armazenada em caixas d’água.

Essas recorrentes negligências por parte do poder público ameaçavam cotidianamente as condições de saúde da população. Doenças, como urticárias, febre, diarreia, dor de cabeça e, principalmente, verminoses se tornaram comuns após o estabelecimento do lixão. Ainda segundo o capitão, havia ocorrido a morte de uma criança por causa de diarreia.

Diante do agravamento das condições de saúde dos moradores, foram doadas caixas d’água, as quais eram abastecidas com a água da chuva. Contudo, a água armazenada não recebia tratamento ou monitoramento da qualidade. De acordo com o capitão, a equipe de saúde fez o monitoramento da qualidade da água uma vez, em 2014, e constatou que estava contaminada.

Embora a equipe de saúde do DSEI-ARN visitasse a comunidade a cada 15 dias, apenas o trabalho isolado da saúde não resolveria os riscos de morte iminente a que eram expostos os moradores.

Assim, percebemos que a presença vergonhosa do poder público estava restrita às políticas da educação e da saúde. Segundo o capitão, a última visita de outros setores da prefeitura, como o da Assistência Social, ocorreu por volta do ano de 2013, para cadastrá-los no programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida, com vistas à construção de casas para a comunidade. Importa frisar que seriam construídas no mesmo local.

Entre os pretextos apresentados por alguns gestores entrevistados para que a comunidade permanecesse no mesmo local, estava a construção da escola (parada em março de 2015) e da sede da associação (ainda inexistente), além da “vontade” dos moradores de permanecer onde estavam,

pois lá cultivavam a roça, pescavam e obtinham a renda familiar, a partir dos materiais coletados do lixão. Porém, as justificativas do poder público não resultavam de uma consulta pública aos envolvidos, uma vez que esta não ocorreu.

Conforme nos foi relatado, em todas as gestões os prefeitos foram comunicados a respeito das condições de vida dos moradores da Boa Esperança. Inclusive, em entrevista com a presidente da FOIRN, a mesma nos relatou que a Federação visitou a comunidade em 2013. Após a visita o Ministério Público Federal, foi oficiado, a respeito da situação, resultando na instauração de um inquérito civil e na exigência de providências, as quais não foram tomadas até o final da pesquisa de campo. E ainda, segundo informações de alguns moradores, nas últimas duas gestões, o descaso com a comunidade Boa Esperança foi tamanho que o lixo atravessou a estrada, impedindo o trânsito de veículos. Nestas ocasiões o Exército foi acionado para a limpeza da estrada.

O capitão também nos disse que no segundo semestre de 2014 uma empresa de Manaus, contratada pela prefeitura, começou a trabalhar no lixão para transferi-lo ao local onde seria o futuro aterro, mas a máquina quebrou e o trabalho parou. Segundo o entrevistado: “Antes dessa empresa de Manaus, era 24 horas com fumaça, porque a prefeitura vinha aqui e tacava fogo. A própria prefeitura queimava o lixo”. No mês de março de 2015, a prefeitura retomou o trabalho no local, aparentemente “enterrando o lixo” (Anexo 24).

A breve descrição das condições de vida e da sobrevivência dos moradores da Boa Esperança nos remete a refletir a respeito do descaso das três esferas de poder público no que se refere à população indígena, em São Gabriel da Cachoeira, neste caso extremo de negligência com a vida humana. Mas, também, nos faz pensar se a comunidade Boa Esperança não seria um exemplo da atenção pública dada aos indígenas habitantes do território nacional?

Desse modo, o nome da comunidade não traduz a realidade que observamos. A não ser que compreendamos, a partir de Martins (1991 apud Yazbek, 2006), quando este analisa que a pobreza não é apenas a falta de acesso ou a ausência de recursos materiais e financeiros, mas a ausência de esperança. É muito mais do que a falta de comida e habitação, é a carência de possibilidades, de esperança, é a pobreza de direitos. Assim, até aquele momento não havia esperança, somente carências. Geradas e mantidas unicamente pela omissão do poder público.

3.8 Entrevistas com técnicos e gestores do poder público

Neste item analisamos as informações obtidas por meio de entrevistas com técnicos e gestores públicos, atuantes nas três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Ao todo, foram entrevistadas 22 pessoas, entre técnicos e gestores das políticas de Educação, Assistência Social,

Previdência Social, Saúde, Juventude, Esporte e Lazer, Saúde Indígena, Direitos Humanos e Justiça, representada pela FUNAI.

As entrevistas realizadas tiveram por objetivo conhecer quem eram os executores e os gestores, a escolaridade, o tempo de atuação, o vínculo empregatício, o que pensavam a respeito de trabalhar com a população indígena, quais as dificuldades e as possibilidades que encontravam no cotidiano profissional para promover a política social. E, ainda, vislumbravam desvendar o caminho percorrido pela população, de modo que pudéssemos compreender a operacionalização das Políticas de Assistência e Previdência Social, bem como das políticas correlatas, como saúde, educação e indigenista.

QUADRO 10 – Entrevistados do poder público

Política Social	Equipamento	Função	Cargo
Assistência Social ⁹⁰	Gestor BF	Gestor	Gestor
	CRAS	Gestor	Coordenadora
	CRAS	Técnica	Assistente Social
	CRAS - Equipe Volante	Técnica	Assistente Social
	SEMAS, CRAS e presidente do CMDCA	Técnica	Psicóloga
	CREAS	Técnica	Assistente Social
	CREAS	Técnica	Psicóloga
Previdência Social	INSS	Gestor	Gerente
Educação	Escola Estadual Sagrada Família	Gestora	Diretora
	Coordenadoria Regional da Secretaria Estadual de Educação	Gestor	Coordenador
	Secretaria Municipal de Educação	Gestor	Secretário Municipal e Vice-prefeito Municipal
Saúde	Saúde - DSEI Federal	Técnica	Socióloga
	CASAI	Técnica	Assistente Social
	CASAI	Gestor	Coordenador
	DSEI	Técnica	Auxiliar Administrativa
	HGU	Técnica	Assistente Social
	HGU	Gestor	Diretor Adjunto
	Secretaria Municipal de Saúde	Gestor	Secretário Municipal
Outras políticas sociais	Direitos Humanos	Gestor	Secretário Municipal
	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer	Gestor	Secretário Municipal
FUNAI	Coordenador Regional Alto Rio Negro	Gestor	Diretor
	Núcleo de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais (NPPDS) - CRRN - FUNAI	Gestor	Coordenador
	Assuntos Especiais	N/A	Assessor

Fonte: elaborado pela autora.

3.8.1 Política de Educação

⁹⁰ Essas entrevistas, assim como as da Previdências foram apresentadas nos itens 3.2.

Dos equipamentos e serviços públicos que executavam e gerenciavam a Política de Educação desenvolvida em São Gabriel da Cachoeira, entrevistamos os gestores da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), da Coordenadoria Regional da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas e da Escola Estadual Sagrada Família.

3.8.1.1 Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)

Desde 2013 a educação municipal era gerenciada por Domingos Sávio Camico Agudelos⁹¹, indígena, também vice-prefeito.

Como você avalia a Política de Educação oferecida em SGC?

Antes de 1997 as escolas eram rurais, como o IEAM (Instituto de Escolas Rurais do Amazonas). Mesmo com a pressão do movimento indígena, somente em 1997 é que houve a I Conferência Municipal de Educação Escolar Indígena. Na conferência foram levantadas as demandas e a partir daí foram criadas as leis que instituíram as escolas, depois o plano de cargos e carreiras e, por fim, foi implementada a educação escolar indígena.

A execução da Política de Educação teve altos e baixos, desde o início, em 1998, até 2004. Por exemplo, hoje, a maioria das escolas não tem projeto político-pedagógico.

As comunidades pensam de forma ocidental, como num triângulo: numa ponta está a educação ocidental, em outra a educação para o trabalho e na outra, para o conhecimento tradicional.

A terra é demarcada, mas não tem política de sustentabilidade. O emprego é só na saúde e na educação. A presença do IFAM (Instituto Federal do Amazonas) não alcança as comunidades.

A gente tem lutado para mais financiamento com o MEC. Recebemos R\$ 2.400,00 por aluno ao ano, os alunos custam pouco. A folha de pagamento das 206 escolas com, aproximadamente, 1.100 professores é que pesa no orçamento.

A nossa realidade exige uma revisão do orçamento. Nas licenciaturas interculturais eles pagam R\$ 4.500,00 por aluno, e o IFAM conseguiu subir para R\$ 7.000,00 o custo do aluno para a educação. O financiamento deve ser outro porque o custo dos alunos é baixo, o que precisamos é de recursos para construir escolas e pagar os professores.

Hoje, aproximadamente 170 escolas não têm prédio próprio. Esse ano foi construído 11 escolas. O maior desafio é que precisa ser pensada a gestão dos territórios. Como criar uma referência econômica sustentável? A maior parte das comunidades está sobrevivendo dos programas sociais. O recurso que gira no município advém dos funcionários públicos.

A vinda das pessoas para a cidade compromete o desempenho escolar dos alunos porque muitos deixam de ir à escola para acompanhar a vinda dos pais à cidade em busca dos benefícios sociais.

A ideia da educação diferenciada, quando foi criada, tínhamos a experiência, há 20 anos, das escolas-piloto, por meio de financiamento externo, e hoje estão no sistema, não foi sustentável. O sistema engessa as iniciativas, o calendário, o sistema de contratação, a falta de recursos para pesquisa, para trabalho, formação e equipamentos, por exemplo, o FUNDEB⁹² não cobre a compra.

Os índios já decidiram estar no acesso à educação, porém deve ser discutida uma escola híbrida, com conhecimento tradicional e ocidental, aproveitando 50% de cada. Não se sabe ainda se a escola é o espaço para se trabalhar o conhecimento tradicional.

A educação salesiana proibia a cultura e a língua indígena, mas os mais velhos não reclamavam de a gente aprender matemática, geografia. Tem uma ala de pensadores da educação indígena que crê na formação para estar na comunidade e muitos que apostam na educação para o trabalho externo.

⁹¹ Entrevista concedida por Domingos Sávio Camico Agudelos. Entrevista 13 [dez. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo .mp3 (25 min).

⁹² Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

As escolas, hoje, não são de qualidade. Os próprios professores ainda estão engatinhando. Em janeiro haverá um curso de especialização para professores que ainda não têm.

3.8.2 Coordenadoria Regional da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM)

Da Coordenadoria Regional de Educação entrevistamos o coordenador da SEDUC em São Gabriel da Cachoeira, Henrique Vaz⁹³, indígena, era pedagogo, de Pari-Cachoeira. Desde a década de 1970, participava das discussões a respeito das políticas públicas para os povos indígenas, trabalhou na FUNAI por dez anos e desde 2012 estava na SEDUC.

Como você avalia a Política de Educação em São Gabriel da Cachoeira?

Desde que começou o movimento indígena, eu não fiz parte diretamente, mas sempre participei e fui membro da discussão e fui ativo na discussão. A nossa discussão começou lá em Pari-Cachoeira, na década de 70, no rio Tiquié, de onde eu vim. Em 70, quem morava aqui ou em outro lugar não queria ser índio, por causa da colonização dos padres, que tem muita influência até hoje.

A coordenadoria é responsável por 7.860 alunos do Estado, várias escolas são de Ensino Fundamental e Médio. No ano de 2015, provavelmente terá mais alunos porque as escolas aumentaram e foram criadas salas de extensão. Até o ano passado, eram 13 escolas, hoje são 15 e mais o CEI (Centro de Educação Integral). No total, temos 462 professores.

No interior temos 26 salas de extensão. Antes, tínhamos aqui escolas que eram a sede e no interior era a sala de extensão. Hoje, não: transferimos tudo para o interior, mais perto das comunidades e dentro das terras indígenas. As escolas que tem na sede não são indígenas, são estaduais, e no interior são todas indígenas.

Aqui temos cinco escolas estaduais: Dom João Marchesi (6º ao 9º ano, Ensino Médio e EJA seriado em dois módulos); Dom Bosco (1º ao 5º ano); Inês Penha (1º ao 9º ano, Ensino Médio e Ensino Tecnológico, porque tem um centro de mídia EAD, mas com aulas diárias, sob a orientação de um tutor, EJA Fundamental I e EJA Ensino Médio finalista); São Gabriel (1º ao 9º ano, Ensino Médio e EJA Médio).

Na década de 80, nos reunímos em Manaus, no COPIAR (Conselho dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima). Depois o estado do Amazonas criou seu próprio movimento, que se chamou COPIAM. No Alto Rio Negro eu fazia parte dos dois. Aí eu vi que as decisões discutidas a nível local só dependiam do conselho estadual. Como eu fazia parte desse conselho, acabei saindo do conselho que hoje se chama COPIARN (Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro). Houve muita resistência em participar desse movimento, pois não condizia com a realidade.

Quando fui trabalhar na FUNAI, saí da COPIARN, ajudei a discutir, mas deixei nas mãos de outros. Quando saí da FUNAI, fui trabalhar em Manaus, onde fiquei por dois anos porque meus filhos estudam lá.

Em 2011, retornei a São Gabriel da Cachoeira e era época de mudança dos coordenadores. Dentro da COPIARN conseguimos colocar gente de dentro do município e não alguém indicado pelo estado. Antes era a Francisca, que ficou oito anos na coordenação.

Quando voltei eu disse: “E aí, porque ela não mudou ainda?”. Eu mostrei que no estatuto da COPIARN diz que o conselho tinha o direito de indicar a coordenação, e a Secretaria de Estado deveria manter.

Foi uma briga pela vaga, tinham três candidatos. Eu não queria, mas me indicaram. E fui eleito. E ela teve que sair. Eu fui eleito em 2011, porém só consegui assumir em julho de 2012. Assim que eu vim aqui. Terminando, eu vou sair e outros entrarão. Quem quiser participar, venha participar e não fica vitalício no cargo.

Muitas comunidades do município estão querendo passar para o Estado a responsabilidade. Mas, peraí, o prefeito tem que assumir a responsabilidade. A maioria das comunidades está solicitando que ele passe para o estado. Bem ou mal, o estado atua na

⁹³ Entrevista concedida por Henrique Vaz. Entrevista 24 [mar. 2015] Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (90 min).

merenda, material e transporte escolar, pagamento dos professores. Então, vê tudo isso e querem ir para o estado. Mas não, o município tem que fazer a parte dele, as escolas que foram construídas a pedido das comunidades.

Quando foi implantada no município a educação escolar indígena, a Câmara e o prefeito foram obrigados a reconhecer as três línguas indígenas que foram co-oficializadas. Fizeram a lei, mas não foi regulamentada e ficou assim.

Nós, pelo estado, queremos começar daqui e que todas as escolas do estado pudessem utilizar as línguas co-oficializadas. Mas nos deparamos com o problema da escrita, da língua falada. Por exemplo, o nheengatu, no Xié, falam de uma forma, aqui falam de outra. Quando apresentamos a grafia, nem todos aceitam, porque é diferente. Com os tukanos é assim também: os do Tiquié falam de uma forma, os do Uaupés de outra forma. Estamos querendo unificar a escrita, essa é a nossa luta. Diante disso, não podemos criar material didático na língua. Então temos que dizer que a escrita tem que ser unificada, mas a fala não. Algumas escolas usam as grafias já co-oficializadas, algumas línguas nas escolas da sede. No interior são obrigados a usar a língua que domina na área, mas que seja das co-oficializadas. Por exemplo, em Iauareté, fazem muitas histórias na língua deles, traduzem para o português, mas em Taracuá e Pari-Cachoeira faz também, mas com a escrita e pronúncia diferente. É a mesma língua falada de um jeito diferente.

Qual é o maior desafio do cotidiano de trabalho?

O maior desafio é a questão geográfica. O Estado não comprehende nossa realidade. Acham que é tudo fácil e perto, mas não é. As escolas são longe para fazer visita e acompanhamento pedagógico. Na sede temos cinco escolas estaduais e dez no interior.

Eu sempre participei, mas me veem como governo, e não como movimento indígena. Mas não é verdade, porque sempre trabalhei como professor. Eu não assumo o movimento indígena, mas tenho mais ideias do que eles. O movimento indígena na nossa época era de uma forma, hoje o movimento está fracassado. Não faço parte sempre, mas defendi. Eles não aceitam minha opinião.

Hoje mesmo veio um vereador aqui que é professor e disse que quer concorrer a um cargo na SEIND. Mas, afinal, o que você quer? A SEIND foi criada pelo movimento indígena. Cadê a FOIRN que não está vendo isso? Eles estão indo todos para lá.

Não é porque está tudo demarcado que não fica parado. O objetivo primeiro era a demarcação; segundo, criar a educação escolar indígena para revitalizar a cultura perdida; terceiro, a saúde indígena. Depois de muita luta eles colocaram o Pedro Garcia e daí ele errou. Ou seja, o movimento está fraco, falta união, discussão e instrução de quem está à frente.

Há interesse por parte do governo em cooptar lideranças do movimento?

Foi muito isso. Quando as pessoas que são do movimento passam a fazer parte do governo ou pleiteiam cargos na administração pública, seja ela municipal, estadual ou federal, quando você quer um cargo público você tem que ter objetivo que lá dentro você vai lutar e fortalecer o movimento indígena. O problema é que todo mundo quer porque vai ganhar dinheiro e esquecem que quem entra tem de ver o fortalecimento. O resto vem depois. Se você ganha salário “x”, isso é consequência do trabalho, não pode ser priorizado. Mas o objetivo principal tem que ser ela, a luta e o fortalecimento do movimento. Daí quando chega ao poder esquece as coisas. Quem manda aqui sou eu! Assim foi com Pedro Garcia, o pessoal enriqueceu e ele quem vai responder.

Na época que trabalhei na FUNAI ela era autônoma para executar ações, mas não tinha recursos, não tinha nada, uma autarquia falida, sucateada. Da FUNAI mesmo nunca recebi recursos, só para manter, luz, água, limpeza, mas para projeto não. Você quem tinha que ir atrás.

Desde 1999, o Color já tinha tirado da FUNAI a educação. Na minha época não tinha isso. Mas, como eu tinha interesse pelo movimento indígena, procurei o presidente da FUNAI, o MEC, e fizemos um convênio entre as duas para conseguir bolsa de estudos, trouxemos o vestibular para cá, mas infelizmente passaram só quatro alunos indígenas.

Na época aqui não aceitavam indígenas, só na UNEMAT⁹⁴ que aceitavam ou lá para o sul. Os alunos que se formaram estão trabalhando aqui. Nós mandamos eles para se

⁹⁴ Universidade Estadual do Mato Grosso.

formar lá. Aí como não tinha mais vagas, fui à UNB e conversei com o reitor, onde consegui trazer vestibular de lá na área de saúde, medicina, enfermagem e odontologia. Passaram seis, um médico. Levamos todos para Brasília e não aguentaram. O médico voltou e se matou. Ficou só um, que é biólogo. Nesse período me tiraram. Quando saí, acabou. Por isso que digo que depende de quem vai à instituição. Eu via o Pedro na época que foi indicado para assumir a FUNAI de Manaus. E, eu fui lá conversar com ele. E ele disse se arrepender, porque era muito trabalho e pouco dinheiro. Ganhava mil reais.

Quando a gente está numa instituição, outros parentes acham que a gente está ganhando milhões. Por isso o próprio movimento tira. Nós somos do movimento. Não interessa o quanto você está ganhando, você tem que lutar pelo movimento indígena. São pessoas que têm muito interesse em dinheiro. Essas pessoas não conseguem fazer bom trabalho e queima o movimento indígena. O Pedro fez desse jeito, para ele não interessava se ia ajudar os indígenas ou não, interessava se estava ganhando. O Bonifácio, a mesma coisa.

A FUNAI não tem dinheiro. Onde eu corria? Nos ministérios, porque todos têm recursos, ainda mais para a região do Alto Rio Negro, onde as terras são reconhecidas. Com isso eu ia conseguindo recursos de vários lugares e programávamos trabalhos, junto com a FOIRN.

Foi daí que discutimos a criação de postos de fiscalização para barrar o garimpo e a entrada de bebidas na área. Foram criados nove postos, todos equipados com computador, radiofonia, mas hoje não tem mais nada. Aquele dinheiro foi jogado fora.

A FUNAI recebe todo ano para ação social R\$ 160.000,00, daí comprava forno, machado. Isso depende muito de quem está à frente. Quem é do movimento deve ter comprometimento com o movimento. As pessoas que entram no poder público, assim como vereadores que eram do movimento indígena, esquecem que eram do movimento.

A SEIND diz que foi criada sem recurso, mas porque não corre atrás. O gestor tem que buscar, ele não cai do céu. Aqui é pior ainda. Na FUNAI eu tinha o poder de fazer, aqui não. É uma coordenadoria assessorada e consultiva, tudo depende da SEDUC. Mas, mesmo assim, a gente está correndo atrás por fora. Essas escolas, por exemplo, brigamos com a Secretaria, com deputados, para pressionar para que faça isso. Se eu tivesse falado apenas com o secretário, não teria conseguido. Falando com todo mundo há pressão e acontece. Não tem recurso, mas tem que buscar.

Hoje, estão brigando para substituir a SEIND.

Aqui não tinha nada antes. A antecessora não tinha nada, dizia que não tinha recurso, não tinha plano de trabalho. A única coisa que não consegui ainda foi a internet. Essa aqui é um quebra galho. Nós conseguimos bastante coisa. Se for atrás e correr, consegue, não pode ficar esperando. O que eu vi é que documento não funciona. Tem que ir até as pessoas, assim sai. Coloca o ofício embaixo do braço e vai até as pessoas. Muita burocracia e nada resolve. Pedro Garcia foi presidente da FOIRN, assim como Bonifácio, ambos assessorados pelo ISA; o Maximiliano que está na COIAB, também foi da FOIRN.

Quando cheguei aqui na gestão, a única escola que era equipada era o São Gabriel e a Sagrada Família. As outras não tinham equipamentos, laboratórios e outras dependências para que funcionassem atividades da escola. Primeiro, não posso cobrar algo se não estou dando condições. Havia muita defasagem do ensino com relação aos professores. Eram professores do ensino médio ensinando para o ensino médio; o professor formado em matemática ensinando história. Como é que você vai ensinar direito se a sua formação é outra? A infraestrutura era precária. As técnicas, as didáticas, não eram utilizadas. Eram formados em uma área de conhecimento, mas trabalhavam em outras áreas.

Tivemos que fazer o reordenamento de todas as escolas e salas do interior. Exigimos que o professor tivesse que ser lotado na sua área de formação. No interior a prioridade é para o professor graduado; caso não tenha a formação, pode ser intercultural; se não tiver nada, aí o magistério indígena. Somente será professor com ensino médio se não houver professor do magistério, a qualidade do ensino não será a mesma.

Estamos criando condições favoráveis ao ensino, data show em todas as escolas, tablets para os professores, mas isso não basta, o professor também tem que ter compromisso.

Na nossa época, a formação era o magistério, onde você aprende a fazer plano de aulas, tudo certo; hoje os professores saem do ensino médio sem preparo. Por isso a avaliação da qualidade de ensino não é feita, há muitas controvérsias, principalmente na

qualidade dos professores – a intenção é graduar, mas não especializar, passar a técnica, de como formar os professores.

Agora está tendo oficinas pedagógicas para os pedagogos do município, mas não sabem por onde começar. Temos que ajudar eles. Infelizmente, não conseguimos trabalhar em parceria; se fala muito em parceria, mas de forma concreta não acontece. Falei com o secretário municipal e disse que os seus alunos serão meus, então temos que trabalhar de forma diferente e conjunta, mas a gente não consegue.

As oficinas pedagógicas deveriam ser do estado e do município, mas eles não conseguem. Por isso não temos de forma qualitativa o ensino.

A comunidade Boa Esperança está construindo uma escola municipal, o que você acha?

No meu ponto de vista isto é reprovado. É disso que estava falando, das políticas públicas para os indígenas. Se fossem outros tipos de pessoas, a própria comunidade não ia aceitar e o próprio gestor público não faria. Mas como é em comunidade indígena, nós falamos que vamos jogar isso mesmo, para dizer que está acontecendo alguma coisa.

3.8.3 Escola Estadual Sagrada Família

A diretora escolar, Rosangela dos Santos⁹⁵, não indígena, estava na função havia três anos. Graduada em Ciências Biológicas e em Ensino Religioso e Teologia, lecionava anteriormente em Manaus.

Qual a estrutura da escola?

Temos 39 professores concursados no quadro atual. No entanto, ainda receberemos os concursados que ainda não foram convocados e os temporários – calculo que chegará a uns 50 professores. Ao todo, hoje, temos 56 funcionários. Além dos professores, são: cinco merendeiras, seis auxiliares de serviços gerais, três auxiliares administrativos e três vigilantes (dois são terceiros da Visan e o outro concursado – servidor da SEDUC).

Todos os professores são indígenas. De todos os alunos, devemos ter oito alunos não-indígenas na escola. A escola tem 1.008 alunos no Ensino Fundamental I (1^a a 5^a série) e II (6^º a 9^º ano), Ensino Médio e EJA finalista (8^º e 9^º ano) – 2º segmento do segundo bloco.

Os alunos ingressam aos seis anos. Os alunos atrasados, como os que vêm do sítio, por exemplo, com nove anos e nunca foram alfabetizados, vão iniciar na série correspondente a sua idade, mas receberão apoio extra, aulas de reforço que ocorrem às sextas e sábados.

A escola é chamada de modelo por oferecer estrutura tecnológica, computadores, câmeras de segurança, ar-condicionado, uniforme, material escolar, o mesmo padrão da arquitetura que há em outros lugares do estado – por exemplo, a cozinha e a sala de aula são iguais às de outras escolas.

E, também, por oferecer atividades no contraturno escolar dos alunos, como o projeto Flauta Doce, em parceria com o Exército, tem duas turmas de alunos do 5º e 6º ano; o grupo de dança para as meninas do 4º ano; o projeto da horta para alunos do 1º até o 5º ano; as aulas de capoeira para a turma do 5º ano. Nenhum dos projetos é restrito por série, e se houver alunos que tenham interesse em participar é aberta a possibilidade, assim como no projeto Flauta Doce, temos alunos do 8º e 9º que estão participando porque manifestaram interesse.

Como trabalham a diversidade cultural, linguística e étnica?

Embora as escolas na sede não sejam consideradas indígenas por não estar em terra indígena, isto não impede de trabalhar a interdisciplinaridade e o fortalecimento cultural. Os professores são estimulados a valorizar em sala o conhecimento tradicional e a

⁹⁵ Entrevista concedida por Rosangela dos Santos. Entrevista 14 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo. mp3 (60 min).

incentivar os alunos a participar em atividades que promovam a cultura indígena, de modo geral.

Quais os maiores desafios na Política de Educação em São Gabriel?

Entre os desafios da educação está o acompanhamento dos pais no desempenho escolar dos alunos, pois a maioria deles trabalha na roça o dia inteiro e não tem tempo de acompanhar o rendimento escolar dos filhos. As crianças ficam sozinhas em casa o durante o dia porque a roça é o que mantém a alimentação familiar.

Sendo assim, o acompanhamento da equipe escolar é dobrado. Do jeito que o aluno leva a lição de casa, ele traz de volta. A maioria dos pais também não é alfabetizada, mais um fator que implica na dificuldade de acompanhar as tarefas dos filhos.

Também, o problema de faltas, porque os alunos acompanham os pais na roça, e a evasão escolar dos alunos que cursam o período noturno, porque muitos servem ao Exército e acabam não conseguindo conciliar trabalho com o estudo.

Outra dificuldade é o lugar onde moram. Muitas vezes, não têm nem uma mesa, uma cadeira, ou seja, não tem um ambiente para o estudo. Nessa situação, como a escola pode cobrar dos pais?

Quando cheguei à escola, algumas alunas do 6º e 9º ano era vítimas da prostituição infantil e, muitas vezes, discriminadas e culpabilizadas pelos próprios professores.

Devemos melhorar a qualidade do ensino, elevar o nível para que nossos alunos possam concorrer com qualquer pessoa do país. Hoje, isto não é possível. A igualdade na formação é um direito que eles não possuem. Exige comprometimento dos professores, dos pais e dos alunos. Quero ver meus alunos disputarem vagas de maneira igual. Não penso em elevar o desempenho do estado, mas sim dos alunos, para que possam usufruir da igualdade na educação.

Hoje temos alunos nossos que estudam no IFAM, em universidades em Manaus. Isto é trabalho do envolvimento de todos. A educação é uma missão, é envolvimento.

A escola de tempo integral para a realidade de São Gabriel da Cachoeira seria uma solução para esse quadro, porque a própria escola acompanharia o aluno durante todo o dia. Isto poderia resolver o problema da defasagem no aprendizado no estado do Amazonas.

3.8.4 Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-ARN)⁹⁶

Os dados apresentados foram coletados a partir das entrevistas⁹⁷ com a responsável pelos Recursos Humanos, Joaquina Ferreira Lima, do povo Tariana, técnica em enfermagem e cientista política, servidora pública efetiva do Ministério da Saúde, desde 1977, e com a responsável pelo Serviço de Apoio Administrativo (SEAD), Graça, do povo Baré, cuja escolaridade é ensino médio completo, e é servidora pública há 29 anos, dos quais 15 trabalhou na FUNAI, 10 na FUNASA, e há quatro está na SESAI.

⁹⁶ Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) foram criados no ano de 1999, a partir da Lei Nº 9.836 e da Portaria Funasa nº 852. Atualmente, existem 34 DSEI no Brasil, com 337 Polos Base e 60 Casas de Apoio à Saúde do Índio (CASAI). Os DSEI são organizados conforme aspectos geográficos, culturais e técnicos operacionais, ultrapassando as fronteiras geográficas de estados e municípios, uma vez que as terras indígenas podem ultrapassar tais limites. As ações do DSEI são operacionalizadas por Polos Base (PB) localizados nas comunidades indígenas ou em áreas próximas a estas. O atendimento a população ocorre por meio da equipe composta por agentes indígenas de saúde (AIS), médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares de enfermagem, entre outros profissionais. O acompanhamento do Polo Base é o da atenção básica de saúde; quando necessário o médico da equipe encaminha o paciente a um hospital que atenda a especialidade requisitada. Em algumas situações, o paciente encaminhado a um hospital longe da sua comunidade fica alojado na CASAI. Durante este período a CASAI é responsável por acompanhar o tratamento, bem como a alta hospitalar.

⁹⁷ Entrevista concedida por Luiz Brasão. Entrevista 16 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo. mp3 (90 min).

A região do Alto Rio Negro é dividida em dois distritos sanitários especiais indígenas, o Alto Rio Negro (sede em São Gabriel da Cachoeira) e o Yanomami (sede em Boa Vista, RR). O território de abrangência são três municípios: Barcelos (I) – mil usuários; Santa Isabel (II) – 3 mil; e São Gabriel (III) – 22 mil. São 25 polos-base: 19 em São Gabriel da Cachoeira, três em Santa Isabel; e um em Barcelos. As comunidades da estrada pertencem ao DSEI até Camanaus.

O DSEI hoje deve ter uma equipe de 50 enfermeiros em área, 19 médicos do programa Mais Médicos, e uns 100 técnicos de enfermagem. A FUNASA é responsável pelo orçamento do saneamento nacional. E o DSEI tem o SESANI, setor de saneamento indígena, que é responsável pelo saneamento nas aldeias.

Ao todo, são 450 funcionários. Destes, quatro são concursados; três são contratados temporariamente; e quatro são contratados pela SESAI. Muitos concursados foram embora, como os agentes de saúde e barqueiros. Nessa região teve concursados, mas depois de dois anos eles vão embora para sua própria cidade. Trabalhamos com vários terceiros sem contrato, os vigilantes e agentes administrativos e da alimentação e material de expediente, por exemplo.

Nosso maior trabalho é prevenção, por isso fazemos a vacinação e atualizar anualmente o censo populacional. Autorização para retirar a certidão de nascimento, cartão de vacina, a assistente social acompanha quem não fala a língua dos povos indígenas da comunidade.

Era para funcionar bem, se o administrador do DSEI tivesse conhecimento da administração pública. Mas, como é cargo político, manda pessoas que não têm conhecimento. Aqui se integra também a FOIRN, ela que controla o CONDISE. Ano passado estava sem material de expediente, o administrador era sem conhecimento. Era para estar com um atendimento bom aqui.

As áreas são de difícil acesso, em casos mais isolados trabalhamos em parceria com a Aeronáutica, por causa da necessidade do helicóptero. Os rios mais difíceis de navegar por causa das cachoeiras são o Papuri, Tiquié e Uaupés, é muito difícil para transportar os medicamentos e os materiais.

Depende do administrador aqui, ele deveria ter conhecimento. O desafio é a distância, é muito longe, tem muitos profissionais que estão só por estar. O atendimento deveria ser diferenciado, respeitando os costumes, atender rápido, no ritmo dos indígenas, porque os indígenas têm necessidades específicas. Os profissionais deveriam ser capacitados, porque senão fazem o atendimento no seu próprio ritmo. O DSEI-ARN não tem cobertura completa por falta de interesse dos próprios profissionais. O serviço não está acontecendo. Até perto do município o atendimento está falho, o censo não é feito. Por exemplo, a primeira viagem nesse ano era para fazer o levantamento do censo de planejamento, mas alguns profissionais voltaram do campo sem os dados.

A primeira coisa que tem de ser feita numa comunidade é o censo populacional, que deveria ser feito pela equipe nas comunidades, tem dados divergentes para se poder trabalhar. Por exemplo, na terra indígena Balaio o relatório da equipe apresentava 180 pessoas, quando na verdade era 60 quando chegamos lá. Tem que atualizar o censo. Isto foi levantado em comunidades próximas, imagine nas mais distantes. Os censos anteriores não mudam nada do novo, sinal que não está surtindo efeito o acompanhamento. Como é que estão fazendo o planejamento, se o censo está errado? Como vou saber quantas doses de vacina vou levar? Teria que fazer isso, mas eles não fazem isso. O censo é muito importante para fazer atividade de saúde.

Precisamos que melhore em tudo, para se organizar vai levar de um a dois anos. Desde 2008 que está desorganizado, troca-se o gestor e a bagunça continua. Na nova gestão já melhorou muito.⁹⁸

Muitas vezes o administrador é amigo dos funcionários, e não deveria ser amigo de ninguém. Muitas vezes a pessoa que é amiga do coordenador vai até ele e ele passa a mão na cabeça. Acostumaram com a falta de ser chamada a atenção, pois quando ocorre levam para o lado pessoal, da amizade. A relação de amizade dos profissionais com o gestor é muito prejudicial. Daí ficaram sem fazer o trabalho direito nas comunidades, daí perde a capacidade de chamar a atenção. O maior entrave foi a relação com o gestor.

Muita coisa que era para fazer e não fizeram. Muitas coisas que se trata de povos indígenas não tem controle e preocupação se vai acabar. Essa nova atual chegou com toda a

⁹⁸ A entrevista foi realizada no mês em que entrou a nova gestora do DSEI-ARN.

força. Porque a gente também precisa de incentivo para trabalhar. Se não tiver incentivo, quem é que vai trabalhar? Na administração passada a gente era tratado que nem cachorro vagabundo. Aí mandamos um relatório para Brasília, para o Antônio Alves, pedindo socorro porque não aguentávamos mais.

Pontos positivos no atendimento à saúde, que antes não tinha vacinação e prevenção. O mais positivo é que tem uma instituição própria. Se fosse bem organizado seria bem melhor.

Os pontos negativos são: muita coisa eles aprenderam do branco. Antes não tinha cachaça, refrigerante, açúcar, isso causa mais doença ainda, a maioria se tornará diabéticos. No início comiam coisas mais naturais, mas a gente levou para eles isso. Há um perfil: desnutrição, diabetes e a tuberculose. O povo mais atingido é o Hupda.

Como é avaliada a qualidade do serviço prestado?

Através dos dados das equipes que estão fora que é passado para o SIASI. Tem vindo muito paciente das comunidades, sinal que não estão sendo bem atendidos. Quando os pacientes não são bem atendidos, começam a adoecer e daí veem à CASAI.

3.8.5 Casa de Saúde do Índio

O atual coordenador, Luiz Brasão⁹⁹, indígena, está na função há dois anos. A sua formação profissional é técnico em enfermagem. Antes, foi diretor da FOIRN, entre 2009 e 2012.

A Casa de Saúde do Índio tem 56 funcionários – três assistentes sociais, uma nutricionista, uma psicóloga e uma médica, mais os técnicos de enfermagem, auxiliares de serviços gerais, cozinheiras e motoristas.

Segundo o coordenador, Luiz Brasão, são atendidos por mês, em média, 72 pacientes, embora houvesse 123 pacientes alojados na CASAI, no momento da entrevista. Os pacientes ficam na CASAI aproximadamente 12 dias. Diariamente, a Casa de Saúde trabalha, em média, com 16 povos.

Trabalhamos praticamente com todas as etnias, com exceção dos Yanomami, que pertencem a Roraima, mas também damos apoio porque tem a comunidade de Maturacá, que é mais próxima a São Gabriel. Atendemos, também, alguns pacientes de Barcelos, mas a maioria destes pacientes é encaminhada a Manaus.

O polo-base encaminha o paciente para a CASAI ou para o HGU e encaminhamos a Manaus, caso seja necessária a internação do paciente. Tudo agendado pelo SISREG, isto foi um avanço, porque o paciente só irá viajar na véspera da consulta. Antes o paciente ficava esperando meses até ser atendido. O serviço é para indígenas aldeados, acompanhados pelo DSEI.

A demanda não é livre. Os pacientes vêm das aldeias mediante o trabalho feito pelas equipes em área, que fazem a triagem e encaminham – embora atendam a demanda livre, por exemplo, a família que vai à cidade para tratar de benefícios sociais, fica muitos dias, acaba adoecendo, passa a ser demanda.

Atendemos a todos, de acordo com a necessidade médica e pessoal, respeitando os costumes e a especificidade de cada caso. Trabalhamos com o cardápio diferenciado, sob a orientação médica. Para atender as diferentes etnias, cozinham diferentes pratos durante a semana.

⁹⁹ Entrevista concedida por Luiz Brasão. Entrevista 16 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo. mp3 (90 min).

De acordo com o coordenador, a criação dos DSEI-ARN e Yanomami foi um dos pontos positivos da Política de Saúde no município, embora ainda seja necessário melhorar a estrutura e ter mais profissionais. Ainda segundo o coordenador,

Um dos pontos negativos da política de Saúde é que o município deveria realizar a contrapartida devida, mas transfere toda a responsabilidade para o DSEI; falta o entendimento de “parceria”, o município separa muito os pacientes dele dos atendidos pela DSEI. E também faltam informação e entendimento da própria política de saúde. Nós somos atenção básica; quando passa para a média e alta complexidade, já não é responsabilidade nossa. Bem ou mal os povos indígenas aldeados têm uma referência, que é a equipe do polo-base. Além disso, existem outros como melhorar a infraestrutura para o atendimento dos pacientes e dos acompanhantes (já que muitas vezes a família inteira acompanha o paciente, superlotando o local e colocando em risco a própria saúde); o respeito aos costumes, para reduzir a evasão dos pacientes (por exemplo, atualmente o pajé pode vir a CASAI e complementar o tratamento, porque se o paciente sai para ser tratado pelo pajé, dependendo do diagnóstico, o retorno não é possível, pois o paciente morre antes; já esse acolhimento diminuiu consideravelmente o abandono dos tratamentos); a contratação de tradutores bilíngues nas três línguas oficiais (pleiteada em um projeto enviado à SESAI, com vistas a melhorar o atendimento, mas ainda não conseguimos o apoio; e um projeto que prevê a organização do espaço por tronco linguístico, aproximando desta forma os pacientes culturalmente afins. Por isso é necessário flexibilizar, não tem como fazer diferente. Embora a Vigilância Sanitária não permita, a CASAI recebe a família toda, mesmo sabendo do risco.

Segundo Luiz Brasão, se o projeto dos tradutores bilíngues for aprovado, facilitará a admissão, a coleta de informações, a adesão ao tratamento, a transferência de pacientes para outros serviços, uma melhor compreensão do plano de cuidados, a alta e até mesmo o retorno para a comunidade de origem. “Aproximadamente 99% dos profissionais são indígenas, falantes de uma das línguas co-oficiais, porém nem sempre estão disponíveis para acompanhar o paciente, por isso há a necessidade dos intérpretes” (Informação verbal)¹⁰⁰.

A equipe do Serviço Social é composta por três assistentes sociais, uma psicóloga, um chefe de enfermagem e uma nutricionista.

Uma das assistentes sociais entrevistadas, Edna Alves, não indígena, trabalhava na CASAI havia três anos, contratada, e desde 2008 atuava na área da saúde indígena.

De acordo com a assistente social, as atividades do Serviço Social são: acompanhar o SISREG (Sistema de Regulação, voltado à marcação de consulta), monitorar os pacientes do HGU, encaminhar os que estão internados e referenciados pelo SISREG; fazer o acolhimento e o encaminhamento da logística para o regresso dos pacientes à comunidade – quando o paciente está de alta médica, o Serviço Social encaminha-o para o DSEI (responsável pelo transporte), que o leva à comunidade com alimento. Também, auxilia no processo para o acesso aos benefícios previdenciários e da Assistência Social, encaminhando os pacientes aos equipamentos públicos responsáveis pela demanda. Por exemplo, os pacientes que vão à cidade sem a certidão de

¹⁰⁰ Id.

nascimento são encaminhados ao DSEI para solicitar a DNV e, em seguida, ao cartório. Muitas vezes o Serviço Social acompanha os pacientes, que não compreendem muito a língua portuguesa e a burocracia, até o cartório e ao INSS. Os trâmites dos óbitos na CASAI são de responsabilidade do Serviço Social, assim como a emissão do cartão SUS dos pacientes internados.

Em alguns casos – quando há resistência para receber o tratamento médico e a vida do paciente está em risco –, embora se respeitem os costumes e aspectos culturais, as ações do Serviço Social são realizadas em parcerias com o Conselho Tutelar e com o CONDISI, para auxiliar na orientação dos pacientes. Também, contam com o apoio da equipe médica do HGU.

O público atendido pelo Serviço Social é de, aproximadamente, 600 pessoas por mês, 20 ao dia.

Segundo a assistente social,

No ano passado avançou muito o trabalho da equipe do HGU. Estava comprometida, havia parceria, tínhamos abertura profissional para trocar com os médicos. Nos outros anos foi muito difícil porque não sabiam lidar com os indígenas e o Serviço Social não tinha espaço profissional, só o parecer médico valia. O problema de desnutrição foi parcialmente resolvido. Dentro da CASAI a equipe é muito boa, bem articulada.

O ponto negativo da política de saúde apontado pela assistente social Edna Alves é a falta de recursos para medicamentos. Por isso o Serviço Social faz festa na CASAI, aberta à comunidade local, a fim de arrecadar dinheiro para suprir a falta de materiais, como fraldas e remédios.

Entre as dificuldades apontadas no cotidiano de trabalho estão as diferenças de língua, embora a maioria dos pacientes, quando chega à CASAI, esteja acompanhada de um intérprete; a difícil comunicação com a CASAI de Manaus, que não faz a contrarreferência, às vezes, dos pacientes que retornam de Manaus, sem relatório sobre os procedimentos lá realizados; a presença uma vez ao mês do médico perito do INSS aumenta a demanda de trabalho do Serviço Social porque muitos querem algum benefício; e a falta do kit bebê, porque a maioria das mães quando vão ganhar o bebê não têm roupa porque não possui recursos financeiros.

Segundo Edna, o Serviço Social criou o grupo *Taina Manhangá* (padrinho de criança) que recebe contribuições mensais no valor de R\$ 50,00 de cada padrinho, as quais são convertidas em kits para os recém-nascidos. A prestação de contas é feita a partir da apresentação, aos contribuintes, das notas fiscais dos produtos. Até dezembro de 2014 tinha muita gente participando, mas muitos foram embora no início do ano, e estão sem contribuintes no momento. Em 2015 pretende fazer mais festas para arrecadar recursos para a CASAI e, também, ir a Manaus, nas grandes redes comerciais, solicitar doações de roupas. Algumas festas para a socialização dos

pacientes são realizadas na CASAI por instituições como Banco do Brasil, Igreja Presbiteriana e as mulheres guerreiras¹⁰¹.

3.8.6 Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGU)¹⁰²

Sheila Vilhena é assistente social, especialista em saúde indígena. Trabalhou oito anos no DSEI de Manaus, cinco a seis anos na CASAI, em São Gabriel da Cachoeira, e estava havia três anos no Exército.

Desafios à saúde em São Gabriel da Cachoeira:

No hospital é maior a participação do estado, pois é bem ausente, se não fosse pelo recurso do Exército emergencial ou os de praxe, o hospital não funcionaria. O hospital é do estado, mas quem atua é o Exército. Os entraves burocráticos da SUSAM, que poderia enviar médicos e enfermeiros para cá, mas não vemos o estado se mexer. Não temos quase nada de recurso para cá. Temos uma burocracia muito grande para fazer uma reforma aqui porque é do estado. Os médicos, por exemplo, também falta. Poderiam fazer um rodízio, como os militares fazem. Temos uma cirurgiã que vai passar uns dez dias aqui na clínica cirúrgica; por parte do estado não temos nem um médico e nem um enfermeiro. A gente não vê o estado se mexer.

O município tem um problema interno, que tem que ter mais atenção à saúde preventiva, aumentar recurso, capacitação melhor dos profissionais, oferecer melhores condições de trabalho, porque se falta recurso com certeza não vai ter estrutura boa para trabalhar. Aqui é um município que tem uma logística muito difícil, por exemplo, e todas as instituições locais sofrem com isso. Por exemplo, para conseguir remédios e licitações. A dificuldade na entrega dos insumos para suprir as necessidades. O DSEI também enfrenta isso, entraves com a licitação.

De acordo com Sheila, o Serviço Social no HGU trabalha em diversas áreas, como ouvidoria, relações públicas, comunicação social, acompanhamento de casos, encaminhamento e acompanhamento destes a Manaus, além de tentar facilitar o acesso do usuário ao serviço disponibilizado no hospital.

Também fazem parte das demandas apresentadas ao Serviço Social os dependentes químicos, as vítimas de exploração e violência sexual e física, e suicídio. Ela destacou que até para fazer laudo pericial os pacientes passavam pelo Serviço Social.

Estávamos com uma ideia de melhorar o acesso da população que vive em aldeia, através da retomada do serviço de pajelança, com um consultório para o pajé. Os pacientes procuram muito um benzedor, mas teria que ter uma sala, um ambiente só para isso, está em fase de negociação com a gestão. A questão da ouvidoria nós queremos colocar a caixinha para saber a opinião do público. Estamos com falta de especialistas, voluntários do Exército que acabaram de se formar e vêm, mas médicos de carreira não tem. Acaba que o atendimento fica mais difícil para agilizar, e resolvemos colocar para o público, explicando como funciona a ouvidoria. Mas ela já tem, já existe, a gente está sempre informando o usuário sobre o que está acontecendo. Na verdade, na ouvidoria tem tudo registrado para melhorar o atendimento aqui.

Equipe profissional:

¹⁰¹ Grupo de voluntárias esposas dos militares do Exército de São Gabriel da Cachoeira.

¹⁰² O HGU é o único hospital no município, com poucas especialidades.

Só eu com a parte de transferência de pacientes, em outra seção, que também sou subordinada, e o sargento adjunto, que ajuda na parte burocrática no setor de encaminhamento. Na comunicação social sou a responsável, tem mais dois soldados e um servidor civil que me ajudam. No serviço social sou eu e um sargento da divisão de medicina. Tem uma servidora civil que ajuda nas ações da comunicação social. E na ouvidoria, sou adjunta do diretor. Aqui a gente faz tudo, fora as ações de plantão e a escala de sobreaviso. Todo mundo aqui tem duas escalas. Estou em casa e podem me acionar. Existem também equipes escaladas para o pagamento, patrimônio. Existem várias burocracias dentro do Exército que são pagas para o oficial. A fiscalização é para a parte financeira.

Demanda mensal:

Aproximadamente 15 pessoas por dia, em média 150 pessoas por mês. O acompanhamento das evacuações é o maior número de serviço. O hospital é carente de profissionais especializados, a maioria dos médicos são clínicos gerais. A maioria dos pacientes, com diagnóstico que exija maior estrutura, mais exames específicos. A demanda dos pacientes é muita mulher para parto normais e cesáreas, crianças desnutridas e com diarreia são os casos mais procurados. Depois vêm fraturas, verminoses, vômitos, acidente offídico, agressão física relacionada ao abuso do álcool, assim como fratura, abusos e violências sexuais e acidentes de carro. Diminui um pouco o abuso sexual, mas ainda existe. Teve uma época em que número de suicídio era alto; diminuiu, mas esse ano já teve um caso.

Como trabalha a diversidade?

O tratamento é a medicina do branco mesmo, mas respeitamos a questão cultural. Sempre vem um tradutor junto com o paciente, se ele não fala direito o português. Quando não vem, solicitamos à CASAI, normalmente vem acompanhado por um profissional da CASAI. Não temos muita dificuldade porque temos um relacionamento com a CASASI. Para chegar aqui, só pela emergência. Não tem ambulatório, pois não tem profissional.

Como é avaliada a qualidade do atendimento?

Ano passado foi ruim por falta de atendimento médico porque a meta-fim seria qualidade por excelência. Não conseguimos atender pelo número de queixas e qualidade de atendimento na emergência. Não adianta ter uma administração boa, uma equipe de enfermagem boa, se na porta de entrada o atendimento cai. Nossa meta é dar atendimento de qualidade para o usuário, justamente pela falta de médico. A estrutura melhorou bastante em comparação ao ano passado. Temos tomografia e mamografia agora, coisa que em nenhum outro hospital da região tem. É um hospital muito bom, mas que peca quando se fala em atendimento médico. O Exército está correndo atrás, mas a população não está contente.

A gente tem uma comissão de excelência gerencial que trabalha com o plano de gestão e a ouvidoria, que fazemos uma pesquisa de satisfação com o usuário e público interno: militares de carreira e os temporários (contratação por oito anos), e os civis da SUSAM, técnicos de enfermagem e administrativo, e os da prefeitura, os técnicos de enfermagem e enfermeiros (contrato de um ano).

Ao todo são aproximadamente 210 funcionários; destes, 189 são militares, sem contar os que estão de licença ou cedidos para outro lugar.

Pontos positivos e negativos da Política de Saúde no município:

Pontos positivos: é que, como é uma cidade pequena, todo mundo se conhece, o que facilita o diálogo com as instituições, a gente consegue resolver grandes problemas em simples ações.

Pontos negativos: pela própria história, algo repetitivo, vicioso, que divide a população. O exército cuida dos militares; o DSEI, do aldeado; e a prefeitura, do civil. Então, por exemplo, se você virar para um assistente social que um paciente precisa de documentos, já perguntam de onde é: da comunidade ou cidade – e daí vai jogando o paciente. Para a gente o paciente é um só, é munícipe, ele é de São Gabriel da Cachoeira.

Então está muito dividida as ações, e ações de saúde têm que ter continuidade, completude em todos os setores. Porque o paciente é um só. Por exemplo, a equipe de Saúde da Família (PSF).

O lado negativo é essa divisão de tarefas, sendo que uma complementa a outra. Não adianta a gente fazer o tratamento dentário, em compensação a gente tem um número altíssimo de crianças que têm que fazer extração de dentes. Ou seja, como está funcionando o serviço de prevenção? Chega às pessoas carentes? Todos os tratamentos dentários faz por aqui, com exceção de estética. O número de canal é grande, por quê? Existe vários programas na SMS, mas não sei por que não acontece.

As ações estão muito divididas, tem quer continuidade, envolvimento com os outros setores. Segmentadas, sendo que deveria ser complementar, porque há alto índice de cárie quando há profissionais de odontologia.

3.8.7 Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)

Referente à política de saúde na esfera municipal entrevistamos o secretário municipal, Luiz Lopes¹⁰³, não indígena, que está no cargo de Secretário Municipal desde janeiro de 2014. Na gestão anterior exerceu a mesma função por dois anos. Durante sete anos foi coordenador do DSEI-ARN. Servidor do Ministério da Saúde, do DSEI, estava cedido ao município. Sempre trabalhou na saúde indígena. Primeiro, na Funasa, depois na SESAI. Graduado em matemática pela UFAM, também era técnico em enfermagem, especialista em saúde pública com abordagem indígena pela UFAM. E, ainda, estava terminando uma especialização em gestão pública para gestores do SUS, pela Fiocruz.

Segundo Luiz Lopes, inicialmente a saúde foi estruturada a partir da Igreja Católica, das evangélicas, do Exército, dos missionários, como o Pastor Kim, e depois a criação FUNASA, da SESAI e, por fim, do DSEI-ARN e Yanomami. Até pouco tempo atrás, a organização da saúde era feita por quatro instituições: a FOIRN, a Diocese, a ONG Saúde Sem Limites e a SEMSA.

A responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde é a atenção básica, mas também fazemos a transferência de pacientes a Manaus. Não há hospital municipal. O único hospital do município tem a gestão da Secretaria Estadual de Saúde e os serviços de assistência à saúde são prestados pelo Exército. A cobertura é de 25.000 pessoas na área urbana coberta, incluindo os que estão em trânsito.

A estrutura é dividida por coordenações: atenção básica, vigilância em saúde, ambiental, sanitária, zoonoses, canil. Também há: laboratório de vigilância em água; laboratório de análises clínicas; laboratório de tuberculose, devido ao alto índice de tuberculose na região, e, ainda, laboratório de próteses. Malária, dengue, tuberculose, alto índice.

O município tem sete equipes convencionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e uma equipe para atender a demanda ribeirinha, com um enfermeiro em cada equipe. Na saúde bucal, tem sete equipes para a população urbana e uma para a ribeirinha. Na saúde mental, há um CAPS. Existe, ainda, um Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF) e um Centro de Especialidades Odontológica (CEO). O RH conta com 131 agentes comunitários de saúde, para atender tanto a área urbana quanto a rural, independentemente do DSEI (informação verbal)¹⁰⁴.

¹⁰³ Entrevista concedida por Luiz Lopes. Entrevista 15 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (10 min).

¹⁰⁴ Id.

Segundo o secretário de saúde, o perfil epidemiológico das doenças endêmicas no município apresenta alto índice de malária, decorrente da organização geográfica, desorganização urbana, desmatamento, dependência dos igarapés, falta de saneamento, pois não há fornecimento de água tratada nas casas. Também compõem o perfil a tuberculose e a desnutrição infantil, que levam a doenças respiratórias agudas, como a pneumonia, resultando na morte de várias crianças. Essa situação é agravada aos moradores em trânsito, que ficam acampados nas pedras, sujeitos ao frio e à chuva.

Os desafios à política de saúde:

A mortalidade infantil. A taxa municipal é de 56 para cada 1.000 nascidos. A redução da mortalidade infantil tem vários fatores, como o acompanhamento à gestante, a alimentação. O índice de mortalidade infantil ainda é alto. As crianças mortas, mesmo sendo indígenas, monitoradas pelo DSEI, não vão aparecer nos indicadores do DSEI, mas sim no município, e o alto índice de mortalidade infantil implica na transferência de recursos.

Um dos maiores conflitos na execução da política de saúde é a estrutura da própria política. Neste ano foi realizado um pacto entre o DSEI e a SEMSA para ações de combate à malária. O DSEI executa as ações e a SEMSA é responsável pelo envio de informações ao SUS. Neste sentido, a gestão é pactuada. O Exército é o gestor da saúde de referência; o HGU, no entanto, é de responsabilidade da SUSAM (Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas).

A SEMSA é responsável pelo orçamento do RH e da estrutura. Porém, o valor do Piso de Atenção Básica não leva em conta as especificidades territoriais, como, por exemplo, para realizar atendimento às comunidades do rio não é considerado o alto gasto com combustível. Tem um alto custo com gasolina, insumos, medicamentos e o RH.

O SUS trata todo o território como igual, não vê a especificidade regional. Outro desafio é como organizar essa rede dentro da particularidade da extensão territorial e diversidade étnica. O valor *per capita* é igual a outros municípios, no entanto a geografia da região exige um custo maior do que em outros municípios. Fora o custo pessoal do RH, alimentação, medicamento, insumos. O atendimento em uma aldeia com 50 pessoas é caríssimo. O governo não faz as contas, trata tudo igual.

Em 15 anos da PNASI não conseguimos efetivá-la. A saúde pública tem dois modelos, o da atenção e o da gestão. No nosso caso o problema está na gestão. A preocupação do SUS é a prestação de contas, dos recursos financeiros utilizados, mas não propriamente os resultados obtidos. Preocupa-se se o dinheiro foi usado, mas não se o resultado, atingido. O controle social em um território como São Gabriel da Cachoeira é muito difícil. Há muito planejamento, mas não há execução.

A política de saúde indígena divide o atendimento em dois territórios, o urbano e o rural. Na literatura, o que é rural é tudo o que não urbano, só que o rural aqui é indígena. É rural pela cultura brasileira, mas é indígena porque é habitada por índios e tem uma política de governo voltado para os indígenas. A proposta era ser um SUS diferenciado. Por exemplo, houve um pacto entre o DSEI e a SEMSA para trabalhar o controle de malária, no qual o DSEI executa e informa a SEMSA, que faz o lançamento dos dados. A política, em si, separa o território onde tem gestão diferente, mas o agravo da malária é do município, porque a cobertura do indicador é municipal. A saúde da mulher, por exemplo, eu tenho acesso à informação da gestante; a execução do pré-natal quem faz é o DSEI, a gente vai inserir a informação e monitorar os dados dela. A SEMSA é responsável pelos resultados dos indicadores.

Como trabalha a diversidade étnica, em cumprimento à PNASI?

Para a política, a estrutura é preparada para isso. A complexidade territorial e étnica do município exige isso. A dificuldade pode ser do profissional para lidar com isso, mas nós já sabemos que São Gabriel é complexo. Se formos atender de maneira diversificada, por etnias, seria uma maneira de preconceito ao contrário.

Os profissionais da saúde são praticamente 90% indígenas. Hoje, os técnicos de enfermagem e os enfermeiros são quase todos de São Gabriel da Cachoeira; alguns dentistas, os agentes comunitários de saúde, são 100% indígenas, assim como os agentes de endemias, e os microscopistas também. E ainda, temos um médico que é da cidade e trabalha aqui. Há rotatividade de recursos humanos.

Isso se tornou muito confuso para mim e para o usuário também. A Igreja sempre promoveu a saúde, antes da PNASI eram as irmãs, pastores, padres e Exército. Eram quatro convênios: a FOIRN, a ONG Saúde sem Limites, a Diocese e a Secretaria de Saúde. Um comprava o bote; outro, medicamento; outro capacitava e outro executava.

Quais caminhos o indígena percorre para acessar a saúde?

O caminho feito pelo indígena é a entrada pelo Posto de Saúde (ESF); depois o HGU, se necessário, encaminha para Manaus. A CASAI acolhe, dá a logística, mas ele vai ser atendido na rede do SUS, na unidade básica, HGU, laboratório.

O que precisa é melhorar a resolutividade. Muita gente vai para Manaus, porque a média e alta complexidade estão lá. Não existe diferenciação étnica, tem instituições que apoiam os indígenas, enquanto fazem uso do SUS. Eles entram no SUS como qualquer cidadão brasileiro.

A partir do SISREG, sistema de regulação para marcação de consultas (estado), as pessoas não ficam mais meses, às vezes ano, em Manaus esperando o atendimento; aguardam a consulta no município para depois ir viajar. A assistente social fica monitorando a regulação das vagas. Em Manaus temos uma Casa de Apoio que é de responsabilidade do município, alugamos uma casa em Manaus para receber os pacientes daqui, e também tem outra Casa de Apoio de responsabilidade da SESAI. Enquanto ele vai para Manaus, nós estamos sustentando ele. Se for da aldeia, é o DSEI quem banca; a SEMSA banca os da área indígena.

O ponto positivo da política é que aumentamos a estrutura da saúde com a criação do DSEI. Isto influencia no acesso, porque o direito à saúde é ter acesso aos procedimentos, e não apenas a chegada aos equipamentos. Antes era feito por terceiros. Hoje, não. A estrutura da SEMSA, pela estrutura física e operacional, pelo RH, orçamento, frente à realidade do município hoje, nunca teríamos conseguido chegar com o SUS sozinhos. O acesso é ter direito a receber a vacina, o pré-natal, o acolhimento. Positivo é: quando eu estudei, havia uma enfermeira na cidade; hoje temos 50. Mais médicos – 19, um por polo. Técnico de enfermagem, havia 100. O que precisa é efetivar a política conforme preconizado. Foram 15 anos e não conseguimos.

No DSEI é um modelo de atenção e um modelo de gestão. O de atenção ainda não foi discutido. O de gestão, não conseguimos. Oras, se não conseguimos um modelo de gestão, não conseguiremos de atenção. O foco é nos indicadores. É outra coisa que não conseguimos ter um olhar melhor para cá. O monitoramento, é observado recurso financeiro e prestação de contas. Mas não avaliam o resultado. Não avaliam se houve melhora nos indicadores. Não melhora porque o próprio SUS é falho. Hoje o que acontece é burocrático. O governo exige a prestação de contas, isto é fácil. Ligar o gasto com resultado. Como faz controle social aqui? Muito planejamento, mas não executa. A malária, por exemplo, não conseguimos reduzir. Conhecemos muito bem o perfil epidemiológico, mas não conseguimos descobrir.

O saneamento é um dos fatores que mais influencia na qualidade de vida, mas não está na saúde, está na secretaria de obras, é um departamento, está na infraestrutura. A FUNASA detém recurso para o saneamento, é uma autarquia com recurso próprio, embora pertença ao SUS.

Os DSEIs têm a Secretaria de Saneamento Indígena (SESANI), que trabalha a infraestrutura da água e do esgoto nas comunidades. Foi uma briga a disputa pelo orçamento, que a FUNASA não fica mais com saneamento.

3.8.8 Secretário Municipal de Direitos Humanos¹⁰⁵

De acordo com Walmir de Souza Delgado¹⁰⁶, não indígena, secretário municipal de Direitos Humanos, a SMDH foi criada em 1997, mas ficou desativada por muito tempo. A maioria dos

¹⁰⁵ Nixon Alberto Braga Rodrigues, ouvidor da prefeitura, acompanhou a entrevista.

processos da secretaria são a respeito de pensão alimentícia, separação, da área da família. Aproximadamente 20 pessoas são atendidas por dia. A ouvidoria acaba fazendo o trabalho da SMDH.

A formação do secretário era técnico em enfermagem, e estava na função havia um ano. Tinha sido vereador pelo Partido Progressista (PP), de 2009 a 2012, e durante o mandato foi presidente da Câmara dos Vereadores.

Qual é o papel da Secretaria?

Atuar de forma conjunta com o Fórum Interinstitucional e outros parceiros em temas como prostituição, menores, e bebidas alcoólicas, e parceiros de outros para minimizar os problemas.

Atuamos na delegacia, no sistema prisional, acompanhando os familiares. Hoje temos 25 presos, os maiores problemas são resultantes do alcoolismo e das drogas. Também fazemos parceria com o conselho tutelar. Recentemente tivemos dois homicídios. Houve um período com alto índice de suicídio, por falta de perspectiva, de esperança.

O índice de criminalidade diminuiu. O poder público tem buscado criar mais empregos, muitas vezes o pai de família não tem emprego, traz o alcoolismo e a violência. A migração e a prostituição também são expressões.

A prefeitura é a grande geradora de empregos. Existe a questão do êxodo rural à terra prometida. Mas o que encontram quando chegam aqui é prostituição infantil, furtos e o uso e tráfico de drogas.

O secretário relatou que havia três desafios em São Gabriel da Cachoeira: geografia espacial, a qual transforma a área em difícil acesso; a logística; e os recursos financeiros, que eram insuficientes.

Programas e projetos da Secretaria: “A demanda é espontânea, mas o objetivo do trabalho é ser um elo da população com o município e a partir dela envolver-se”.

A equipe da Secretaria é composta pelo o assessor jurídico e ouvidor, o senhor Nixon, e o próprio secretário.

Caminhos que os indígenas devem percorrer para acessar a SMDH: “Normalmente é através do gabinete e daí encaminha para os setores responsáveis ou pela ouvidoria”.

Segundo Walmir, através do prefeito, do acompanhamento familiar, da ouvidoria, representada pelo senhor Nixon (também advogado da prefeitura há 12 anos), estabeleceram um termo de cooperação técnica com a SDH de Manaus.

Quais as parcerias?

Com as instituições que atuam na segurança pública, como Polícia Militar, Exército, Diocese, Pastoral da Criança, Conselho Tutelar, Guarda Municipal, Conselho Municipal de Direitos Humanos. A pastoral é muito importante para articular a rede. Hoje temos um juiz, um defensor e um promotor que moram na comarca.

¹⁰⁶ Entrevista concedida por Walmir de Souza Delgado. Entrevista 28 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (30 min).

Em outubro de 2014 foi assinado um convênio com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, a partir do qual foi criado um posto avançado de atendimento humanizado do migrante no combate ao tráfico humano.

Qual a demanda da SMDH?

A secretaria foi criada para ser elo na questão dos direitos humanos envolvendo lesão ou ameaça de direitos. 70% das causas são da área da família. Houve alguns casos de tráfico humano. O atendimento é destinado a pessoas que tenham renda mensal de até dois salários mínimos. Os presos não têm muita reclamação, fora o banho de sol.

Como é avaliada a qualidade do trabalho?

Atendemos de imediato os objetivos com as parcerias, um ajudando o outro; acreditamos que damos satisfação pelo que fazemos, os processos têm obtido bons resultados. Nos processos de família, buscamos sempre o acordo entre as partes. Fazemos as vezes da defensoria pública.

Posicionamento da Secretaria frente à situação das Casas de Apoio: “A responsabilidade sobre as Casas de Apoio é da Secretaria do Interior. Nós acompanhamos algumas situações lá”.

Ações com a comunidade Boa Esperança: “O lixão já tem um projeto para sair de lá. A comunidade fica lá mesmo. O lixão veio junto com a comunidade, eles não querem sair de lá e a escola eles querem lá. O IFAM tem interesse nisso”.

3.8.9 Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL)

O secretário Gilliard Silva Henrique¹⁰⁷, não indígena, estava na função desde maio de 2014. Iniciou em outubro de 2013 na assessoria de comunicação social, rádio e TV. Antes, trabalhava na emissora local como radialista.

A equipe é composta por quatro pessoas – o secretário, a subsecretária, um assistente administrativo e um auxiliar de serviços gerais – e estava pleiteando mais duas vagas.

O atendimento na Secretaria, de acordo com o secretário “não especifica indígena e não indígena; participam todos, é aberto. Se for para o interior, é direcionada, é focada” (informação verbal)¹⁰⁸.

Segundo o secretário, a média de jovens que participam em atividades é de 1.000 pessoas, em eventos esportivos como campeonato de futebol feminino, futsal, voleibol. Estava sendo planejado um seminário para criar o plano municipal de juventude, e também estavam estabelecendo contato com os grupos juvenis para realizar eventos esportivos e culturais. No triângulo tukano ocorrem esses eventos a cada dois anos. Em 2015, haveria um evento em Iauaretê.

¹⁰⁷ Entrevista concedida por Gilliard Silva Henrique. Entrevista 30 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (30 min).

¹⁰⁸ Id.

Além disso, há uma ação de cidadania: emissão de documentos para os jovens, que era feita nas escolas e, naquele ano, seria feita na quadra.

Quais são os pontos positivos da SEMJEL?

É fazer com que o jovem tenha seus direitos assegurados pelo Estatuto da Juventude – com base nele são feitas as ações – e atender os adolescentes de 15 a 17 anos. É a primeira Secretaria de Juventude do Interior do Amazonas, há mais de dez anos participando no movimento da juventude. Uma das soluções é a criação do plano municipal. Esta ideia surgiu de um congresso, em 2007, onde aproximadamente 200 adolescentes e jovens se reuniram e solicitaram a criação da Secretaria. O plano é a mola mestra, tem o benefício de atender o direito do jovem, realizar reflexões. Nas ações de cidadania deste ano o alcoolismo está na pauta.

Existe parcerias com grupos de jovens, movimento feminino de esporte, movimento de handball, SEMAS, escola estadual, IFAM, Exército, movimento de futebol, FOIRN, SEMSA. E o DAJIRN, que também faz parte da ação da Secretaria.

Quais são os pontos negativos?

Na organização financeira, recursos disponíveis para desenvolvimento das atividades. A logística para as comunidades do interior. O RH da equipe teria que aumentar. Melhorar as condições do espaço físico e criar novos espaços para que os jovens possam ter lazer. Não estamos conseguindo construir. Atingir os povos mais distantes, que estão descobertos. Organizar a estrutura administrativa e financeira, visando o futuro.

3.8.10 Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Na Fundação Nacional do Índio entrevistamos duas pessoas, Benedito Fernandes Machado¹⁰⁹, indígena, responsável pelo Núcleo de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais (NPPDS)-CRRN-FUNAI e André Baniwa, assessor especial do Coordenador Regional do ARN.

Segundo Benedito Fernandes, o movimento indígena do Rio Negro começou nos anos 1960-1970, repudiado pelo poder público. Isto incentivou mais ainda a continuação e o fortalecimento do movimento – o repúdio foi um forte estímulo para continuar a luta (informação verbal)¹¹⁰.

Desde os anos de 1970 o responsável pelo NPPDS está no movimento indígena, e na FUNAI, desde 1987, quando presidiu a Comissão Coordenadora para a fundação da FOIRN. Diz perceber, assim como percebia havia vários anos, a necessidade de enfrentar o desafio da garantia de segurança alimentar, da produção alimentícia proveniente da agricultura: “Alguns povos são ricos por trabalhar na terra porque usam a tecnologia para ampliar o conhecimento da agricultura para si e para outros” (informação verbal)¹¹¹.

Hoje os indígenas do Rio Negro pedem apoio à FUNAI, prefeitura, FOIRN, para fazer as suas festas, dependem da alimentação fornecida por estas instituições. Antigamente não precisavam disto porque os recursos eram da natureza; hoje o povo indígena depende de instituições públicas para a alimentação do dia a dia. O homem público deveria promover a agricultura mais tecnológica aos indígenas, para que estes possam suprir a si e a sociedade envolvente com a venda dos produtos. Muitas vezes as pessoas não estão bem nutritas e se tornam alvo de doenças.

¹⁰⁹ Entrevista concedida por Benedito Fernandes Machado. Entrevista 12 [dez. 2014]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2014. 1 arquivo. mp3 (120 min).

¹¹⁰ Id.

¹¹¹ Id.

Em 1980 foi reivindicada pelo movimento indígena uma escola técnica agrícola, em contrapartida ao estabelecimento dos postos do Exército nas fronteiras (PEF), onde já havia comunidades com estruturas, mas o produto gerado pela reivindicação não atendeu às expectativas do movimento indígena, a escola construída se tornou uma escola acadêmica como qualquer outra.

À época do projeto Calha Norte, por influência da Igreja, o movimento indígena também foi contra a rodovia. Os indígenas só souberam na década de 80 que a própria Igreja era proprietária das terras, por isso a oposição à construção da rodovia e a cooptação dos indígenas para apoio à causa, pois perderia o monopólio das terras.

A reivindicação da demarcação das terras era para isso, porém a interferência e a restrição ambiental proibem trabalhar na terra e não dá qualquer outra solução. Falta buscar solução no proibido. A terra demarcada é vista como ociosa por algumas lideranças, a demarcação vai aumentar a brasiliade e não vai diminuir.

Quais ações são realizadas?

O próprio nome já diz, abrange a documentação básica, benefícios sociais, promover os indígenas e ir ao local onde está, facilitar o ir e vir das aldeias. Fazer com que o indígena tenha acesso a parcerias com o governo municipal, estadual e federal. Ir a campo buscar as dificuldades nas comunidades, porém não tem RH suficiente, falta técnica para qualificar a agricultura, e o governo não qualifica o próprio povo. A FOIRN perdeu e estragou os objetivos, e mantém uma forte dependência do ISA.

Como trabalha a diversidade de povos, línguas, cultura?

A FUNAI deveria trabalhar com os parceiros, direcionar para as comunidades o desenvolvimento sustentável da agricultura. A FUNAI pecou por não estimular a sustentabilidade, hoje existe muita dependência dos benefícios. A terra está ficando vazia porque os indígenas estão migrando para a cidade. Um Poder Executivo preocupado com o seu povo deveria voltar às ações para a comunidade.

Como é a promoção e execução da política indigenista no município?

Não há nenhum projeto de sustentabilidade, há apenas os projetos-pilotos, que deveriam ter um trabalho contínuo. A FUNAI teria que ter ação contínua, mas não tem praticidade e objetividade nos projetos. Os parceiros, antes, vinham das comunidades sensibilizados com os problemas nas aldeias, cada um dizia sua forma de ação; porém, a sustentabilidade da agricultura, que dá qualidade de vida para si e para o município, não é estimulada.

Quais são os aspectos positivos e negativos das políticas sociais?

A educação tem avançado muito. Os professores são atualizados, mas é muita teoria ainda, estudam muita história de fora, não tem metodologia própria de aprendizagem e os alunos passam muito tempo em sala de aula, alguns desistem.

Na hora de colocar o aluno no mercado de trabalho não há estímulo, quer vender o produto, mas não garante a venda de tudo. Os professores estão se formando, mas a população, se arrastando, no que se trata de alimentos.

Hoje tem muitos parceiros. A população indígena não se restringe à FUNAI; é responsabilidade de todas as esferas, do conjunto das instituições.

O aspecto negativo é que a FOIRN era chamada de “parlamento indígena”, porém hoje busca recursos da FUNAI para alimentos em eventos, gasolina, e depende de salários para funcionar. Interfere nos recursos que deveriam ser para trabalhar nas comunidades.

Teve épocas em que não sabia o que eram as instituições públicas. Em 1982 vim a conhecer os objetivos da FUNAI. A partir da questão da posse da terra, bem ou mal a FUNAI era o ponto de partida. É a porta de acesso aos problemas e discussões da questão indígena.

Qual a área de abrangência?

A região toda do Rio Negro, os três municípios: Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. A equipe do núcleo é formada pelo entrevistado e uma auxiliar administrativa.

Era para ter, em cada coordenação técnica local (CTL), de seis a 11 técnicos, mas as pessoas não querem ficar aqui no município. Desde o último concurso, em 2009, passaram aproximadamente 22 pessoas nesta Coordenação Regional.

Como eu falei no início, nos anos 70 e 80 a gente vinha das comunidades, então a gente discutia a realidade da comunidade. Tinha a sensibilidade de resolver os problemas das comunidades. Eu trazia problema de agricultura, preciso promover roça que venha me dar produto de qualidade. Não fazer duas quaras e planta tudo com a qualidade de uma planta só; no fim não tenho qualidade de uma planta só, no fim não tenho qualidade de produto. Vamos plantar mandioca, mas mandioca acaba a cada três anos. Daí não criou uma fruteira, então tem que ter essa sensibilidade, cada um trazer esse tipo de problema. Cada um dizia a forma de ação que atuava na comunidade. A gente devia usar muito a agricultura como meio de qualidade de vida. Então meu terreno é arenoso; então o que posso plantar neste terreno? A minha terra é de tabatinga, o que eu produzo nela? Então, verificar se arenoso não é da mandioca, então eu falava na época assim: a gente tem que buscar o que as pessoas criam lá no deserto, no solo e na areia. Aqui nós temos água, estamos bem, e a mandioca não está. Então tem que trazer a tecnologia, qualificar isso. A gente tinha aquele objetivo que em algum tempo teríamos sustentabilidade nossa de alimento para a gente viver bem e sustentar o município.

Hoje ficou muito mecânico o direcionamento das ações. Para ser sincero, não tem um projeto de sustentabilidade. Falam muito do projeto-piloto. Até o nome já diz, piloto, só ele que sabe aonde ir. O piloto de uma embarcação sabe o canal que ele tem que levar. Tem que ter um, não um projeto piloto, mas um trabalho contínuo para 5, 10, 15, 30 anos. O piloto, se deu certo, deu; se não, fica por isso mesmo. É assim. Por isso tem que ter um trabalho contínuo. Nós, a FUNAI, teríamos que ter essa ação continua. Nós não temos, não temos recursos humanos. Quando eu chego em Brasília, companheiros de vários ministérios dizem assim: “Os Tukano chegaram. Quando eles vêm pra Brasília, algo grave está acontecendo no rio Negro. O que foi dessa vez? Dinheiro? Se for dinheiro, a gente tem, cadê o projeto? Traz o projeto que a gente tem o dinheiro”. E a gente não tem projeto adequado.

Hoje o governo diz: “Eu tenho dinheiro”. Mas a gente fica aí estagnado. Não sabe como mobilizar, né. A gente acha que chegar no governo é difícil. O pessoal da FOIRN vem muito aqui na FUNAI. A FUNAI é que segura os seminários deles, a gasolina, o transporte deles, a alimentação. O que era para ser gasto com as comunidades está sendo gasto com seminários da FOIRN, e não tem muito resultado. Porque os que vêm são poucos, e quando chegam lá na comunidade eles não informam à população o que foi discutido aqui. Então é muita reunião sem resultado, não tem objetividade. É muito bem falado aqui no seminário, falam muito bonito, falam programa disso, vamos fazer isso. É muito bonito, mas essa mensagem não chega ao povão. Os próprios que vieram participar aqui vêm para a comunidade e não há informação. É muito gasto de dinheiro e pouca objetividade. E a objetividade, e a praticidade, não tem.

A parte de educação tem avançado bastante. Os professores são atualizados, estão estudando, constantemente são atualizados. Mas é muita teoria, entendeu? Eles estão aprendendo quem é o Bin Laden, quem é o palestino que está brigando. Eles estudam muito história dos povos lá de fora. Não tem uma pedagogia própria. É grande curricular que vem de Manaus ou do MEC como um todo. Mas está avançando. Eu vejo muitos professores se formando. Mas é muita teoria, muita sala de aula. Essas salas de aula, uns ficam no meio do caminho, alguns pouco terminam o ensino fundamental, outros médio, e esse que termina ensino médio não tem opção de vida. Porque quando termina o estudo ele vê o pai dele pescando, a mãe carregando mandioca natural aí ele fica olhando. Então nessa hora de colocá-lo no eixo do trabalho ele não acha estímulo. Não tem estímulo. Não tem como dar estímulo a ele. Ele vai plantar 100 pés de abacaxi, ele não vai comer 100 abacaxis; ele quer vender, mas não tem para quem vender. Termina ele com os 100 abacaxis dele, que termina se estragando, não garante comer tudo, isso é um exemplo. Assim nas outras áreas também: os professores estão se formando, mas a população continua se arrastando com seu dia a dia de alimentação, principalmente.

Também se fala muito de parceiros, hoje. A FUNAI tem feito e buscado parcerias, só que muitas vezes o parceiro não corresponde à parceria que ela faz. Então, hoje, a

FUNAI tem consciência que ela precisa de parceiros. Que a população indígena não se resume à FUNAI; ela se resume a toda a sociedade, a toda uma estrutura interinstitucional. Agora eu posso dizer que aqui em São Gabriel as instituições estão se conscientizando que a população indígena não é problema da FUNAI, é problema do governo. Quem tem que resolver os problemas da população indígena é o governo. Muitas vezes alguma instituição ou ONG chega e quer substituir o governo, e não é; aí acaba o projeto dele e ele vai embora, o governo continua, e acha que está tudo bem, a instituição X está trabalhando. Aí a instituição X já saiu faz dez anos, só que o governo pensa que aquela ação era continuada, mas só que já parou há muito tempo.

Os Hupda, por exemplo, eles tinham Saúde sem Limites. Passaram uns dois, três anos, aí sumiram, aí acabou o projeto. Os Hupda continuam aí. O governo pensa que a Saúde sem Limites está cuidando dos Hupda, mas há muito tempo foi embora. Então aparece uma instituição pública, faz aquele oba-oba e some. Aí o governo diz assim: “O problema dos Hupda, quem resolve é Saúde sem Limites; os Yanomami quem cuida é a Frente de Atração”, aí liga pra FUNAI que tem um índio bêbado perturbando. Hoje essa singularização está acabando, pelo menos a gente vê que está havendo consciência de que é problema governamental, não de instituição sozinha, mas sim de conjunto de instituições, que é o problema indígena.

O ponto negativo é que a FOIRN é ponto de referência da sociedade indígena aqui. Antigamente chamavam de parlamento indígena. Esse parlamento indígena, ele já depende da FUNAI; em lugar de ele dar uma estrutura de contato mais abrangente, ele busca apoio da FUNAI. Ele já espera o salário no fim do mês, se comportam como funcionários comuns, como eu. Os líderes hoje já estão visando o salário, e não a comunidade. Eu não sou líder. Um dia que eu deixar a FUNAI, eu posso ser líder para onde eu for; por enquanto, eu sou funcionário, dependo do meu salário para sobreviver, para sustentar a família. Não sou como aquele capitão ou líder que está na comunidade, pescando, roçando, caçando, que vive do produto do seu trabalho, de luta do seu trabalho dia a dia. Mais ou menos a FOIRN se estagnou, e ela depende dos salários hoje.

Teve épocas, quando a FUNAI chegou, ou quando as instituições públicas chegaram, nós pensamos que isso era coisa do homem branco, que era costume dele. Ninguém se preocupava em saber o que a FUNAI faz, a prefeitura faz. Eu, pessoalmente, vim a conhecer a FUNAI quando virei chefe do meu povo, quando virei presidente da minha associação, em 1982, que vim conhecer a FUNAI, vim saber o que a FUNAI era, fazia, qual era a obrigação dela, o objetivo. Naquela época, a FUNAI respondia pela área de saúde, transporte, educação, tudo era via FUNAI. Mas isso era muito fechado, os funcionários só de vez em quando chegavam na comunidade com barco, fazendo uma vacinação, uma operação de atendimento de medicamento. A gente achava que era coisa do homem branco. Nós começamos a discutir com o governo quando começamos a ver que havia a necessidade de ter um direcionamento do direito à terra. As pessoas que chegaram aqui disseram que a gente não era dono de terra, porque não tínhamos documento, nós não tínhamos. Aí você dizia: “Eu estou na minha terra”. “Cadê o documento?” “Não tem.” Era assim que eles faziam. Isso motivou a gente a discutir a demarcação da terra. Nesse sentido, bem ou mal, a FUNAI aparecia para discutir isso mais para a frente. A FUNAI como acesso de partida. Existia discussões da temática indígena. E assim foi ampliando, até hoje. Teve época que a FOIRN se sentia o governo. A FUNAI estava na margem. Não aparecia nem presidente. Presidente ficava na FOIRN. O próprio presidente da república, a mulher dele, chegava na FOIRN e não na FUNAI. De uns tempos para cá, mudou. A FUNAI tornou-se aquela que discute com a sociedade indígena. Querendo ou não, a FUNAI é a porta de acesso às discussões dos problemas indígenas.

3.8.10.1 Assessoria – FUNAI

Entrevistamos André Baniwa¹¹², indígena, assistente da Coordenação Local do Alto Rio Negro. Técnico agrícola foi vice-prefeito de 2009 a 2012, pelo Partido Verde (PV). Desde maio de 2013 estava na FUNAI, na função de assessor.

Como você comprehende a execução das políticas sociais no município?

Talvez exija uma explicação anterior a isso. O rio Negro sofreu muito contato, com o contato anterior com os missionários e patrões, e não foi nada bom para valorizar a cultura. Essa desvalorização era muito cruel, tudo que era da cultura indígena era diabólica, tinham que deixar de falar nas suas línguas. Por isso, somos mais de 30 etnias e temos apenas 18 línguas. Os missionários por muito tempo representaram o Estado, daí quando vêm os direitos indígenas, o Estado assumindo, não consegue sair das velhas práticas das missões, influenciaram até hoje com as velhas práticas das missões.

Em relação à educação, por exemplo, o município tem muito do quadro de profissionais delas foram formados na lógica de desvalorizar a cultura. A maioria delas. Além disso, que todos os trabalhos eram vistos como uma coisa feia, pesada, para ser ignorado mesmo, por causa das roças. Então esses profissionais que estão hoje, que ainda foram formados nesses processos, acabam olhando com uma rejeição. A gente olha isso na cabeça dos técnicos da educação, da saúde.

O direito indígena de 88, a criação da Federação, de organização dos movimentos indígenas, vem resgatar, revalorizar identidade própria dos povos indígenas. Aí que há conflito, a FOIRN reivindicou, conseguiu muito desses direitos, mas na hora da prática ainda enfrenta problemas, porque a cabeça das pessoas ainda é uma cabeça antiga com relação aos novos direitos indígenas.

A gente olha essa resistência muito forte na cabeça dos técnicos. Técnicos de educação, da saúde, do estado e do município. Apesar de estar na lei muito bem escrito, não consegue colocar em prática. É um pouco do desejo contrário, pior ainda quando o gestor principal é contra tudo isso. A única coisa que faz tentar aceitar é porque o cálculo do dinheiro que vem para o indígena é maior do que para o não-indígena. Eu trabalho com educação escolar indígena em escola Baniwa. Brigamos todos os anos, nos últimos 16 anos é uma briga para conseguir professores. Eu achando que havia enfrentado os piores, mas enfrentamos uma coisa mais confusa. Cada vez pior e mais confuso com relação aos direitos dos povos indígenas, são tratadas assim as políticas sociais aqui, não conseguem resolver, refletir e interpretar a lei e buscar colocar isso em prática. Parece que isso não existe na cabeça das pessoas.

Enquanto que você que pensa todos os dias sobre isso, você sabe claramente o que tem que ser feito, só quando você insiste e esclarece as coisas é como se você desrespeitasse essas pessoas. Tem uma confusão. Eles que estão errados, e não os indígenas. Essa é forma mais direta de dizer o que está acontecendo. Pela experiência na FUNAI, ela também precisa refletir sobre os direitos, porque muitos têm cabeça do passado: como se promove direitos indígenas, o que são esses direitos. Logo que entrei a FUNAI de Brasília, disse que não iria mais trabalhar para o MEC porque não era mais seu fim, mas tinha lá a palavra promover direito. Quando nós apresentamos o projeto para a responsável que cuida da cidadania indígena, ela disse que não trabalhava mais com isso. Disse a ela: “Então o que você vai promover de direito? Que cidadania é essa? Porque educação, saúde, quase tudo. Como é que você vai promover um direito?”. Está na lei, a gente lê isso todos os dias, mas até hoje as pessoas ainda não adequaram o sistema até hoje, há mais de 25 anos. A FOIRN fazia o trabalho de resgate e valorização do trabalho na educação. A tendência é ir piorando. A política social é feita assim aqui, as pessoas parecem que não conseguem cumprir a lei, colocá-la em prática.

Porque não avança?

Essas sobras das consequências que houve da colonização, esse mau atendimento são restos das consequências de quando as pessoas que trabalhavam nas instituições eram

¹¹² Entrevista concedida por André Baniwa. Entrevista 27 [mar. 2015]. Entrevistadora: Cynthia Franceska Cardoso. São Gabriel da Cachoeira, 2015. 1 arquivo .mp3 (60 min).

tratadas como escravos. O que um escravo quer de mim? Por que um escravo quer me orientar? Não entende que hoje presta serviço. Prestar serviço é diferente para pelo menos alguém falar: “Aquela pessoa é boa, faz bom trabalho”. A democracia inverteu esse sentido, a população é o chefe das instituições públicas, só que as pessoas não pensam assim. Acham que estão fazendo favor aos indígenas, acham que ainda está, por mais que seja indígena. Mas foram formados por essas instituições. Nem todos, mas aonde deveria consolidar de vez é onde mais acontece.

E a atual gestão?

Ano passado eu estava muito descrente, talvez por acompanhar esse contexto do Brasil, não acreditando que vamos fazer muita coisa. Ano passado, em janeiro, já tínhamos feito muita coisa. Esse ano estamos em março e ainda não fizemos muita coisa. Se o governo federal estivesse bem, estaríamos fazendo muito mais movimento. O estado acabou de estabelecer seu secretariado. Muitas coisas que eram de interesse dos povos indígenas, muitos programas, como educação, não consegue desenvolver. Houve um equívoco no plano de cargo e carreira para os professores, tiraram o poder de decisão das comunidades de definir seu projeto político-pedagógico e colocaram a Secretaria para decidir como fazer. O assessor pedagógico é quem elabora, e o coordenador, para avaliar o plano, ou seja, uma confusão que transparece quando você cobra o direito. Fomos ao secretário e dissemos: “Queremos assim na nossa escola.” “Não, mas é assim, tá na lei!” “Mas a lei está errada.” Aí cria mais confusão, tanto o Executivo e o Legislativo não prestam, assim como não fiscalizam e não se preocupam com os direitos dos indígenas. Está lá, colocamos em cima da mesa deles, está. Está errado, mas não mudaram.

Os prefeitos são muito individualistas, muito egoístas. Não coloca onde a população iria ajudar muito, se a gestão fosse participativa. Ela só existe nos comícios, nas palavras, depois que elege não existe mais. Não existe uma estrutura e uma administração para fazer isso. Acaba não tendo nem tempo de pensar. E acaba concentrando neles mesmo que não tempo de pensar, em problemas do dia a dia que sua secretaria deveria resolver isso, seus assessores, mas não consegue resolver.

São as sobras das consequências quando as pessoas estavam escravas. O projeto político-pedagógico foi tirado das comunidades.

Como foi a mudança de gestão?

Desde a última gestão, não melhorou quase nada com relação à educação indígena. Talvez uma coisa positiva nesta gestão é em relação à formação dos professores, da articulação com o IFAM, UFAM, para acontecer a formação de professores, porque é prioridade. Mas com relação à gestão, ao ensino, o conselho não funciona, há muito tempo parado, os projetos político-pedagógico não são analisados e dados os pareceres. Tem muitos profissionais que são pedagogos na Secretaria, mas que não conhece a educação indígena ou não quer fazer isso. Eu falo: eu não estudei numa escola indígena, estudei numa escola do padre também. Só que eu sou Baniwa, busco entendimento da minha tradição para traduzir o que é a escola baniwa, porque ninguém vai dar essa escola baniwa, nós temos que construir. Nós temos condição de pensar a nossa própria escola. No Içana, na nossa escola nós estamos dizendo nossas partes boas, juntamos coisas boas, precisamos fazer entender que somos brasileiros, amazonenses, de São Gabriel, mas acima de tudo somos indígenas, do povo Baniwa. Isso é difícil eles entenderem, parece. E a burocracia na gestão não são superadas, por falta de iniciativa dos executivos, que leva a argumentos de dívidas anteriores. Mas não é verdade; senão, não teria troca de ninguém. Toda nova gestão tem condição de fazer tudo, criar nova gestão. Quem consegue fazer isso, consegue fazer política no município.

Atendimento diferenciado:

Não tem, não. O atendimento adequado no município, não tem. Mesmo que seja da saúde indígena, não funciona há muito tempo, basicamente relacionado a problemas de gestão, no caso da saúde indígena. O problema aqui não é falta de dinheiro. Diferente da FUNAI, que todo ano corta dinheiro. A saúde indígena sobe o orçamento todo ano. Então, o problema é capacidade de gestão. Ou seja, no município, aqui na cidade, deveria ser bem-feito. Mas não é. Está restrita à área urbana. Óbvio que a saúde é um subsistema e faz um

diálogo com ela. Aqui é um dos piores índices de malária, porque a prefeitura não investe em saneamento da cidade. Então não vai melhorar. Não tem ações de saneamento; já teve um pouco, mas parou tudo.

Mais uma morte na praia, desresponsabilização, banalização da morte muito grande por parte do poder público. A prefeitura diz: “Esse corpo não é meu, é da comunidade; então é do DSEI”. Na área da saúde existe muito isso da desresponsabilização. Na educação também tem saído esses discursos. Isso é terra indígena, não tem nada a ver com a prefeitura. Os que dirigem devem falar isso, porque senão seus funcionários não falariam isso. Mas isso não acontece, então você conclui que é prefeito que manda e diz isso. É muito pior, que o cara que está lá é um indigenista há muito tempo daqui da FUNAI. Há uma confusão com as terras indígenas, o discurso de que as terras indígenas vão impedir desenvolvimento. Por causa disso as desgraças do corpo e das drogas está acontecendo. Tira a responsabilidade deles e parece que é responsabilidade da FUNAI, do governo federal, como se não fizesse parte do mesmo Estado brasileiro.

Nós, indígena, não entendemos isso, mas eles sabem como funciona. Mas é uma coisa muito proposital, muito de não querer saber de nada. Pode ser que, para eles, estão corretos, no sentido de ser eles. Que deveria levar procurar cuidar das providências, isso seria um ajudar o outro. Acaba não tendo diálogo entre esses níveis de Estado, por isso nós temos criticado muito a coisa do regime especial. O problema da organização do Estado brasileiro, dos entes federados terem criado a palavra “autonomia” e fazer um trabalho na forma de regime de colaboração, isso atrapalha tudo, porque o governo federal elabora as diretrizes e define melhorias – no caso, a legislação com relação aos povos indígenas –, mas o estado só faz se ele quiser, porque o estado é autônomo com relação ao governo federal, ele não tem poder sobre ele. Ele é autônomo com relação ao governo federal. É uma confusão, af quem quer enrolar para não fazer, enrola mesmo, porque tem essas brechas jurídicas, porque nunca foi regulamentada, ninguém prestou atenção em relação a isso, porque vai ficar por isso.

A política de Assistência Social, você tem acompanhado?

Não, eu não acompanhei isso. Teve um tempo que tentaram me envolver bastante. Mas eu não tive tempo.

As culturas são muito diferentes entre elas, por isso tem que ter cuidado no relacionamento com as pessoas. Somos quatro famílias linguísticas. Quem não busca compreender isso, talvez vai olhar todos como igual ou achar que há diferenças demais entre eles. Nós somos só quatro troncos diferentes em termos de macro-organização dos povos indígenas. Se você olhar as histórias de cada tronco, são os princípios lógicos de eles se relacionarem com o mundo, mas isso os profissionais não sabem disso, acabam não tratando bem as pessoas.

No tempo atual, muitos indígenas aqui são religiosos, católicos, evangélicos, tem que considerar isso, além da transição. Tem alguns que são totalmente tradicionalistas, apesar das religiões, e tem alguns influenciados pelas religiões ocidentais, mas que quando fica doente precisa entrar na questão do tradicional, é a hora em que ele re-aceita isso. Estes detalhes as pessoas não conseguem compreender.

Aqui mesmo na FUNAI acontece isso, em relação aos nomes tradicionais, como ninguém nunca fez, acho que no futuro é mais confusão. Cada família linguística dessa tem as suas subdivisões de clãs; cada clã pode cruzar internamente com cada tipo de clã. Isso é o modo de reprodução genética da população. Mas aí, com tanta desvalorização, ninguém prestou atenção aos nomes dos clãs e cada nome era específico daquele clã. Hoje, indígena a lei diz tem que ter nome indígena, daí inventa qualquer nome. Imagina a desorganização que faz isso, se você for levar pela tradição o que significa cada palavra no futuro. Isso a FUNAI não está tendo cuidado. Tem uma lista lá embaixo com cada nome. Baniwa não tem nome tradicional. Cada clã tem seu nome tradicional. O nome baniwa foi inventado por quem veio de fora. Não é autodenominação de povo. Esse lado para adequar os atendimentos teria que conhecer isso. Por isso acho bem difícil esse atendimento diferenciado.

Como a FUNAI atua no Alto Rio Negro com a violação de direitos?

Com relação à educação, ano passado foi feito 12 seminários internos comunidades; produzimos mais de 500 páginas de diagnóstico; fizemos seminário regional

com MEC, municípios, estado e tentamos pactuar ações mais favoráveis aos povos indígenas; e teve uma reunião do território etnoeducacional. Foi investido mais de 300 mil. O problema é ter esse dinheiro periodicamente. Se tiver isso, conseguimos realizar o trabalho periodicamente. Após o acordo teria que ter uma rotina periódica de acompanhamento, mas isso não tem, nem chegamos em Barcelos e Santa Izabel. Por não termos o acompanhamento, ou também do lado de quem ficou responsável por aquilo não considerar a importância da nossa participação, levou à legislação que se tem antes.

É muito fácil escutar o pessoal falando que pega a lei e tal, mas às vezes não está de acordo com o direito que a gente tem. Conta isso como conquista. Esse é o problema. O MEC, no caso, que tem essa política de territorialidade indígena, não coloca ninguém aqui para monitorar, nem delega isso para alguém. Então tem muita deficiência com relação à educação escolar indígena. A FUNAI está tentando fazer. Na saúde teve mudança do gestor. Fizemos avaliação em agosto de 2014 e denunciamos isso. Logo depois veio a troca de gestão e tentamos intervir e criar uma pontuação, tentando acompanhar e achando que vamos fazer cumprir os direitos. Mas não temos sorte do gestor ou gestora ser aquele que leva isso com muito cuidado. A gente está achando que está perdendo nisso. É desse jeito. No caso da saúde indígena, precisa primeiramente fazer funcionar o básico, depois entrar nos detalhes de cada programa. Não tem dinheiro, não tem equipe de compra, de gestão, está na questão das coisas básicas que não tem ali, além da fofocada que a gerência não consegue controlar. Esses são os problemas.

A gente tentou pela educação, fomos até o estado falar no Conselho de Educação Escolar Indígena, e teve a decisão do estado de fazer o seminário sobre a educação indígena. Fui duas vezes ao governador e disse a ele que governo nenhum fez nos últimos 25 anos, o governo estadual não criou uma escola indígena. Fazem capacitação dos professores, mas isso não é escola; tem pintado os prédios das freiras, mas isso não é escola indígena. Ele sabe disso. O povo Baniwa requereu quatro escolas indígenas, específicas. Não sei se vai acontecer, estou meio acreditando nesse processo.

Quanto às atividades de direitos humanos previdenciários, fizemos uma oficina, a gente fez uma oficina sobre direitos humanos para esclarecer isso. Nossa problema é que somos muito poucos para cuidar disso. Às vezes acaba ficando sob minha responsabilidade, mas para cada etapa tem planejamento de meses. Isso acaba direcionando suas ações para determinada área, não tem continuidade e permanência, você não consegue acompanhar. Aqui é o problema, somos povos indígenas e as pessoas para trabalhar isso aqui são muito poucos.

Quais são as dificuldades para executar as políticas?

O que falta, primeiramente, são os planejamentos. Com pouca gente aqui, a gente consegue fazer a coisa porque estamos tentando nos planejar. Mas muitas instituições não se planejam. Por exemplo, educação e saúde parece que não têm planejamento. Perguntamos para a gestora: “Cadê seu plano?”, e não tem. Perguntamos: “Cadê o plano?” “Não tem.” “Então, como está trabalhando?” “Ah, assim mesmo!” Na educação, a mesma coisa. O que não tem aqui é a cultura de planejar as coisas. Primeiro semestre o que faremos para saber o que fazer no ano que vem. Até o mês de março não sabe o que vai fazer.

E a maior demanda?

Em termos de prioridade, é educação, a saúde e a geração de renda, isto é, no município inteiro. A cidade tem outras prioridades: o saneamento básico seria fundamental, a saúde melhoraria muito, organizar a mobilidade e a necessidade de conscientização da população ao consumo incontrolável de bebidas alcoólicas, que leva a muitas mortes por afogamentos de indígenas e não-indígenas.

A FUNAI deveria fazer uma revisão do próprio pensamento. Como é que se promove esses direitos?

Mais formação dos profissionais, porque tem apoio da UFAM e IFAM. Até agora houve duas consultas públicas, 12 seminários no interior, um seminário regional, que resultou no mapeamento do território etnoeducacional. Tem problemas para acompanhamento das ações. O MEC tem muita deficiência, 25 anos sem escola indígena.

Maior dificuldade na execução da política social em São Gabriel da Cachoeira: “Educação, saúde e geração de renda, saneamento básico, organização, mobilidade e a necessidade de conscientização. Cidade é igual a espaço livre, não é só choque cultural”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o acesso às políticas de Assistência e Previdência social, a partir das expressões da questão social indígena no Brasil, observadas e vivenciadas em São Gabriel da Cachoeira, nos permite compreender que as relações sociais estabelecidas desde a invasão do território influenciaram o modo de ver e pensar a atenção dada aos indígenas pelo Estado e pela sociedade civil.

Na região do rio Negro, os primeiros contatos com os europeus datam a partir do século XVII e as relações estabelecidas, principalmente, por portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, visavam apenas utilizar os recursos humanos e ambientais, sem qualquer intenção de povoamento, a não ser para acumular riqueza. Desde então, a exploração dos povos indígenas e dos recursos naturais não cessou.

Neste sentido, as relações sociais estabelecidas entre o capital mercantilista, na figura dos invasores, com os povos indígenas resultaram em expressões da questão social primitiva brasileira. Expressões que foram mudando, ao longo dos séculos, as formas de opressão e subjugação, assim como, as chamadas “proteções aos indígenas” estabelecidas não somente em virtude das ações desastrosas cometidas contra os indígenas, mas, sobretudo, para servir aos interesses da Coroa, do Estado e dos poderes dominantes.

Ianni (1972; 1989; 1992) nos auxilia a compreender que este desencontro de interesses, de visões de mundo, não foi unilateral. É, também, fundante das expressões emergidas do encontro entre oprimidos e opressores, explorados e exploradores, das sistemáticas exclusões e de injustiças sociais a que foram e são sujeitos os povos originários.

A exploração desenfreada dos povos originários e do seu território por diferentes atores usurpadores – colonizadores, missionários, seringueiros, garimpeiros, militares, e outros – se reflete, ainda hoje, no cotidiano da população são-gabrielense. O ranço exploratório, dizimador, assimilaçãoista, integracionista, homogeneizador, que influenciou a atenção dada pelo Estado à questão social indígena, permanece.

A presença do Estado brasileiro em São Gabriel se edificou sob profundos e longos processos de opressão. O resultado disso é uma narrativa repleta de “heróis” estrangeiros, que imprimiu nos povos do Rio Negro, assim como na sociedade brasileira, a “síndrome do colonizado”, conferindo ao colonizador/explorador um papel de “construtor e protagonista” na história do Brasil.

O “protagonista”, compulsoriamente, ditou os costumes “civilizados” a serem seguidos e progressivamente construiu a falsa ideia da homogeneização dos povos, legitimando, assim, os processos de dominação e subjugação perpetuados durante a formação histórica, política, social e econômica do Brasil.

Portanto, podemos afirmar que as ideias impostas pelo colonizador lentamente se tornaram dominantes e capazes de reger a ação estatal e grande parte da sociedade brasileira. Isso resultou em processos de desigualdade mantidos historicamente e quase “naturalizados” pelo Estado, colaborando com a manutenção da invisibilidade da questão indígena.

Esta invisibilidade constatamos durante o desenvolvimento deste trabalho, sobretudo na fase empírica, na qual verificamos que as políticas sociais são acessadas, contudo, para tal, um longo e tortuoso caminho é percorrido.

Esse acesso é custoso para usuários, que são expostos a condições degradantes, humilhantes e colocam até a própria vida em risco em situações desumanas. Ou seja, em certas situações, lhes é negado o direito primeiro e essencial: o direito à vida.

O fato de os indígenas estarem entre a população demandante da assistência social e da Previdência Social, na qualidade de segurados especiais, diz muito sobre o local que lhes foi reservado historicamente pelos poderes públicos e pela sociedade. Essas políticas, na maioria das vezes “compensatórias”, terminam por reforçar as raízes históricas excludentes que os relegam à marginalização social.

Como pudemos ver nos textos e depoimentos deste trabalho, desde o processo de invasão do território diferentes formas de proteção foram destinadas aos indígenas, embora, na maioria das vezes, tenham-se dado a partir do interesse de particulares e do próprio Estado.

Esta pesquisa permitiu-nos também conhecer que, em São Gabriel da Cachoeira, a atenção dada ao demandante da proteção social depende do seu local de origem e do serviço procurado. Aos residentes na sede municipal o primeiro acesso aos serviços sociais acontecia, principalmente, por três caminhos: na saúde, por meio da Estratégia de Saúde da Família do Programa Saúde da Família (PSF); na assistência social, através do CRAS; na educação, por meio da SEMEC. Já o acesso à previdência social, tanto para os que residiam na área urbana quanto para os que residiam no interior, ocorria de modo igual, ou seja, diretamente na agência do INSS, salvo quando os usuários não possuíam documentos pessoais. Neste último caso, eram encaminhados a equipamentos como o Cartório, a FUNAI, e o DSEI – ARN.

O habitante das comunidades do interior, migrante sazonal, encontrava maior dificuldade em localizar a “porta de entrada” dos serviços. Primeiro por não compreender muito bem a língua portuguesa, com a exceção dos professores indígenas e seus parentes que dominam o idioma.

Segundo, por desconhecer os trâmites burocráticos para o acesso. Terceiro, por que o “jogo do empurra, empurra” dos poderes públicos resulta em maior morosidade para acessar os direitos sociais. Isto porque o poder público municipal atribuía a responsabilidade de atendimento deste usuário à FUNAI e ao DSEI – ARN. Este tratamento dispensado ao “migrante sazonal” indica que o poder público municipal tratava os direitos sociais como um favor ao indígena do interior.

Quando esse migrante sazonal precisava de documentos pessoais para iniciar o processo deveria ir até o DSEI – ARN, solicitar a Declaração de Nascido Vivo (DNV) para, então, munido desta, seguir até o Cartório e solicitar o Registro Civil de Nascimento (RCN). Isso se dá pois o cartório não aceitava o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) como documento subsidiário. Somente após esses trâmites é que usuário conseguia solicitar o RG e o CPF. O Cartório é o serviço que mais gerava entrave nos processos, a partir da individualização na aplicação da lei, conforme a vontade pessoal da cartorária e da juíza de direito local. Segundo alguns dos entrevistados, a Juíza justificava o impedimento do RANI por haver divergência entre os dados da FUNAI e do DSEI-ARN. Sendo assim, era obrigatória a apresentação da DNV emitida pelo DSEI-ARN para a emissão do RCN. Ou seja, a partir de casos pontuais, todos eram penalizados pela extenuante saga em busca dos direitos sociais.

Além do argumento da divergência de dados, a dificuldade aumentava quando a pessoa com mais de 12 anos de idade requeria o RCN, mas não possuía a DNV. Ou ainda, quando era gestante e não acompanhada pelo DSEI-ARN, logo, não possuía a DNV. Nestes casos, o cartório exigia a certidão de batismo expedida pela Igreja e novamente o RANI não era aceito. Essa judicialização das expressões da questão social, consequentemente, se refletia em diversas situações. Às vezes, na longa espera para expedição do RCN que demorava até 90 dias e, em alguns casos chegando ao extremo, como por exemplo, a cartorária se negar a registrar os nomes no RCN caso estes fossem grafados em língua indígena.

A aplicação dessas medidas pessoais em detrimento do acesso a um dos direitos fundamentais, o RCN, também se referia aos horários de atendimento no cartório. O atendimento ao público em geral acontecia durante todo o dia, mas para as pessoas do interior apenas o período da tarde era reservado e limitava-se a cinco atendimentos por dia, gerando mais tempo de espera para emitir as documentações pessoais.

A morosidade não era privilégio do cartório. Há relatos, por exemplo, de um caso no qual uma criança estava internada no HGU e precisava do RCN para remoção a Manaus, mas como não possuía a DNV teve que esperar por algum tempo para ser removida para a capital, pois o HGU não emitia a DNV e o DSEI-ARN estava sem o papel para imprimir o documento.

A importância do RCN era dada por este ser o documento inicial de acesso a todos os serviços públicos disponíveis e para posterior emissão do RG, CPF e CTPS. Um dos entraves para a emissão do RG e da CPTPS era o valor cobrado para as fotos obrigatórias nos documentos, o qual grande parte dos requerentes não dispunha. Equipamentos como o CRAS, o Programa Bolsa Família e o INSS aceitavam o RANI. No entanto, quando o usuário não possuía o RANI precisava ir até a FUNAI.

Terminada a fase de solicitação de documentos pessoais, o indígena era orientado, pela FUNAI ou DSEI-ARN, a ir ao serviço de interesse: Programa Bolsa Família, INSS, Secretaria Municipal de Educação, entre outros. Destacamos que, ao contrário do que acontecia no cartório, a agência do INSS reservava parte do período da tarde para o atendimento exclusivo aos povos do tronco Nadahup. Já no Programa Bolsa Família, o atendimento era ininterrupto, das 08h00min às 17h00min horas. Segundo alguns entrevistados, a demanda por documentos pessoais aumentou significativamente após o estabelecimento da agência do INSS na sede municipal.

Esse fluxo migratório sazonal em busca de serviços, por conta da longa espera para concluir os processos necessários, por vezes gerava diversas situações de violações aos direitos humanos dos interessados, como desnutrição, aumento da malária, de doenças respiratórias, situações de violência, prostituição, drogadição e consumo exagerado do álcool. Muitos ficavam por meses em acampamentos improvisados à beira do rio. Muitas crianças também eram impedidas de ir à escola, pois sem o RCN não podiam realizar a matrícula. Em alguns casos extremos, aconteceram mortes de crianças e idosos expostos às intempéries, uma vez que não existia alojamento adequado para todos os que estavam de passagem.

As distâncias percorridas pelos moradores do interior variavam de poucas horas até nove dias para se chegar ao centro urbano. O distanciamento, tanto dos moradores do interior em relação à cidade quanto da cidade ao restante do país, é um dos maiores entraves para a execução e elaboração da política social, uma vez que, segundo os gestores entrevistados, esse fator não é levado em consideração quando da sua elaboração e na sua operacionalização. Por exemplo, alguns entrevistados levam dias de viagem para chegar a São Gabriel, tornando essa viagem bastante onerosa, devido ao alto custo do combustível. À época da pesquisa, o litro da gasolina custava, em média, R\$ 4,50. Para se chegar às comunidades mais distantes eram consumidos, segundo os relatos, aproximadamente, 450 litros de gasolina.

Esse alto custo para o deslocamento até a cidade também impactava nos setores públicos, pois a realização das atividades no interior exigia muito combustível e insumos. Contudo, segundo alguns gestores, não havia essa previsão no orçamento dos governos municipal, estadual e federal. Outro entrave para o desenvolvimento das políticas era justamente a homogeneização do território

nacional por parte dos poderes públicos, tanto do ponto de vista étnico quanto do geográfico, de forma que é latente a falta de adaptação das políticas à realidade local.

Podemos ilustrar isso com o seguinte exemplo: o MDA enviou uma lancha para a execução do trabalho da equipe volante, que precisa se deslocar por grandes distâncias para chegar em algumas comunidades, porém a embarcação não era adequada ao rio. Isto nos revela uma falta de articulação e diálogo entre os entes da federação, onde despachos de gabinete, distantes da realidade local, terminam não contribuindo com a promoção do serviço.

Como se não bastassem essas omissões dos poderes públicos, o atendimento à população nos equipamentos mapeados não era diferenciado. Embora tenhamos registrado em muitas falas de técnicos e gestores a expressão “atendimento igualitário”, esta era sempre destacada no sentido de *igualdade*, mas, como constatamos, não na perspectiva da *equidade*. Todos eram atendidos igualmente, independentemente de ser indígenas ou não.

O mais próximo do que constatamos por “atendimento diferenciado” foi que a presença de indígenas nos recursos humanos dos serviços, ainda que não formal, viabilizava o atendimento bilíngue. A figura do intérprete não estava presente nos equipamentos, ainda que exista uma legislação municipal reconhecendo a presença de mais três línguas no município, além do português. O que ocorria era o acúmulo de função: um auxiliar administrativo no CRAS, por exemplo, falava uma ou mais línguas e por ter esse conhecimento colaborava com o acolhimento do usuário que não dominava o português. Este acúmulo de função ocorria em outros setores, no entanto inviabiliza o estabelecimento de uma rotina de trabalho, visto que nem sempre esse funcionário estava disponível para ajudar na tradução.

Os desafios multiculturais em São Gabriel são, antes, desafios postos pelas expressões da questão social indígena, frutos de disputas, do modo de produção e reprodução social desde o tempo da colônia, que se desdobraram na atenção dada hoje a esse público. Vemos, nos extensos depoimentos, diversas reproduções do ranço integracionista imposto a esses povos desde a época da colonização – com destaque para a deletéria atuação dos missionários com a evangelização dos povos e da subjugação da sua cultura através do estabelecimento da educação e da saúde onde o Estado não chegava e ainda hoje não chega.

Onde o ser humano continua a ser discriminado e ter negado seus direitos fundamentais, exclusivamente por sua origem étnica, por seu modo de ver e se relacionar com o mundo, os desafios postos vão muito além do respeito à diversidade linguística e cultural no território. É necessária, antes, a ultrapassagem do preconceito institucionalizado, internalizado por agentes públicos e integrantes da sociedade civil.

A estratificação social dada ao indígena, posto numa condição de subumano, de não gente, é tornada pública a partir da própria condição de não cidadão, ao negar-lhe seus direitos fundamentais. Desta forma, ao ser humano que é diferente da maioria da população por seus costumes, línguas e visões de mundo não é dado o direito à diferença, por conseguinte, à equidade.

Deste modo, os povos indígenas fazem parte dos desafios postos às políticas de Assistência e Previdência Social, pois as políticas de proteção social, ao mesmo tempo em que “abrem as portas” dos serviços sociais, “fecham a porta da dignidade”, da equidade e da justiça social, ao tratá-los como iguais. Como é sabido, são iguais, pois são seres humanos, mas são diferentes em seus costumes, línguas, modo de viver, de se relacionar com o meio ambiente. Assim, reconhecê-los em suas diferenças é apenas o início do longo caminho a percorrer para se alcançar a política pública universal, equânime e igualitária.

Portanto, a aplicabilidade ou a transformação das políticas em ações pede muito mais do que competências técnicas. Podemos afirmar que essa “aplicação” constitui também um engajamento político de enfrentamento aos preconceitos históricos e às opressões sombreadas desde a colonização sob a população indígena no Brasil.

Legislações como o Estatuto do Índio, a Convenção n.169 da OIT, a Constituição de 1988, a Lei Orgânica da Seguridade Social, a PNAS 2004, entre outras, marcam o respeito à diversidade dos povos originários. Contudo, seus princípios são apenas parcialmente efetivados. Ainda que representem um avanço no sistema de proteção social aos indígenas, não acompanharam o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade, uma vez que, embora amparados legalmente, os indígenas ainda necessitem do aval, da certificação de terceiros, como da FUNAI, para acessar direitos básicos como registro civil de nascimento e benefícios sociais e previdenciários – são calados, mais uma vez.

Percebemos, nesse caso, que esses conflitos de interesses ou acordos pró interesses refletem diretamente nas legislações e consequentemente em ações daquela dominação ideológica e política de que tratamos anteriormente. Reafirma-se, assim, que as intenções não eram de fato garantir a liberdade às populações indígenas, tampouco estimular sua autonomia, mas atender a um jogo de interesses de elites para elites.

Se desde o início da composição do Estado brasileiro isso acontece, podemos afirmar que algumas mudanças e avanços foram se compondo ao longo do Brasil República com a formalização de departamentos e serviços de proteção e com o avanço do exercício da democracia, ampliando ações da sociedade civil organizada com o trabalho das ONGs de proteção.

Apesar desses avanços, que consideramos um processo vitorioso, ainda existem muitas dificuldades na aplicabilidade dessas políticas públicas sociais para garantir, mesmo com a diferença, os direitos socialmente conquistados por essa população.

Nesse contexto, apesar das lutas em defesa dos povos indígenas, é possível observar que mesmo dentro nos órgãos estatais criados para defesa e proteção dessa população ainda perdura a ideologia de dominação do “colonizador”. Ou seja, é recorrente discutir política indigenista sem dar voz à população indígena, sem que seu lugar de fala seja de fato garantido nessas entidades.

A garantia da participação da população indígena na “gestação” da política pública deve ser cada vez mais estimulada e ampliada, para que nenhum retrocesso seja permitido. Existem mecanismos legais que garantem essa participação e que, por se tratarem de políticas diferenciadas, possuem novas alternativas para propor a participação de representações de indígenas na formulação e diálogo às questões que lhes conferem.

A “voz” indígena, via de regra, é ainda muito “dublada” por nós pesquisadores das ciências sociais, antropólogos e movimentos indigenistas, o que nos mostra o grande horizonte a ser ainda percorrido na perspectiva da real efetivação de direitos. Isso não se dá apenas por “boa fé”, mas sim com investimentos reais por parte do Estado em estratégias para ampliação da “ocupação” dos povos indígenas nesses espaços de participação em que são elaboradas políticas destinadas a eles próprios.

Os indígenas tiveram e têm voz, ainda que o Estado e setores da sociedade finjam não os ouvir. Foram e ainda são covardemente atacados, mas não são e não foram passivos durante toda a história nacional: resistiram e resistem.

O fortalecimento do movimento indígena ecoa as vozes da população indígena que passam a ser ouvidas, levando ao processo de formulação de políticas públicas e avanços, no que tange ao respeito à diversidade, colocando em evidência a importância de políticas diferenciadas.

Por isso a importância da organização de movimentos indígenas, como a FOIRN. Diversas vezes, nos depoimentos da pesquisa, a federação é desvalorizada (e também no discurso de parte da população local), justamente por imperar um enfraquecimento da organização e da luta indígena por parte do Estado e do poder dominante.

Assim, por meio da resistência destes e dos poucos segmentos apoiadores da sua luta, os direitos dos indígenas e as políticas indigenistas, mesmo sofrendo influência do *modus operandi* da política do Estado e nem sempre representando seus reais anseios, ainda legitimam a sua resistência e existência.

A resistência dos povos indígenas acaba por demandar ao poder público e à sociedade políticas públicas específicas, capazes de atender equitativamente seus direitos.

A proteção de povos indígenas até hoje impõe conflito no Brasil, pois à medida que essa população deve ser protegida socialmente um dos grandes interesses políticos sobre seus territórios ameaçam àqueles que tem na exploração de suas terras apenas olhares econômicos e de dominação. O que torna o espaço indígena sempre um espaço de tensões cíclicas, geradas a partir dos interesses dessa sociedade capitalista na qual opera o Estado.

Por isso, impor políticas públicas, ações e um conjunto de direitos e normatizações capazes de reconhecer a especificidade dessa população e, com isso, atender minimamente suas demandas, se tornou um desafio histórico. Este desafio se espalha para toda a sociedade brasileira uma vez que o Estado acaba seguindo interesses do capital, que é uma das formas mais imperativas de dominação e de poder ao longo dos tempos.

A luta no campo da efetivação e ampliação dessas garantias, infelizmente, ainda se faz constante, pois o horizonte que se apresenta, mesmo passado tanto tempo da “descoberta do Brasil”, ainda é do não reconhecimento de fato dessa população, da invisibilização de suas demandas, cultura e riquezas.

Portanto, a contradição atravessada visceralmente na questão indígena é a própria questão da formação histórica do Estado brasileiro, aparentemente homogêneo à custa do calar das vozes diferentes. Então, por mais frágil que nos pareça a luta das causas indígenas no Brasil, talvez seja ela a que represente maior ameaça ao estabelecimento do poder desse Estado e sistema político e econômico neoliberal, pois somente ela carrega organicamente a profunda negação do Estado pelas causas que verdadeiramente representam seu povo.

No caso deste trabalho de pesquisa, e durante toda trajetória que nos trouxe até aqui, temos percebido que o leque de políticas públicas avançou, porém ainda há enorme dificuldade em estimular o protagonismo indígena no espaço público e respeitar o indígena enquanto cidadão portador de direitos.

Um desafio para os nossos tempos é tentar aliar os esforços e os direitos já materializados via políticas sociais nesse coletivo de pessoas e contrapor-se às tendências políticas ainda voltadas a interesses econômicos e de dominação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B.; FARIAS JR., Emmanuel de Almeida (Orgs.). **Mobilizações étnicas e transformações sociais no rio Negro**. Manaus: UEA, 2010.
- ANDRELLO, Geraldo. **Cidade do Índio:** transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Unesp/ISA/NUTI, 2006.
- AZEVEDO, Maria Marta. Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, [2005], [Caxambu]. **Anais...** Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1691/1651>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- BANIWA, Edílson M. O reverso da colonização, a lei de co-oficialização das línguas indígenas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. (Org.). **Terra das línguas:** Lei Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2007.
- BARROS, Lilian Cristina da S. **Repertórios musicais em trânsito:** música e identidade indígena em São Gabriel da Cachoeira, AM. Belém: EDUFA, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia:** formação social e cultural. Manaus: Valer, 1999.
- BERNAL, Roberto J. **Índios Urbanos:** processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Tradução Evelyne Marie Therese Mainbourg. Manaus: EDUA/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.
- BETTENCOURT, Lucia. Cartas brasileiras: visão e revisão dos índios. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Global, 1998.
- BRASIL, 1888. Decreto nº 9.912-a, de 26 de março de 1888. Reforma os Correios do Império. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9912-a-26-marco-1888-542383-publicacaooriginal-50955-pe.html>. Acesso em: 15 de set. 2016.
- BRASIL, 1888. Lei nº 3.397, de 24 de novembro. Estabelece, entre outros, as caixas de socorros aos funcionários das estradas de ferro do Império. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3397-24-novembro-1888-542068-publicacaooriginal-49329-pl.html>. Acesso em: 15 de set. 2016.
- BRASIL, 1906. Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>. Acesso em: 25 de set. 2016.
- BRASIL, 1916. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro. Código Civil do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 2 de mai. 2014.

BRASIL, 1928. Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>. Acesso em: 2 de mai. 2014.

BRASIL, 1963. Lei n. 4.214 de março de 1963. Estatuto do Trabalhador Rural. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm. Acesso em: 25 de set. 2016.

BRASIL, 1967. Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Cria a Fundação Nacional do Índio. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm. Acesso em: 25 de set. 2016.

BRASIL, 1968. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Dispõe sobre os poderes do Presidente da República sem as limitações da Constituição de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 26 de set. 2016.

BRASIL, 1971. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm. Acesso em: 25 de set. 2016.

BRASIL, 1973. Lei n. 6.001 de 19 de dezembro. Estatuto do Índio. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acesso em: 25 de set. 2016.

BRASIL, 1973. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Normas reguladoras do Trabalho Rural. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm. Acesso em: 25 de set. 2016.

BRASIL, 1991. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 25 de set. 2016.

BRASIL, 1993. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 02 de nov. 2014.

BRASIL, 2004. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Convenção n. 169. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm. Acesso em: 30 de jun. 2014.

BRASIL, 2004. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 02 de nov. 2014.

BRASIL, 2010. Instrução Normativa nº 45, de 06 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010). Brasília, DF. Disponível em: http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2010/45_1.htm. Acesso em: 25 de set. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 05 abr. 2017.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Trabalho social com famílias indígenas na proteção social básica. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Povos indígenas**: um registro das ações de desenvolvimento social. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2008. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 10)

CABALZAR, A.; RICARDO, C. A. (Eds.). **Povos Indígenas do Rio Negro**: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira: mapa livro. 3. ed. São Miguel da Cachoeira/São Paulo: FOIRN/ISA, 2006.

CARVALHO, Marcelo. Os Hupdah e o letramento na língua materna. **Revista Antropos**, v. 1, ano 1, nov. 2007.

CARVALHO, Othília Maria B. A presença do Bolsa Família na terra indígena Parabubure. In: RICARDO, Fany, RICARDO, Beto. **Povos indígenas no Brasil: 2006 – 2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. Debate Calha Norte: Defesa com democracia e desenvolvimento. **Teoria e Debate**, 21 mar. 1994. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/debate-calha-norte-defesa-com-democracia-e-desenvolvimento?page=full#sthash.cZARpilT.dpuf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CHAUI, Marilena de Souza. 500 anos: Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

COSTA, Mauro Gomes da. **A Igreja católica no Brasil**: as ações civilizatórias e de conversão ao catolicismo das Missões Salesianas junto aos povos indígenas do Alto Rio Negro – Amazonas (1960-1980). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2012.

COUTO, Berenice R.(Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEL AVILA, Leonardo Hernández; RUBIO, Monica. **Programas de transferencias condicionadas con pueblos indigenas de America Latina**: un marco conceptual. [s. l.]: Banco Interamericano de Desarrollo, 2011. (Notas técnicas, 322) Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/5511/Programas%20de%20Transferencias%20Condicionadas%20con%20pueblos%20ind%C3%adgenas%20de%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *welfare-state*. Tradução Dinah da Abreu Azevedo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Polity, 2013.

FARIA, Iavani F. O processo democrático, a proposta dos povos indígenas do Rio Negro para regulamentação da Lei n. 145/2000. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. (Org). **Terra das línguas**: Lei Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Manaus: PPGSCA/UFAM/Fundação Ford, 2007.

FARÍAS, Claudia Robles. **Contesting neoliberalism on the Mapuche coast**: ethnodevelopment, citizenship and social cohesion in multi-ethnic Chile. Tese (Doutorado). Departament of Sociology, University of Essex, 2010.

FARÍAS, Claudia Robles. **Pueblos indígenas y programas de transferencias con corresponsabilidad**. Avances y desafíos desde un enfoque étnico. Santiago de Chile: ASDI/CEPAL/Naciones Unidas, 2009. (Políticas sociales, 156). Disponível em <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2009/S0900855.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

FERREIRA, Luciane Ouriques; OSÓRIO, Patrícia Silva (Orgs.). **Medicina Tradicional Indígena em Contextos**: Anais da I Reunião de Monitoramento. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007.

FRAGOSO, Hugo. A era missionária (1686-1759). In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREITAS, Ludmila Gomide. **A Câmara Municipal da vila de São Paulo e a Escravidão Indígena no século XVII (1628-1696)**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, UNICAMP, Campinas, 2006.

FUNAI. Terras Indígenas. **Portal Brasil**, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

GALLOIS, Dominique T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany. (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**: o desafio da sobreposição. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

_____. De Arredio a Isolado: Perspectivas de Autonomia para os Povos Indígenas Recém-Contactados. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

GARNELO, Luiza. Lutas e Políticas de Saúde no Alto Rio Negro. In: SIMPÓSIO DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO: TERRA E CULTURA, I, 1996, Manaus. **Anais...** Manaus: Universidade do Amazonas, 1996. v. I. p. 35-55.

_____. Tradição, modernidade e políticas públicas no alto Rio Negro. **Revista Somanlu**, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia de Moura. **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC/UNESCO, 2012.

GRUPONI, Luís Donisete. As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

_____. Inventário dos artefatos e obras da exposição "Índios no Brasil: alteridade, diversidade e diálogo cultural". In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOORNAERT, Eduardo. A Amazônia e a cobiça dos europeus. In HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil Moderno**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. Questão social. Revista USP, n.3, 1989. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1870/showToc>>. Acesso em jan.2014.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

JOBIM, Anísio. **São Gabriel da Cachoeira**. Fac-símilado. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 2001. (Coleção Documentos da Amazônia, n. 52.)

KOCH GRUNENBERG, Theodor; PEREIRA, Edith; SILVA, João Batista Poça da. **Petróglifos Sul-Americanos**, Belém/São Paulo: ISA, 2010.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Dois anos entre os indígenas**: viagens no noroeste do Brasil (1903/1905). Manaus: Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2005.

KOGA, Dirce Harue Ueno. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, p. 30-42, 2013. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista>>. Acesso: mar.2017.

LUCIANO, Gérsem José dos Santos. **Educação para o manejo e domesticação do mundo**: entre a escola ideal e a escola real. O drama da educação indígena no Rio Negro. 2011. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 2011.

MARQUES, Bruno R. **Figuras do movimento**: os Hupda na literatura etnológica do Alto Rio Negro. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MELO, Joaquim R. de. **A política indigenista no Amazonas e o serviço de proteção aos índios**: 1910-1932. Dissertação (Mestrado). UFAM, Manaus, 2007.

MICHI, Leny N. **O papel do Estado nas parcerias comerciais entre povos indígenas amazônicos e empresas na comercialização de produtos florestais não madeireiros**. Dissertação (Mestrado), PROCAM, USP, São Paulo, 2007.

MONTEIRO, John. O Escravo Índio, esse desconhecido. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. (Colección Sur-Sur. pp.187-202.)

NETO, Carlos de Araújo M. Reformulações da missão católica na Amazônia entre 1750 e 1832. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992.

NETO, Joaquim Shiraishi. O pluralismo como valor fundamental: a co-oficialização das línguas nheengatu, tukano e baniwa, à língua portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. (Org). **Terra das línguas: Lei Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas**. Manaus: PPGSCA/UFAM/Fundação Ford, 2007. p. 71-74.

NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico. Brasília: IBGE, 2002.

NOVAES, Washington. O Índio e a Modernidade. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

OLIVEIRA, Fernanda Martinez. **Dilemas da inclusão da diversidade étnica no federalismo brasileiro**: as perspectivas dos povos indígenas. Dissertação (Mestrado) – FGV, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. Oficialização de línguas indígenas em nível municipal no Brasil: algumas considerações político-linguísticas e jurídicas preliminares. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. (Org). **Terra das línguas: Lei Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas**. Manaus: PPGSCA/UFAM/Fundação Ford, 2007. p. 71-74

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Abep, 2005.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. **Participação e política indigenista de saúde**: o protagonismo indígena em Manaus – AM, 1999-2013. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo, 2013.

PORRO, Antônio. Os povos indígenas da Amazônia à chegada dos europeus. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PUSIKA PURANGA, Manaus: SEIND, n. 5, jan. 2013-jan. 2014.

QUEIROS, Antônio Carlos. Debate Calha Norte: Direito das nações indígenas violado. **Teoria e Debate**, 30 mar. 1994. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1994/03/30/debate-calha-norte-direito-das-nacoes-indigenas-violado/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

RIBEIRO, Berta G. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

_____. **Os índios das águas pretas**: modo de produção e equipamento produtivo. São Paulo: Companhia das Letras/EDUSP, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RICARDO, Fany; RICARDO, Beto. **Povos indígenas no Brasil**: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

RÍOS, Diana Patrícia Giraldo. **Tuberculose entre os Indígenas de São Gabriel da Cachoeira/AM:** Estudo Epidemiológico com base em casos notificados e dados provenientes do Distrito Indígena de Iauaretê. Dissertação (Mestrado) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA, Gerônio Albuquerque. Amazônia, Amazônia: não os abandoneis. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Lei municipal n. 209, de 21 de novembro de 2006. Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira. Disponível em: <www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/lei209-PD.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

SANTOS Jr., Hernane Guimarães dos. Correlação da mortalidade infantil e a implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM, 1996 a 2006. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 9, Manaus, p. 13-23, 2009.

SANTOS, Antônio Maria de Souza. **Etnia e urbanização no Alto Rio Negro:** São Gabriel da Cachoeira-AM. 1983. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

SANTOS, José Ribamar dos. **Rio Negro:** aspectos históricos, geográficos e políticos. Manaus: Valer, 2013.

SANTOS, Josiane S. “**Questão social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, R. V.; CARDOSO, A. M.; GARNELO, L.; COIMBRA JR, C. E. A.; CHAVES, M. B. G. Saúde dos povos indígenas e políticas públicas no Brasil. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. (Orgs.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz & Cebes, 2008, p. 1035-1056.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-13). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, p. 15-50, dez. 2007.

SILVA, Ademir Alves da. O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício. In: BRAGA, Léa, CABRAL, Maria do Socorro Reis, (Orgs.). **Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Alcionílio B. A. da. **A civilização indígena do Uaupés:** observações antropológicas, etnográficas e sociológicas. 2. ed. Roma: LAS, 1977.

SILVA, Ivone Maria F. da. **Questão social e serviço social no Brasil:** fundamentos sócio-históricos. 2. ed. Campinas/Cuiabá: Papel Social/EduFMT, 2014.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **(Des)estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil.** Tese (Doutorado) – Departamento de Serviço Social, UnB, Brasília, 2011.

SILVA, Maria O. **A política social brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Raimundo Nonato P. S. Terra das línguas. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. (Org.). **Terra das línguas: Lei Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.** Manaus: PPGSCA/UFAM/Fundação Ford, 2007.

SILVA, Renata de Oliveira. **Saúde indígena na Amazônia brasileira:** Estudo de caso sobre a experiência de gestão conveniada da assistência à saúde da população indígena do alto rio Negro-AM. Dissertação (Mestrado) – FGV, São Paulo, 2006.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, Renato M. **Das comunidades à Federação:** Associações Indígenas do Alto Rio Negro. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, USP, São Paulo, 2012.

SOUSA, Alcinélia Moreira de. **A política de assistência social à população indígena:** a que será que se destina? Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social, UnB, Brasília, 2011.

SOUZA FILHO, Carlos F. Marés de. O Direito Envergonhado: O Direito e os Índios no Brasil. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

SOUZA, Elias Brasilino de. **Cidadania Indígena, Políticas Públicas e Desafios da Sustentabilidade no Alto Rio Negro.** Manaus: Edua, 2012.

SOUZA, Maximiliano L. P. de. **Alcoolização e Violência no Alto Rio Negro.** Tese (Doutorado) – UFAM, Manaus, 2007.

SOUZA, Maximiliano L. P. et al. Modos de vida e modos de beber de jovens indígenas em um contexto de transformações. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, n. 15, v. 3, p. 709-716, 2010.

UGARTE, Auxiliomar S. O vale do Negro: quatro séculos de confronto cultural. In: SIMPÓSIO DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO: TERRA E CULTURA, I, 1996, Manaus. **Anais...** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996. v. 1. p. 161-188.

VIDAL, Lux Boelitz. As Terras Indígenas no Brasil. In: CHAUÍ, Marilena de Souza; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **Índios no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Global, 1998.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. **A desigualdade e a questão social.** São Paulo: Educ/PUC-SP, 2013.

WEIGEL, Valéria Augusta C. de M. Educação no rio negro: aprendendo a nadar contra a corrente. In: SIMPÓSIO DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO: TERRA E CULTURA, I, 1996, Manaus. **Anais...** MANAUS: PROGRAF, 1996. p. 65-81

WILLIAMSON, Guillermo. Investigación acción participativa intercultural en comunidades educacionales y locales. Temuco: Universidad de La Frontera/Proyecto Kelluwün, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Análise da Matriz Teórico – Metodológica do Serviço Social no INSS: Considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social. In: BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). **Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANEXO A – ATA DE FUNDAÇÃO DA FOIRN, P. 1.

ATA DA FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO – FOIRN

Aos 30 (trinta) dias do mês de Abril de 1.987, as 08:00h no Ginásio Coberto das Missões Salesianas, São Gabriel da Cachoeira, Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, Brasil, no terceiro dia da II Assembléia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, sob a Coordenação da Comissão Organizadora, presidida pelo Sr. Benedito Fernandes Machado se reuniram em Assembléia Geral 450 (quatrocentos e cinqüenta) indígenas, Tukano, Dessano, Tariano, Pira-Tapuia, Wanana, Arapáço, Tuyuca, Bará, Kubeu, Tanimuka, Makuna, Barasana, Karapanã, Baniwa, Kuripaco, Baré, Yanomami, Miriti-Tapuia, Werekuna, Maku, Tatuyo, Siriano e Yuruti, habitantes do Alto Rio Negro, com o propósito de constituírem uma Sociedade Federada Indígena nos termos da legislação vigente, para reivindicação e fortalecimento do Movimento dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro. Estiveram presentes ao evento os membros da Comissão Organizadora, idealizadores fundadores: Sr. Benedito Fernandes Machado, Sr. Pedro Fernandes Machadotukano, Sr. Carlos Antônio Fernandes Machado - tukano, Sr. Álvaro Fernandes Sampaio - tukano, Sr. Manuel Fernandes Moura - tukano, Sr. Julio Góes - yanomami e o Sr. Francisco Apolinário - baniwa. Estiveram também presentes os convidados: representante da presidência da FUNAI/BSB, Sr. Marcelo Cutelo; Superintendente da 5ª Região da FUNAI/Manaus, Sr. Sebastião Amâncio da Costa; Superintendente de Assuntos Fundiários da FUNAI/BSB, Engenheiro Daniel Marques de Sousa; o representante do Conselho de Segurança Nacional - CSN/BSB, Ten. Cel. Roberto Luis Teixeira Lopes; o representante do Comando Militar da Amazônia/Manaus, Major Francisco de Assis Abraão; o representante do Projeto Calha Norte - PCN/BSB, Sr. Moraes de Lins; o representante da Diocese do Rio Negro/SGC, Dom Miguel Alagna; o representante do SNI foi anunciado, mas, não foi apresentado; a ativista ecológica e advogada de organizações do meio ambiente, Sra. Sônia Regina Brito Pereira; o pesquisador de plantas medicinais e ecologista/Manaus, Sr. Frederico Arruda; o Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Sr. Raimundo Quirino Calixto; o representante da empresa Mineradora Goldmazon/Manaus, Sr. Elton Rohnelt; o representante da empresa Mineradora Parapananema/Manaus, Sr. Nelson Dorneles; a representante e Coordenadora de Terras Indígenas do Ministério da Reforma Agrária/BSB, Sra. Ligia Simonian e o presidente União Nacional de Índios – UNI/BSB, Airton Krenak e lideranças indígenas. Aberta a sessão, foi apresentado pelo diretor da Comissão de Coordenação, a Demarcação de Terras Indígenas e a implantação do Projeto Calha Norte e assuntos respectivos a todas as reivindicações tratadas, debatidas e abordadas regionalmente ao longo de 16 (dezesseis) anos em Pari-Cachoeira e que foram expostas ao povo de todo Alto Rio Negro, durante a I Assembléia Geral Indígena do Alto Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira, realizada em 30 de Abril a 04 de Maio de 1984 num dos prédios da Casa do Índio com a presença 66 Líderes Indígenas do Alto Rio Negro do Município de São Gabriel da Cachoeira, os quais depois da Assembléia levaram para o conhecimento das comunidades, onde foram conhecidas e avaliadas, e durante a realização da II Assembléia foram discutidas e armadurecidas com as discussões, avaliadas, reforçadas enfaticamente, lidas, explicadas e debatidas uma a uma sobre a grande necessidade da **Demarcação das Terras Indígenas em Área Contínua, Organização dos Povos Indígenas e Conscientização dos Direitos Indígenas de Política Social, Econômica, Saúde, Educação, Valorização da Cultura Tradicional, Implantação e Gerenciamento de Tecnologia de Produção Agrosilvipastorais; da Exploração Sustentável dos Recursos**

1

17.7.7.

BPF

ANEXO B – ATA DE FUNDAÇÃO DA FOIRN, P.2.

Naturais Renováveis, de Minerais e da Proteção do Meio Ambiente onde atuam; O cultivo, a extração, a exploração e coleta de bens naturais renováveis nas atividades agrícolas, pecuárias, silvícolas e piscícolas; Promover a extração, a lavra, a lapidação e comercialização de minérios; Apoio técnico e financeiro as atividades comunitárias, de acordo com os planos de ação elaborados com finalidade de assegurar as melhores condições possíveis de rentabilidade, qualidade e produtividade; Promover e/ou realizar a industrialização dos bens produzidos para estimular o aumento da mão-de-obra e rentabilidade das comunidades, Comprar os bens produzidos e/ou industrializados pelas comunidades e terceiros, e comercializá-los no mercado nacional e internacional, assegurando o escoamento da produção e a rentabilidade das comunidades; Promover e viabilizar junto as comunidades, atividades de lazer integrados que contribuam para o bem estar social e melhoria das condições de vida dos comunitários; Promover e viabilizar ações concretas junto as entidades financeiras e governamentais para satisfazer as necessidades de habitação e infraestrutura das comunidades; Promover e viabilizar a valorização, o resgate e a revitalização da cultura tradicional, através de difusão das atividades culturais a nível nacional e internacional; Promover o intercâmbio cultural, cooperação técnica e econômica/financeira entre as entidades governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais. As atividades agropecuárias, silvipastorais, piscicultura, avicultura, a viabilização e exploração econômica de recursos naturais renováveis e não renováveis existentes em Terra Indígenas da região, sobretudo no subsolo (recursos minerais), dependerão de “variantes de vocação regional agropecuária ou extrativista”. Todo esse movimento, visa servir como condicionamento para ganhar espaço político, social, econômico e autodeterminação dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, a nível municipal, estadual, nacional e internacional, a fim de garantir legalmente seus direitos e suas Terras e tudo o que nela encerra para a posteridade dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Dentre as pautas uma das mais ouvidas, discutidas e criticadas foi a implantação do Projeto Calha Norte – PCN referindo-se aos quartéis, ao longo da linha de fronteira, de modo especial na região da Cabeça de Cachorro. Todos ouviram, debateram e falaram intensamente de seus problemas e aspirações sem demagogia política dos brancos. Foi um encontro aberto e franco, onde a palavra democracia deixou de ser um chavão para ser exercida e durante o evento foi analisado os 72 (setenta e dois) anos de envolvimento da Igreja Católica no Alto Rio Negro com atividades prós e contras. Por causa de suas ausências, o governo Federal e Estadual foram cobrados através de execução de medidas concretas em prol do benefício do Povo Indígena, esquecido até então. Foi franqueada a palavra aos representantes de empresas mineradoras, acusadas de invadirem as Terras Indígenas e foi pedido mais do que palavras mais uma vez, compromissos de ações concretas do governo brasileiro com a causa indígena. Todos os que quiseram usar da palavra, fizeram suas manifestações e demonstraram seus interesses em participar ativamente no fortalecimento do Movimento das Reivindicações dos Direitos Indígenas. Isso era uma demonstração de que todos os líderes indígenas estavam finalmente entendendo e o povo em geral, havia descoberto a necessidade de se criar uma Organização Indígena Federada, que representasse e defendesse a nível nacional e internacional os Direitos e Anseios dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, através das manifestações provenientes do Movimento Indígena Integrado e não haveria então, melhor momento para concretizar a Instituição desse Órgão Indígena representativo, foi assim que nasceu a Primeira Federação Indígena no País, com denominação de “FEDERAÇÃO DAS

*Ch. L. Ferreira
P. S. Góes*

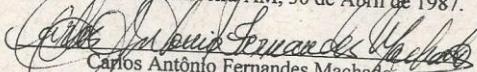
17.7.7

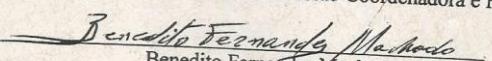
B. Góes 2

ANEXO C – ATA DE FUNDAÇÃO DA FOIRN, P.3.

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO – FOIRN". Terminado os trabalhos das pautas acima referidas, deu-se a eleição da primeira diretoria da FOIRN recém-fundada, para isso, cada região selecionou e apresentou os seus candidatos para assumirem um dos cargos de diretor. O resultado da eleição da primeira diretoria, ficou assim constituída: Presidente: Edgar Fernandes Rodrigues; Vice-Presidente: Orlando Melgueiro; 1º Tesoureiro: Gersen Luciano dos Santos; 2º Tesoureiro: Edna Trindade; 1º Secretário: Pedro de Jesus Gomes e 2º Secretário: José Augusto Fonseca. Terminada a eleição, a diretoria recém-eleita foi imediatamente empossada por aclamação de todos. Na posse, o presidente, Sr. Edgar Fernandes conclamou aos presentes e ao povo em geral dizendo: Daqui para frente, haveremos de levantar a bandeira da liberdade, da segurança, de um futuro melhor e mais promissor. Nunca surgiu ninguém para defender o povo indígena, mas que a partir de agora, surge um marco histórico para o povo indígena do Alto Rio Negro. Os demais diretores agradeceram ao povo indígena por terem depositado neles a confiança de uma árdua missão de articular e de defender os Direitos Indígenas e a Demarcação das Terras Indígenas. Terminada a cerimônia de posse, o presidente da Comissão Coordenadora, Sr. Benedito Fernandes Machado, dirigiu a palavra ao público dizendo: O trabalho que acabamos de concretizar, é fruto de um difícil e árduo trabalho de longos anos, de mais de uma década e meia. O trabalho que teve início no seio da Comunidade Indígena de Pari-Cachoeira, através de seus líderes tradicionais, e de modo especial pela Diretoria da "União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié – UCIRT de onde foi idealizado, amadurecido, debatido e difundido para toda região do Triângulo Tukano: Pari-Cachoeira, Taracuá e Iauareté e finalmente para São Gabriel da Cachoeira, Rio Negro e aos irmãos Yanomamis, visando garantir os Direitos Indígenas, possibilitando a conscientização, a união, a reivindicação e o fortalecimento do Movimento Integrado dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, do Município de São Gabriel da Cachoeira. Foi a Diretoria da UCIRT que articulou, negociou e preparou junto ao Governo Federal, para viabilizar este evento para fundação da FOIRN. Deixaremos que a diretoria recém-eleita se encarregará de formular e constituir legalmente o Estatuto da FOIRN, seguindo os princípios fundamentais constituídos acima, pelos quais esta Federação foi fundada. No final de tudo, estando todos de acordo e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Comissão Organizadora deu por encerrada a Assembléia, as 17:30h, da qual, para fins de direito, eu, Carlos Antônio Fernandes Machado, secretariei e lavrei a presente ata, que lida e aprovada conforme, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Coordenadora e ou/Fundadora.

São Gabriel da Cachoeira AM, 30 de Abril de 1987.


 Carlos Antônio Fernandes Machado
 Sec. da Assembléia, Membro da Comissão Coordenadora e Fundador.


 Benedito Fernandes Machado
 Pres. da Comissão Coordenadora e Membro Fundador.

ANEXO D – ATA DE FUNDAÇÃO DA FOIRN, P.4.

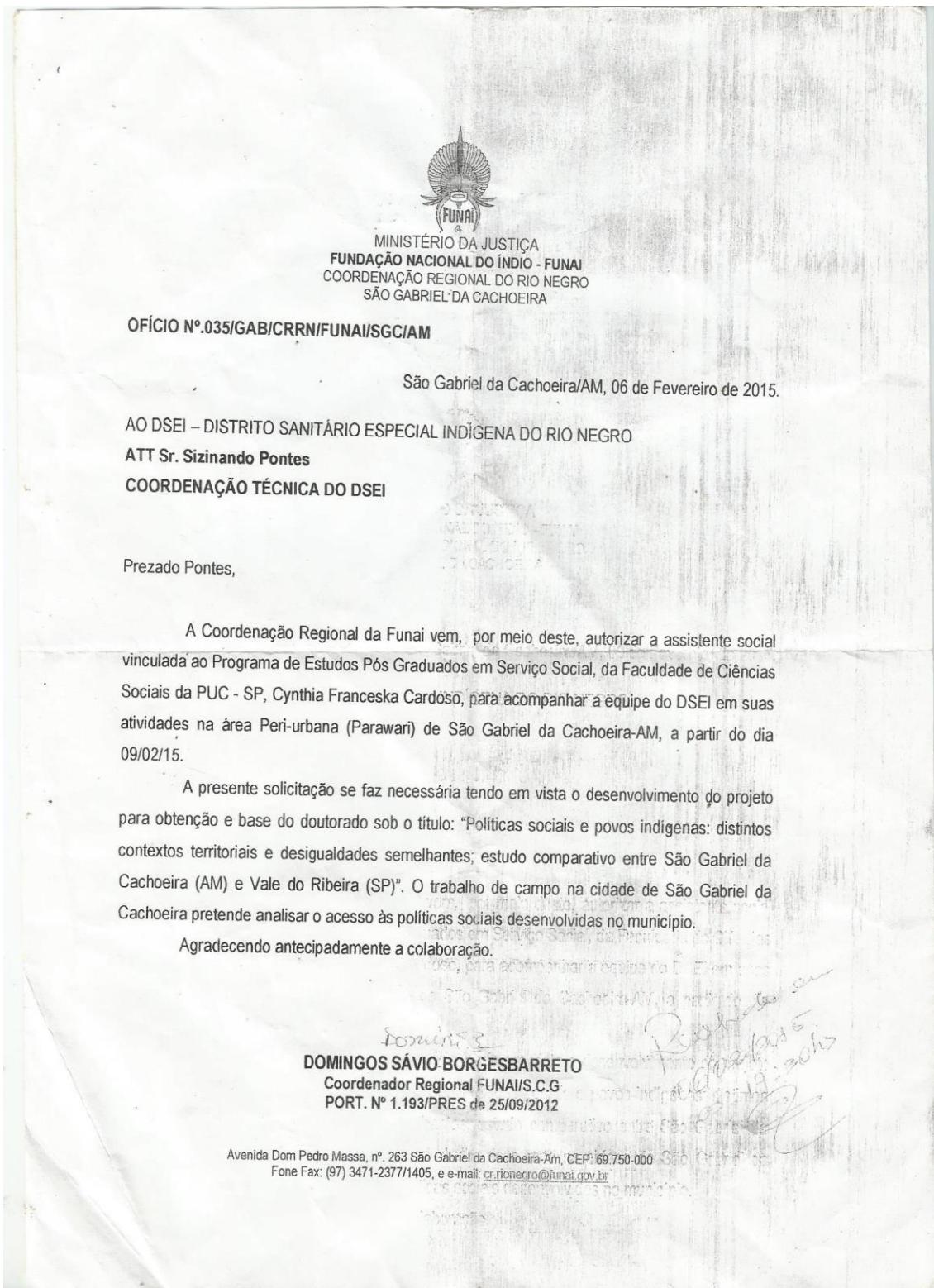
Álvaro Fernandes Sampaio
Álvaro Fernandes Sampaio
Consultor da Com. Coordenadora e Membro Fundador.

Pedro Fernandes Machado
Pedro Fernandes Machado
Articulador da Com. Coordenadora e Membro Fundador

Francisco Apolinário
Francisco Apolinário
Assistente da Com. Coordenadora e Membro Fundador

Júlio Góes Pinto
Júlio Góes Pinto
Assistente da Com. Coordenadora e Membro Fundador

ANEXO E – OFÍCIO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNAI AUTORIZANDO O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES NA REGIÃO DO PARAWARI



ANEXO F – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS DO INSS

Nome: _____ Id.: _____ Sexo _____

Povo: _____ Comunidade: _____ Rio: _____

1. Há quanto tempo está na cidade?
2. Quem veio com você?
3. Quantas vezes ao ano vêm à cidade?
4. O que veio fazer na cidade?
5. Quanto tempo gasta para chegar à cidade?
6. Durante a viagem se alimenta do que?
7. E quando está na cidade qual é a sua alimentação?
8. Tem parente vivendo na cidade? () sim () não
9. Porque não está na casa do parente?
10. Onde está instalado?
11. Por que não está em uma das casas de apoio na cidade?
12. Quando vem à cidade recebe algum tipo de ajuda? De quem?
13. Quando vem à cidade procura a Funai, ou a FOIRN, ou outros? () sim () não. Por quê?
14. Exerce algum trabalho remunerado na comunidade, se sim, qual?
15. Qual a renda mensal da sua família (composição) BF, aposentadoria, aux. Maternidade, seguro defeso, pensão por morte?
16. O que planta na aldeia? Quem planta?
17. Caça e pesca na comunidade? O que? Quem faz?
18. Há escola na comunidade? Até que série? O que você acha da educação oferecida?
19. Há polo base na comunidade? Como é o atendimento da equipe? Tem médico? Dentista? Enfermeiro? Alguém fala a sua língua? Quantas vezes por mês a equipe atende a sua comunidade?
20. A prefeitura já foi a sua comunidade? Se sim, fazer o que?
21. O INSS já foi até a sua comunidade?
22. Qual o maior problema na sua comunidade? Desde quando? Porque acha que não é resolvido?

Data: _____

Local: _____

ANEXO G – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS COM OS USUÁRIOS NO PARAWARI

Etnia: _____ Comunidade: _____

Nome: _____ Id.: _____ Sexo: _____

1. Há quanto tempo está na cidade?
2. Quem veio com você?
3. Quantas vezes ao ano vêm à cidade?
4. O que veio fazer na cidade?
5. Do que precisa da cidade?
6. Quanto tempo gasta para chegar à cidade?
7. Durante a viagem se alimenta do que?
8. E quando está na cidade qual é a sua alimentação?
9. Tem parente vivendo na cidade? () sim () não
10. Porque não está na casa do parente?
11. Onde está instalado?
12. Por que não está em uma das casas de apoio na cidade?
13. Quando vem à cidade recebe algum tipo de ajuda? () sim, de quem? () não.
14. Quando vem à cidade procura a Funai, ou a FOIRN, ou outros? () sim () não. Por quê?
15. Exerce algum trabalho remunerado na aldeia, se sim, qual?
16. Qual a renda mensal da sua família (composição)?
17. O que planta na aldeia? Quem planta?
18. Caça e pesca na comunidade? O que? Quem faz?
19. Quais serviços públicos chegam à aldeia?
20. Os serviços públicos oferecidos respeitam seus costumes, seu modo de vida? Por quê?
21. Qual caminho percorre para ser atendido nos equipamentos públicos?
22. Qual o maior problema na sua comunidade? Desde quando? Porque acha que não é resolvido?

Data: _____

Local: _____

ANEXO H – AUTORIZAÇÃO DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA**AUTORIZAÇÃO**

Eu, Nelson Freitas Ramos, capitão da comunidade nova esperança, autorizo a filmagem e a publicação das imagens da comunidade e seu o entorno, bem como dos depoimentos coletados que apresentam o contexto em que vivemos.

O objetivo desta publicação é estritamente para o estudo e início de uma ação pública dirigida aos órgãos competentes para que resulte em melhorias e garantias à qualidade de vida das dos moradores da comunidade Boa Esperança, na Estrada Cucuí km 7.

Nelson Freitas Ramos
Nelson de Ramos Freitas

917.292.202-82

Gilberto Gonçalves Pedrosa
Eduardo Gomes Bosco
Marienice Lobo Brito
Merecia Lobo
Carmem Roda Correia
Claudia Esperança Roobiquez
Jarder Augusto Correia Alves
Ermelindo Freitas Ramos

ANEXO I – GINÁSIO

Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2014.

ANEXO J – FEIRA MUNICIPAL

Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2014.

ANEXO K – TRECHO DA AVENIDA PRINCIPAL

Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2014.

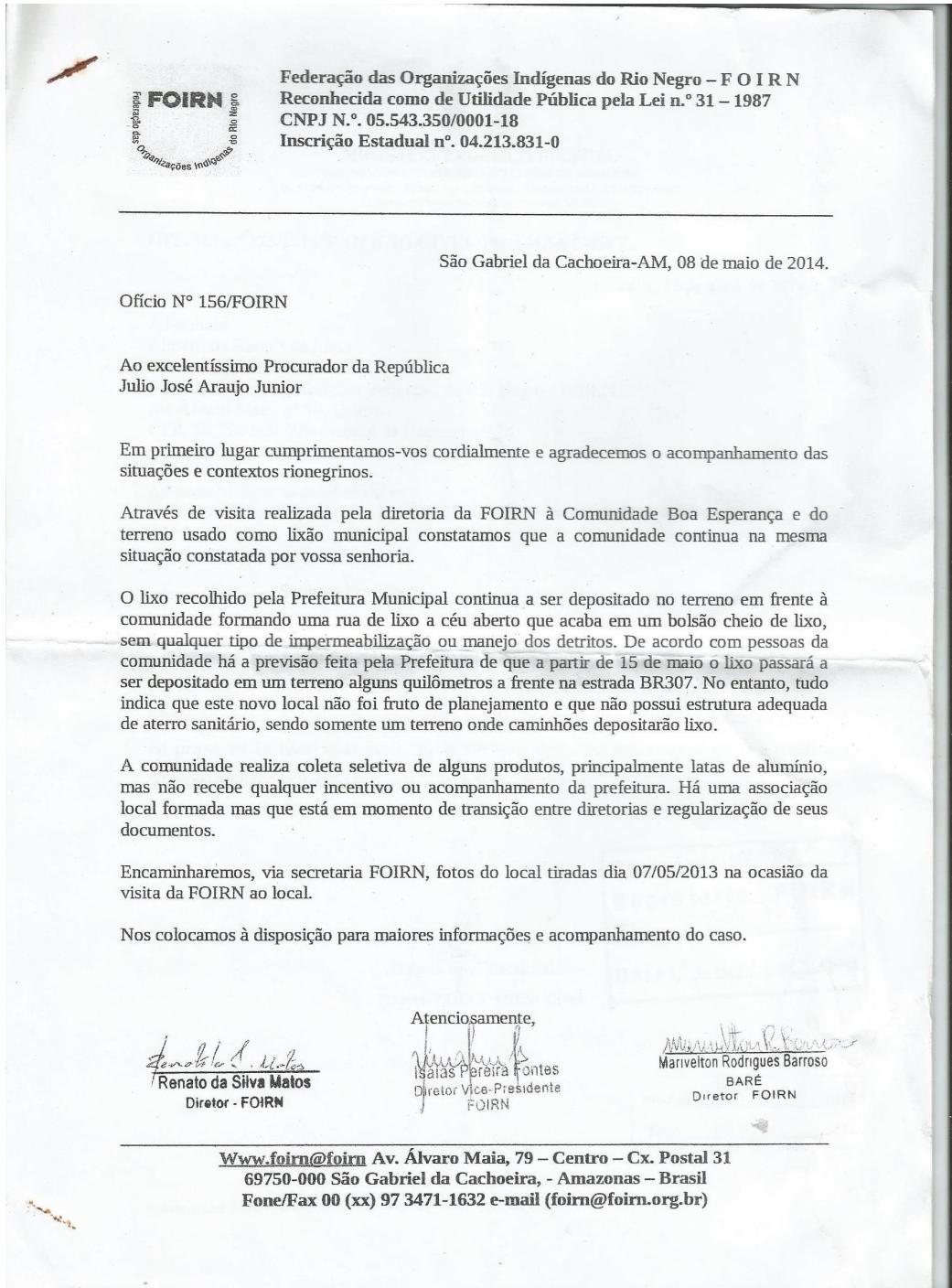
ANEXO L – “CACHOEIRAS” DO RIO NEGRO

Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015

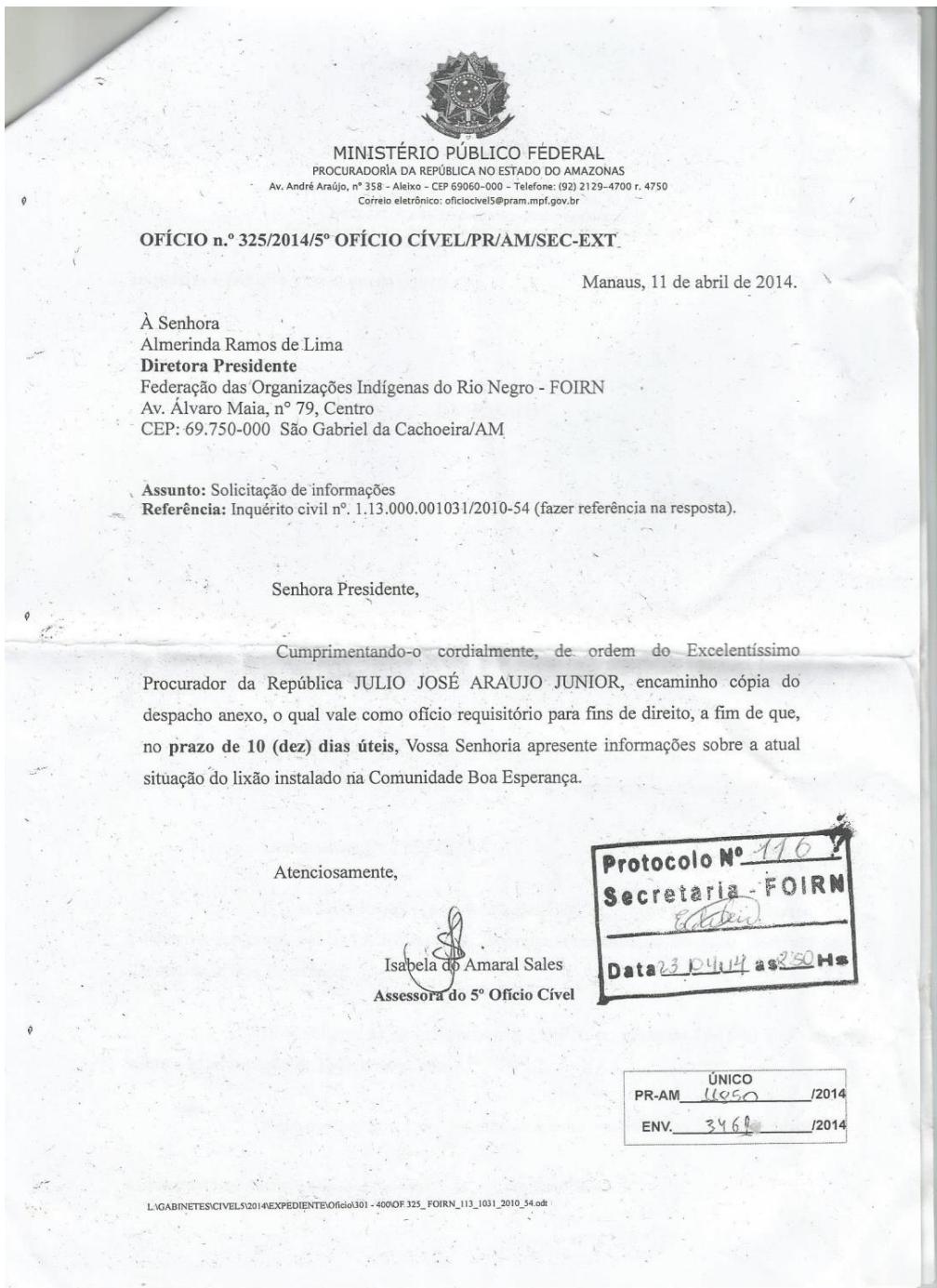
ANEXO M – ANTIGO INTERNATO – ATUAL COLÉGIO ESTADUAL SÃO GABRIEL

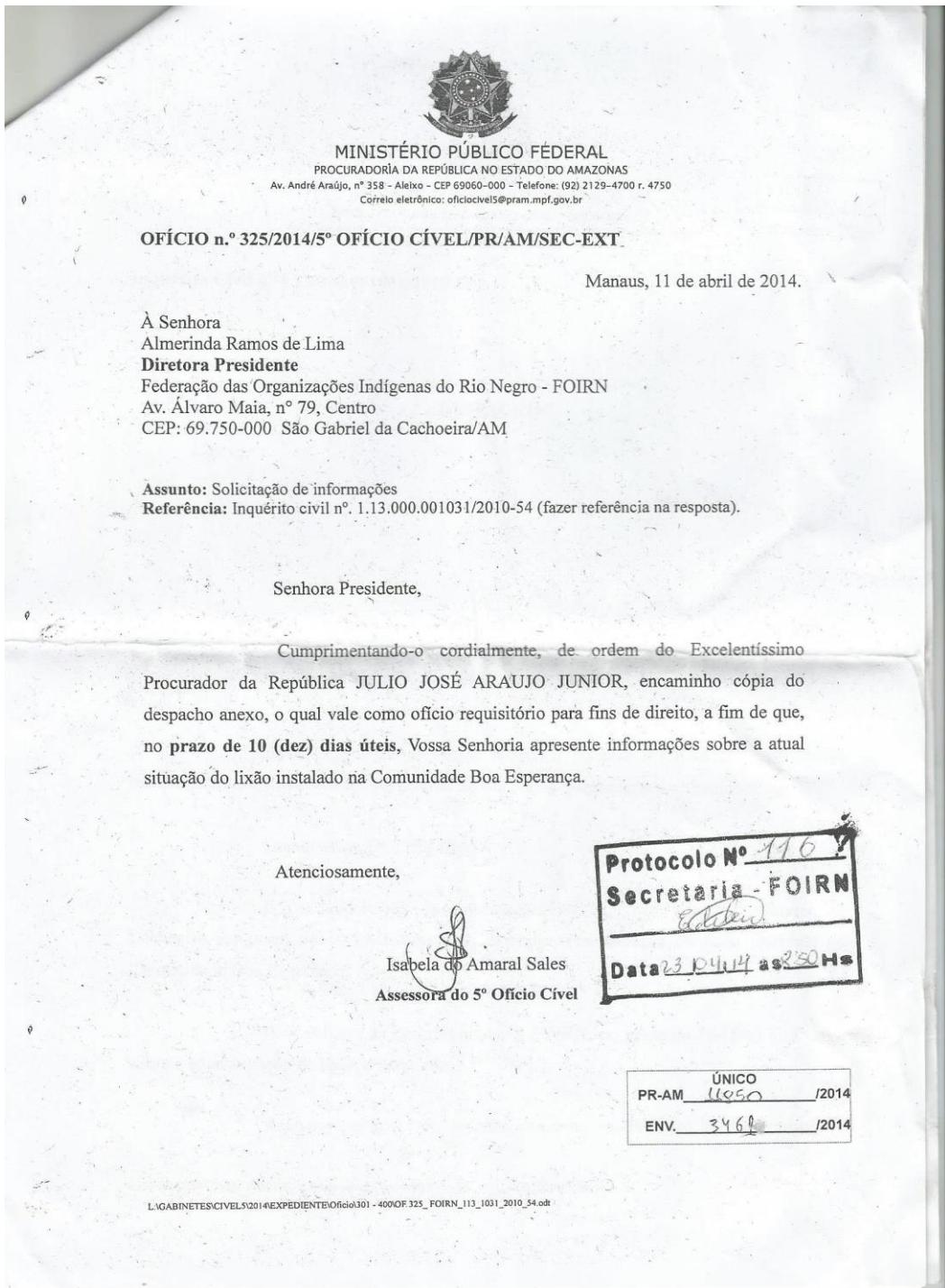
Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2014.

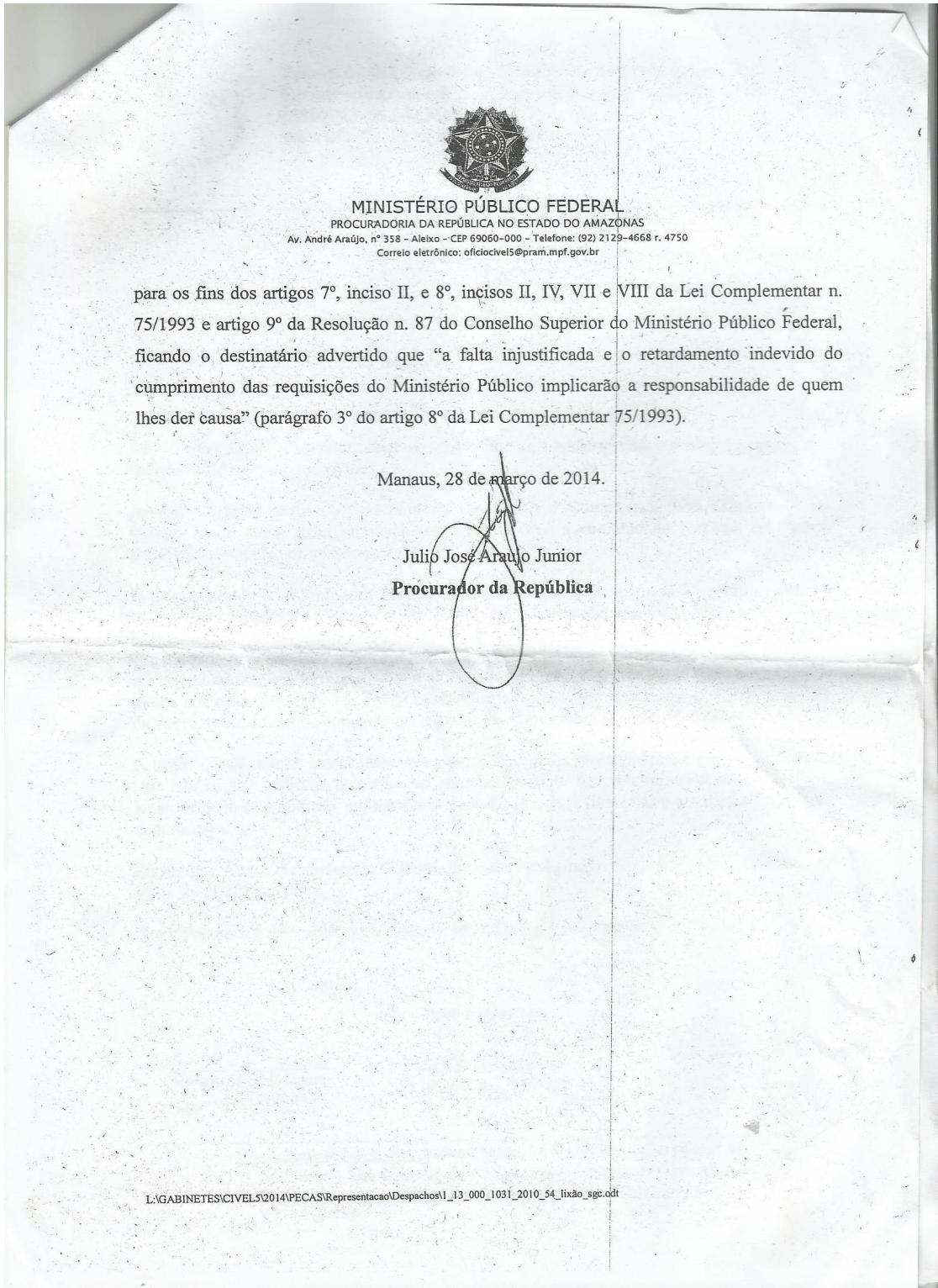
ANEXO N

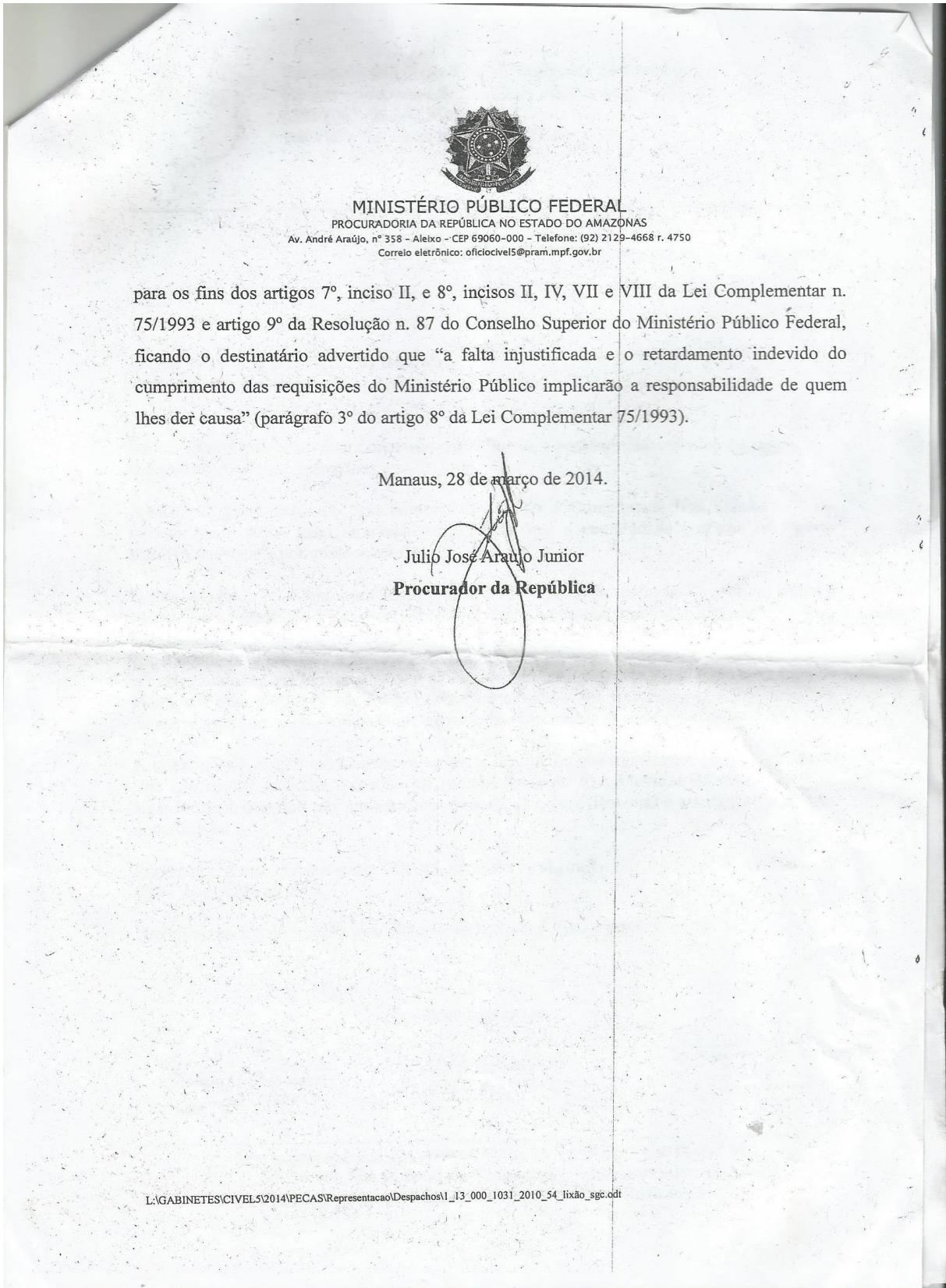


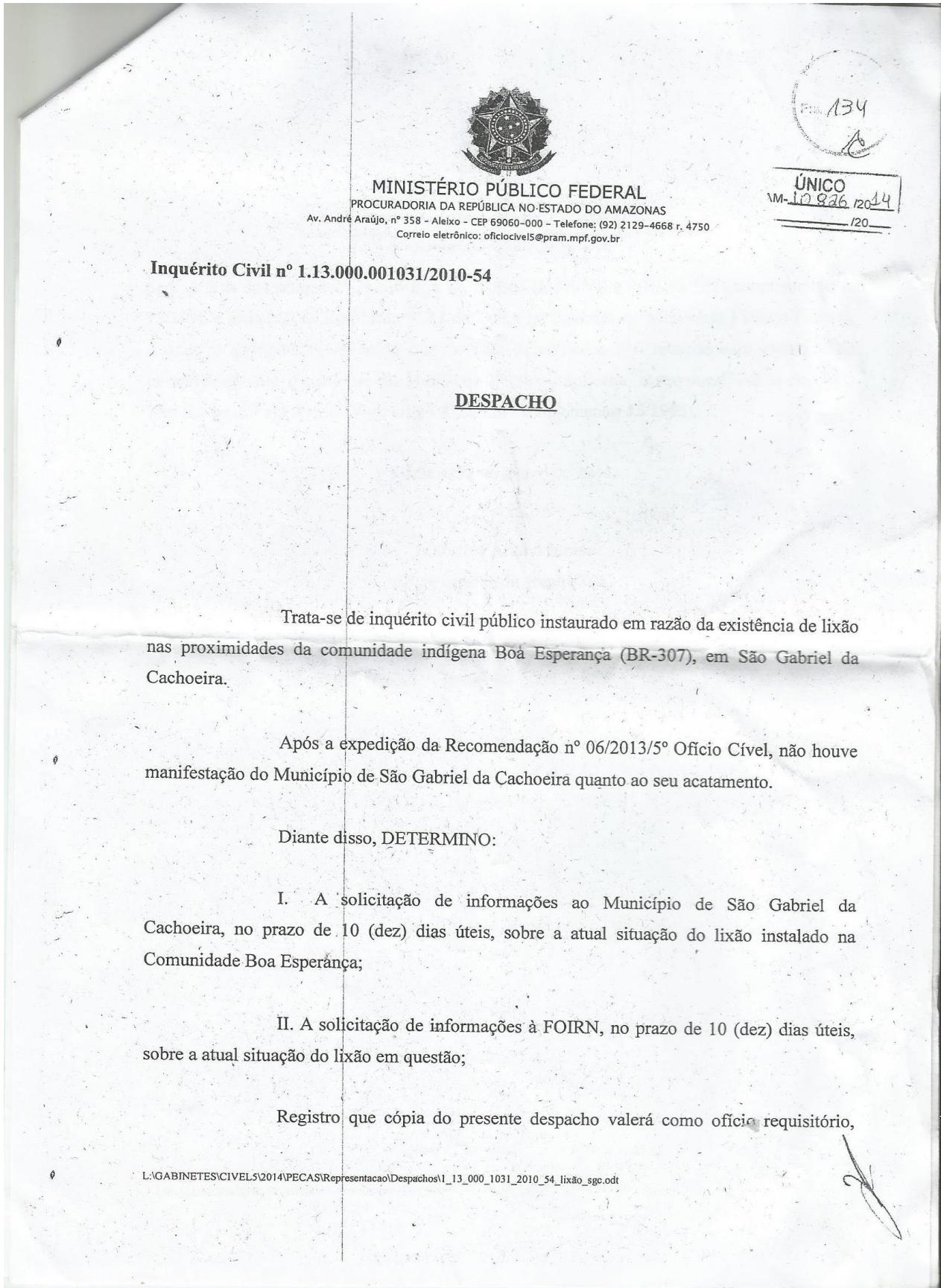
ANEXO O

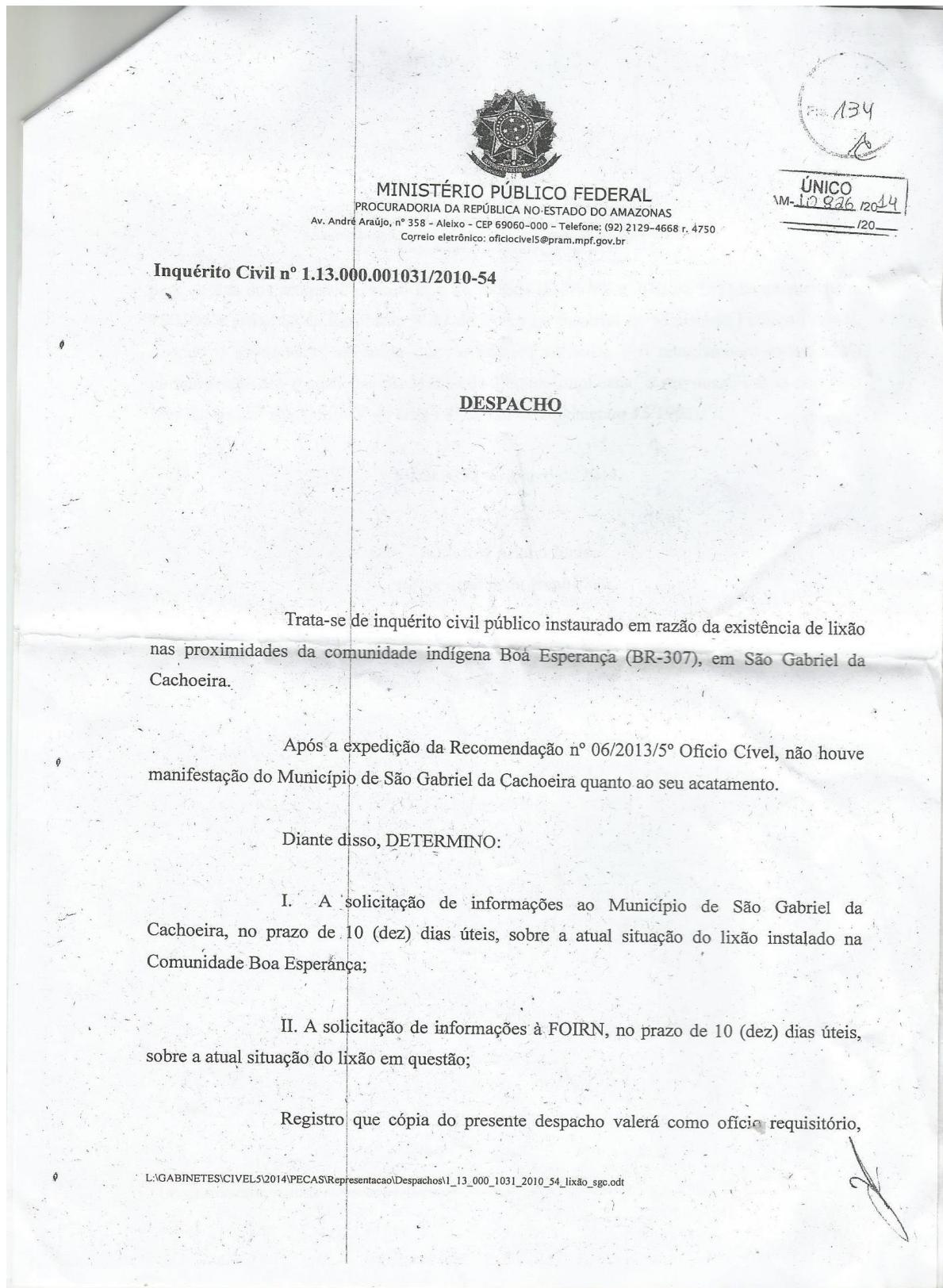


ANEXO P

ANEXO Q

ANEXO R

ANEXO S

ANEXO T

ANEXO U

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – F O I R N
Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei n.º 31 – 1987
CNPJ N.º 05.543.350/0001-18
Inscrição Estadual nº. 04.213.831-0

São Gabriel da Cachoeira-AM, 08 de maio de 2014.

Ofício N° 156/FOIRN

Ao excelentíssimo Procurador da República
 Julio José Araujo Junior

Em primeiro lugar cumprimentamos-vos cordialmente e agradecemos o acompanhamento das situações e contextos rionegrinos.

Através de visita realizada pela diretoria da FOIRN à Comunidade Boa Esperança e do terreno usado como lixão municipal constatamos que a comunidade continua na mesma situação constatada por vossa senhoria.

O lixo recolhido pela Prefeitura Municipal continua a ser depositado no terreno em frente à comunidade formando uma rua de lixo a céu aberto que acaba em um bolsão cheio de lixo, sem qualquer tipo de impermeabilização ou manejo dos detritos. De acordo com pessoas da comunidade há a previsão feita pela Prefeitura de que a partir de 15 de maio o lixo passará a ser depositado em um terreno alguns quilômetros a frente na estrada BR307. No entanto, tudo indica que este novo local não foi fruto de planejamento e que não possui estrutura adequada de aterro sanitário, sendo somente um terreno onde caminhões depositarão lixo.

A comunidade realiza coleta seletiva de alguns produtos, principalmente latas de alumínio, mas não recebe qualquer incentivo ou acompanhamento da prefeitura. Há uma associação local formada mas que está em momento de transição entre diretorias e regularização de seus documentos.

Encaminharemos, via secretaria FOIRN, fotos do local tiradas dia 07/05/2013 na ocasião da visita da FOIRN ao local.

Nos colocamos à disposição para maiores informações e acompanhamento do caso.

Atenciosamente,

Renato da Silva Matos
 Diretor - FOIRN

Isaias Pereira Fontes
 Diretor Vice-Presidente
 FOIRN

Marivelton Rodrigues Barroso
 BARÉ
 Diretor FOIRN

Www.foirn@foirn Av. Álvaro Maia, 79 – Centro – Cx. Postal 31
69750-000 São Gabriel da Cachoeira, - Amazonas – Brasil
Fone/Fax 00 (xx) 97 3471-1632 e-mail (foirn@foirn.org.br)

ANEXO V



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

ANEXO X

Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

ANEXO W



Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

ANEXO Y

Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.

ANEXO Z

Fonte: Cynthia Franceska Cardoso, São Gabriel da Cachoeira, 2015.